Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP

Isabel Teresa Creão Augusto

Zonas de penumbra: a ilha de Caratateua e a hospedaria de imigrantes do Outeiro (Pará, século XIX)

Doutorado em História

São Paulo

2022

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP

Isabel Teresa Creão Augusto

Zonas de penumbra: a ilha de Caratateua e a hospedaria de imigrantes do Outeiro (Pará, século XIX)

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em História, sob a orientação da Profa. Dra. – Estefânia Knotz Canguçu Fraga.

Doutorado em História

São Paulo

2022

Banca Examinadora

_____

_____

_____

_____

_____

Em memória de

Luiz Augusto (1930 – 2018)

Antônio José Augusto (1964 – 2020)

Francisca Costa Creão (1922 – 2020)

Tereza Cristina Silva João (1959 – 2020)

Agradecimentos

A Nossa Senhora de Nazaré, a quem tenho profunda devoção.

A minha família, pelo apoio, carinho, modelo e, algumas vezes, pelas broncas e empurrões, que me fizeram “pegar no tranco” e seguir em frente. Todos, dos mais presentes aos mais distantes, participaram do caminho que me trouxe até aqui. Em especial, agradeço à minha mãe, Ana Lucia, aos meus irmãos, Daniel e Raquel, por esse enorme sentimento de união e amor que faz de nós uma família; aos meus tios Maria, Joaquim e Márcio, e minha vó Olinda, pelo cuidado e incentivo da “família de Belém”.

Muitos amigos, colegas e alunos contribuíram com interesse, questões e sugestões, e seria impossível nomear todos aqui. Os alunos e colegas do curso de Licenciatura em História da Ufopa merecem um agradecimento a mais pela paciência e compreensão da dura tarefa de conciliar trabalho e tese.

O projeto que resultou nesta tese nasceu após a minha experiência como professora da Escola Bosque Prof. Eidorfe Moreira, que fica na ilha de Caratateua, e este trabalho é, primeiramente, por e para os alunos e professores da EB. Francis, Ricardo, Lene, Meire, a distância e o tempo não apagam a saudade que sinto de conviver com vocês.

A minha orientadora, professora Estefânia, pela solidariedade nos momentos de ansiedade, e pela paciência e confiança de que eu poderia desenvolver esse trabalho. Ao William, secretário do PEPG, e ao coordenador, Prof. Luiz Dias, por todas as explicações e soluções de problemas.

Aos funcionários do setor de obras raras da Biblioteca Arthur Vianna, da Fundação Cultural do Pará (FCP); e do Arquivo Público do Estado do Pará, em especial ao diretor Leonardo Torii, e às funcionárias Rosa e Rosana, sempre prestativas e que me conhecem já de longa data.

Por fim, mas não menos importante, aos meus companheiros de casa e de quarentena (que já dura dois anos): Raul, Eva, Florinda e Mujica, sempre protetores e Rodrigo, pelo amor, pela amizade, pelo riso, e por ter lavado a louça sozinho esse último ano.

Resumo

A ilha de Caratateua é uma das 42 ilhas que compõem o território insular do município de Belém. Entre os anos de 1895 e 1901, funcionou em uma propriedade desta ilha a hospedaria de imigrantes do estado do Pará. Entretanto, a história desta instituição, assim como a história da ilha, não estão presentes nos estudos ou na memória da cidade. Por isso, inicialmente nos propomos a estudar a ilha a partir da instalação da hospedaria, acreditando que esse pudesse ter sido o motivo da invisibilidade da ilha como um espaço de Belém. Uma vez que a natureza desse tipo de instituição era isolar seus hóspedes do espaço público e da população local, a suposição era que este projeto teria tornado a ilha um não-lugar, um território apartado não somente pela condição natural de ilha, mas pelo seu uso como hospedaria. O andamento da pesquisa demonstrou, entretanto, que aquele não era o primeiro ou único uso dado à Caratateua. Dialogando com a historiografia de história política e história e cidade sobre o século XIX, percorremos um longo fio, composto por diversos tipos documentais, entre estudos de corografia e álbuns de governo; publicações sobre terras, patrimônio municipal e colonização; mensagens de governadores, e ofícios das secretarias de governo e de obras públicas do Pará. Foi possível, assim, compreender como as publicações da época direcionavam o olhar sobre a natureza e o território do estado, privilegiando os espaços por ocupar e omitindo os já ocupados, como Caratateua. Também foi possível perceber como a gestão e regulação da posse da terra, desde o período colonial até o final do século XIX, impactaram diretamente a ocupação e as disputas de terra em Caratateua, o que também compromete hoje o entendimento sobre a ilha, mas estava intrinsecamente relacionado às disputas de terras que ali ocorreram. Entre as dificuldades de ter controle sobre o uso da terra e a propaganda de um vasto território que se desejava ocupar por meio da agricultura, o governo republicano reorganizou o projeto de colonização do estado, abrindo núcleos coloniais e subvencionando a vinda de imigrantes. A necessidade de recepcionar, controlar e distribuir esses indivíduos pelo interior do estado leva `construção da hospedaria de imigrantes em Caratateua. A partir daí, analisamos como essa experiência instaurou uma nova dinâmica entre a ilha e a cidade, a ilha e o poder executivo do estado, Por fim, concluímos que o projeto colonizador do estado do Pará no final do século XIX, promoveu uma nova territorialização da ilha, que não acabou com os usos que ela tinha até então, apenas introduziu novos, como parte das demandas e relações de poder entre a cidade e seu entorno.

Palavras-chave: ilhas, terras, hospedaria, imigração, Belém

Abstract

The island of Caratateua is one of the 42 islands that are parto f the insular territory of the municipality of Belém. Between 1895 and 1901, a state's hostel for immigrants operated on a property on this island. However, the history of this institution, as well as the island's history, are not present in studies of the city or the local memory. Therefore, we initially proposed to study the island by the installation of the hostel, believing that this could have been the reason for the invisibility of the island as part of Belém. Since the nature of this institution was to isolate its guests from the public space and the local population, the assumption was that this project would have made the island a non-place, a territory set apart not only by its natural condition as an island, but also its use as an hostel. The progress of the research showed, however, that this was not the first or only use given to Caratateua. In dialogue with the historiography of political history and history and the city on the 19th century, we covered a long thread, composed of different types of documents, such as studies of choreography and government albums; publications on land, municipal heritage and colonization; messages from governors, and official letters from the secretariats of government and public works in Pará. After that, it was possible to understand how the published material of the time directed the gaze on the nature and territory of the state, privileging spaces to be occupied and omitting those already occupied, like Caratateua. It was also possible to perceive how the management and regulation of land tenure, from the colonial period until the end of the 19th century, directly impacted the occupation and land disputes in Caratateua, which also compromises the understanding of the island today, but was intrinsically related to the land disputes that took place there. Between the difficulties of having control over the use of the land and the propaganda of a vast territory that was intended to be occupied through agriculture, the republican governments reorganized the state colonization project, opening colonial centers and subsidizing the arrival of immigrants. The need to receive, control and distribute these individuals throughout the state led to the construction of an immigrant hostel in Caratateua. About that, we analyze how this experience established a new dynamic between the island and the city, the island and the executive power of the state. which did not end the uses it had until then, it only introduced new ones, as part of the demands and power relations between the city and its surroundings.

Keywords: islands, land, immigrant's hostel, immigration, Belém

Sumário

Introdução 9

Capítulo 1 - Uma ilha entre rios de letras: o conhecimento sobre o território paraense no século XIX 19

O território colonial: dos cronistas ao Iluminismo

O olhar estrangeiro sobre a natureza e o território

O desejo de substituir natureza por civilização

Capítulo 2 – Ocupação da terra e conflito de propriedade em Caratateua

Caratateua e o termo da cidade 53

Lei de terras e disputas de propriedade em Caratateua

Terras devolutas, fronteira agrícola e colonização

Capítulo 3 - A cidade e a necessidade de recepcionar imigrantes 97

Natureza e objetivo das hospedarias ao longo do XIX

A recepção de imigrantes no Pará durante o Império

A Hospedaria Provisória e o perigo do imigrante na cidade

A lei de imigração de 1894 e a hospedaria na ilha de Caratateua

Capítulo 4 – O breve funcionamento da hospedaria de imigrantes 138

Considerações finais 165

Fontes 165

Bibliografia 168

Introdução

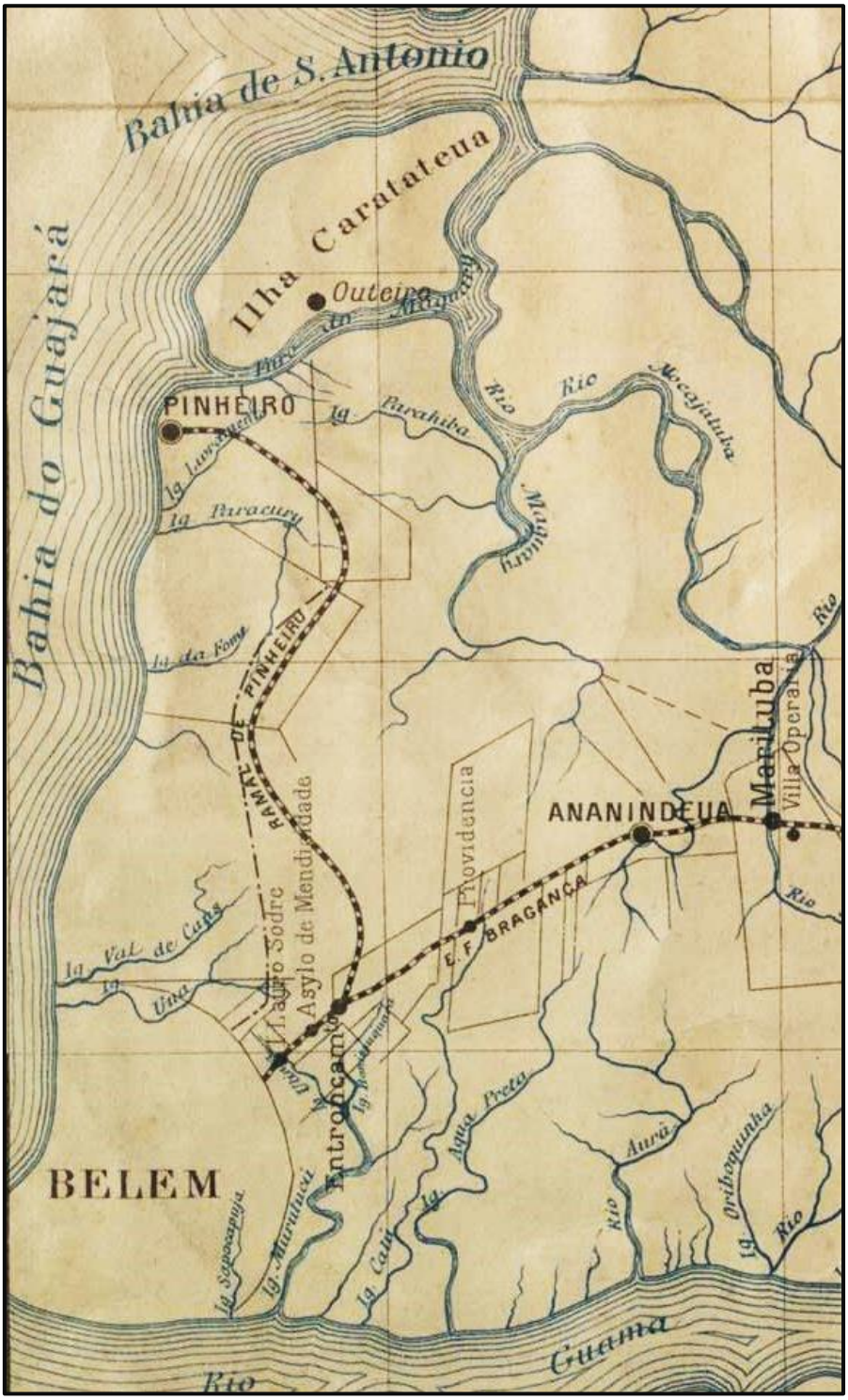
Segundo o Anuário Estatístico do Município de Belém do ano de 2011, a ilha de Caratateua, também conhecida como ilha do Outeiro, é uma das 42 ilhas que compõem o território insular do município de Belém.[1] Localizada na baía de Santo Antônio, contínua à baía do Guajará, e distante a 18 km em linha reta do centro de Belém, Caratateua possui área de 31,44 km^2 ou 3.144ha e é, desde 1996, sede do Distrito Administrativo de Outeiro (DAOUT) que congrega outras 23 ilhas distribuídas entre a baía do Guajará e o rio Guamá.[2]

A ilha de Caratateua é contornada pela baía de Santo Antônio (contínua à baía do Guajará) e pelo furo do Maguari, que se ramifica pelo interior do continente no atual município de Ananindeua. No mapa a seguir (Imagem 01) é possível observar também, na outra margem do furo do Maguari, a vila do Pinheiro (hoje distrito de Icoaraci). O local apontado no mapa como "Outeiro" marca o ponto onde foi instalada a hospedaria de imigrantes, em 1895.

Ainda de acordo com o mesmo anuário, o território insular de Belém alcança uma área de 329,936 km^2, enquanto a área total do município 505,501 km^2, o que significa que as ilhas representam 65% do território do município de Belém.[3] Ao longo do século XX, conforme o processo de divisão territorial para a criação de novos municípios na região metropolitana de Belém foi se consolidando, o percentual territorial insular foi ganhando maior proporção frente ao território continental, ao mesmo tempo em que o crescimento demográfico, bem como os padrões de concentração de ocupação e exploração dos recursos naturais e humanos do território continental se intensificou.

[1] ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO MUNICÍPIO DE BELÉM, v. 16, 2011 – Belém: Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão, 2012, p. 6.
[2] Idem, p. 6 a 9.
[3] Idem, p. 6.

Imagem 01 – Mapa indicando a ilha de Caratateua e a cidade de Belém.



Fonte: MUNIZ, João de Palma. **Estado do Pará. Carta da zona da Estrada de ferro de Bragança e da Colonisação do Estado... B**elém, PA: Secretaria de Obras Publicas Terras e Viação, 1908. 1 mapa, col., 55 x 111 cm. Escala 1:200.000 Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart48960/cart48960.jpg.

A motivação de estudá-la partiu da experiência docente, atuando no ensino básico, em uma escola pública municipal ali localizada. Durante as aulas, era frequente o questionamento dos alunos sobre o momento em que a ilha se tornou parte da cidade de Belém. Em qual momento ela entraria na história? A ausência deste objeto na narrativa da história ensinada foi a provocação inicial. Após um levantamento bibliográfico, os poucos trabalhos acadêmicos desenvolvidos sobre a ilha eram de caráter interdisciplinar, mediados pela Antropologia e a Geografia e se dedicavam aos últimos 40 anos do século XX, abordando questões econômicas, o avanço da ocupação irregular da ilha e a sua degradação ambiental.[4]

O marco temporal mais relevante demarcado nesses trabalhos, inserindo Caratateua como parte da cidade de Belém, era construção da ponte que a uniu ao continente, no final da década de 1970. Antes disso, era como se esta ilha não tivesse sido nada além de um objeto razoavelmente preservado na paisagem. Em contrapartida, as narrativas da comunidade remontavam a eventos e processos de expansão da cidade de Belém anteriores a construção da ponte, chegando até a uma escola agrícola que havia existido ali nos anos 1950.

Em sua obra "A Era dos Impérios", Eric Hobsbawm nos fala sobre as "zonas de penumbra", recortes temporais onde existem lacunas não preenchidas pela historiografia ou pela memória, vazios onde as informações ou a compreensão histórica podem se tornar confusas, imprecisas[5].

Foi o mergulho nesta enorme "zona de penumbra" que deu início a este projeto.

***

Em mensagem proferida na abertura das atividades da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, no ano de 1896, o então governador Lauro Sodré (1891 – 1897) afirmava que

> Em boas condições higiênicas ficou no ano passado preparada a hospedaria de imigrantes do Outeiro, a poucas milhas desta Capital, em ponto saudável e aprazível, onde foram já recebidos e agasalhados os imigrantes da 1ª turma trazida, ex-vi do contrato feito com Emilio A C Martins. Ainda estão em

[4] MEDEIROS, Ana Maria de Souza. Aspectos Geográficos da ilha de Caratateua. Belém : Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará, 1971; POTIGUAR JUNIOR, Petrônio Lauro Teixeira. "Os Movimentos Sociais em Comunidades Pesqueiras na Amazônia: um estudo na Ilha de Caratateua, Belém, PA". XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto, novembro de 2002; SILVA, Maria de Jesus Benjamin da. Carataeua: A ilha e o subúrbio de Belém. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 1995.

[5] HOBSBAWM, Eric. A Era dos Impérios. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007. P.15

> andamento outras obras necessárias, feitas as quais, ficará aquele estabelecimento no melhor pé desejável para corresponder aos intuitos de sua criação.[6]

Ao longo de seu governo, as falas de Lauro Sodré sempre enfatizavam a importância do projeto de imigração subvencionada para o estado. Em constante comparação à experiência de crescimento populacional, econômico e político dos Estados Unidos da América, a perspectiva de superação das condições de produção e desenvolvimento internas pela entrada de capital e pessoas foram justificativas constantes para o alto investimento nesse projeto. Assim, a hospedaria do Outeiro seria uma peça fundamental na boa execução deste projeto.

Na gestão seguinte, as mensagens de Paes de Carvalho (1897 – 1901) ainda acreditavam no potencial de desenvolvimento que a imigração promoveria, mas eram bem mais comedidas em relação ao papel do estado de subvencionar a chegada e instalação dos imigrantes. Durante a sua gestão ocorreu a revisão e o posterior cancelamento de contratos com agentes de arregimentação de imigrantes na Europa, passando a defender a recepção do imigrante nacional. Ainda mantinha a hospedaria em funcionamento, mas ela não figurava em suas falas.

Em 1902, o governador Augusto Montenegro (1901 – 1908) informava a Assembleia que o programa de imigração do estado havia sido suspenso em definitivo, e encerradas as atividades da hospedaria de imigrantes. Na mesma mensagem, Montenegro considerava a possibilidade de converter o espaço em um hospital para tuberculosos e informa ao legislativo que aguardava um parecer técnico para confirmar se o prédio poderia ser adaptado para esse fim.[7]

O período que abarca as falas e as gestões dos três governadores citados foi o momento áureo da extração e exportação da goma elástica na Amazônia. Sobre ele ainda persiste a imagem cristalizada do fausto urbano, do luxo vivido pela elite seringalista e do inferno verde para o seringueiro, além de uma economia cujo ciclo teria cumprido uma participação secundária na balança comercial nacional[8].

Os trabalhos emblemáticos de Roberto Santos[9] e Barbara Weinstein[10] sobre a economia da borracha, um na compreensão macro de seu ciclo de ascensão e queda no

[6] Pará, 1896, p.36
[7] PARÁ, 1892, p.34
[8] PRADO JUNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987
[9] SANTOS, Roberto. História Econômica da Amazônia (1800-1920). São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
[10] WEINSTEIN, Bárbara. A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850 – 1920). São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1993.

mercado internacional, o outro a partir das estruturas de produção e de exploração da força de trabalho local, permaneceram por décadas como síntese de um processo, sem que seu impacto em outras esferas da organização social, econômica e cultural da região fossem densamente observadas. Se a borracha era o único produto da economia, e havia o distanciamento entre uma elite da cidade e a pobreza do interior, qual seria o sentido de investir em imigração ou hospedaria?

Os trabalhos de Maria de Nazaré Sarges[11] e Edneia Mascarenhas Dias[12] foram seminais para o entendimento da experiência da Belle Époque na Amazônia. Explorando as transformações no espaço urbano e das práticas cotidianas na cultura, no consumo e na estética da virada do século XX, um universo de subtemas correlatos, ou de problemas sociais decorrentes dessas mudanças têm sido explorados desde então. Trabalhos como de Karol Gillet[13] e Letícia Souto Pantoja[14] avançaram na compreensão das mudanças nos padrões de moradia, no controle da administração pública sobre as formas de morar e os padrões de comportamento de convívio. Fabrício Herberth[15] e Sidiana Macedo[16] exploraram como o abastecimento de alimentos na cidade de Belém nesse contexto também se tornou campo da disputa política, bem como de manifestação de padrões e sentidos de consumo, ao adotarem produtos que chegavam de outras praças europeias pela via marítima.

O trânsito entre Amazônia e Europa não se limitava às trocas comerciais propiciadas pelo comércio da borracha, também tem sido observado pelo fluxo humano que aportava no norte do Brasil, acompanhando o processo imigratório para as Américas como um todo. O enfoque dado a esses trabalhos prima por conhecer as origens de grupos diversos que chegavam, entendendo suas motivações de imigrar e, principalmente, como se reorganizaram em grupos identitários específicos, uma vez estabelecidos em novas terras.

[11] SARGES, Maria de Nazaré. Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870 – 1912). Belém: Paka-Tatu, 2000.
[12] DIAS, Edneia Mascarenhas. A Ilusão do Fausto (1890 – 1920). Manaus: Valer, 1999.
[13] SOARES, Karol Gillet. As formas de morar na Belém da Belle-Époque (1870-1910). Dissertação de mestrado. Belém: PPHIST/UFPa, 2008.
[14] PANTOJA, Leticia Souto. “Au jour le jour": cotidiano, moradia e trabalho em Belém (1890-1910). Dissertação de mestrado. São Paulo: PUCSP, 2005.
[15] SILVA, Fabrício Herberth Teixeira da. Nas tramas da “escassez”: o comércio e a política de abastecimento de carnes verdes em Belém (1897 – 1909) São Paulo: PUCSP, 2011.
[16] MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. Daquilo que se come: uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850-1900). Dissertação de mestrado. Belém: PPHIST UFPA, 2009.

Assim, Marília Emmi[17] apresentou a colônia italiana na Amazônia; Marco Antonio de Carvalho[18] percebeu o processo de chegada e de trocas culturais da imigração portuguesa, enquanto Edilza Fontes[19] analisou a organização dos trabalhadores portugueses; Francisco Smith[20] quantificou em números a relevância da colonização espanhola; Tatsuo Ishizu[21] localizou o estabelecimento de colônias japonesas no Oeste do estado; já Franciane Lacerda[22] deu lugar à memória e importância da imigração cearense na Amazônia. O trabalho de Francivaldo Nunes[23], sobre a implementação da colônia de Benevides com imigrantes estrangeiros, ainda no Império, abriu a primeira possibilidade de diálogo na historiografia regional sobre os projetos e a recepção de imigrantes na região.

A história política regional também se diversificou, ampliando o entendimento dos arranjos e dos espaços onde o político se manifesta. Do trabalho de William Gaia Farias[24] sobre como os partidos reproduziram regionalmente as disputas de projetos de república que se desenhavam no Brasil da Proclamação, seguiu a pesquisa de Marly Cunha[25] sobre a divisão entre as oligarquias locais; enquanto Alan Watrin Coelho[26] apresentou a fundamentação positivista de Lauro Sodré. A função das festas e da afirmação da República no espaço público como meio de legitimação do novo regime foram estudados por Geraldo Coelho[27] e Daniela Moura[28]. A cultura política local passou a ser compreendida segundo seus projetos, interesses e discursos. Tal mudança reafirma

[17] EMMI, Marília Ferreira. Italianos na Amazônia (1870 – 1950): pioneirismo econômico e identidade. Belém: NAEA, 2008

[18] CARVALHO, Marcos Antonio de. Bebendo açaí, comendo bacalhau: perfil e práticas da sociabilidade lusa em Belém entre finais do século XIX e início do século XX. Tese de Doutorado. Porto: Universidade do Porto, 201

[19] FONTES, Edilza Joana O. "Preferem-se portugueses(as)": trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará. (1885-1914). Doutorado em História. Campinas: IFCH / UNICAMP, 2002

[20] SMITH JUNIOR, Francisco Pereira. Imigração espanhola na Amazônia: as colônias agrícolas e o desenvolvimento socioeconômico do nordeste paraense (1890 – 1920). Tese de Doutorado. Belém: NAEA / UFPA, 2012

[21] ISHIZU, Tatsuo Imigração e ocupação na fronteira do Tapajós: os japoneses em Monte Alegre - 1926-1962. Dissertação de mestrado. Belém: PPHIST / UFPA, 2007

[22] LACERDA, Franciane Gama. Migrantes cearenses no Pará: Faces da sobrevivência (1889-1916). Doutorado em História Social. São Paulo: FFLCH / USP, 2006

[23] NUNES, Francivaldo Alves. A semente da colonização: um estudo sobre a Colônia Agrícola Benevides (Pará, 1870 - 1889). Dissertação de Mestrado. Belém: PPHIST/UFPA, 2008

[24] FARIAS, Willian Gaia. O alvorecer da República no Pará (1886-1897). Belém: Editora Açaí, 2008.

[25] CUNHA, Marly Solange Carvalho da. "Matutos" ou astutos ? Oligarquia e coronelismo no Pará Republicano (1897-1909) Belém: PPHIST/UFPA, 2006

[26] COELHO, Alan Watrin. A ciência do governar: positivismo, evolucionismo e natureza em Lauro Sodré. Dissertação de mestrado. Belém: PPHIST/UFPA, 2006

[27] COELHO, Geraldo Mártires. No coração do povo: o monumento à República em Belém (1891 – 1897) Belém: Paka-Tatu, 2002.

[28] MOURA, Daniella de Almeida. A República paraense em festa (1890 – 1911) Dissertação de mestrado. Belém: PPHIST/UFPA, 2008.

a necessidade de compreensão do universo cultural e do poder gerados pela borracha como indo além da elite seringalista, ao mesmo tempo em que participaram dos debates e orientações seguidos em âmbito nacional na construção de uma cultura republicana.[29]

A produção sobre a região dialoga, portanto, com a historiografia nacional, que já observou a transformação material e simbólica promovida pelos processos de urbanização ocorridos no século XIX no Brasil e no mundo, bem como as políticas de imigração e arregimentação de mão de obra, e as disputa pelo controle do espaço público.[30] Dentro de suas inúmeras discussões que essa bibliografia abarca, destacamos duas que foram fundamentais para nossa análise: a cidade como paradigma da civilização, e o espaço público sendo organizado de forma disciplinar.

Sendo a cidade o espaço da vida pública e da administração do estado, a sua materialidade e cotidiano significam a experiência da contemporaneidade, em oposição à vida rural como o lugar do passado, da memória[31]; enquanto o saber gestado em seu espaço se torna hegemônico, designando forma e sentido a todos os espaços, para além do urbano. A imagem da cidade, sua organização, especialidades e desejo de modernidade, passou a ser imposta, proposital ou inevitavelmente, como modelo. A produção e circulação de conhecimento a partir da cidade determinou como os espaços rurais e naturais passaram a ser compreendidos. A cultura escrita, em especial a científica, mas também a oficial, impôs os códigos de linguagem, os sentidos e o peso de sua permanência sobre a cultura oral e os saberes tradicionais.

Nosso objeto começou a se definir a partir dessas duas frentes de estudo sobre cidade: a hospedaria como parte de um projeto do estado e seu ideal de progresso, através da imigração e da agricultura; e sua instalação na ilha como das práticas higienistas e disciplinares, legitimadas pela ciência. Ao longo desse diálogo com a historiografia, conforme essas questões principais foram tomando forma, os caminhos de análise foram se delimitando na fronteira dos campos de estudo sobre cidade, política e cultura.

Não poderíamos ignorar a ilha em seu caráter de espaço geográfico, buscando suporte tanto em estudos que verificam como a produção em ciência alterou profundamente a relação do homem com a natureza, como dos que investigam essa submissão da natureza como fundamental para o sucesso civilizacional em um projeto de

[29] CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990;

nação.[32] Uma vez que outras leituras já indicavam a instalação do paradigma científico no discurso político, a hipótese de se verificar como as escolhas e usos da ilha de Caratateua se justificariam pelas suas características naturais era interessante.

A virada em nossa pesquisa foi perceber que o saber higienista e científico do final do século XIX não foi o ponto de partida para a fabricação de espacialidades ou como momento de inserção de Caratateua nas dinâmicas da cidade de Belém. Conforme fomos dialogando com as fontes, outros indícios surgiam e retrocedemos cada vez mais no tempo. Acabamos por nos deparar com cartas de sesmarias e compreender que a lógica e uso de ocupação da ilha de Caratateua sempre estiveram integradas a cidade, tanto em suas práticas econômicas como em seu caráter jurídico-administrativo, como parte do termo de Belém

Por isso, este trabalho não é um estudo sobre a hospedaria de imigrantes do Outeiro, mas sobre a Ilha de Caratateua e como esta hospedaria representou a continuidade da ilha como território da cidade. Na verdade, foi isso que ela promoveu, uma nova territorialização do espaço. Diferente do que imaginávamos, a hospedaria não foi uma experiência de ruptura, mas sim de reorganização e adição de novas dinâmicas e sentidos políticos para aquele espaço.

A documentação trabalhada para o desenvolvimento desta tese foi bastante extensa e de tipologias diversas. Os relatos de viajantes foram publicados pelo Senado Federal, com a exceção dos viajantes D'Orbigny e Edwards, cujos originais foram lidos na coleção da Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin. A documentação interna do setor de Obras Públicas do poder executivo é parte do acervo do Arquivo Público Estadual do Pará (APEP); no setor de obras raras da Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR), foram levantadas publicações propagandísticas de incentivo à imigração e investimento no Pará, coleções de leis e obras de intelectuais e membros do governo; enquanto as mensagens de governadores estão disponíveis online no *Center for Research Libraries.*

Para compreender todas as questões que apresentamos em itens anteriores, no que se refere a representação das ilhas, e da ilha de Caratateua em particular, foi necessário levantar o máximo de relatos de viajantes naturalistas que passaram pelo estado do Pará ao longo do século XIX. Compreender o teor e a forma desses relatos serviu de base para analisar, dentre as obras raras existentes no CENTUR, os álbuns de propaganda dos

[30] MURARI, Luciana. Natureza e cultura no Brasil (1870 – 1922). São Paulo: Alameda, 2009; NAXARA, Márcia Regina Capelari. Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: Editora da UNB, 2004.

governos do estado para divulgação no exterior e os manuais de estudos e as corografias publicados na época. Dentre as disponíveis para consulta no catálogo online, os estudos do Barão do Marajó, de Raymundo Cyriaco da Cunha e Theodoro Braga nos permitiram perceber as apropriações e usos dos relatos naturalistas feitos pelos intelectuais paraenses para descrever e dar sentido ao território amazônico.

Já Palma Muniz, que foi diretor da Secretaria de Obras Públicas, além de fazer um apanhado histórico da expansão e desenvolvimento do Pará desde o período colonial, organizou e publicou índices de registros de posses e compras de terras no estado ao longo do século XIX que nos permitiram conhecer a divisão e disputa pela posse da terra na ilha de Caratateua e a questão da posse da terra e da imigração na Amazônia.

Cartas de sesmarias e os jornais da segunda metade doo século XIX foram fundamentais para que pudéssemos encontrar propriedades e donos de terras, bem como as disputas deles pelas terras de Caratateua. Uma vez que não foi possível ter acesso ao acervo do Instituto de Terras do Pará (Iterpa), foi através de fragmentos de informações, como anúncios de venda de propriedade, publicação de despachos judiciais e notas particulares endereçadas ao público geral sobre possíveis invasores ou falsos donos de propriedade que pudemos compreender as dinâmicas que estavam ocorrendo ali.

As mensagens de governadores costuram todas as ações implementadas na ilha, tanto na continuidade de projetos como no abandono deles. Assim, em um primeiro momento exploramos como o projeto de imigração e a construção da hospedaria foram veiculados ali. Em um segundo momento, conforme a execução e o cotidiano da hospedaria são analisados no texto, as mensagens são o contraponto entre o discurso e a prática. Ao final, as mensagens como veículo oficial de difusão, tradução e manutenção de um sentido de ações e projetos de governo são pensadas como parte de uma rede de escolhas e estratégias políticas onde a produção do esquecimento também é necessária, ainda que o ônus para a memória e história sejam muito grandes.

Finalmente, a documentação levantada no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) compõe o maior volume desta pesquisa, e se distribui essencialmente em quatro fundos da área de Obras Públicas: Diretoria de Trabalhos Públicos; Inspetoria de Terras e Colonização; Repartição de Obras Públicas, Terras e Colonização; e Secretaria de Obras Públicas. Este setor da administração estadual era responsável tanto pelos trabalhos e serviços desenvolvidos na cidade, como pelo estudo, preparo, distribuição de terras para colonos e demais interessados na compra de terras públicas; pela fiscalização da

administração de colônias agrícolas, bem como pela recepção, alistamento e distribuição dos imigrantes que passavam pela hospedaria.

As caixas de ofícios trocados entre as secretarias de obras públicas e os administradores da hospedaria de Outeiro compuseram a tipologia com maior volume de documentos e talvez a mais importante. A diversidade de seus conteúdos permitiu uma ampla compreensão do cotidiano: listagens de imigrantes; inventários do patrimônio material existente na hospedaria; relação dos gêneros alimentícios fornecidos, com solicitações programadas e eventuais (em casos de doentes, por exemplo); relatos de incidentes envolvendo os hóspedes (como nascimentos, falecimentos e brigas); as dificuldades de transporte entre a ilha e a cidade, além de questões referentes aos funcionários. Os gastos da hospedaria também são encontrados nas prestações de contas da secretaria de obras públicas.

Como o trabalho implicou na análise de documentos textuais com estruturas narrativas muito diversas (ofícios, relatórios, pronunciamentos, livros) o tratamento desse material demandou leitura e fichamento segundo tipologia, assuntos e eventualmente seus autores. As exceções são as listagens de imigrantes, de gêneros alimentícios, os inventários materiais da hospedaria e as listas de frequência. Para essas tipologias, devido ao caráter quantitativo das informações e de um padrão razoavelmente comum nos itens de cada listagem, trabalhamos com a tabulação para uma melhor observação de padrões e variações.

Este trabalho discute, portanto, um enorme volume documental, e traz uma perspectiva nova para o entendimento das ilhas como parte de Belém. Não podemos deixar de localizá-lo no momento histórico. Como um trabalho produzido durante a pandemia de covid19, toda a rotina de pesquisa e escrita foi abalada, afetando o tempo de produção e o desenvolvimento de algumas ideias e debates. Ainda assim, acreditamos que traz contribuições válidas e necessárias.

Capítulo 1 – Uma ilha entre rios de letras: o conhecimento sobre o território paraense no século XIX

> As ilhas! Quem poderá relacionar jamais todas quantas podem ser vistas ao longo da costa e formadas pelos chamados furos, que estabelecem em todos os sentidos, ligações inúmeras entre as baias e os rios que nelas desaguam; e, principalmente, quantas, semeadas por todos os grandes rios, chegam a perturbar o espírito do viajante, que, ávido por descortinar livremente as margens do curso d'água que percorre, vê, de momento a momento, interpor-se mais uma, e mais outra, ilha, dificultando constantemente a realização do seu intento? (PARÁ, 1899, p. 29)

Ao final do século XIX, a intelectualidade paraense tinha um grande desafio à sua frente: dar a conhecer o território do estado, em sua geografia, natureza e clima, demonstrando ao leitor que este espaço era tão fértil e rico a ponto de possuir ao mesmo tempo uma enorme vastidão de terras disponíveis, com potencial para a exploração econômica, e uma capital moderna, de cultura e vida pujante, à simetria das demais capitais do mundo de então.

Este esforço estava em consonância com o pensamento científico do período, o que resultava na mobilização de vários intelectuais na produção de álbuns, corografias, compêndios e livros diversos sobre o estado do Pará e a região amazônica como um todo. Escritos em português ou mais de uma língua, atendiam a públicos diferentes, locais e externos. O empenho não se limitava aos escritores; antes era motivado pela participação desses indivíduos nas funções administrativas do estado, e pelo interesse deste em atrair imigrantes e investimentos.

Além das motivações e relações políticas, os autores e suas produções literárias estavam profundamente vinculados à tradição escrita europeia fincada no território desde o princípio da colonização, e em especial ao discurso científico popularizado por viajantes naturalistas que haviam passado pelo território amazônico ao longo de um século até aquele momento. Essa produção anterior ditou estilo e método à escrita, mas também circunscreveu os limites de visão e entendimento dos autores paraenses sobre o próprio território.

Assim, para apresentar e compreender como a ilha de Caratateua foi descrita e representada nestas obras, precisamos demarcar as suas bases, a literatura naturalista e a cultura científica europeia do século XIX, que serviram de referência aos autores locais. A partir delas, apresentaremos os autores e tipos de obras por eles produzidas, para enfim entender o que foram capazes de enxergar e dar a conhecer de Caratateua.

O território colonial: dos cronistas ao Iluminismo

"Quod non est in actis non est in mundo"[33]
Direto Romano

Em toda a América Latina, o conhecimento, memória e sentido atribuídos à natureza, ao território e à paisagem nasceram da palavra escrita. Diferente da experiência de outros continentes e nações, onde a cultura, a história e a ideia de uma origem compartilhada antecederam em muito tempo a conformação de fronteiras e estados nacionais, os países latino-americanos têm em comum a ruptura, o apagamento e o esquecimento dos sentidos e dos saberes que antecederam a presença europeia na região, sendo tudo redefinido por linguagens e culturas escritas alienígenas àquele até então.

Esta é a ideia central da análise de Angél Rama sobre o impacto da cultura letrada na organização das cidades coloniais das nações ibéricas nas Américas, instaurando práticas, poderes e sentidos sobre o território que se perpetuaram, ainda que com transformações, e permanecem como verdade e tradição.

> Esta palavra escrita viveria na América Latina como a única válida, em oposição à palavra falada que pertencia ao reino do inseguro e do precário. Mais ainda, se pôde pensar que a fala procedia da escritura, numa percepção antissaussuriana. A escritura possuía rigidez e permanência, um modo autônomo que arremedava a eternidade. Estava livre das vicissitudes e metamorfoses da história e, principalmente, consolidava a ordem por sua capacidade de expressá-la rigorosamente em nível cultural. Sobre esse primeiro discurso ordenado, proporcionado pela língua, se articulava um segundo, proporcionado pelo desenho gráfico. Este superava as virtudes do primeiro, porque era capaz de evitar o plurissemantismo da palavra e, além disso, proporcionava conjuntamente a coisa que representava (a cidade) e a coisa representada (o desenho) com uma maravilhosa independência da realidade, tal como traduzem com orgulho as descrições da época.[34]

Essa premissa nos parece fundamental para compreender todo o desenvolvimento do conhecimento do território amazônico ao longo do século XIX, bem como suas limitações e impactos sobre os usos e sentidos de tudo aquilo que era objeto de registro, e em especial daquilo que não era. Conhecer o território, a sua geografia, bem como suas populações, fauna e flora esteve profundamente determinado pelo que foi escrito, em cartografias, legislações, atos administrativos e estudos científicos. Desde a colonização, estado e ciência passaram a ter a primazia sobre a terra e o mundo natural, tanto o que o tangível como o que estava para além do que alcançável, visível ou reconhecível, mas

[31] "O que não está nos autos não está no mundo", em tradução livre
[32] RAMA, Ángel. A cidade das letras. São Paulo: Boitempo, 2015. P. 27

que também compunha o todo do qual fazia parte. Era preciso conhecer. Conhecer para planejar, ocupar, dominar.

Se a necessidade de descrever o território remonta, portanto, ao período colonial, como o restante da América portuguesa, e também da espanhola, o trato e as políticas que poderiam ser empreendidos nessas terras eram limitados pelo que era possível conhecer. E para que as coroas portuguesa e espanhola pudessem conhecer, a produção escrita era fundamental. Por isso, desde a primeira carta enviada por Pero Vaz de Caminha, teve início uma longa tradição de representação textual das terras d'além-mar.

Diversos foram os tipos de relatos de sujeitos que estiveram nas colônias desde o século XVI, a serviço de outros reinos, ou a serviço do reino português contra as demais nações que disputavam diversos pontos da costa litorânea, como França e Holanda.[35] Outro conjunto de relatos notórios é o de padres católicos missionários, produzidos especialmente entre os séculos XVII e XVIII, do auge das atividades catequéticas até a expulsão das ordens do território português pelo Marques de Pombal, especialmente os produzidos por membros da Companhia de Jesus.[36]

Não menos relevantes foram os escritos produzidos pelos conquistadores e expedicionários que, a mando ou com a autorização das duas coroas, fizeram a travessia atlântica para reclamar a posse dessas terras pelos dois reinos ibéricos, ou que avançaram rumo ao desconhecido em busca de riquezas, de lugares míticos ou da confirmação de outros já noticiados, como o rio das amazonas. Ao trabalhar com o relato de duas expedições ao Amazonas, dos séculos XVI e XVII, Auricléa Oliveira das Neves fez uma extensa discussão, a partir da crítica literária, sobre a natureza das narrativas de viagem, e se a elas era conferido o status ou não de literatura.[37]

Em meio aos debates contemporâneos quanto ao reconhecimento ou não como literatura do conjunto de relatos de viagens produzidos entre os séculos XVI e XVII, ficou patente para a autora o consenso que a narrativa dos autores da época tinha como preocupação principal a fidedignidade do relato, a descrição da natureza, dos tipos

[33] Me refiro aqui aos relatos de Jean de Léry, André Thévet e Hans Staden, além das obras do pintor Albert Eckout.

[34] A obra "Cultura e opulência do Brasil", de André João Antonil, talvez seja a obra mais famosa dentre as realizadas pelos missionários jesuítas. Sobre o território amazônico, especificamente, as obras "Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas", do Padre João Daniel, "Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no estado do Maranhão, de João Bettendorff, além dos sermões do Padre Antônio Vieira registraram muito da natureza, da geografia, das gentes e do trato da coroa portuguesa e seus colonos com as riquezas e as populações indígenas.

[35] NEVES, Auricléa Oliveira das. A Amazônia na visão dos viajantes dos séculos XVI e XVII: percurso e discurso. Manaus: Editora Valer, 2011.

humanos e suas culturas, ou seja, com o caráter documental. "A literatura de viagem, diferente da ficção, tem como fio condutor o 'eu' da experiência pessoal do viajante que se realiza em formas heterogêneas de escrita: diários, memórias, cartas, crônicas, ensaios, entre outros".[38]

Para Auricléa das Neves, mesmo que o imaginário dos relatos de viagem medievais permeasse as produções desses dois séculos, fosse na motivação fantástica de algumas das expedições realizadas, ou no trato e nas relações de alteridade expressas pelos viajantes europeus frente às culturas indígenas ou a natureza americana, a função primeira do texto era informar. E a historiografia tem sido cada vez mais interessada em conhecer como, desde os primórdios da colonização, os impérios ibéricos contaram com redes diversas de informação.

Maria Isabel Siqueira, ancorada na leitura de Ronald Raminelli, discute como no primeiro século da América portuguesa, e em especial no período da União Ibérica, a produção escrita de cronistas foi contribuição fundamental para que a corte filipina tomasse conhecimento do território, das riquezas e dos perigos para a manutenção destes domínios coloniais.[39] A partir das obras do navegador Pedro Sarmiento de Gamboa e do senhor de engenho Gabriel Soares de Sousa, Siqueira traça um perfil geral desses autores e seus objetivos de escrita: fossem homens já a serviço da coroa ou em busca de mercês para avanços no interior dos domínios coloniais, esses autores davam notícia tanto das empreitadas que estavam responsáveis, como de tudo aquilo que eles observavam por onde passavam. Em especial, a narrativa destacava riquezas naturais descobertas (preferencialmente minerais), bem como os desvios, maus usos ou outras ações que colocassem em perigo o direito real sobre esses recursos.

Para a autora, as crônicas constituíam uma fonte segura e valorosa de informações, contribuindo diretamente para a definição de legislação, ordenações e outras regulações. Em compensação, a contribuição desses indivíduos lhes conferia prestígio e ascensão na estrutura da administração colonial, o que poderia se realizar tanto em benefícios pecuniários quanto políticos.

A produção escrita dos séculos XVI e XVII era fruto de um escasso grupo de sujeitos, a serviço ou súditos da coroa, empenhados primeiramente na onda da conquista

[36] NEVES, op cit, p. 36.
[37] SIQUEIRA, Maria Isabel. "Representações da natureza: os discursos legislativos e as crônicas da América Portuguesa." In: GESTEIRA, CAROLINO E MARINHO (Orgs.) Formas do Império: ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX. São Paulo: Paz e Terra, 2014. Pp. 375 – 392.

do Novo Mundo, na organização da administração colonial e da representação do poder real, e em seguida orientados pela necessidade de identificar riquezas e prevenir ameaças aos domínios portugueses. Gradativamente, o império estendia a sua rede de agentes ao redor da colônia, "homens bons" que, com maior ou menor domínio sobre a escrita, cumpriam não apenas com as execuções das ordens reais, mas passam a ser os olhos do império na colônia.

Gradativamente, o império estendia a sua rede de agentes ao redor da colônia, "homens bons" que, com maior ou menor domínio da escrita, cumpriam não apenas com as execuções das ordens reais, mas passam a ser os olhos do império na colônia. Uma vez que as cidades da colônia se organizaram, passaram a concentrar e a irradiar o conhecimento e o sentido sobre os usos daquelas novas terras. As cidades concentravam a escrita, as leis e os homens que eram responsáveis por essa transformação.

> No centro de toda cidade, conforme diversos graus que alcançavam sua plenitude nas capitais vice-reinais houve uma cidade letrada que compunha o anel protetor do poder e o executor de suas ordens: uma plêiade de religiosos, administradores, educadores profissionais, escritores e múltiplos servidores intelectuais.[40]

O entendimento das cidades coloniais da América portuguesa como espaços de planejamento e ordenação nunca foi uma imagem difundida pela historiografia. Entretanto, Márcia Naxara[41] destaca que novos estudos estão revendo a sentença de Sérgio Buarque quanto à desordem e as limitações das cidades coloniais, dando a conhecer projetos, arquitetos e governantes que demonstram diversas iniciativas do impacto e poder das cidades coloniais. Outro aspecto relevante é o pensar a cidade colonial para além do Sudeste brasileiro, uma vez que a capital do Brasil era então Salvador.[42] O invés de desordem, descentralidade ou irregularidade, tanto essa nova historiografia quanto as narrativas e pinturas de viajantes trabalhados pela autora levam a um outro entendimento sobre o desenho e o sentido da cidade colonial:

> Duas observações importantes para o surgimento da cidade no Brasil: uma intervenção do homem, na construção da cidade, espaço da civilidade, que se adequa e se aproxima da natureza, perceptível pela "acomodação" da cidade colonial brasileira à paisagem como assinalado; e da sua persistência, pois mesmo com a ocupação do interior a partir do final do século XVII o desequilíbrio continuou a existir e grande parte do território permaneceu desconhecida; e a litoraneidade inicial dessa ocupação (também tendo como

[40] RAMA, op cit, p. 38.
[41] NAXARA, Márcia Regina Capelari. Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: Editora da UNB, 2004
[42] NAXARA, p.83 – 89

> contraponto a ocupação do interior pelos espanhóis), traço marcante e importante para a definição da(s) imagem(ns) e do imaginário sobre o Brasil, ou seja, para a construção dos muitos brasis no mesmo Brasil, tanto com relação a como ele foi visto por estrangeiros, como pela forma como viu a si mesmo. O desconhecimento do interior contribuindo poderosamente para o crescimento da imaginação sobre a sua maior parte – o grande sertão.[43]

Era preciso conhecer mais, expandir os domínios e controlar os sertões. Na segunda metade do século XVIII, um conjunto diferente de obras passa a ser produzido, fruto de planejamento e da necessidade de racionalizar e organizar o conhecimento do território e da natureza, sob efeito da Ilustração. Maria Beatriz Nizza da Silva apresenta essa mudança, um movimento empreendido pela coroa portuguesa que se estendeu para além do governo pombalino, a partir da atuação da Secretaria de Negócios Ultramarinos e de homens ilustrados pertencentes à administração colonial, como Dom Rodrigo de Sousa Coutinho.[44]

Nizza da Silva destaca que, enquanto a cartografia do período pombalino foi dedicada à diplomacia e disputas territoriais com a Espanha, o propósito e produção de mapas passou a privilegiar informações sobre a história natural, o desenvolvimento material e a composição populacional da colônia para melhor conhecer e, consequentemente, melhor explorar os seus recursos. Era chegada a época das viagens filosóficas[45], como as empreendidas pelos naturalistas Alexandre Rodrigues Ferreira e Mariano da Conceição Veloso. Já os mapas (como eram chamadas não somente as produções cartográficas, mas as compilações de dados estatísticos da população e da produção econômica, como ressalta a autora) não deveriam mais ser gerais, e sim específicos de capitanias ou de determinadas regiões delas.

Particularmente quanto às viagens filosóficas, a realizada por Alexandre Rodrigues Ferreira permanece como o maior empreendimento levado à cabo pela coroa portuguesa para conhecer a região amazônica, sua natureza e suas riquezas. Ângela Domingues[46] e Ronald Raminelli[47] destacam tanto o naturalista como a expedição para

---

[43] Idem, p. 98 – 99

[44] SILVA, Maria Beatriz Nizza da. "Um grande inventário da natureza: políticas da coroa em relação ao Brasil na segunda metade do século XVIII." In: GESTEIRA, CAROLINO E MARINHO (Orgs.) Formas do Império: ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX. São Paulo: Paz e Terra, 2014. Pp. 47 – 70.

[45] SILVA, op cit, p. 48.

[46] DOMINGUES, Angela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, vol. VIII (suplemento), 2001. Pp. 823-838

[47] RAMINELLI, Ronald. Ciência e colonização - Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. Revista Tempo, n.6, p.157-182, 1998.

qual foi incumbido como parte de um movimento de reorganização da administração do estado português pós Ilustração, onde o uso pragmático de métodos e saberes científico em favor da economia política.

Tanto Espanha como Portugal buscaram aprimorar, entre seus corpos administrativo e militar, instruções, técnicas e modelos de documentos que deveriam ser produzidos em favor do controle metropolitano. Carolina Depetris faz uma interessante apresentação do processo de produção e aprimoramento destes relatos, a partir dos diários de expedição organizados pela coroa espanhola para a descrição e conhecimento da patagônia argentina.[48]

Segundo Depetris, a partir da segunda metade do século XVIII, a instrução quanto ao tipo de informações que eram desejáveis (principalmente os aspectos geográficos do território), e a qualidade da descrição e do autor – testemunha dos relatos se tornaram objeto de atenção por parte das autoridades espanholas na Argentina e na Espanha. A precisão quanto ao objeto ou cenários descritos exigia imparcialidade e o objetividade do olhar de quem relatava.

O próprio ato de ver passava então a ser especializado, aperfeiçoado. Ao tratar do "Diario de una expedición a Salinas", de Pablo Zizur, de 1786, a autora identifica "a primordial funcionalidade epistemológica da visão" e como a certificação da veracidade do relato era comprovada a partir de verbos que qualificavam o ato ou as condições da ação de ver, observar.[49] O rigor epistemológico determinava o real e garantiria o seu registro, a salvaguarda da informação, pois como bem afirmou a autora, "lo que no se ha constatado a través de la observación no queda registrado en el itinerário y, consecuentemente, no existe".[50]

Identificar, observar, descrever, registrar. A administração colonial dos dois reinos ibéricos direcionou esforços não apenas para o aumento de volume de informações, mas também para uma maior qualidade dessas produções. Era preciso técnica e método, as bases do pensamento científico que então se expandia por toda Europa.

Retomando a análise de Maria Beatriz Nizza da Silva, se as premissas de um conhecimento científico eram a base das ordenações expedidas pela coroa portuguesa, a produção de resultados esbarrou em limitações materiais e no ainda escasso quantitativo

[48] DEPETRIS, Carolina. "La construción verbal de una geografia: diarios de expedición a la Pampa y Patagônia argentinas (1743 – 1826). In: La escritura de los viajes: del diario cartográfico a la literatura. Mérida: Universidad Nacional Autónoma de México, 2007.
[49] DEPETRIS, op cit, p. 16.
[50] Idem, p. 17.

de agentes disponíveis para tamanha empreitada. Na ausência de uma classe de cientistas profissionais, parte dos agentes da administração colonial desempenhava também a função de investigadores de diferentes áreas de conhecimento e temas que interessavam ao topo da administração na corte. Juízes de paz, ouvidores e outros empregados ficavam atribuídos dessas missões, mas tinham suas investigações limitadas pelas ocupações primeiras às quais estavam encarregados.

Já as viagens filosóficas, mesmo que profícuas em seus resultados, foram limitadas ou encurtadas em suas durações dadas as dificuldades de manutenção de equipes tão grandes por longos anos e extensos percursos de exploração. Ronald Raminelli defende que Alexandre Rodrigues Ferreira foi enviado à Amazônia como um agente do Império português, ficando as atividades como naturalista em segundo plano. Isso teria comprometido a qualidade e extensão das atividades de coleta, identificação e classificação de tudo o que o naturalista havia feito, o que também explicaria o abandono ao esquecimento de todo o material após o fim da viagem e retorno a Portugal.

Para Angela Domingues, havia uma intensa atividade científica entre a coleta de espécimes e seus estudos nas academias e demais espaços de ciências em Lisboa. Entretanto, essa rede de comunicação só operava com eficiência no sentido colônia – metrópole, sem que o retorno e a circulação de resultados alcançassem os pontos de origem das pesquisas no império colonial português.[51]

Se havia clareza quanto a necessidade e utilidade da investigação e produção de informações úteis ao conhecimento do território colonial, o trato dos materiais coletados e documentos produzidos ficou restrito a alguns gabinetes e associações, sem que ganhassem notoriedade como contribuições científicas. A formação e investimento em um corpo de funcionários-cientistas, dedicados a estas atividades, ou fomento de pesquisas científicas autônomas, sem vinculação com os interesses de estado não passaram pelas políticas do império português. Esse é um consenso ao qual também chega Lorelai Kury ao tratar dos limites da produção científica em território brasileiro durante a colônia.[52]

Ao apresentar diversos homens de ciência do Brasil entre o final do século XVIII e início do XIX, a autora destaca que esses investigadores e suas produções em nada deviam às práticas e às bases que estavam sendo utilizadas por pesquisadores franceses e

[51] DOMINGUES, op cit, 833 e seguintes.
[52] KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). História, Ciências, Saúde - Manguinhos, vol. 11 (suplemento 1) p. 109 – 129, 2004.

ingleses do mesmo período. Fossem homens com formação universitária ou autodidatas, eles participavam de redes de troca de informações, consumiam a literatura circulante das academias de ciências e incorporaram critérios de identificação e catalogação de Lineu. O que comprometeu a circulação e validação das atividades por eles desenvolvidas por outros centros e nações promotoras de ciência foi a falta de ação do império português em apoiar essas atividades e transformar a questão do conhecimento científico em uma política de estado.

> A prática científica tal como realizada nos grandes centros europeus demandou, na outra face da moeda das Luzes, a existência de instituições, redes de circulação de textos, museus e coleções, além da formação de especialistas em quantidade adequada. Mais do que isso; a ciência se havia tornado uma atividade fundamental para o próprio funcionamento dos Estados e para as identidades nacionais europeias.[53]

Kury reforça que a produção de conhecimento científico naquele momento exigia que seus objetivos e circulação transcendessem os interesses e limites da administração do império. A epistemologia da ciência exigia a circulação, o debate e a validação dos pares. Entretanto, enquanto o império contava com agentes habilitados e já conhecedores do modo de fazer da botânica, da mineralogia, e de outros ramos em desenvolvimento, não havia na estrutura do estado um entendimento de que a documentação produzida não se tratava apenas de ofícios ou relatórios administrativos a serem lidos e arquivados.

Sem o amparo material ou a existência de uma política em defesa da produção científica no império português, a condição de colônia das terras brasileiras, que prejudicava a divulgação e validação da produção de ciências, permaneceu como fato mesmo após a Independência, reiterando um estado subalterno da natureza e das ciências no Brasil.

> De fato, ao longo do século XIX os estudos de história natural produzidos no país tiveram como contraponto a literatura europeia colonialista, principalmente no que diz respeito às colônias francesas e inglesas. Em uma situação que buscava a afirmação de um Estado-nação independente, as referências científicas permaneceriam subordinadas a uma divisão internacional baseada na lógica da difusão das Luzes dos centros de saber para as áreas periféricas.[54]

Desta forma, ainda que as práticas da cultura científica não fossem estranhas às terras brasileiras, e alguns de seus habitantes tenham participado de diferentes atividades

[53] Idem, p. 124 – 125.
[54] Idem, p. 125.

relacionadas à produção de ciências, especialmente na coleta de materiais da fauna e flora e no levantamento de dados estatísticos sobre a economia e a sociedade, não havia tratamento, divulgação ou mesmo reconhecimento daquilo que era produzido nestas terras como ciência.

A produção escrita sobre o território português na América durante o período colonial foi dicotômica: rica, porém escassa; planejada e desorganizada; ordenada ou incentivada, mas não financiada; original contudo não publicada; científica mas limitada aos desígnios do império. Além disso, sem repercussão ou circulação dos resultados obtidos por estas viagens, essa produção não realizou o seu intento de "dar a conhecer" o território, sua natureza e riquezas àqueles que na colônia habitavam. Ainda que não fosse produzida em favor ou com o objetivo de atender aos agentes e aos interesses da colônia, se as redes de informação do império tivessem atuado como redes de trocas, esse teria sido resultado possível.

O olhar estrangeiro sobre a natureza e o território

A Independência trouxe a ruptura dessas redes de informação e a retomada da necessidade de se conhecer o território, dessa vez de uma nova nação em formação. O Império do Brasil, a partir da década de 1840, começou a articular instituições e agentes para a construção de uma escrita própria, brasileira, que fosse capaz de consolidar uma narrativa e estabelecer uma explicação quanto a sua origem, as características de sua população e de seu território. Uma vez que a documentação e informações anteriores não estavam disponíveis, um dos recursos foi recorrer à produção naturalista estrangeira que já havia percorrido e continuava a estudar a natureza brasileira.

É isso exatamente o que apresentou Flora Süssekind ao estudar a formação da literatura ficcional brasileira das décadas de 30 e 40 do século XIX[55]. Ao analisar as obras produzidas naquele período, a autora identificou a influência dos viajantes naturalistas na escrita daquela geração, tanto no estilo (ao descrever elementos da fauna e da flora, ou da geografia dos cenários onde as histórias se passavam); como na escolha do tema ou objeto da narrativa, ao comumente retratar personagens que eram também viajantes, fossem a serviço da ciência ou apenas em trânsito, em viagem no decorrer da história; o que levou

[55] SÜSSEKIND, Flora. O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

a conformação de um gênero específico da literatura, onde a viagem pelo Brasil passou a ser o objeto central da narrativa.

E "o que importa fundamentalmente? O fato de o viajante ensinar a ver, organizar para olhos nativos a própria paisagem e definir maneiras de descrevê-la. E desenhá-la."[56] Pois era necessário "desnaturalizar" o olhar, aprender a observar e descrever, como destacou o estudo de Carolina Depetris anteriormente citado, e tornar a paisagem conhecível e reconhecível através da narrativa, sem presumir que o leitor já soubesse do que se tratava, ou que ele fabricasse equivocadamente um cenário outro. Entretanto, dessa vez o texto não era mais produzido a partir do que se via, e sim do que se lia. "Se ao viajante cabe narrar, fixar tipos e quadros locais, ao naturalista caberia classificar, ordenar, organizar em mapas e coleções o que se encontra pelo caminho"[57] Por isso, a estrutura e a forma de contar não poderiam ser desorganizadas, infundadas ou imprecisas. Os viajantes naturalistas ensinaram uma geração de escritores a dar a conhecer o Brasil aos brasileiros.

Isso não foi por acaso. O momento daquela produção literária se caracterizou por uma dupla demanda: a de um estado em organização que precisava se conhecer; e a do movimento romântico em ascensão, que alimentava o ideal de verdade e beleza através da origem, da tradição, do lugar e de destino a povos e nações. Enquanto os demais escritores do Ocidente buscavam no passado a prova e a origem de suas glórias, no Brasil

> Necessitava-se ao contrário, de fundações. Mas para *fundar* uma geografia e uma paisagem singulares e descrever acidentes, cenários e tipos peculiares é preciso traçar as cartas de orientação, itinerários. E, aprendida a cartografia e a "ciência da viagem" com esses viajantes-professores, produzir novos mapas políticos-literários em que se retorne às "origens", "essências nacionais" e se figure um Brasil-nação pitoresco e unificado.[58]

Assim, era necessário recorrer à produção dos naturalistas para encontrar / retornar à natureza e ao território, identificando neles o que ali sempre estivera, por vezes ao alcance do olhar e presente no cotidiano e paisagem dos habitantes de diversas regiões como algo comum, e que passaria a ser reconhecido como essência, beleza e objeto de identidade e memória.

> Observando-se a produção literária brasileira das décadas de 30 e 40, percebe-se que os relatos estão lá mas não propriamente enquanto tais. E sim habitando sobretudo a prosa de ficção que aparece no período. Na composição de um cenário natural bastante obediente às pranchas, ao paisagismo dos pintores e

[56] SÜSSEKIND, op cit, p. 39.
[57] Idem, p. 45
[58] Idem, p. 61.

> desenhistas que acompanhavam as expedições científicas. Na configuração de um narrador de ficção, em geral "destacado" da trama folhetinesca, que, à maneira de um viajante, observa e registra paisagens e costumes. Na própria definição de literatura "brasileira" como uma espécie de mapeamento e viagem incessante em direção a origens e sementes da nacionalidade, ao descobrimento de algo a que se possa chamar Brasil. Viagem de fundação, mas que deve obrigatoriamente se definir como simples demarcação do que já-está-lá, retorno.[59]

É preciso reiterar que esse exercício e aprendizado não foi exclusivo da literatura de ficção das primeiras décadas do Império. Intelectuais envolvidos em todos os ramos participaram de um grande movimento de organização e escrita da história, da natureza e população brasileira, tanto em texto como em imagem. Individualmente ou em institutos, escolas, associações científicas e nas instâncias administrativas do poder imperial, eles começavam a articular a produção de um entendimento sobre o Brasil, e com participação direta de cientistas estrangeiros.[60]

Isso foi possível com a manutenção das autorizações de entrada e recepção de viajantes científicos europeus no pós-Independência e o financiamento de alguns deles para a realização de expedições e estudos de interesse do próprio Império e suas províncias. Essa política confirma o lugar de destaque que a produção dos naturalistas estrangeiros ocupou ao longo de todo o século XIX.

É curioso observar em meio aos relatos, reclamações dos naturalistas quanto a escassez de informações disponíveis ou quanto a precisão do informações e referências conseguidas com outros poucos viajantes sobre o território paraense. Martius comentou que, apesar da grande fama do explorador Pedro Teixeira no estado, os seus relatos da expedição feita até Quito em nada havia contribuído para a viagem dele. E continua

> É antes como também a descrição de viagem do padre Acuña (companheiro do Teixeira na volta de Quito), um assunto de pesquisa histórica; pois embora essas expedições não estejam ainda três séculos atrás de nós, não se encontram mais os nomes de numerosas povoações e tribos, nem nos mapas recentes, nem na boca do povo; já foram quase todos substituídos por nomenclatura nova. Sim, todo o quadro das terras percorridas, que aqueles viajantes no intuito de darem maior valor aos seus descobrimentos apresentam com cores brilhantes, adornados com um sem-número de fábulas, que excitavam a imaginação da Europa, especialmente naquele período, agora que nos achávamos na sua vizinhança afigurava-se-nos inteiramente diferente. Tanto mais bem-vindas nos seriam por isso notícias mais recentes; porém só ouvimos contar

[59] Idem, p. 67.

[60] O primeiro e mais notório desses centros de conhecimento, que tocam em especial a função do historiador, foi a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). O texto de referência sobre a organização, as atividades e o papel do IHGB na construção de uma definição para a nação brasileira e seu projeto como civilização é o artigo de GUIMARÃES, Manoel Salgado. "Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional" Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Vol.1, nº1, 1988. Pp. 5 – 27.

> generalidades acerca das viagens dos portugueses (...) Não eram mais completas as notícias acerca das viagens da última comissão de limites, chefiada por João Pereira Caldas, que, acompanhado por diversos astrônomos, geômetras, desenhistas e pelo naturalista dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, realizara em 1781 ao interior da província, e, juntamente com o comissário de limites, espanhol, D. Francisco Requeña, havia passado alguns anos (até 1786) em Ega e no rio Negro. Somente quando de regresso a Pará, em abril do ano seguinte, recebemos a cópia de uma relação hidrógrafro-etnográfica, escrita por volta de 1786 por um vigário-geral do Pará, José Monteiro de Noronha, e que nos teria sido de grande utilidade durante a própria viagem.[61]

Walter Bates suspeitava as informações obtidas pelas expedições portuguesas "eram conservadas em segredo pela política de desconfiança que presidia aos negócios da colônia."[62] E se referiu aos escritos de Spix & Martius como o conjunto de notícias mais completo, ainda que só tenha tido acesso após o seu retorno.

> Mas a única viagem da qual o público europeu teve largo conhecimento, foi a do astrônomo francês La Condamine, em 1743-4. A notícia mais completa do rio, publicada até hoje, é a que nos dá Von Martius no terceiro volume das Viagens de Spix e Martius. Estes notáveis viajantes estiveram onze meses na região (de julho de 1819 a junho de 1820) e subiram o rio até às fronteiras do território brasileiro. As informações que eles nos dão da geografia, etnologia, botânica, história e estatística da região do Amazonas são as mais completas, até agora fornecidas ao mundo. Sua narrativa ficou inédita até 1831 e, infelizmente, eu não a obtive durante o tempo cm que viajei na mesma região.[63]

Kidder foi mais incisivo em suas críticas ao condenar o governo local por desconhecer o tamanho do próprio território

> Quer seja pela insegurança da vida e da propriedade em geral, quer por falta de iniciativa e energia do povo, ou ainda por ambos esses motivos conjugados, o fato é que se não conhece aí o tamanho sistemático da terra e assim, milhões e milhões de acres dos terrenos mais férteis do mundo, continuam em estado inteiramente primitivo e quase tão inútil à humanidade quanto os áridos desertos africanos. É de se esperar que a situação melhore algum dia, mas, por enquanto, há pouca possibilidade de que isso se dê.[64]

E o que foram capazes de observar, descrever e registrar sobre o território amazônico? Particularmente no entorno da cidade de Belém, teria havido menção, visita ou descrição dos espaços insulares? Qual foi o espaço dedicado às ilhas no texto, em meio a tantos elementos a serem observados e à prioridade para as descrições de espécimes de botânica e zoologia?

---

[61] SPIX & MARTIUS, Viagem ao Brasil. Vol. II Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017. p. 87 – 88.
[62] BATES, Henry Walter. O naturalista no rio Amazonas. Vol.1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944, p. 247
[63] BATES, op cit, 250 – 251.
[64] KIDDER, Daniel. Reminiscências de viagens e permanências no Brasil: províncias do Norte. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008. p. 213 – 214

Exatamente porque a flora e a fauna eram os interesses principais dos viajantes, e muitos se detiveram apenas em alguns estados ou regiões específicas do país, foi necessário determinar alguns critérios de leitura para a seleção dos relatos: viagens realizadas na Amazônia e que incluíram visita ou passagem pela cidade de Belém; eventos que indicassem a passagem pela baía do Guajará e os arredores da cidade; descrição de excursões à propriedades ou a pontos do território que marcassem ou se aproximassem das regiões de ilhas e dos principais rios e furos do termo de Belém.

Desta forma, elencamos sete relatos de viagens: Spix & Martius, William Edwards, Alfred Russel Wallace, Henry Walter Bates, Daniel Kidder, Alcides D'Orbigny e o casal Louis e Elizabeth Agassiz, que visitaram o Pará entre as décadas de 1810 e 1860. Outros viajantes passaram pela cidade ou região ao entrarem ou saírem do rio Amazonas rumo ao Atlântico, sem que tenham feito descrições acerca da geografia de Belém e seus arredores. O que nos traz um primeiro indício significativo: a observação da paisagem nem sempre suscitava a atenção ou necessidade de descrição geográfica pormenorizada. Ainda que algumas observações e descrições de alguma forma se repitam entre estes viajantes, havia diferença no olhar e seleção do que parecia relevante sobre o território. Ao mesmo tempo, a preocupação com uma descrição geográfica detalhada parecia ser uma demanda já superada, ou destinada ao trabalho de observação de outros estudiosos, como parte do processo de separação e especialização das áreas da ciência ao longo do XIX.

A chegada à cidade, para aqueles que subiam a costa atlântica brasileira e entravam na Amazônia pela foz do rio Amazonas, parecia ser o momento de maior impacto e destaque quanto a existência e o volume de ilhas ao longo do rio até Belém. "Quando o sol do dia 25 de julho nasceu no claro horizonte, iluminou em torno de nós um labirinto de ilhas grandes e pequenas, e, no fundo do painel, a margem do continente e da fronteira ilha de Marajó".[65] Uma imagem semelhante foi descrita por Elizabeth Agassiz: "À proporção que nos aproximamos da cidade, as numerosas ilhas que formam o porto do Pará e o abrigam, limitam progressivamente a vista e quebram a enorme massa das águas doces que afluem."[66] E ainda

> To the left, long, low islands extended to within a few miles of the city. All day, our course was near these, and to one never before conusant (sic) of

[65] SPIX & MARTIUS, op cit, p. 412 – 413.
[66] AGASSIZ, Elizabeth. Viagem ao Brasil 1865 – 1866. Brasília: Senado federal, Conselho Editorial, 2000. P. 153

> tropical luxuriance, and a truant from the wintry skies ofthe north, every thing was enchanting.[67]

Para aqueles que alcançavam o rio Amazonas subindo pelo interior do Brasil, como foi a viagem de Hércules Florence, ou desciam o rio Amazonas da nascente até a foz, como fez La Condamine, a rotina de ilhas observadas no encontro do Amazonas e seus demais afluentes já havia acostumado o olhar e preenchido relatos suficientes sobre a característica da região, sem que fosse necessário apresentar novamente o mesmo padrão na região de Belém.

Dentre os viajantes que consultamos, Spix e Martius apresentaram a descrição mais detalhada sobre a localização da cidade de Belém, a composição de rios e ilhas que formavam a baía do Guajará, e fazendo a menção à baía de Santo Antônio, onde está situada a ilha de Caratateua

> Santa Maria de Belém do Grão-Pará, geralmente chamada Pará, distante do mar umas 16 léguas em linha reta, está situada numa ponta de terra plana e baixa, ao longo da margem oriental do grande rio, que pela união da foz do rio Tocantins com as águas do Amazonas (no canal Tajipuru) e com muitos tributários da terra firme e da ilha de Marajó, toma o nome de rio Pará. Aquela parte dessa larga superfície de água, compreendendo um arquipélago de ilhas pequenas, que se estende ao norte da foz do rio Moju, entre a ilha de Marajó e o continente, até à cidade e à baía de Santo Antônio, chama-se baía de Guajará. (Outros designam com esse nome a embocadura baixa, coberta de matas, interrompida por algumas ilhas do rio Guamá).[68]

Edwards deu uma descrição aproximada a feita pelos viajantes alemães, demarcando, contudo, os usos da região das ilhas durante os eventos da Cabanagem, ocorridos quase duas décadas após a passagem dois primeiros viajantes

> Twenty miles below the city, a number of islands are sprinkled about the channel, one of which was pointed out as the last resort of the inhabitants of Para, when the city was sacked by the rebel Indians, a few years since. (...)
> Para is situated upon a little bay, forming a safe anchorage, and is visible, from below, a little more than ten miles. At about that distance, is the Quarantine, not now a terror to travellers. Here, a little boat, rigged with two antique triangular sails, and manned by negroes bare to the waist, pulled alongside, and left with us a custom-house guard, who was to prevent intercourse with the shore.[69]

---

[67] "À esquerda, longas e baixas ilhas se estendiam por alguns quilômetros da cidade. Durante todo o dia, nosso curso foi próximo a estes, e para um nunca antes conusante (sic) de exuberância tropical e um fugitivo dos céus invernais do norte, tudo era encantador." EDWARDS, William. A Voyage up the river Amazon. New York: D. Appleton & Company, 1847. P. 15

[68] SPIX & MARTIUS, op cit, p. 26 – 28.

[69] "Vinte milhas abaixo da cidade, várias ilhas estão espalhadas ao redor do canal, uma das quais foi apontada como o último recurso dos habitantes do Pará, quando a cidade foi saqueada pelos índios rebeldes, alguns anos depois. (...) O Pará está situado em uma pequena baía, formando um ancoradouro seguro, e é

Esse uso das ilhas como espaço de vigilância, ponto de parada e de retenção de navios para averiguação é uma informação importante e pouco destacada pela historiografia. Wallace fez suas primeiras observações sobre a cidade a bordo do navio, enquanto aguardavam a chegada do oficial da alfândega que autorizasse o desembarque no porto do Pará.[70] Já o breve relato de Alcide d'Orbigny sobre as ilhas nos arredores de Belém se justificou exatamente pela parada na ilha da Barra, para que recebessem autorização de saída da província.

> Nous passâmes devant le fort du Barra, petite île ou la police brésilienne délivt'e aux navires des passes d'entrée et de sortie; puis devant Mosqueira, qui fournit au Para ses pierres à bâtir. Plus loin, le canal s' élargit, et I' on voit paraitee l'lle des Guaribas, tapissée de mangliers peu élevés ; puis, au delà, la pointe de Carmo, ou le fleuve s'étend de plus en plus.[71]

Spix e Martius obtiveram informações de que havia planos mais elaborados para expandir o uso das ilhas do entorno da cidade em favor da segurança

> Para perfeita defesa do canal, propuseram fortificar outras duas ilhas pequenas, invadidas pelas águas nas grandes enchentes, Tatuoca e Jatuba[72], situadas mais ao norte, a umas 5.800 braças da cidade, da outra banda da Ponta do Livramento, entre o continente e a ilha Cotejuba. Esta muito custosa empresa não teve, entretanto, ainda começo.[73]

Mesmo que esses planos de fortificação e vigilância não tenham se concretizado, é patente nos relatos que esses espaços eram tidos como pontos privilegiados para a observação da circulação de embarcações na baía do Guajará, de seus possíveis usos para a contenção de agentes e cargas irregulares. As preocupações naquele momento se concentravam nos aspectos alfandegários e legais, mas já apontavam a possibilidade de usos específicos ou restritos destes espaços.

---

visível, de baixo, a pouco mais de dezesseis quilômetros. Mais ou menos nessa distância, fica a Quarentena, agora não é um terror para os viajantes. Aqui, um pequeno barco, equipado com duas velas triangulares antigas e guarnecido por negros nus da cintura para cima, puxou ao lado e deixou conosco um guarda da alfândega, que deveria salvaguardar as relações com a costa." EDWARDS, p. 16

[70] WALLACE, Alfred Russel. Viagens pelo Amazonas e Rio Negro. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. P. 36

[71] "Passamos pelo forte da Barra, uma pequena ilha onde a polícia brasileira emitia passes de entrada e saída para os navios; depois na frente da Mosqueira, que abastece o Pará com suas pedras de construção. Mais adiante, o canal se alarga e avistamos a ilha de Guaribas, forrada de manguezais baixos; depois, para além, a ponta do Carmo, onde o rio se estende cada vez mais." D'ORBIGNY, Alcide. Voyage dans les deux Amériques. Paris: Furnes et C. Éditeurs, 1854. P. 139.

[72] Ilha do Jutuba

[73] SPIX & MARTIUS, op cit, p. 38.

O que mais se destacou nos textos dos viajantes, pelo próprio caráter científico das viagens, foram os apontamentos dedicados a explicar o processo de formação das ilhas, suas características morfológicas, além de sua riqueza biológica.

> O privilégio, que tem o litoral dos trópicos, de revestir-se com uma ourela sempre verde de manguezais, não é apanágio só das costas banhadas pelo oceano nesta região, mas estende-se essa estranha vegetação desde a foz do próprio Amazonas e do Pará até a vila de Cametá, no Tocantins e, a oeste, até Gurupá; reveste, portanto, igualmente as costas baixas das inúmeras ilhas, a grande Marajó, no meio, do que se poderia chamar propriamente arquipélago do Pará.[74]

Wallace, muito econômico nas palavras, apenas comenta que "em todas as ilhotas do rio, veem-se árvores até à beira da água, e as pequenas praias, agora atingidas pela cheia, são cobertas de arbustos ou árvores baixas, cujas grimpas estão apenas acima da superfície das águas."[75] Um pouco antes de sua passagem pelo Pará, Edwards procurou tipificar as características dos manguezais e sua contribuição para a formação das ilhas

> The mangroves that skirt all these streams are a curious feature. The tree itself is low, and has a small stem; but from this, radiate in every direction towards the water, long, finger like branches. These take root in the mud, and are really the roots of the tree, supporting the stem at some distance above the water. When they are small, they serve for arrows to the Indians, being very light, and often perfectly straight. They not only so bind the soil as to prevent its wearing away by the constant flowings of the tide, but catch all sorts of drift, which in this way, contributes to the body of the island. Indeed, whole islands are thus formed ; and within the memory of residents, an island of considerable size has sprung up within sight of the city of Para. In a similar way, the thousands of islands that dot the whole Amazon have been formed.[76]

Daniel Kidder também comentou sobre o processo de formação das ilhas ao longo do rio Amazonas e seu caráter efêmero, o que implicaria no constante desaparecimento e surgimento de novas ilhas

> São elas, sem a menor dúvida, o produto aluviônico do grande monarca fluvial que vai carregando em seu dorso a lama dos terrenos que banha, para depois misturá-la com as areias que o oceano deixa em sua retirada. Foi essa,

[74] Idem, p. 70
[75] WALLACE, op it, p. 37.
[76] "Os manguezais que contornam todos esses riachos têm uma característica curiosa. A árvore em si é baixa e tem um pequeno tronco; mas, a partir dele, irradia em direção à água longos dedos como ramos. Estes se enraízam na lama e são realmente as raízes da árvore, sustentando o tronco a alguma distância acima da água. Quando pequenos, servem de flecha aos índios, sendo muito leves e, muitas vezes, perfeitamente retos. Eles não apenas prendem o solo de maneira a evitar que se desgaste pelas constantes correntes da maré, mas captam todo tipo de material à deriva, que assim contribui para o corpo da ilha. Na verdade, ilhas inteiras são formadas; e na memória dos moradores, uma ilha de tamanho considerável surgiu à vista da cidade do Pará. Da mesma forma, as milhares de ilhas que pontilham toda a Amazônia foram formadas." EDWARDS, op cit, p. 89 – 90.

> naturalmente, a gênese da vasta ilha de Marajó bem como de numerosas ilhotas do delta amazônico. Duas circunstâncias tangíveis demonstram com eloqüência essa teoria. Em primeiro lugar, as águas do Amazonas são barrentas e depositam espesso sedimento. Depois, o processo de novas formações pode ser observado na própria calha fluvial de onde, às vezes, desaparecem ilhas inteiras. [77]

Para estes viajantes, portanto, as ilhas foram objeto relevante na paisagem, por existirem em grande número e pelo caráter sedimentar de suas formações. As considerações em torno das ilhas não se limitaram a uma avaliação à distância, sendo algumas delas locais de visita e coleta de espécimes para as coleções. Entretanto, quanto mais estes viajantes adentravam nas regiões das ilhas, menor era a capacidade deles em distinguir se o caminho que percorriam ou terra em que caminhavam era terreno continental ou insular.

As visitas às ilhas dos arredores de Belém parecem ter tido um traço em comum entre os viajantes: foram em geral passeios promovidos por anfitriões e políticos que recebiam os viajantes na capital, sem que estes tivessem acesso a mapas ou muitas informações prévias, e sem equipamentos para determinar as suas localizações, ou mesmo pranchas para esboços, apenas materiais de caça, para a entrada nas matas e coletas. Adentrando pela mata ou igarapés, em meio a um emaranhado de rios e furos, os relatos dessas experiências admitiram uma divergência maior de informações, e principalmente carregam muitas omissões e imprecisões.

A mais escassa em detalhes foi a notícia da visita de Louis Agassiz à região da Barra e ilhas circunvizinhas à cidade de Belém. Segundo o relato de sua esposa, "à tardinha, Agassiz partiu com os seus auxiliares para explorar algumas das ilhas que estão situadas na barra. O itinerário dessa primeira excursão às imediações do Pará foi traçado pelo presidente da província, Dr. Couto de Magalhães."[78]

Elizabeth Agassiz não acompanhou seu marido nesta visita. Assim, temos apenas a notícia de que ela foi feita e da impressão que deixou no naturalista sem, contudo, nos permitir conhecer o percurso que ele realizou e detalhes do que foi visto. Ela apenas comentou: "Agassiz voltou esta tarde de sua excursão à barra, mais profundamente impressionado do que nunca da grandeza da entrada do Amazonas e da beleza de suas inúmeras ilhas. É, diz ele, um arquipélago num 'oceano de água doce'".[79]

[77]KIDDER, op cit, p. 215 - 216.
[78] AGASSIZ, op cit, p. 155
[79] Idem, p. 156.

O ponto de visita mais comum compartilhado pelos viajantes foi o furo do Maguari, braço de rio que recorta o território nas imediações de Belém desenhando muitas ilhas, entre elas a de Caratateua. Neste furo, William Edwards, Walter Bates e Alfred Wallace visitaram um famoso engenho de arroz e serraria de propriedade do americano Benjamin Upton. Esta propriedade foi tida em grande conta pelos viajantes, em especial pela assistência fornecida pelo administrador da fazenda, o Sr. Leavens, sempre disposto a acompanhar os naturalistas em expedições nas matas da propriedade e em conseguir espécimes necessárias para as suas coleções.

Não conseguimos precisar a localização exata da propriedade, mas ela estava situada às margens do Maguari.[80] Todos os viajantes repetem as informações de distância fornecidas por Edwards, ao contar que "our first excursion, to any distance, was to the Rice Mills, at Magoary, only twelve miles from Para by land, and two tides, or about ten hours by water."[81] Enquanto Edwards fez a viagem ao engenho de arroz pelas águas, a primeira viagem de Bates e Wallace até a propriedade "foi feita por terra. O igarapé Iritirí, em cujas margens assenta a serrania, comunica com o rio Pará por outro maior, o Maguarí, de modo que há um caminho por água, mas que faz urna volta de umas vinte milhas."[82]

> A serraria formava grande aglomerado de construções, pitorescamente situadas em larga clareira, completamente cercada pela mata virgem. (...) O riacho Iritiri tem, na serraria, apenas· algumas jardas de largura, serpeia entre dois altos paredões de um trecho da mata, tornando-se depois muito mais largo, para lançar-se afinal no Maguarí. Há muitas outras ramificações, furos e curuperés que levam a cabanas retiradas ou a casas esparsas, habitadas por mestiços de branco, negro e índio. Muitos tinham negócios com o Snr. Leavens, vendendo-lhe as suas pequenas colheitas de arroz ou alguns toros de madeira.[83]

Enquanto Bates descreveu em detalhes a natureza e os arredores da propriedade, Wallace detalhou um pouco mais as características do maquinário ali presente

> Há ali três engenhos: um de serra e dois para arroz. Um dos destinados ao arroz funciona a vapor e os outros dois são movidos a água, que é obtida por intermédio de uma barragem, a qual represa a água de dois ou três córregos, formando um extenso açude, onde se armazena a água para a movimentação dos maquinismos. O de serra foi instalado, há pouco, pelo Sr. Leavens, que é um perito construtor de engenhos.[84]

[80] Esse furo percorre toda a lateral da ilha voltada para o continente, separando-a da então chamada vila do Pinheiro por um lado, e da ilha de Mosqueiro por outro. Mas o Maguari não se limita a estas imediações, adentrando pelo território e recortando uma vasta faixa de terra rumo ao interior. Por isso, é difícil precisar onde exatamente ficava a propriedade de Benjamin Upton.
[81] "nossa primeira excursão, para qualquer distância, foi aos Moinhos de Arroz, em Magoary, a apenas doze milhas do Pará por terra, e duas marés, ou cerca de dez horas por água". EDWARDS, op cit, p. 42
[82] BATES, op. cit, p. 98
[83] Idem, p. 108 – 109.
[84] WALLACE, p. 62.

Propriedade semelhante foi objeto de descrição feita por Spix e Martius, em visita à Ilha das Onças. Convidados para conhecer o engenho da família Faria, eles deram detalhes acurados sobre a propriedade, as lavouras e manufaturas ali desenvolvidas

> O engenho do Faria, situado quase no meio da margem oriental da ilha, pôde dar-nos, melhor do que qualquer outro, um exemplo da lavoura aqui habitual. Cultiva-se cana-de-açúcar nos lugares um tanto mais altos da ilha e emprega-se a maior parte da calda em melado e cachaça. Os alambiques adequadamente construídos foram feitos na Inglaterra e produzem, em parte, excelente qualidade de aguardentes mais finas e especialmente anisete, para cujo fabrico se importam sementes de anis de Portugal e de Gibraltar. O arroz dá com rapidez pouco comum, muitos, porém, grãos pequenos. Tem-se plantado com vantagem arroz de montanha, de preferência ao comum. Para descascá-lo, há um moinho movido a água. Também o milho dá muito bem e distingue-se sobretudo pela enormidade das espigas e quantidade de grãos.[85]

O relato não se limitou na descrição da propriedade, e contava também com um apanhado geral descrevendo a localização e as principais características da ilha

> A ilha das Onças, em toda a sua extensão de 3.600 braças de comprimento e 1.200 de largura, não apresenta grandes elevações, mas tem ondulações de linhas suaves, entre as quais se estendem terrenos pantanosos. Dois riachos, que até longe, no interior, sentem a mudança da maré cheia e vazante, deságuam na margem leste no rio. Em ponto algum aparece pedra, e a vegetação pujante, cerrada, reveste o fino humo negro ou a gorda argila pardo-avermelhada, sem interrupção desde o rio, ora em altas matas virgens, ora em cercas formadas por palmeiras de espinho, possantes troncos de aruns ou juncos de folhas largas.[86]

Vale ainda mencionar a ida de William Edwards à praia do Caripi, viagem essa anos mais tarde repetida por Wallace e Bates. Ambos visitaram a região para coletar conchas, tendo sido recepcionados em uma propriedade que Wallace afirmou se chamar Laranjeiras, às margens da praia. Edwards afirma que o local ficava trinta milhas distante de Belém, quase na margem oposta da baía do Guajará, separados por um labirinto de ilhas.[87] Ao narrar a viagem rumo àquela propriedade, ele descreveu

> Morning dawned, and we were winding in a narrow channel, among the loveliest islands that eye ever rested on. They sat upon the water like living things; their green drapery dipping beneath the surface, and entirely concealing the shore. (...) Frequently we passed plantations, generally of sugar cane, and looking, at a distance, like fields of waving corn; in beautiful contrast with the whole landscape beside. (...) At length, towards noon, turning a point, we

[85] SPIX & MARTIUS, p. 71
[86] Idem, P.72
[87] EDWARDS, p. 64. Na verdade, a praia do Caripí está localizada na baía do Marajó, e faz parte hoje do município de Barcarena. Mas, quando observamos Belém e Caripí no mapa, as localidades parecem alinhadas perpendicularmente.

> opened at once into a vast expanse of water, upon the farther side of which the tree tops of Marajo were just visible. Immediately to our left, distant about a mile, and in a small circular bay, the broad white beach and glistening house upon its margin, told us we had arrived at Caripe.[88]

Comparativamente às outras duas propriedades visitadas, a do Caripi parecia menos abastada em suas benfeitorias e na produção agrícola ali desenvolvida. Entretanto, suas características não deixaram de causar boa impressão em William Edwards

> The house was remarkably well constructed, for the country, covering a large area, with high and neatly plastered rooms, and all else conveniently arranged. In front was a fine view of the bay, and Marajo in the distance. Upon either side, the forest formed a hedge close by. Behind, was a space of a few acres, dotted with fruit trees of various kinds, and containing two or three thatched structures, used for various purposes; one of which particularly, was a kiln for mandioca.[89]

A partir das considerações feitas pelos viajantes sobre a formação das ilhas, além das viagens a passeio nos arredores da cidade, marcadamente o furo do Maguari, a ilha das Onças e a praia do Caripí, podemos verificar que os espaços insulares, ou determinados pela localização e acessibilidade através dos rios, não foram ignorados, ainda que observados em menor escala frente aos seus objetos de interesse principal.

Sobre isso, Kidder fez a seguinte consideração

> Uma das grandes vantagens que o Pará apresenta sobre as demais regiões brasileiras é a facilidade de suas comunicações fluviais. Além do Amazonas gigante e de seus colossais tributários, milhares de pequenos cursos serpeiam pela região. Assim é que quase todas as propriedades rurais têm um rio pelo qual seus produtos podem ser transportados para o mercado, sem despesa nem demora.[90]

[88] "Amanheceu e estávamos nos embrenhando em um estreito canal, entre as ilhas mais lindas que os olhos já viram. Elas se sentaram sobre a água como coisas vivas; sua cortina verde mergulhando abaixo da superfície e ocultando totalmente a costa. (...) Passamos frequentemente plantações, geralmente de cana-de-açúcar, e olhando à distância, pareciam campos de milho ondulante; em belo contraste com toda a paisagem ao lado. (...) Por fim, por volta do meio-dia, virando um ponto, adentramos imediatamente em uma vasta extensão de água, sobre do outro lado da qual ficavam visíveis apenas as copas das árvores do Marajó. Imediatamente à nossa esquerda, distante cerca de uma milha, e em uma pequena baía circular, a ampla praia branca e a reluzente casa à sua margem, avisavam-nos que havíamos chegado a Caripe." Idem, p. 64 – 65.

[89] "A casa estava notavelmente bem construída, para o país, cobrindo uma grande área, com quartos altos e cuidadosamente rebocados, e tudo o mais convenientemente arranjado. Em frente tinha uma bela vista da baía, e o Marajó à distancia. Em ambos os lados, a floresta formava uma cerca viva. Atrás, estava um espaço de alguns hectares, pontilhado com árvores frutíferas de vários tipos, e contendo duas ou três estruturas de palha, usadas para vários fins; um dos quais particularmente, era um forno para mandioca." EDWARDS, op cit, p. 66.

[90] KIDDER, op cit, p. 214.

O mérito, contudo, não estava apenas no olhar e interesse científico, mas foi em muito determinado pelo padrão de ocupação da região, e pelas extensas propriedades que se instalavam segundo a navegabilidade e disponibilidade de boas terras nos rios, incluindo aí as ilhas. A existência de propriedades e a disposição de donos, administradores, guias e demais interessados locais em colaborar com as expedições científicas interfeririam, em maior ou menor escala, em rotas e itinerários, na observação da natureza e na coleta de material, contribuindo de forma significativa para o sucesso das viagens científicas. Em contrapartida, permitiu que as ilhas entrassem, mesmo que pontualmente, no raio de observação dos viajantes.

A representação geral das ilhas, para além do entorno da cidade, prevaleceu como a caracterização de espaços naturais intocados ou de difícil acesso, por conta do emaranhado de árvores e outras plantas em suas margens, como descrito anteriormente pelos autores. A multiplicidade e efemeridade de suas formações também se consolidaram de forma marcante, e vão interferir a longo prazo no entendimento quanto a especificidade das ilhas, percebidas muito mais como paisagem do que como território.

Contudo, é preciso mais uma vez retomar a questão do olhar, dos objetivos, critérios e tempo de observação. A grande maioria dos viajantes dispunham de poucos meses para percorrer todo o território amazônico, e essencialmente não tinham a geografia e a etnográfica como prioridades, mas a botânica e a zoologia. Por isso seus comentários poderiam ser um pouco mais demorados quando as oportunidades de coleta os levaram até as ilhas. Quando não, elas eram observadas de passagem, como parte da paisagem ou elementos que exigiam atenção durante o percurso nos rios.

Não podemos atribuir a sentença lançada sobre as ilhas apenas ao olhar ou à narrativa dos naturalistas. Ela deve ser pensada também como um traço, escolha, ou interpretação dos seus leitores. E essa interpretação teve influência direta do pensamento do século XIX, quando natureza e civilização se tornaram antônimos irreconciliáveis.

O desejo de substituir natureza por civilização

Começamos este capítulo apresentando a obra seminal de Ángel Rama sobre o impacto da cultura letrada na organização do território colonial na América Latina, irradiando poder e sentido a partir das cidades. Esse processo se intensificou ao longo do século XIX, a partir da produção de literaturas locais, como as de ficção estudadas por Flora Süssekind, que se apropriam do objeto e do conhecimento científico sobre a natureza e o território, popularizados pelos viajantes naturalistas.

Se inicialmente a narrativa naturalista serviu para a definição de códigos, de uma linguagem capaz de circular e construir um consenso sobre o Brasil, sua nação e território aos próprios brasileiros, essa mesma linguagem começou a ser operada na produção de discursos, dentro de uma chave foucaultiana de relações intrínsecas entre saber e poder. É o que nos alerta Márcia Naxara ao explicar que

> Nesse movimento de conhecimento do mundo do qual os relatos de viagem fazem parte, estabelecem-se relações estreitas entre saber e poder; relações que se entretecem entre ambos os domínios, na medida em que a política se apoia nos conhecimentos e nas práticas dos estudiosos e, estes, por sua vez, conduzem suas pesquisas com apoio do Estado (ou, eventualmente, de financiadores particulares). Há, portanto, a necessidade de cuidados para nuançar as relações entre curiosidade científica (ou não), a prática da pesquisa e de produção do conhecimento e a prática do poder e da dominação, em especial quando se trata do domínio colonial. A relação entre saber e poder tende a se estreitar no mundo moderno, assim como aquela entre arte e a ciência.[91]

O conhecimento científico, seus códigos e aqueles que os sabem operar, não anunciavam e muitas vezes pareciam não reconhecer o potencial de controle, de domínio e do caráter impositivo que relatos, estudos, projetos e livros, dentre muitos outros materiais científicos, carregam. Ou talvez seja mais correto afirmar que o caráter impositivo não era entendido como um problema, uma vez que a explicação e a ordem impostas pelo conhecimento científico seriam necessariamente verdade e, portanto, benéficas, desejáveis e positivas.

Nesse sentido, as instituições de formação e a produção de estudos sobre o Brasil se expandem na segunda metade do XIX. Com o avanço da ciência e suas especializações, o foco não era mais investir em ciência pura como a botânica e a zoologia, e sim em ciências práticas, de resultado aplicado e que pudessem transformar de vez a natureza brasileira. Assim, a agricultura, as engenharias e a medicina tropical foram três campos de conhecimentos que se expandiram fortemente na tarefa de habilitar o Brasil ao sucesso civilizacional.

A prática de adotar o conhecimento produzido ou propagado por instituições e pesquisadores europeus como referência nas produções latino-americanas, sem que adições, revisões ou contrapontos fossem estimulados, limitou a disponibilidade de informações, e consequentemente de interpretações, usos e projetos que poderiam advir da intelectualidade local. Sobre isso, Rama faz uma crítica significativamente importante

[91] Naxara, op cit, p. 158

para a forma como os intelectuais paraenses produziram obras e promoveram a difusão de informação sobre o território.

> Apesar do programa romântico insistentemente proclamado, apesar de não haver lugar-comum mais elevado no pensamento estrangeiro do que a "ubérrima natureza americana", a América Latina não contou, no século XIX, com uma escola literária da envergadura do "transcendentalismo" americano (...) Entre os latino-americanos não houve em todo o século XIX nem um Thoreau sequer, que fosse viver na natureza, a proclamar suas glórias e a escrever seu Diário; os escritores residiram nas cidades, nas capitais se fosse possível, e ali fizeram suas obras, nesse marco urbano, ainda que as salpicassem da cor local de moda que exigia "natureza".[92]

Assim, é necessário considerar de partida que nossos autores eram "cientistas de gabinete", homens que estavam propondo explicações e intervenções a partir da interpretação de dados de terceiros. Como no período colonial, o centro irradiador de saber e sentido mantinha a política de delegar a outros a função de ver e descrever. A crítica quanto ao método ou os objetivos e limites de cada relato ainda não estavam postos. Ademais, aquele momento era o auge da popularidade do evolucionismo e do positivismo. Sob essas duas diretrizes, havia a certeza de que o olhar da ciência era infalível na distinção entre civilização e barbárie. A menos que a crítica viesse de outros intérpretes, aí caberia o questionamento.

Um dos artifícios de discurso presente em todas as obras, e com mais ênfase nos álbuns de governo, era enaltecer as informações e suas fontes como forma de contestar e derrubar o que estaria sendo dito e escrito sobre a Amazônia e o Pará pelos intelectuais do sudeste brasileiro.

> Enquanto o estrangeiro estuda e explora com afã os nossos rios e deita longos olhares de inveja para as minas de ouro vegetal que florescem em nosso solo, - enquanto o nortista do Brasil acode, açoutado pela seca ou atraído pelos lucros fáceis que podem advir da indústria florestal, - o Brasileiro, em geral, o filho do Sul, fica sendo, as mais das vezes, o representante irredutível da antiga e clássica ignorância crassa a respeito da Amazônia.[93]

O álbum "O Pará em 1900" abriu suas primeiras páginas de introdução com uma provocação quanto a necessidade de propagar os sucessos e qualidades do estado: enquanto essas qualidades já seriam objeto antigo de estudos estrangeiros, a opinião nacional continuava a comprometer o desenvolvimento local com o que seria a

[92] Rama, op cit, p. 79
[93] Pará, 1900, p. II

manutenção de uma "ignorância crassa". Era necessário, assim, assumir a narrativa sobre o território paraense.

> Poucos Estados são menos conhecidos no Brasil do que o que tem a fortuna de possuir o seu principal porto, o de Belém, a poucas milhas da foz do Amazonas. Nos últimos anos tem ele feito muito esforço para debelar a invencível ignorância dos estranhos; por meio de livros, de opúsculos, de mapas, de quadro, de álbuns, de conferências, as suas inteligentes administrações tem procurado fazer propaganda prática e eficaz: o estrangeiro veio assim a conhecer uma parte das riquezas que encerra o Eldorado brasílico, o misterioso País da Borracha.[94]

Toda a introdução foi dedicada a uma imensa prova de que o europeu já conhecia e valorizava a Amazônia antes da chegada de Cabral ao Brasil, e continuava até ali, como provava a lista de viajantes elencados por nacionalidade e cronologicamente. Uma vez atestado esse interesse, o reconhecimento e a validação europeia sobre o estado e suas riquezas, o texto encerrou com a sentença:

> Todos esses estrangeiros decantam a natureza amazônica, exaltam os recursos naturais do país, combatem os preconceitos existentes contra o clima.
> O que escreveram acha-se em todas as mãos.
> Mais do que eles falam os vinte mil colonos europeus que o Dr. Paes de Carvalho conseguiu localizar no Estado, e que estão a transformar o país com sua operosidade.
> Essa é a verdadeira propaganda.
> Esse é o elogio produtivo.
> A esses anônimos deverá um dia o Pará a glória de provar que a aclimatação da raça branca pode tornar-se uma realidade na América.[95]

Em outro capítulo ainda do mesmo álbum, sobre a geografia física do estado e escrito pelo Barão do Marajó, ao defender o clima da Amazônia, afirma

> Hoje porém, que as comunicações entre os diferentes países se tornam frequentes, cômodas e rápidas, e têm permitido que estas regiões sejam visitadas por comerciantes, *touristes*, naturalistas e geógrafos de nomes conhecidos e respeitados, tem diminuído essa errada opinião, dando muitos deles incontáveis testemunhos em favor do vale amazônico (...)[96]

"É tempo de fazer desaparecer de uma vez, pela eloquência das estatísticas e das constatações científicas, a lenda das moléstias tropicais. As moléstias como a saúde não dependem absolutamente das latitudes."[97] Vencer o mito da insalubridade amazônica, especialmente do clima, parece ser o objetivo principal das publicações do estado. Este

[94] PARÁ, O Pará em 1900, p I-II
[95] Idem. p. XII – XIII
[96] Idem, p. 11 (grifo no original)
[97] PARÁ, 1908, p. 17

era um dos tópicos obrigatórios, enriquecido com muitas estatísticas, perdendo talvez apenas para as apresentações da produção econômica da região. Esse tópico também é um dos que coletavam o maior número de citações e referências de viajantes, escritores, políticos ou qualquer outra personalidade que tenha feito alguma afirmação favorável sobre o clima da Amazônia.

E ainda que o tópico fosse o clima, os interesses que permeavam a sua campanha favorável também se manifestavam nas citações elencadas, como um certo Dr. Pedro Moreira, que afirmou "Resta-nos, porém, um mundo de terras devolutas de primeira qualidade, apropriada a agricultura e a indústria pastoril, que poderão fazer a riqueza e felicidade de milhões de europeus que desejem sinceramente associar-se a vida nacional e aos nossos destinos"[98]

A questão sanitária foi fortemente abordada em vários capítulos, como recurso para reclamar um lugar de verdade e legitimidade da escrita paraense sobre o seu próprio território: higiene; natalidade, nupcialidade e mortalidade; e notícias sobre patologia médica. Neste último, ao abordar a incidência da febre amarela dentre os imigrantes, o Dr. Américo Campos afirma

> A febre amarela está localizada só em Belém. Tem deixado indemne o interior e mesmo as cidades, vilas e povoações vizinhas desta capital; isto porque, como recurso profilático, o Governo recebe os imigrantes em hospedaria bem situada e melhor montada, fazendo as turmas seguirem diretamente para as colônias ou localidades outras onde tenham de permanecer. Parte, porém, de tais imigrantes vem direta e livremente para esta cidade; outros especuladores mal orientados, abandonam as colônias, deixam as zonas escolhidas onde poderia afazer o corpo às exigências do clima e procuram as nossas ruas, nas quais lhes parecem poder colher melhor lucro. Tal gente, abrigada em casas anti-higiênicas, sem espaço, luz e limpeza, alimentando-se mal e não asseando convenientemente o corpo, expõem-se ao morbos violento que se praz em escolher os organismos de grande robustez para cruel e rapidamente abate-los.[99]

Os álbuns de governo tratavam como missão revelar o verdadeiro Pará, em sua riqueza natural, sua organização política, capacidade administrativa e, principalmente, seu desenvolvimento econômico e destino como civilização. Esses dois últimos aspectos estavam sustentados pelas informações e opiniões emitidas pelos naturalistas, dentre outras autoridades europeias que já haviam percorrido e reverenciado o estado em seus escritos.

[98] PARÁ. Álbum do Pará em 1899, p. 129
[99] PARÁ. O Pará em 1900, p. 126

É claro que a própria coleta de informações por parte dos escritores paraenses era enviesada, e omitia em larga escala os estudos e opiniões negativas sobre a população do estado. O parecer racista quanto ao caráter miscigenado da população não foi negado, mas seu peso foi abrandado, e antes, serviu também como justificativa para as ações do estado no que tocava a imigração e o desenvolvimento da agricultura.[100] O importante, na construção argumentativa destes textos, era referendar a riqueza natural deste estado.

Além do viés utilitarista na descrição da natureza e do território, é preciso relembrar que as fontes originais, os relatos dos viajantes, também foram produzidos segundo objetivos e recortes específicos. Assim, não seria admissível que o espaço de texto e tratamento dado às ilhas nas obras locais extrapolassem o que já havia sido dito. Assim, ao descrever a formação de ilhas no rio Amazonas, o Barão do Marajó reproduz de forma fiel a opinião apresentadas pelos viajantes anteriormente:

> Tem este rio disposições muito especiais que nunca vi em algum outro rio, como seja a que se nota em grande número de seus braços, que se dividem para a pouca distância tornarem a unir-se, formando um espantoso número de ilhas; é tão grande o número de canais deste fato originados, que um mapa do Amazonas e seus afluentes tem semelhança com uma rede de malhas irregulares.
> Em suas ilhas há também curiosa observação a fazer: assim, umas parecem devidas a erosão as águas em terrenos preexistentes, e quase sempre estas são de maior extensão do que as outras que mostram ser formadas pelo transporte de detritos efetuado pelas águas. [101]

Mais a frente na mesma obra, o autor retoma a questão das ilhas: confirma a necessidade de mais informações, as suas limitações de análise a partir dos relatos obtidos nos viajantes. e a utilidade de um artigo que se dedicasse exclusivamente a elas

> Seria de certo um artigo dos mais interessantes aquele que tratasse da enumeração e descrição de todas as ilhas que se encontram nas duas províncias banhadas pelo rio Amazonas e seus afluentes, nem este artigo pode deixar de tomar lugar quando e trata de assuntos corográficos. Infelizmente, porém nem um estudo pode ser por mim utilizado por que um pequeno número de ilhas, entre tantas que elas são, tem sido visitadas ou mesmo percorridas pelos viajantes, e ainda menos pelos geógrafos, com também por que são elas de um número tal, que dificílimo se torna esta tarefa; além disto, sendo o maior número dela, de recente formação, de terrenos alagados, pouco interesse oferecem à especulação.
> Por estas razões é-me impossível fazer delas uma descrição; limitar-me-ei a formar diferentes grupos, e dizer o que poder colher sobre aquelas que maior importância oferecem por qualquer lado que sejam apresentadas.[102]

[100] Retomaremos essa discussão no terceiro capítulo.
[101] BARÃO DO MARAJÓ. As regiões amazônicas: estudos chorográficos dos estados do Gram Pará e Amazonas. Lisboa: Imprensa de Libano da Silva. 1895 p. 54
[102] BARÃO DO MARAJÓ. Op cit, p. 297

As limitações quanto a descrição e percepção sobre as ilhas iam além do texto escrito. Há um mapa do estado no Pará na obra, produzido pelo engenheiro Américo Santa Rosa. Como todo mapa que precisa dar conta da extensão do território paraense, a escala acabava por privilegiar os objetos geográfico de maior extensão, e subtraindo os de menor extensão ou importância. Assim, além da ilha do Marajó, a representação das ilhas das imediações de Belém, na baía do Guajará, ficou limitada mais uma indicação do que uma representação fiel e identificada de cada uma. Apenas Mosqueiro e Ilha das Onças foram nominalmente identificadas. Caratateua não foi nomeada, nem sua representação no mapa foi compatível com o tamanho e ou o desenho geográfico da ilha.

Imagem 02: Detalhe do Mapa do estado do Pará, presente na obra "as regiões amazônicas", do Barão do Marajó

Fonte: Barão do Marajó. As regiões amazônicas.

Raymundo Cyriaco Alves da Cunha em "Pequena chorografia da província do Pará", cita a ilha das Barreiras (primeiro nome dado à ilha de Caratateua) duas vezes: no item "Ilhas", mas não foi relacionada entre as mais importantes; e no item "Baias", como limite da baía de Santo Antônio. A ilha não aparece relacionada como vila, povoação ou freguesia da cidade. Enquanto isso, a ilha de Marajó é descrita como a mais importante por ser a maior.[103]

[103] CUNHA, Raymundo Cyriaco Alves da. Pequena chorographia da Província do Pará. Belém: s.n, 1887.

A ilha do Marajó foi o espaço insular que de fato mereceu atenção nas obras levantadas, fosse material de propaganda do estado ou livros que se propunham a estudar a geografia e a agricultura. Na mesma obra sobre as regiões do estado, o Barão do Marajó destacou que

> A ilha do Marajó é uma das gemas mais preciosas do Estado do Pará sob todos os pontos de vista que a olharmos. Pela sua vantajosa posição no centro da imensa boca do Amazonas, ela facilita sua defesa, podendo talvez mesmo impossibilitar a entrada de navios invasores que queiram forçar a entrada, pois com as outras numerosas ilhas e canais que se acham dispersas ou pelo lado N. ou pelo lado S. será fácil nulificar os esforços dos adversários.[104]

O autor passou então a descrever as riquezas agrícolas: matas onde abundam duas espécies de seringueiras para extração da goma elástica e campos aptos para a atividade pastoril (o que dá início a um grande comentário sobre a diminuição da produção do gado vacum, a quase extinção de gado cavalar na ilha após autorização para o abate da população excedente e a proliferação de doença, segundo o Barão, e correntes desses abates). Ainda assim, "a riqueza da ilha consiste em seus extensíssimos campos cortados por numerosos rios, bem como as baixas cobertas de águas que, quando o inverno acaba, dão cômodos bebedouros ao gado."[105] Um terceiro motivo de importância apresentado é mais curioso, e reitera a vocação científica das obras corográficas:

> Não é somente pelo lado agrícola que tem valor esta ilha; também pelo lado científico oferece ela aos estudiosos de antiguidade e história dos nossos aborígenes um vastíssimo e interessante campo, e ceio que em parte do território brasileiro se encontram tantos e variados monumentos servindo ao estudo etnológico e arqueológico do passado as raças índias que dominavam aqueles lugares antes da descoberta.[106]

Todos esses dados, mais uma vez, foram fruto das expedições de viajantes naturalistas que investigaram a ilha do marajó durante a visita à fazendas e outras propriedades. O estado propriamente ainda não conseguia mapear e descrever o seu próprio território, tanto que o Barão denunciou que até ali não havia uma medição definitiva quanto ao tamanho da ilha do Marajó

> E nem precisa tomar como exemplo a ilha de Marajó; basta que indiquemos a Mexiana, ou a Caviana, ou a Maracá, ou a dos Porcos, as do Vieira, ou a grande ilha de Gurupá, que qualquer delas, por sua grandeza, por sua fertilidade, pela variedade de produção em que é aproveitada ou a que se presta, bastará para dar uma ideia, ainda que pálida, do valor enorme que representa todo o conjunto das ilhas.

[104] BARÃO DO MARAJÓ. Op cit, p.308.
[105] Idem, p. 310.
[106] Idem, p. 315

> O que será difícil, porém, é ainda avaliar ligeiramente as condições topográficas de todas elas, pois que essas condições variam, e muito, de um para outro ponto, e chegam mesmo a variar, de uma a outra situação, dentro da mesma ilha.[107]

A obra "O Pará em 1900" possui uma subseção dedicada às ilhas, divididas entre: Ilha do Marajó; Caviana e Mexiana; Ilha Grande de Gurupá; Ilhas da Costa; Ilhas do Oeste de Marajó; Ilhas da Baía do Guajará; e Ilhas do Amazonas, Tocantins e Tapajós. Enquanto os três primeiros grupos apresentam descrições específicas das ilhas nomeadas, as demais pontuam genericamente a existência de espaços insulares nas regiões citadas, sem definir número total e a nomenclatura delas. Neste caso, a ilha de Carataeua deveria constar dentre as ilhas da Baía do Guajará, mas não chegou a ser mencionada.

Mesmo quando a descrição foi orientada pela divisão administrativa do estado, o que deveria ter permitido um detalhamento mais preciso sobre as localidades, percebemos não apenas os limites do conhecimento geográfico, mas também a seleção dos espaços segundo seus usos e públicos. No capítulo sobre geografia política do Pará, escrito por Ignacio Moura, há uma descrição sobre cada município do estado. Quanto a capital do estado, consta que

> O município de Belém conta, próximo a capital, diversas vilas e povoações que são outros tantos lugares de aprazível diversão e para onde uma parte da população belemense emigra ao verão afim de passar a estação calmosa, notando-se entre elas as seguintes: *Pinheiro*, a vinte e dois quilômetros de Belém, situada nas confluências dos rios Guajará e Maguari, com muitas ruas bem alinhadas, chalés de construção moderna e quintas, a que chamam no Pará *rocinhas*. (...) a dois quilômetros de distância, na margem direita do rio Maguari, está localizada a grande hospedaria de imigrantes, no lugar denominado Outeiro, com largas e vastas acomodações, construção que no gênero o torna primeiro estabelecimento do norte; Mosqueiro, a trinta quilômetros da costa do mesmo lado da capital, em uma ponta de terra cortada de rios que se encontram, formando uma ilha, o que torna mais pitoresca a sua situação; tem bonitas praias e ruas largas bem edificadas, excelentes praias de banho que se estendem, rio acima, intervaladas por cordões de pequenas rochas até a ponta mais oriental desta parte do continente paraense, conhecida por Chapéu Virado, onde o governo federal possui um farol dióptrico de sexta ordem para a serventia da navegação e guia de entrada no porto de Belém.[108]

Theodoro Braga, em obra publicara com uma diferença de quase três décadas em relação às corografias de Raymundo Cyriaco da Cunha e do Barão do Marajó, localizou de forma mais precisa e clara a ilha de Caratateua, ao descrever os limites da baía de Santo Antônio (que banha a ilha), além de mencionar o furo do Maguari dentre aqueles nas imediações da cidade. Em ambos os casos não há nada além da menção. Ao contrário

[107] PARÁ. Álbum do Pará em 1899, p. 32
[108] PARÁ. O Pará em 1899, p. 156 - 157

da obra do Barão de Marajó, o texto de Theodoro Braga, ao tratar dos aspectos geográficos do estado, não pontua essa descrição com críticas ao estado material ou civilizacional destes espaços.

No tópico sobre ilhas, assim apareceu descrita a ilha de Caratateua:

> (...) e situadas entre as baias de Guajará ao S. e de Marajó ao N; as ilhas *de Caratateua* ou *das Barreiras* ou melhor, *do Outeiro*, separada do continente pelo furo Maguary e mais ao norte *do Mosqueiro*, também encostada ao continente e dele separada pelo furo do seu nome, com um farol entre a vila do Mosqueiro e a deliciosa praia de banho dos abastados habitantes da Capital na estação quente, todas pertencentes ao município de Belém.[109]

Segundo Theodoro Braga, em 1919 o município de Belém contava com 18 distritos (não relaciona quais são), 43 subprefeituras (sendo uma a de Outeiro). Dentre as concessões de terras feitas ao município de Belém, ele elenca as leis nº 712, de 2 de abril de 1900, que concedeu terras da vila de Pinheiro; a nº 753, 26 de fevereiro de 1901, que concedeu os terrenos da vila de Mosqueiro; e a nº 957, de 1 de novembro de 1905, que englobava várias concessões ao longo da Belém - Bragança. Caratateua não apareceu descriminada como vila ou povoação do município, nem foi incluída como parte dos distritos de Mosqueiro, Pinheiro ou Benfica, ainda que fizesse parte do primeiro no período deste estudo.

Ao final do século XIX e início do século XIX, o esforço do estado era promover e explorar economicamente o interior. Por isso não cabia falar da cidade e seus arredores, pois estes espaços já estavas explorados, ocupados, disputados. Era preciso conferir sentido a outros pontos do território. Por isso, a maior parte dos estudos relatos de viagem promovidos pelo governo do estado do Pará após a República se debruçou sobre municípios do interior, as regiões de limite entre os estados (especialmente o Amazonas, o Amapá e Mato Grosso) e descrições de espécies dos reinos animal, vegetal e mineral que poderiam ser explorados em regiões tidas ainda como em estado natural.

No que tange a agricultura, Raymundo Cyríaco da Cunha credita à borracha a culpa ela queda na produção de outras culturas. Mencionou em especial o café, que diz ter tido exportado em grande escala. Ao final reconsidera, afirmando que estas culturas permaneciam em maior ou menor escala, mesmo com a borracha. Não apresentou números ou comparativos, apenas elencou a indústria extrativa como a principal, seguida pela pastoril e pela produção de açúcar.

---

[109] BRAGA, Theodoro. Noções de chorographia do Estado do Pará. Belém: Empreza Gráfica Amazônia, 1919. P. 97

O Barão do Marajó, no capítulo II de "A Amazônia: as províncias do Pará e do Amazonas e o governo central", faz um grande inventário das possibilidades de exploração econômica da região, a começar pela extração de minérios: argilas, caulim, cal, cristais, enxofre, chumbo, ouro, mármores, sal e carvão mineral são alguns dos listados. Dentre as possibilidades de exploração das riquezas vegetais, além de uma coleção de 242 madeiras úteis para a construção, apresentadas pela comissão paraense na exposição de 1867

> O algodão, o anil, a baunilha, a cana de açúcar, a castanha, o óleo de copaíba, o cravo, o cumarú, o óleo de rícino, a salsaparrilha, o guaraná, o gergelim, o tabaco, a estopa, a piaçaba, a sumaúma, o puxuri, e as fibras vegetais, em número espantoso de variedade, oferecendo todas as resistências e cores, indo desde a áspera embira até o cuaurá tão fino como a seda; breus e resinas de diferentes espécies, óleos variados uns secativos outros não, e alguns podendo obter-se em quantidades quase incalculáveis como o de andiroba, substâncias gordas como a que se obtém da ucumba, de que se fazem velas competindo com as esteáricas, podendo com um tal produto carregar-se muitos navios, marfim vegetal e finalmente goma elástica, que quase por si só constitui a riqueza do Pará, e é origem de sua prosperidade."[110]

Ao discutir a produção agrícola do Pará, o texto de Theodoro Braga passou a contar com contribuições de outros autores, bem como a manifestar críticas relativas aos temas. No tópico sobre "Lavoura e Criação", após expor as condições de produção e as exportações de cacau, sentencia o autor:

> Devemos nos convencer de uma coisa, que bem explica a grande exportação que conseguimos não importando a miséria em que vivem as plantas de cacau; devemo-nos convencer de que até aqui somente as forças produtivas naturais do solo e do clima, os fatores ecológicos, enfim, é que tem falado. O homem em quase nada tem influído; o seu esforço é mínimo.[111]

"Como se vê, o Pará não mais compra aos outros Estados e ao estrangeiro o milho, o arroz, o feijão, a própria farinha de mandioca! E isto se deve em primeiro lugar à desilusão da borracha e depois à guerra, que nos forçaram a fazer a independência do próprio estômago."[112] Após inventariar os principais produtos da agricultura paraense (mandioca, milho, cana, algodão), Theodoro Braga considerou que o maior problema para o desenvolvimento agrícola era a falta de investimento e formação da mão de obra do campo. Mesmo em 1919, 18 anos após o fechamento da hospedaria de imigrantes do Outeiro, a questão da imigração e da formação do produtor rural continuaram a ser

[110] BARÃO DO MARAJÓ. A Amazônia: as províncias do Pará e do Amazonas e o governo central. Lisboa : Typographia Minerva, 1883. P. 20
[111] BRAGA, Theodoro. Op cit, p. 240
[112] Idem, p. 246

apontadas como solução para o progresso da economia amazônica, naquele momento em particular vivendo a crise da exportação da borracha.

> "A ação governamental, querendo, poderá, pela educação agrícola, por uma imigração conscienciosa, bem-organizada e judiciosamente feita e pela multiplicação de vias de transporte, impulsionar este arranco fortuito e espontâneo, para o qual os governos nada concorreram na sua clássica imprevidência criminosa. Com uma propaganda das nossas coisas agrícolas, mas propaganda conscienciosa, verdadeira, impoluta, já dissemos, não será difícil atrairmos bons capitais para a nossa agricultura
> E capitais não o temos para explorarem a nossa terra justamente porque não a conhecemos. A experimentação agronômica que deve falar antes de tudo, assim o entendem o americano e o inglês, que deve falar antes de tudo nas regiões novas, aqui ainda nada pode dizer porque não tratamos de implanta-la."[113]

Como observamos ao longo deste capítulo, a cultura escrita foi o veículo pelo qual a administração pública e a ciência organizaram e ensinaram as sociedades latino-americanas, e a paraense em particular, a ver e reconhecer seus territórios, sua natureza e suas cidades. Essa tradição escrita, incorporada desde o período colonial, permaneceu e foi incorporada pelos estados e sociedades no pós-Independência, mas não sem trazer consigo heranças no olhar, nos signos e no entendimento sobre o território. Mesmo que a documentação produzida ainda durante a dominação ibérica não tenha se constituído como base e continuidade, o olhar eurocêntrico sobre o território permaneceu como princípio.

Dentre as muitas implicações dessa herança, a leitura e reprodução de estudos naturalistas sobre a natureza amazônica, ao mesmo tempo que forneceu um conjunto conciso e legítimo para o desenvolvimento de literaturas e ciências regionais, limitou a visão do todo e invisibilizou diversos específicos da natureza e da paisagem. Particularmente no tocante as ilhas, o conhecimento produzido sobre elas foi bastante generalizado, a exceção sendo a ilha do Marajó, por sua imponência quase que continental.

Isso acarretou uma primeira barreira para que a ilha de Caratateua pudesse ser identificada e reconhecida como espaço e objeto geográfico do estado, mas não foi o único. Outro aspecto da produção escrita analisada foi o uso político dessas obras, como parte dos projetos de exploração econômica e desenvolvimento do estado. Nessas circunstâncias, a ilha de Caratateua não foi de fato objeto de interesse nas descrições realizadas, pois não se tratava de uma área destinada à expansão da fronteira agrícola.

[113] Idem, p. 247.

Como espaço circunscrito nas imediações da cidade, localizada na baía de Santo Antônio e em meio a rota de embarcações que entravam e saíam da região rumo aos outros estados e países, a ilha de Caratateua estava em meio a primeira região de ocupação colonial, delimitadas ainda pelas cartas de sesmarias e permeadas pela instalação de propriedades agrícolas.

Assim, no próximo capítulo vamos apresentar a ilha não mais como objeto geográfico ou natural, mas a partir das questões de terras e propriedades que organizaram a ocupação do território desde o século XVII, e se acirraram em meados do século XIX, após a publicação da lei de terras de 1850. Com a Proclamação da República, o estado do Pará, assim como muitos outros, passou a reclamar a soberania sobre as terras devolutas do seu território, mas o primeiro impasse era o estado apontar onde elas estavam.

Capítulo 2 - Ocupação da terra e conflito de propriedade em Caratateua

Caratateua e o termo da cidade de Belém

A ocupação de terras e a constituição de propriedade em Caratateua teve início no século XVIII, durante o processo de expansão da dotação de terras à particulares e dos limites do termo da cidade de Belém. Compreender esse processo de ocupação como parte da formação e expansão do município e da relação entre ilha e cidade, segundo as ações e interesses dos indivíduos que ali residiam é, entretanto, um exercício difícil, pois essa é uma frente de trabalho ainda a ser desenvolvida. O entendimento sobre o território amazônico a partir das políticas mercantilistas do Império português, através de ações para a defesa da colônia e sua economia ainda é dominante.[114]

Nesse sentido, as atribuições, ações e marcos resultantes da atuação dos representantes da coroa portuguesa no estado do Maranhão e Grão-Pará (e depois Grão-Pará e Maranhão) tem sido, ao longo do século XX até aqui, o foco principal de análise para a compreensão da delimitação, distribuição, e usos da terra. Governadores, capitães mores e capitães generais aparecem como os definidores dos rumos da ocupação, da abertura de novas frentes de expansão e da civilização do interior, e o estabelecimento de povoações e vilas. São poucos os elementos e consensos sobre a formação da municipalidade e seu papel na organização social da cidade

Arthur Cezar Ferreira Reis, cuja obra tem por característica pensar a Amazônia de forma mais ampla, ratificou o esforço da coroa portuguesa em ajustar seu corpo administrativo, bem como o jurídico, para que houvesse um equilíbrio de funções e poderes, que sempre conflitavam.

> Entre Capitães-Generais e Governadores de um lado, e Ouvidores, de outro, registraram-se incidentes constantes, ora provocados por violências dos primeiros, ora porque os mesmos invadissem atribuições dos segundos. Dirimindo essas contendas, que prejudicaram profundamente a dominação portuguesa, os Governadores receberam censuras enérgicas, anulando-se-lhe, constantemente, os atos que praticavam penetrando a seara alheia.[115]

[114] TAVARES. Maria Goretti da Costa. "A formação territorial do espaço paraense: dos fortes aos municípios." *Revista ACTA Geográfica*, ANO II, n°3, jan./jun. de 2008. p.59-83; REZENDE, Tadeu Valdir Freitas de. *A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras*. Doutorado em História Econômica. São Paulo: FFLCH / USP, 2006.

[115] REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A política de Portugal no vale amazônico*. Belém, 1940. p. 32 Mais recentemente, Fabiano Vilaça dos Santos estudou a questão dos conflitos de atribuição e poder político entre Capitães e Governadores na Amazônia do século XVIII através dos regimentos que determinavam as funções e limites de ação destes agentes. Ver SANTOS: Fabiano Vilaça dos. "Política e administração na

Assim como os indivíduos que estavam imbuídos de poder, a sede de governo e suas consequências para a organização política e acesso à justiça também foram objeto de atenção de Ferreira Reis. As disputas entre São Luís e Belém, e mais posteriormente entre o Grão Pará e o Rio Negro, retomam aqui novamente a importância da cidade como cenário, lugar do poder. Essa questão da necessidade de fundação de vilas ou cidades como espaços sede para a representação e ação do poder político começa a ser pontuada, mais como uma expansão das ações de domínio do que como espaços que admitam outros tipos de dinâmicas (social, cultural). Ainda em Ferreira Reis, que destacou a instituição de diversas localidades após a expulsão dos jesuítas e demais ordens religiosas, e a reorganização das aldeias ou povoados indígenas.[116]

A ideia de municipalidade é brevemente pontuada por Ferreira Reis, ao mencionar o esforço do senado da câmara de Belém em representar os interesses dos colonos, e alguns momentos em que as câmaras das vilas de Serpa, Silves e Barcelos, na capitania do Rio Negro, se impuseram junto ao poder dos governadores. Não foi apontada qualquer questão que as câmaras pudessem tratar do interesse e mediação de conflitos no território onde tinham jurisdição.

Ernesto Cruz, ao escrever sobre a história da cidade de Belém, dedica um capítulo para a formação a edilidade que, no entanto, se converteu em um relato sobre a escassez de informações quanto a fundação e atos da câmara, provavelmente perdidos no trânsito entre São Luís e Lisboa.[117] Ele relata não ter encontrado notícia de quando ela foi instituída, mas destaca que outros documentos faziam referência aos arquivos da câmara um ano depois da fundação da cidade, e que em 1625 a câmara tomava posse de sua légua patrimonial.[118] Assim como Reis, Cruz identifica que a câmara teve um papel preponderante de intervir pelo interesse dos moradores, citando casos como a nomeação de governador e de autorização para a Companhia de Jesus ofertar aulas à população local.[119]

Cidades e vilas da Amazônia têm sido observadas, com maior intensidade e destaque, como lócus de poder e disputa política a partir das agitações pré-Independência, que culminam com o movimento cabano. Nesse contexto de duas décadas de agitações,

Amazônia colonial: regimentos e instruções para o governo das capitanias do Pará e do Maranhão (séculos XVII e XVIII)" Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 11, n. 2, ago. - dez., 2018. Pp. 42 - 69

[116] Idem, p. 33

[117] CRUZ, Ernesto. *História de Belém*. Vol. 1. Coleção Amazônica. Série José veríssimo. Belém: UFPA, 1973

[118] CRUZ, op cit, p. 109 – 110.

[119] Idem, ibidem.

a cidade de Belém e também as vilas do Acará, Cametá, Santarém, dentre outras, têm sido estudadas, ampliando nossa percepção sobre as redes entre cidade e interiores, que permitiram a construção de movimentos políticos.[120] A importância destes outros espaços vem redimensionando a ideia de controle e centralidade do núcleo urbano de Belém, tanto na organização das lutas como na repressão a elas.

Mesmo considerando que estes trabalhos dotaram de relevância política outras localidades que não a capital, sede do poder administrativo, o senso comum ainda está muito distante de compreender o espaço amazônico como uma rede de núcleos populacionais de diferentes dimensões e especificidades. Especialmente para qualquer período anterior à década de 1820, a imensidão amazônica é tratada de forma generalizada, ou talvez como uma coisa só. Um vasto sertão confirmado como território português, mas cuja natureza e dimensão nunca pode ser dominada e transformada.

Assim, ao descrever o desenvolvimento da atividade colonizadora portuguesa, Caio Prado Júnior coloca a agricultura como algo tão dificultoso, que a conquista do vale amazônico teria sido impossível caso dependesse dela como alternativa econômica; foi necessário então partir para o extrativismo. E mesmo com ele, Caio Prado concluiu que os avanços foram limitados: a ocupação do território foi escassa, seguindo os cursos d'água, e não teria alcançado cem mil habitantes ao final do século XVIII. Além disso,

> A organização da produção também reflete as condições em que ela se realiza. Não tem por base a propriedade fundiária, como na agricultura e na mineração. A exploração se realiza indiferentemente na floresta imensa e aberta a todos. E faz-se esporádica, coincidindo com as épocas próprias da colheita. [121]

Esse breve trecho carrega duas imagens que se consolidaram como explicações definitivas da Amazônia: a cultura extrativa e a inexistência de organização fundiária, ambas entendidas como fruto de uma economia rudimentar, alheias ao conceito de propriedade e a necessidade de amparo jurídico. Essa Amazônia, escondida por trás das copas das árvores, vazia e com sua parca população integrada em meio a natureza, se tornou um paradigma e uma sentença, que todas as ciências têm se dedicado a explicar e, em maior ou menor grau, superar. O foco principal de abordagem tem sido a economia,

---

[120] LIMA, Ana Renata do Rosário de. Revoltas camponesas no Vale do Acará-Grão-Pará (1822-1840). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém, 2002. BARRIGA, Letícia Pereira. Entre leis e baionetas: Independência e Cabanagem no Médio Amazonas (1808-1840). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2014. MELO, Wilverson Rodrigo Silva de. Tempos de revoltas no Brasil Oitocentista: Ressignificação da cabanagem no Baixo Tapajós (1831-1840) Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2015

[121] PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1993. P. 72

identificada como o aspecto principal e que seria / será capaz de transformar os demais, como o próprio padrão de ocupação, organização espacial e a estruturação da realidade urbana.

A difusão e o aprofundamento dessa abordagem econômica (bem como dos fracassos da experiência amazônica) tiveram uma contribuição significativa da historiografia regional. Luciana Batista, ao desenvolver sua dissertação sobre a economia paraense na segunda metade do século XIX, inicia seu texto demonstrando a manutenção no pensamento social amazônico, ao longo do século XX, do discurso sobre o predomínio do extrativismo, com a desorganização das forças produtivas e o consequente fracasso da agricultura.[122] Ernesto Cruz, Arthur Cezar Ferreira Reis, Roberto Santos, Bárbara Weinstein, entre outros, foram relacionados em um contundente balanço sobre os limites dessa abordagem, uma vez que ela manteve um caráter enviesado quanto à organização e aos resultados do modelo agroexportador, comparando a economia da borracha à da cana de açúcar e do café. Ao romper com o entendimento dicotômico entre extrativismo e agricultura, Luciana Batista demonstrou que essas práticas estavam associadas e foram responsáveis pela formação de grandes fortunas na região.

Essa ruptura, acompanhada por outros autores da região como Orange Feitosa[123], anunciou um movimento que tem dado um novo sentindo ao estudo das práticas de produção econômica na região, observando com mais atenção os agentes envolvidos, seu impacto na formação de diferentes espacialidades amazônicas e, consequentemente, na conformação de padrões de ocupação. A primazia da economia como viés explicativo também tem sido redimensionada, agora como uma das questões a serem consideradas no âmbito da história social.

O que estamos tentando demonstrar é que essas duas frentes historiográficas, embora profícuas e referenciais para o entendimento das políticas coloniais sobre o território, apresentam limites para um avanço nos estudos de história e cidade sobre Belém durante o período colonial. Faz-se hoje necessário pensar as questões e conflitos quanto ao território da cidade (ou das demais vilas) e os seus limites; quais eram as esferas administrativas responsáveis pela regulação da vida dos habitantes; e como a produção econômica e as políticas sobre as terras coloniais formaram o território da cidade.

---

[122] BATISTA, Luciana Marinho. *Muito Além dos Seringais: Elites, Fortunas e Hierarquias no Grão-Pará. (c.1850 – c.1870).* Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IFCS / UFRJ, 2004.

[123] FEITOSA, Orange Matos. "Uma história de pouco caso: a economia da borracha na produção histórica nacional". *Anais da IV Conferência Internacional de História Econômica e VI Encontro de Pós-graduação em História Econômica*. São Paulo: ABPHE, FEA/USP, FFLCH/USP, 2012, 24p.

Encontramos no trabalho de Rafael Chambouleyron muitas das dúvidas que compartilhamos, e alguns caminhos para entender ocupação, produção econômica e a construção de uma ideia de cidade.[124] Em "Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia", o autor nos convida a pensar o processo de distribuição das datas de sesmarias como uma ação que territorializa o espaço, conferindo forma, lógica e sentido político próprios aos espaços contemplados, o que tem estado fora do raio de análise dos trabalhos. Ao recuperar os princípios da distribuição da terra e da legislação que a regulava, bem como as características das terras requisitadas, em sua maioria já ocupadas, Rafael Chambouleyron pontua que a extensão de terra ocupada iria muito além daquelas que foram objeto de solicitação e confirmação de carta de sesmaria.

Assim, ele informa que, entre meados do século XVII ao início do XVIII, mais de 90 sesmarias foram solicitadas, estando as da capitania do Pará ao longo dos rios Mojú, Acará, Tocantins, Guamá, e Capim, nas imediações da cidade e no caminho para a comunicação com a baía do Marajó. Chama atenção do autor que, apesar da considerável distância entre esses rios e a cidade, os requerentes de sesmarias se identificavam como moradores da cidade de Belém.

> A existência dessas propriedades comporta uma relação particular entre o sertão e as comunidades portuguesas. Em primeiro lugar, a maioria das terras se situa a certa distância das cidades de Belém (nos rios Moju, Acará, Tocantins, Guamá, Capim) e São Luís (além da ilha de São Luís, rios Itapecuru, Mearim, Pindaré). Fica claro, portanto, que esse tipo de atividade econômica se localizava não muito próximo das principais comunidades. Entretanto, os proprietários se definiam como "moradores" das cidades de Belém e São Luís. Era o caso de Genebra de Amorim, "moradora" de Belém, que possuía um engenho no Moju. João Rodrigues Lisboa, que se declarava "morador e cidadão" de São Luís, cultivava e habitava havia muito tempo "em umas terras nesta ilha". Na capitania do Pará, Leão Pereira de Barros dizia morar em Belém, mas cultivava igualmente 5 mil plantas de cacau nas suas terras no Guamá. Finalmente, Antônio Paiva de Azevedo, "cidadão" de Belém, também cultivava cacau no Acará, de onde se dizia "morador".[125]

Outros documentos, como as inquirições do Santo Ofício, trazem a mesma provocação ao autor: indivíduos que moram em pontos distantes dos rios de ambas as capitanias e se reclamavam como moradores e cidadãos das cidades de Belém ou São Luís. Assim, ele considera que esses indivíduos deveriam ter propriedades tanto na cidade como nos rios onde solicitavam sesmarias. Chambouleyron também pondera que, dos

[124] CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640 – 1706).* Belém: Ed. Açaí / Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (UFPA) / Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010.
[125] Idem, p. 105 – 106.

aldeamentos missionários, das fortificações e da zona imediata ao redor das cidades, elementos de promoção da urbanização na Amazônia já bastante reconhecidos, a dotação de sesmarias precisa ser investigada como um elemento a mais nessa equação.

> Há, entretanto, uma perspectiva que parece ter sido deixada de lado pelos autores, inclusive por se tratar do que gostaria de chamar aqui de tendência e não propriamente de urbanização, e que, de qualquer modo, ainda precisa ser comprovada com mais pesquisa, principalmente para a primeira metade do século XVIII. Assim, parece que a distribuição de terras (que se avoluma a partir dos anos 1720) pode ter gerado "adensamentos" populacionais que, com o tempo (longo tempo) também vieram a constituir lugares, quem sabe vilas.[126]

A partir desta proposição, pensamos como o processo de dotação de sesmarias poderia ter determinado a ocupação de terras ao longo da costa da baía do Guajará e as ilhas imediatas à cidade do Pará, dentre elas Caratateua. Enquanto o levantamento de Rafael Chambouleuyron para o século XVII foi feito nos arquivos da Torre do Tombo, pesquisamos nos livros de sesmarias do século XVIII do Pará, disponíveis na coleção digital do Iterpa. Foi quando pudemos identificar o registro de uma data de sesmaria requerida por Raimundo dos Santos, de 06 de abril de 1731, afirmando o seguinte

> Raymundo dos Santos morador e [casado] nesta cidade de Santa Maria de Belém do Grão Pará e [corroído] com três filhos que ele tem fabricado um sítio com suas lavouras [de] mantimentos e cacau em uma Ilha fronteira ao Rio Maguary e para haver de possuir em boa fé lhe são necessárias duas léguas de comprido e uma de fundo principiando o comprimento delas da boca do rio chamado Vacaricuara para a parte da Bahia de [corroído] Antônio dos quais pretende se lhe faça mercê em nome [de] Sua Majestade que Deus guarde as ditas [duas] léguas de comprido e uma de [fundo] por Data e Sesmaria[127]

Ainda que Caratateua não seja identificada pelo nome, os limites apresentados na descrição da sesmaria pretendida (a frente para o rio Maguari e os fundos para a baía de Santo Antônio) deixam a ilha como única alternativa de espaço reclamado no documento. Analisando a carta isoladamente, consideramos importante que a produção ali realizada pelo requerente se adequa ao padrão encontrado por Chambouleyron em seu estudo, o de uma policultura com ênfase para a produção de cacau plantado.

É importante destacar que a dotação de uma sesmaria na ilha de Caratateua não foi algo excepcional, pois outras ilhas fronteiras à cidade foram objeto de requerimentos de proprietários para a concessão de terras ou regularização daquelas em uso: foi possível

[126] Idem, p. 108.

[127] Iterpa. Coleção Iterpa Sesmarias. Livro 06, Documento 135, p. 61 (Utilizamos a transcrição provida pelo projeto Sesmarias do Iterpa, apenas atualizando a ortografia, como fizemos nas demais citações

identificar sesmarias emitidas para as ilhas de Tatuoca[128], Jutuba[129], Uarapiranga[130], Paquetá-Mirim[131], Paquetá-Açú[132], Cotijuba[133], Martinho Franco[134], Patos[135], além de outras duas sem nome[136]. Além delas, a ilha de Mosqueiro foi objeto de pelo menos oito datas e sesmarias, desde a ponta da Baía de Santo Antônio à ponta do Maraú, na Baía do Sol[137].

Ainda nas imediações da cidade, mas em sua faixa continental, subindo a margem da baía do Guajará de Belém rumo à ilha de Caratateua, foram expedidas sesmarias de terras no igarapé do Una[138], em Val de Cães[139], duas no igarapé do Paracuri[140], sendo uma até a Ponta do Mel, defronte para ilha de Caratateua, e outras seis ao longo do furo do Maguari[141].

Desta forma, enquanto o padrão de ocupação encontrado por Chambouleyron denota a ocupação das principais entradas por rio rumo ao sertão e ao Rio Amazonas, no século XVIII, temos uma distribuição significativa de terras contornando o continente a partir da cidade de Belém, tanto no rio Guamá e no Guajará-mirim, como na baía do Guajará e se estendendo para as baías de Santo Antônio e do Sol.

Essa faixa de propriedades distribuídas ao longo das margens do rio Guamá, da baía do Guajará e além, se assemelha a que foi descrita por Antônio Baena em 1839, em seu "Ensaio corográfico sobre a província do Pará"[142]. No item intitulado "Contorno

[128] Iterpa. Coleção Iterpa Sesmarias. Livro 06, Documento 151, p. 72 verso.
[129] Iterpa. Coleção Iterpa Sesmarias. Livro 19, Documento 114, p. 122 verso.
[130] Iterpa. Coleção Iterpa Sesmarias. Livro 17, Documento 64, p. 63 verso
[131] Iterpa. Coleção Iterpa Sesmarias. Livro 19, Documento 106, p. 118.
[132] Iterpa. Coleção Iterpa Sesmarias. Livro 19, Documento 130, p. 132 verso
[133] O requerente o documento anterior menciona que possuía dois engenhos de moer cana na ilha de Cotijuba, e solicitava as terras na ilha do Jutuba por ser própria para plantar arroz e cana.
[134] Iterpa. Coleção Iterpa Sesmarias. Livro 18, Documento 66, p. 63
[135] Iterpa. Coleção Iterpa Sesmarias. Livro 20, Documento 164, p. 127 verso.
[136] Iterpa. Coleção Iterpa Sesmarias. Livro 06, Documento 173, p. 85; Livro 20, Documento 163, p. 126 verso
[137] Iterpa. Coleção Iterpa Sesmarias. Livro 01, Documento SN, p. 58 verso; Livro 03, Documento 209, p. 176 verso; Livro 04, Documento 32, p. 25; Livro 06, Documento 141, p. 65 verso; Livro 07, Documento 03, p. 02 verso; Livro 11, Documento 107, p. 118 verso; Livro 12, Documento 88, p. 76 verso; Livro 16, Documento 01, p. 02.
[138] Iterpa. Coleção Iterpa Sesmarias. Livro 10, Documento 245, p. 170.
[139] Iterpa. Coleção Iterpa Sesmarias. Livro 17, Documento 50, p. 47
[140] Iterpa. Coleção Iterpa Sesmarias. Livro 09, Documento 235, p. 160; Livro 10, Documento 247, p. 171 verso.
[141] Iterpa. Coleção Iterpa Sesmarias. Livro 12, Documento 84, p. 74; Livro 14, Documento 227, p. 161; Livro 14, Documento 178, p. 133 verso; Livro 15, Documento 254, p. 138; Livro 17, Documento 61 b, p. 60; Livro 19, Documento 58, p. 72 verso;
[142] BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. Ensaio corográfico sobre a província do Pará. Brasília: Senado Federal, 2004.

marítimo no rosto da cidade"[143], ele enumerou sete pontos relevantes "na ribeira dos subúrbios da cidade"[144], indo dela até a boca da Barra, que seria os seguintes: 1 – a rocinha chamada Olaria, abaixo do reduto de São Jose; 2 – a rocinha do Desembargador Pombo, ao lado esquerdo da boa do igarapé do Una, que ficava defronte à Olaria do governador Rozo; 3 – o sítio de Penacova, onde depois de ter recebido os religiosos de Santo Antônio e uma aldeia do Diretório, havia então uma Olaria com quatro palhoças e alguns indígenas remanescentes; 4 – o sitio Val de Cães, que havia sido dos mercedários, com engenhos de açúcar e de descascar arroz, olaria, casa e capela; 5 – o igarapé Arapari, onde Baena se limitou a dizer que havia moradores; 6 – o sítio do Tapanã, também com olaria e cujas terras se estendiam até o igarapé do Paracuri; 7 – a Ponta do Pinheiro, também chamada de Ponta do Mel, onde os religiosos de Santo Elias tiveram uma fazenda chamada Nossa Senhora do Livramento.[145] "Na adjacência desta Ponta do Pinheiro jaz a boca do rio Mauari (Maguari), que tem muitos moradores, cuja maioria vive pobremente." [146]

> No lado fronteiro às ribeiras, que ficam descritas, jaz uma turva de ilhas de vária grandeza abastecidas de arvoredo, que correm umas com outras do norte para o sul com declinação ao sudoeste, e que se denominam Tatuoca, Catijuba (Cotijuba), Jutuba, Paquetá-mirim, Urubuoca, Paquetá-assu, Patos, Arapiranga, Mucuras, Fortim, Jararacas, e Onças; alguma destas ilhas tem moradores uns na auréola das mesmas ilhas, e outros dentro dos seus igarapés, onde tem molinotes e outros equipamentos agrários.[147]

[143] Idem, p. 214.
[144] Idem, ibidem
[145] Idem, p. 214 – 215.
[146] Idem, p. 216.
[147] Idem, ibidem.

Imagem: Localização das propriedades do Una, Penacova, Val de Cães e Pinheiro

Fonte: "Carta Geográfica da foz dos grandes rios Amazonas e Tocantins" levantada por José Vellozo Barreto. 1877.

A narrativa de Antônio Baena corrobora o padrão encontrado nas sesmarias e a proposição de Chambouleyron sobre o desenvolvimento de adensamentos populacionais a partir do estabelecimento de propriedades agrícolas. Essas propriedades não estariam, entretanto, para além da cidade, mas faziam parte do seu termo.

Em trabalho anterior, ao pesquisarmos sobre a composição humana e material dos domicílios do termo de Belém entre 1808 e 1830, levantamos alguns mapas de população produzidos ao longo da década de 1790, e neles encontramos um total de 19 freguesias que faziam parte do termo da cidade. Elas se dividiam entre as de "vara branca" (Sé, Campina, Bujarú, Guamá, Rio Capim, Rio Irituia, São Miguel da Cachoeira, Ourém, Acará, Rio Mojú, Igarapé Mirim e Abaeté) e as de "vara índia", que tiveram origem de aldeamentos missionários ou promovidos pelo Diretório (Benfica, Penacova, São Bento do Rio Capim, Vila de Beja, Vila do Conde, Barcarena e São João, também chamada de Tentogal)[148]

Em 1839, o número de freguesias atribuídas ao termo de Belém apresentava significativa redução. Pela descrição de Antônio Baena

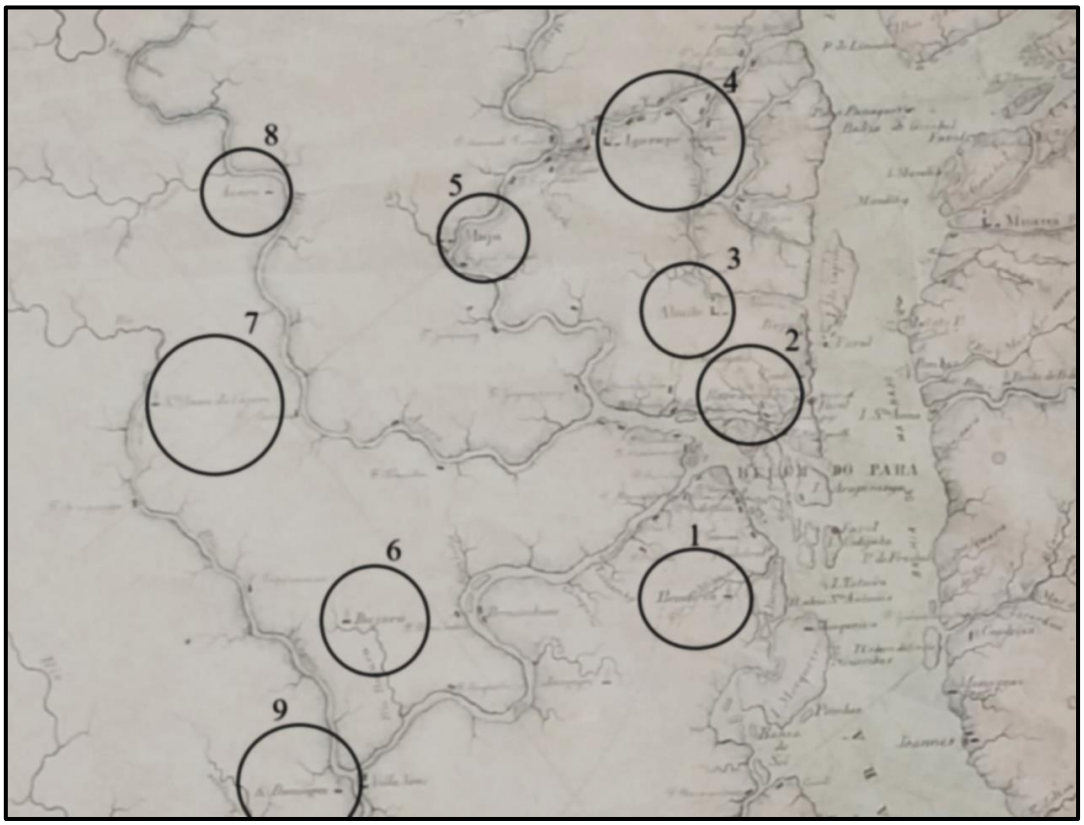
[148] AUGUSTO, Isabel Teresa Creão. *Entre o ter e o querer: domicílios e vida material em Santa Maria de Belém do Grão-Pará (1808 – 1830)*. Dissertação de mestrado. Campinas: IFCH - Unicamp, 2007. P. 45

> Dentro do termo da cidade de Belém há nove freguesias cujos oragos e sítios respectivos são os seguintes: (1) a freguesia de Nossa Senhora da Conceição do lugar de Benfica no rio Mauari, (2) a de São Francisco Xavier do lugar de Barcarena no rio Gebrié; (3) a de Nossa Senhora da Conceição do rio Abaité; (4) a de Santa Anna do Igarapé-miri; (5) a do Espírito Santo do rio Mojú; (6) a de Santa Anna do rio Bujarú; (7) a de Santa Anna do rio Capim; (8) a de São José do rio Acará; (9) e a de São Domingos da Boa Vista na junção dos rios Guamá e Capim chamada Guajará.[149]

O número de freguesias do termo da cidade reduziu consideravelmente entre a produção dos mapas de população, no final da política do Diretório dos Índios, e a escrita de Antônio Baena, já durante o Império. Ainda assim é possível observar que a área do termo da cidade permanecia muito extensa até o final da década de 1830. Na época, nossa análise se concentrou em pensar o padrão das moradias e consideramos a relação dos moradores com a cidade segundo a mesma explicação de Chambouleyron, uma vez que os indivíduos estudados frequentemente tinham propriedade nos rios e na cidade, o que sugeria uma alternância entre temporadas de estadia na cidade e no rio. O recorte temporal de pesquisa também se encerrava antes do momento de publicação da obra de Baena

[149] BAENA, Antônio, op cit, p. 188. A numeração não consta no texto original, e inserimos para que o leitor pudesse identificar a marcação de cada localidade no mapa seguinte

Imagem: Distribuição das freguesias que compunham do termo de Belém em 1839, segundo Antônio Baena



Fonte: Carta Geográfica da foz dos grandes rios Amazonas e Tocantins" levantada por José Vellozo Barreto. 1877.

Retomando agora essa questão da extensão do termo a partir do problema da ocupação da ilha de Caratateua, e da relação entre ilha e a cidade, e pensando que a definição dessa relação produziu a territorialização do espaço, nos indagamos de forma mais demorada nas proposições lançadas por Chambouleyron e na necessidade de entender de forma mais concreta o que significava fazer parte da cidade. O que isto implicava? Quem poderia reclamar essa condição?

O trabalho de Cláudia Damasceno Fonseca foi esclarecedor em vários destes pontos, especialmente quanto ao entendimento da estrutura da divisão administrativa.[150] Ao estudar a formação de arraiais e as políticas que restringiam a ascensão dessas povoações à condição de vila, ela inicia a investigação pela definição do "léxico urbano português" e sua aplicação na colônia brasileira. Assim como a legislação referente às

[150] Fonseca, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. SciELO - Editora UFMG. Edição do Kindle.

sesmarias, os conceitos e a regulação da divisão administrativa apresentaram dificuldades e especificidades em sua adaptação para as demandas de um território tão imenso.

A iniciar pela instituição dos concelhos, mais tarde chamados municípios, "as células básicas da organização político-territorial portuguesa"[151], Cláudia Fonseca afirma que o território do reino era, já no início de nossa colonização, composto por uma extensa malha de centenas de concelhos, cujas câmaras, formadas "essencialmente de dois ou três vereadores, de um procurador e de um ou dois juízes ordinários (juízes leigos de primeira instância)"[152]. As câmaras eram por sua vez agrupados em comarcas, o que colocava a esfera administrativa local sob a fiscalização de magistrados e ouvidores, mas não impedia a câmara de ter autonomia na primeira instância jurídica e no recolhimento de tributos.

Enquanto o modelo e atribuições das câmaras eram os mesmos nas colônias, a extensão territorial de competência delas era muito maior, comentando a autora que algumas câmaras mineiras respondiam por territórios quase iguais à extensão do reino de Portugal. Isso provavelmente justifica duas especificidades das câmaras nas colônias: a primeira era a extensão do termo (designação que já utilizamos no texto) que, conforme explica a autora, correspondia às zonas rurais que dependiam daquela câmara.

Essas localidades sem autonomia jurídica poderiam receber diversas nomenclaturas, como "lugar" ou "aldeia" em Portugal, "arraial" em Minas, ou mesmo "povoação", que tinha um uso genérico e se aplicaria a qualquer tipo de aglomeração, desde lugares até cidades.[153] Como observamos antes, o termo de Belém era subdivido em freguesias, uma designação eclesiástica que poderia congregar propriedades, lugares e/ou povoações, incluindo antigos aldeamentos indígenas.

A imprecisão quanto aos limites dos termos é algo bastante relevante para pensar a inserção do nosso objeto como parte da cidade de Belém. Esse foi um problema que perdurou ao longo de todo o período colonial. Para a realidade mineira, Cláudia Fonseca explica que a imprecisão era justificada pela fronteira entre o espaço ocupado e o sertão, para onde a mineração ainda avançaria. Contudo, segundo a autora. a leitura de Manuel Hespanha demonstra que essa era uma característica presente nos termos dos concelhos do reino também, dotados de uma "fluidez periférica", a perda gradual da presença e ação

[151] Idem, posição 350
[152] Idem, posições 462-463.
[153] Idem, posições 481 - 482

do poder político conforme a distância da sede aumentava.[154] Continuando a leitura de Hespanha, a instrução era que os limites do termo deveriam ter entre cinco e seis léguas de distância da sede, o que seria um percurso que os representantes da câmara poderiam percorrer em um dia. Essa orientação não foi obedecida no reino e esteva completamente fora do padrão observado nas colônias, onde a extensão dos termos alcançavam centenas de léguas.[155]

A segunda especificidade era que, enquanto no reino os concelhos poderiam ser instituídos em agrupamentos populacionais de diferentes nomenclaturas, na América Portuguesa ele foi condicionado a elevação da localidade à categoria de vila, o que conferia status aos núcleos coloniais que ascendiam àquela condição. Em Portugal, "vila" era mais uma nomenclatura que não obedecia de forma rígida a uma regra de escala de funções administrativas ou atribuições políticas

> No Reino, a maior parte das sedes de concelhos tinha o título de vila. No entanto, nas zonas rurais e nos concelhos mais modestos, a povoação-sede podia permanecer na condição de simples lugar ou aldeia. Por outro lado, certos topônimos portugueses incluem a palavra "vila", sendo que não se trata de sedes de concelho, mas de meras aldeias. Na colônia, não se verifica tal diversidade de situações: as localidades recebiam o título de vila ao mesmo tempo em que adquiriam o direito de se autogerirem, ou seja, de possuir uma câmara, com seu território de jurisdição (termo) e com rendas próprias.[156]

Assim, enquanto no reino a organização das funções administrativas do concelho foram sendo definidas sem que tenha condicionado as localidades a um ajuste de nomenclaturas e à definição de uma escala por categoria, na colônia a composição dessa rede diferia as unidades que poderiam cumprir a função de sede do concelho (vilas e cidades) das demais que estariam sujeitas à sua jurisdição.[157]

---

[154] Idem, posição 4329

[155] Idem, 4402. Cláudia Fonseca pondera que houve esforços por parte da coroa portuguesa de mapear para conhecer os termos das vias mineiras, com a designação de cartógrafos responsáveis para a execução da tarefa, que obtiveram algum sucesso parcial na tarefa, mas sem a conclusão dos trabalhos. Os documentos que responderiam à questão foram produzidos pelas câmaras, já no século XIX, a partir das disputas de limites com outras câmaras, e como estratégia para contestar a iniciativa separatista de povoações e lugares sob a jurisdição delas.

[156] Idem, posições 489 – 494.

[157] É interessante como a autora ratifica que a categoria cidade não possuía câmaras com funções administrativas ou representação junto às cortes diferentes das vilas. A denominação cidade estava condicionada à junção da presença de aparatos religiosos, político ou militares, aspectos geográficos e econômicos, o que explicava o número de cidades muito inferior ao de vilas: segundo Cláudia Fonseca, no início do século XIX, o Brasil contava com apenas 12 cidades enquanto existiam 225 vilas.

Cabe mencionar ainda um terceiro elemento importante para o entendimento sobre os concelhos, tanto no reino como na colônia: a sesmaria da câmara, que em Minas Cláudia Fonseca identificou uma série de nomenclatura para essa dotação patrimonial, entre elas "rossio".[158] Como todas as demais palavras desse léxico português levantado pela autora, as palavras que designavam a propriedade de terras conferidas pelo monarca às câmaras, para que pudesses obter rendas através do aforamento, também promoveram confusão pela sua diversidade de aplicações e sentidos. Rossio, por exemplo, também se aplicava a praça, largo, espaço público de convivência e uso comunal.

A extensão das propriedades dotadas às câmaras também não parece ter tido regras quanto ao tamanho. Cláudia cita os casos de Salvador (três léguas de largura), Rio de Janeiro (primeiro uma légua e meia de testada depois mais duas léguas e meia em quadra) e Angra dos reis (apenas 33 x100 braças) para ilustrar a diversidade.[159] A autora apresenta as técnicas e problemas enfrentados nas vilas mineiras par a demarcação dos marcos patrimoniais, mas nos parece uma boa oportunidade de utilizar as informações coletadas pelo engenheiro João de Palma Muniz.

Ao produzir uma obra sobre o patrimônio dos conselhos municipais do Pará, Muniz ao transcreveu a "Carta de doação e sesmaria da légua patrimonial concedida à Câmara Municipal de Belém em 1 de setembro de 1627", onde consta a doação pelo governador de "uma légua de terra ao redor da cidade".[160] Palma Muniz transcreveu também o auto de medição da légua patrimonial, ocorrido em 1702, para recolocar os marcos que haviam desaparecidos. Explica o documento, produzido pelo escrivão da fazenda real Antônio de Mesquita (que participou da expedição de demarcação), que o método para tal missão foi a saída a pé por terra, seguindo a estrada real rumo ao engenho do Utinga, com uma ampulheta de meia hora e, "sendo moídas duas ampulhetas", foi fincado o marco com a inscrição "Rey". O mesmo procedimento foi feito pelo rio à canoa, seguindo primeiro pela margem esquerda do continente até o Utinga, acima do igarapé Tucunduba, e depois pela margem direita até a fazenda Val de Cães.[161]

A dotação patrimonial das câmaras é mais um aspecto a ser considerado na profusão de sentidos atribuídos à categoria cidade, especialmente quando associada à noção de municipalidade. Para o período colonial a fronteira desses significados era

[158] FONSECA, Cláudia, op cit, posição 422
[159] Idem, posição 7643
[160] MUNIZ, João de Palma. Patrimônio dos Conselhos Municipais do Estado do Pará. Paris: Aillaud, 1904. P. 94.
[161] Idem, p.95.

confusa pois o espaço urbano, ou pelo menos de uma espacialidade organizada a partir das instituições representativas dos poderes político, judiciário e religioso, com o ordenamento da disposição de vias e espaços públicos, bem como a regulação de atividades produtivas desenvolvidas neste espaço, estava dentro dos limites territoriais concedidos como patrimônio às câmaras municipais. No caso de Belém, pelo menos o espaço entendido como cidade estava totalmente inserido no marco da légua patrimonial de 1627. Mesmo em 1839, quando Antônio Baena descreveu os pontos de referência do contorno da cidade, eles ainda permaneciam dentro desses limites, à exceção do Tapanã e Pinheiro.

A sesmaria da câmara correspondia apenas às terras que ela dispunha como patrimônio, sobre as quais poderia cobrar foros e obter renda, mas o território sobre o qual ela tinha obrigações administrativas e representatividade política era muito maior, justamente o termo. Como vimos, ele era muito extenso, e ao final do século XIX o de Belém abarcava 19 freguesias distribuídas entre os rios Acará, Mojú, Bujarú, Inhangapi, Capim, Benfica e Guamá, além das baías do Guajará, Santo Antônio e do Sol. Se a experiência do reino reforça a suspeita de uma parca presença e ação efetiva dos representantes da câmara sobre os pontos mais afastados do termo, a condição reclamada de morador da cidade pelos requerentes de sesmarias ao longo dessas freguesias também indicam que o sentido e a extensão da cidade eram esticados quando necessário.

Cláudia Fonseca faz uma colocação que resume a nossa compreensão sobre a questão

> Como a maior parte dos concelhos tinha uma vila por sede, os dois termos tornaram-se quase sinônimos. Mas, na realidade, cada concelho possui duas partes distintas, que os textos coevos nem sempre diferenciam de maneira nítida: a vila – núcleo urbano principal, onde se reúne a câmara – e seu termo – o território de jurisdição dos oficiais camarários, que inclui geralmente várias outras localidades. Vê-se, assim, que o vocábulo "vila" possui duas dimensões: no nível local, ele designa a povoação-sede de um concelho; na escala territorial, ele corresponde a todo o espaço entorno da sede, posto sob o controle da câmara.[162]

À luz das explicações obtidas com Cláudia Fonseca, recuperando questões de Rafael Chambouleyrom quanto a condição de requerentes de sesmarias de localidades distantes do núcleo urbano da cidade como moradores de Belém, somados às informações providas por Antônio Baena, Palma Muniz e pelas cartas de sesmarias que levantamos junto ao Iterpa, acreditamos que o quadro desenhado aqui apresenta a ilha de Caratateua

[162] FONSECA, op cit, posições 510 - 515

inserida no processo de expansão das propriedades de terras que estavam conformando o termo da cidade de Belém.

Pelas localizações descritas nas cartas, ainda que muito imprecisas, a faixa territorial que margeava a saída do Rio Pará rumo ao oceano (as baías do Guajará, de Santo Antônio e do Sol) estavam sendo reclamadas por seus ocupantes ou pleiteadas por aqueles que acusavam não ter terras, e tendo seus vínculos com a cidade confirmados pelos próprios requerentes, provedores de fazenda que autorizavam e governadores que as concediam. Os limites de fato, tanto das sesmarias concedidas como das freguesias que compunham o termo da cidade, não foi possível alcançar assim como para a realidade colonial mineira.[163]

As fronteiras do termo provavelmente estavam por serem demarcadas. A distinção entre cidade e o seu termo era imprecisa, confusa, intercambiável. Ao longo do período colonial, vila e cidade eram designações elásticas, que ora respondiam pelo todo, ora apenas pelo centro, a localidade sede do concelho, fruto da condição político-administrativa destes. No momento em que o termo da cidade ainda se expandia, Raymundo dos Santos, como morador de Santa Maria de Belém do Grão-Pará, reclamou a sua propriedade, e consequentemente a ilha de Caratateua, como parte da cidade.

Com a Independência, as atribuições e poderes desempenhados pelas câmaras municipais foram objeto de debate no parlamento imperial. A necessidade ou não da reorganização das esferas de poder, das especificidades e limites dos poderes municipais e provinciais, mobilizou tanto a câmara dos deputados como o senado, e em 1828 promulgaram a lei regulamentar que restringiu a atuação das câmaras municipais à esfera administrativa (eliminando suas competências jurídicas) e, com o ato adicional de 1834, tiveram seu patrimônio e contas sujeitos à aprovação da Assembleia Provincial. Apesar dessas mudanças, a produção historiográfica atual aponta que essas alterações não diminuíram o poder representativo ou limaram as câmaras como espaço de disputa e atuação das elites locais.[164]

[163] Conhecer os pormenores do crescimento de conformação do termo de Belém, bem como a atuação da sua câmara durante a colônia estão muito além dos objetivos deste trabalho, mas se mostra uma frente de estudos necessária para a história da cidade

[164] Ver: OLIVEIRA, Kelly Eleutério Machado. No laboratório da nação: poder camarário e vereança nos anos iniciais da formação do Estado Nacional Brasileiro em fins do primeiro Reinado e nas Regências, Mariana, 1828-1836. Dissertação (Mestrado) Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2013; SILVA, Karla Maria da. O poder municipal e as práticas

E em se tratando das elites locais e regionais, não apenas as câmaras municipais, mas principalmente as assembleias legislativas provinciais foram o espaço privilegiado de atuação política delas, em diálogo com os presidentes de província, que faziam a mediação entre os interesses regionais e as políticas do Império. Apesar do caráter centralizador do governo central, Miriam Dolhnikoff ressalta que, na prática os presidentes de província eram agente temporários, que desconheciam o território e as condições das províncias, e como dependiam da articulação com o legislativo provincial acabavam ficando sujeitos aos acordos e disputas regionais.[165]

Nesse "império das províncias", Maria de Fátima Silva Gouvêa destaca como a separação e a organização da esfera administrativa e legislativa provincial do Rio de Janeiro, a partir de 1834, contribuiu para o processo de crescimento e diversificação da produção econômica agrícola fluminense, com a expansão do número de municípios, organização e fortalecendo a rede dessas elites políticas locais.[166] Desta forma, se as câmaras não detinham as atribuições e autonomias do período colonial, sua reorganização administrativa ainda dotava seus representantes de forte atuação política local. e a ampliação do número de municípios indica a distribuição ou rearranjo de poder entre as elites, conforme a ocupação e o desenvolvimento econômico aconteciam.

Consultando o Repertório Geral das leis da Assembleia Legislativa, de André Cursino Benjamin, que reuniu a legislação produzida entre 1838 e 1853, o item referente à Câmara Municipal de Belém indica que esta teve uma intensa remodelação após a lei de 1828, com a criação de vários cargos como amanuenses, porteiros, fiscais, médicos, e agrimensores, e a tentativa de reajuste de salários.[167] Em Resolução nº 215, de 15 de novembro de 1851, a Assembleia determinava a demarcação da légua patrimonial da Câmara de Belém.[168]

---

mercantilistas no mundo colonial: um estudo sobre a Câmara Municipal de São Paulo – 1780-1822. Tese de Doutorado. Assis: Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, 2011; SOUZA, Williams Andrade de. O Império das (nas?) Municipalidades: as elites e o governo das cidades no Brasil oitocentista (Recife, 1829 – 1849) Tese de Doutorado. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-graduação em História, 2019.

[165] DOLHNIKOF, Miriam. "O lugar das elites regionais". REVISTA USP, São Paulo, n.58, p. 116-133, junho/agosto 2003.

[166] GOUVÊA, Maria de Fátima da Silva. *O Império das Províncias: Rio de janeiro, 1822 – 1889*. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

[167] BENJAMIN, André Cursino. Índice ou Repertório Geral das leis da Assembleia Legislativa Provincial do Gram-Pará (1838 – 1853). Pará: Typographia Commercial de Antônio Jozé Rabello Guimarães, 1854. P. 8 e 9.

[168] Idem, P. 44.

As leis referentes às cidades, vilas, freguesias também demonstram um intenso processo de reorganização das divisões administrativas e judiciárias. No que tocava a municipalidade de Belém, primeiramente a lei nº 32, de 30 de setembro de 1839 demarcou os limites entre os termos das cidades de Belém e Cametá, que foi o engenho de José da Silva, "na embocadura do rio Pindobal inclusive, donde devem começar os limites de Cametá com todas as ilhas que banha o Tocantins."[169]

Em decreto do mesmo dia, as freguesias de Beja e Conde foram extintas e seus territórios redistribuídos entre as de Abaeté e Barcarena. O termo da cidade começava a sofrer algumas alterações: em 1840 foi criada a freguesia da Santíssima Trindade, e em 1843 a freguesia de Igarapé Mirim foi elevada a condição de vila, compondo o seu termo a freguesia de Abaeté.[170] Já a sede da freguesia de Benfica foi deslocada para a localidade de Roldão, ficando os moradores responsáveis pelo custo da construção da nova igreja.[171]

Essa reorganização administrativa não se limitava à cidade de Belém. Um estudo específico se faz necessário para analisar um possível projeto a partir do conjunto da legislação. A lei nº 445, de 24 de outubro de 1848, por exemplo, elevou a categoria de cidade as vilas de Cametá, Santarém e Barra do Rio Negro.[172] As mudanças nem sempre resultavam na elevação das localidades à outra categoria, mas poderiam retroceder ou serem desmembradas. Segundo Manoel Baena, as freguesias de Belém em 1885 eram as seguintes: Sé, Campina, Trindade, Nazaré (freguesias da sede), Acará, Barcarena, Benfica, Capim, Boa Vista, Bujarú, Inhangapi, Mosqueiro e Conde, além das povoações do Pinheiro e Benevides.[173] Há, portanto, indícios de que um processo semelhante de reorganização dessas elites através da fundação ou reorganização de vilas e cidades.[174]

Entretanto, para João de Palma Muniz, engenheiro da Secretaria de Obras Públicas dos primeiros governos republicanos do estado do Pará, essa política de reorganização administrativa e o trato do patrimônio territorial das municipalidades durante o Império teria sido catastrófico.

> No período do império, como as Câmaras só possuíam funções "meramente administrativas" e viviam completamente absorvidas pelo poder central da Província, eram criadas sem a previsão de estabelecer-se uma divisão

[169] Idem, P. 13
[170] Idem, Ibidem.
[171] Idem, P. 14
[172] Idem, Ibidem.
[173] BAENA, Manoel. Informações sobre as comarcas da província do Pará. Belém, PA : Typ. de F. da Costa Júnior, 1885.
[174] A confirmação e compreensão sobre esse processo demanda a realização outros estudos específicos, como os arranjos as elites locais a partir da assembleia legislativa da província do Pará.

> administrativa capaz de tornar-se seguro elemento de progresso e desenvolvimento do conjunto geral do Estado, vivendo de vida própria, isto é, de recursos capazes de sustentar a sua existência administrativa.
> Erigidos nos territórios de antigas freguesias, nem sempre conseguiam extensão adequada e população suficiente
> É por este motivo que, inspecionando o mapa do Pará, deparamos com municípios de área extremamente reduzida em face de outras de avultada largueza de território
> Para essas disparidades, advindas do período monárquico, uma quase revisão se torna obra meritória em benefício das populações e do próprio Estado [175]

Desconsiderando o teor da fala de Muniz, sempre utilizada para enaltecer a natureza das instituições republicanas em detrimento do passado imperial, as suas críticas quanto ao trato dos patrimônios municipais tinham origem na desorganização administrativa quanto aos limites das freguesias/vilas/cidades, e que motivou boa parte de sua produção bibliográfica. Em outro estudo já citado sobre os conselhos municipais do Pará, Palma Muniz reforçava o tom de crítica ao apresentar o fracasso de consecutivos processos de demarcação que eram abertos para o conhecimento do patrimônio municipal de Belém.[176]

Segundo o autor, uma resolução, de 1851, que pediu uma nova demarcação não foi executada.[177] Dez anos depois, em 1861, o agrimensor José do Ó de Almeida foi designado para uma nova demarcação, para a qual localizou apenas uma planta e a descrição das técnicas de medição empregadas; a vereação de 1883 – 1886 nomeou o engenheiro da Câmara, Manoel Odorico Nina Ribeiro para mais uma demarcação, que não foi concluída.[178]

Essas falhas não teriam sido exclusividade do governo provincial: em 1899, o governador Paes de Carvalho concedeu por decreto uma segunda légua patrimonial, contígua a primeira légua, que Palma Muniz reclamou não ter sido demarcada até o momento da escrita do seu trabalho.[179] Ele acrescenta que, consultando os documentos da Secretaria de Obras Públicas, verificou que quase a totalidade da segunda légua já era ocupada por diversas propriedades, entre fazendas, as olarias de Val de Cães e Tapanã e os lotes das margens esquerda e direita da Estrada de ferro Belém - Bragança

[175] MUNIZ, João de Palma. "Limites municipais do estado do Pará." Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará. Tomo VIII. Pará: Typ. e Encadernação do Instituto Lauro Sodré, 1913, p. 253
[176] MUNIZ, João de Palma. Patrimônio dos Conselhos Municipais do Estado do Pará.
[177] MUNIZ, op cit., p. 96
[178] Idem, Ibidem.
[179] Idem, p. 99.

Ainda sobre os aumentos de patrimônio territorial da câmara municipal de Belém, em 1900, os lotes urbanos da vila do Pinheiro e da povoação do Apeú foram concedidos à câmara municipal, e em 1901 houve a anexação das terras do distrito de Mosqueiro. Palma Muniz novamente fez duras críticas ao se deter na análise de quais seriam os limites da freguesia/distrito[180] de Mosqueiro, o que nos interessa de maneira especial por tratar da jurisdição a qual a ilha de Caratateua pertencia, ou pelo menos deveria pertencer. Desde o momento da criação da freguesia de Mosqueiro, essa vinculação não ficou bem estabelecida

Foi a lei nº 563, de 10 de outubro de 1868, que criou a freguesia da Nossa Senhora do Ó de Mosqueiro, a partir da divisão da freguesia de Benfica.[181] O artigo 2º especificava os limites da nova freguesia, que eram: "pelo lado sul o furo do Pinheiro em direção ao igarapé do Fundão, abaixo do igarapé Paricatuba até a Baía do Sol, e pelo norte a margem esquerda do rio Tauá". O artigo 3º determinava ainda que faziam parte da freguesia as ilhas de Cotijuba, Paquetá, Jutuba, Tatuoca "e outras menores adjacentes"[182] A mesma descrição foi apresentada por Manoel Baena ao descrever a freguesia de Mosqueiro.

O texto da lei é curioso pois, pelo contorno descrito (pelo sul o furo do Maguari e pelo norte a baía de Santo Antônio), ilha de Caratateua poderia estar inclusa nesta freguesia. O fato é que a ilha de Mosqueiro está entre as baías de Santo Antônio e do Sol, e não encontramos mapas que determinassem a localização dos igarapés utilizados como referência. Logo, o texto poderia estar se referindo apenas a ilha do Mosqueiro, que está circunscrita aos limites apresentados. Em contrapartida, as ilhas de Cotijuba, Jutuba e Tatuoca, que também compunham a freguesia, estão mais projetadas na baía do Guajará e defronte a ilha de Caratateua, tornando improvável que o desenho da freguesia abrangesse porções menores de terra mais distantes e ignorasse uma ilha maior localizada entre a sede e as demais.

Como mencionamos, o problema perdura até o ano de 1901, já na República, quando pela lei nº 753, o governador Augusto Montenegro "concede à Intendência

[180] Pelo que observamos na leitura do índice de leis organizado por Manoel Baena, após a Proclamação da República o termo distrito era aplicado como subdivisão de circunscrições judiciárias, como comarcas, juízos de paz e para os perímetros atendidos pelas delegacias de polícia, enquanto o termo freguesia permanecia como uma subdivisão administrativa dos municípios. Eles poderiam se referir a uma mesma localidade. Assim Mosqueiro era uma freguesia do município e um distrito da comarca de Belém. Isso parece ter levado a usos intercambiáveis, como se os termos fossem sinônimos

[181] Colleção das leis da província do Gram-Pará. Tomo XXX – parte 1. Belém: Typographia Aurora Paraense, 1868. P. 25 – 26

[182] Idem, Ibidem.

Municipal de Belém os terrenos ocupados pelo distrito da vila de Mosqueiro.” A questão era exatamente definir ao que a lei se referia como distrito de Mosqueiro.

> Estudando os documentos de terras relativos ao Mosqueiro, desde os registros de 1854, verifiquei que o Mosqueiro pertenceu primitivamente à freguesia de Benfica e como um distrito desta freguesia, abrangia em seus limites as terras da ilha, terras da costa e terras da ilha de Caratateua ou Caratatuba, havendo mais de um registro de terras desta ilha como fazendo parte do distrito do Mosqueiro.
> Atualmente é aquela questão de limites cheia de dificuldades, por não ter a lei que faz a concessão declarado a qual tipo de distrito se referiu.
> Me parece, portanto, que a lei nº 753 poderia ser mais clara e precisar os limites da concessão que fez.
> Estou inclinado entretanto a supor que o intuito do legislador foi conceder unicamente as terras da Ilha do Mosqueiro.

A ausência de uma delimitação mais precisa sobre a extensão de terra que estava sendo concedida ao município como patrimônio era realmente problemática por novamente evidenciar a polissemia dos termos utilizados: para Palma Muniz, a lei estava tratando de toda a freguesia, e ele questionava se ela incluiria as terras de Caratateua ou apenas as da própria ilha de Mosqueiro, opção que ele achou mais provável.

Essa condição ainda bastante indefinida de demarcações e limites tanto da jurisdição dos municípios como do patrimônio das câmaras municipais, além da crítica do autor à forma e aos resultados da reorganização administrativa promovida pela assembleia legislativa provincial nos remetem a uma afirmação de Maria de Fátima Gouvêa sobre o quadro do desenvolvimento da agricultura da província do Rio de Janeiro: em 1880, não havia mais fronteira agrícola em expansão e todo o território fluminense estava inserido em alguma frente produtiva, fosse café, açúcar ou outros gêneros, e a arrecadação municipal havia dado saltos de até dez vezes ao longo do século XIX.

Se esta análise não impede a crítica quanto a falta de processos de definição e demarcação de limites territoriais entre os municípios paraenses ao longo do século XIX, a necessidade de expansão da fronteira agrícola foi temática permanente na província, como foi em todo o Brasil Imperial, e era a sua concretização que consolidava e motivava a reivindicação dos limites municipais. A instalação do regime republicano trouxe novo folego ao projeto de desenvolvimento da agricultura, partindo das bases e políticas do regime anterior. A organização fundiária através da lei de terras de 1850 foi uma dessas bases, que teve impacto direto na ocupação e nas disputas de propriedade em Caratateua na segunda metade do XIX.

Lei de terras e disputas de propriedade em Caratateua

Em ofício de 14 de junho de 1845, o vice-presidente da província do Pará, João Maria de Moraes, autorizava a Mesa da Santa Casa de Misericórdia a "alienar certos bens improdutivos de raiz e semi-moventes" para angariar fundos para a construção de um cemitério, e com os rendimentos deste conseguir manter suas atividades. Dentre os bens estavam uma fazenda na ilha Caviana, a fazenda "Bom Jesus", na ilha do Marajó, "com os gados e vaqueiros que tiverem, e a ilha de Caratateua, perto do furo do Pinheiro".[183] Apesar do texto, não há dúvidas indício de que a propriedade em Caratateua se tratava de fato de toda a ilha, e sim a uma parte dela, como veremos mais afrente. Não localizamos notícia da arrematação da ilha, mas a venda se deu no primeiro leilão, em 7 de novembro de 1845[184], pois nos anúncios de pregão seguintes tratavam apenas da venda da ilha Caviana.

Propriedades de outras ilhas também estavam disponíveis para venda. O jornal Treze de maio", na edição de 23 de maio de 1846, anunciava a venda de um sítio na ilha Caiarú, "com meia légua de terras em quadro com casa de vivenda, abaixo do Pinheiro".[185] Além dela,

> Vende-se a Fazenda Cotijuba, com um Engenho para moer cana, movido por água, com bons canaviais; preparos para fabricamento de açúcar e destilação de águas ardentes, duas Ilhas sendo Cotijuba e Paquetá, com boas pedreiras, e madeiras próprias para construção, todos os arranjos que se tornam necessários a um Engenho; tendo a notar que todas as casas do estabelecimento são de telha pedra e cal, quem pretender comprar dirija-se a Benjamin Upton Júnior, pois está apto para tal.[186]

Na década de 1840, o número de propriedades agrícolas nos arredores de Caratateua parecia ser avultado. Na impossibilidade de consultar os acervos de registro fundiário do Iterpa[187], os anúncios de aluguel ou venda de engenhos, sítios e terrenos publicados no jornal "Treze de Maio" nos serviram de indício dos tipos e da localização dessas propriedades: "Cypriano Antonio d'Assumpção pretende arrendar seu Engenho de moer cana sito na baía de Santo Antônio com um bom canavial quase maduro"[188]; José Ribeiro de Souza colocava a venda sua Olaria recém-reformada, com casa de vivenda de

[183] Colleção de leis da Província do Grão Pará. Tomo VIIA – segunda parte. Pará: Typographia de de Santos e filhos, 1855, p. 10
[184] Treze de Maio, edição 552, de 1 de novembro de 1845, p. 3
[185] Treze de Maio, edição 606 de 23 de maio de 1846, p. 6
[186] Treze de Maio, edição 592 de 28 de março de 1846, p. 4.
[187] Apesar de várias tentativas de comunicação com o órgão, não obtivemos resposta para as solicitações de consulta ao acervo.
[188] Treze de Maio, edição 599, de 29 de abril de 1846, p.4

pedra e cal, fornos, amassadores e máquina de fazer tijolos por tração animal;[189] em Mosqueiro, um sítio com cafezal, árvores frutíferas, roça de mandioca e casa de vivendas cobertas de telhas também era anunciado.[190]

Essa intensificação do uso e ocupação da terra não se contrapunha ao quadro geral de indefinição ou ausência de delimitação de termos e patrimônios municipais, ou a manutenção de fronteiras agrícolas que existiam em diversas partes da província. Ele ratificou e empurrou a experiência da "fluidez periférica" para outros pontos do estado, conforme o crescimento demográfico e econômico no entorno da capital expandiu o uso das terras da sede do município, acirrando a espacialização do seu entorno. A concentração de riqueza e a urbanização de Belém, resultantes desse movimento, provocaram projetos de expansão da ocupação agrícola que veremos mais adiante neste capítulo.

Como observamos anteriormente, o processo de ocupação das terras do termo do município de Belém foi mediado pela concessão de cartas de sesmarias, mas isso não impediu as ocupações e posses espontâneas, sem autorização e regularização oficial. O padrão de ocupação perdura, avançando pelo século XIX. Após a Independência, um novo regramento fundiário precisava ser proposto em substituição às leis portuguesas que já não mais se aplicavam, e na tentativa do governo imperial de conhecer e controlar suas terras devolutas. Assim, a Lei de Terras foi publicada em 1850, e regulamentada por decreto em 1854.

O entendimento da Lei de Terras como uma lei "que não pegou" por pressão dos grandes proprietários; ou como o primeiro movimento de transformação do modelo econômico em favor de práticas capitalistas, com a criação de barreiras de acesso aos meios de produção e formação de uma força de trabalho livre, foram as interpretações preponderantes até o final do século XX[191]. Nas últimas duas décadas, os estudos têm se dedicado a perceber como a lei de terras pode ter permitido a ação do poder centralizador do governo imperial nas províncias, e como pode ter afetado as dinâmicas locais entre

[189] Treze de Maio, edição 672, de 30 de janeiro de 1847, p. 3.
[190] Treze de Maio, edição 802, de 17 de maio de 1848, p. 5.
[191] CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial / Teatro das sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; COSTA, Emília Viotti. Da monarquia à república: momentos decisivos. São Paulo: Editora da Unesp, 1999.

proprietários.[192] É na segunda linha de análise que os efeitos da lei de terras impactaram as relações de posse em Caratateua.

Marcio Antônio Both da Silva considera que o "que ela consolida e não consegue realizar definitivamente no espaço de tempo entre sua promulgação, regulamentação e o fim do Regime Imperial é uma nova concepção sobre a terra, seu uso e especialmente sobre a propriedade".[193]

> Nesses termos, um dos elementos importantes que atuou diretamente na execução da Lei de Terras de 1850 foi a existência de disputas entre as diferentes e variadas concepções sobre a terra e seu uso. Em longo prazo, um dos seus sucessos, talvez o principal, foi sua perspicácia em dar as bases sobre as quais essas diferentes concepções deveriam ser substituídas por uma única, isto é, aquela que transforma a terra em propriedade/mercadoria, impossibilitando assim qualquer tipo de vínculo a ela que não sejam aqueles regulados pelo mercado.[194]

Além de consolidar o status da terra como mercadoria, o autor destaca que um dos feitos alcançados pela lei foi o seu reconhecimento e aplicação não pelos grandes proprietários, mas por pequenos posseiros que, ao tentar utilizar a lei para regularizar suas terras acabavam por legitimar uma regra que só favorecia às famílias tradicionais e aqueles que tinham meios de comprovar ou legitimar suas posses.

A análise de Márcia Menendes Motta, entende que o registro de posse pode não ter cumprido a função de permitir a organização fundiária, mas tinha utilidade eventual como instrumento de poder dos proprietários em disputas locais.[195] Os registros, portanto, se não serviram como um retrato fiel da ocupação de terras, serviu como um indício de intensificação da ocupação e de tensões relacionadas, princípio de tensão ou de conflito de posses nas localidades envolvidas.[196]

Consultando o "Índice Geral de Posses", organizado por Palma Muniz, identificamos o registro de quatro propriedades na ilha, imediatamente após a regulamentação da lei, listadas no item "Freguesia de Nossa Senhora de Benfica"[197]:

---

[192] MOTTA, Márcia Maria Menendes. Nas fronteiras do poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de leitura / Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998 CHRISTILLINO, Cristiano Luís. Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880). Tese de Doutorado em História. Niterói: PPGH/UFF, 2010; SILVA, Marco Antônio Both da. Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não s condenar "uma quinta parte da atual população agrícola". In: Revista Brasileira de História. Vol. 35, nº 70 São Paulo, 2015. 21p.

[193] SILVA, op. Cit., p. 5.

[194] Idem, p. 6.

[195] MOTTA, op cit, p. 167

[196] Idem, p. 168

[197] Lembrando que a freguesia de Mosqueiro só foi criada em 1869.

> 1.069 – Amaro Viegas, terreno na ilha de Caratateua, furo da Água Boa. Registrado em 10 de julho de 1860, folhas 20v e 21.[198]
> 1.109 – Estanislau José Monteiro de Andrade, uma parte da ilha de Caratateua, que antes pertencia a Santa Casa de Misericórdia. Registrada em 11 de setembro de 1854.[199]
> 1.156 – João Ribeiro d'Aredo, "Oiteiro", baía de Santo Antônio. Registrado em 11 de agosto de 1855, folha 13.[200]
> 1.177 – José do Ó de Almeida, terreno na ilha de Caratatuba, ou Caratateua, margem do furo do Pinheiro ou Rio Maguary. Registrado em 21 de novembro de 1854, folha 1v.[201]

Assim como no estudo de Menendes Motta, a ausência de descrição, limite ou qualquer referência ao tamanho das propriedades é algo que também observamos nos registros locais. Nos quatro, os posseiros se limitaram a indicar a ilha ao invés de descrever as características ou determinar a extensão das propriedades. João Ribeiro d'Arede nomeia a propriedade, enquanto Estanislau Andrade mencionou que se tratava da fazenda que anteriormente pertencia à Santa Casa de Misericórdia. Acreditamos, pela existência de registros que se limitaram a dar como localização o furo do Maguari, ou a baía de Santo Antônio, que outros terrenos poderiam estar também em Caratateua.[202]

Buscando identificar os proprietários listados, suas atividades econômicas e que outras terras poderiam possuir, recorremos novamente os jornais. Amaro Viegas era português, comerciante, irmão da loja maçônica Harmonia[203], e esteve envolvido em diversas atividades econômicas: em 1854, temos notícia de que era proprietário da fazenda Curuçambá através de um anúncio de fuga de escravo;[204] também era proprietário de uma taberna e vendia querosene a retalho na rua do Espírito Santo,[205] alugava um capinzal[206], além de ser proprietário de uma olaria na ilha de Caratateua.[207]

João Ribeiro d'Arede era proprietário da olaria "Outeiro", na ilha de Caratateua, além de uma loja de fazendas nas Docas do Reduto, de um armazém de madeira, onde

[198] MUNIZ, João de Palma. Índice Geral dos Registros de Terras. Belém: Imprensa Official do Estado do Pará, 1909, p. 90
[199] Idem, p. 93
[200] Idem, p. 96
[201] Idem, p. 97
[202] "1.142 – Izabel de Nazaré Marinho, terreno na baía de Santo Antônio. Registrado em 28 de setembro de 1854, folha 1v" (p. 95); "1.151 – João Francisco de Oliveira, terreno na baía de Santo Antônio. Registrado em 20 de janeiro de 1856, folha 16" (p. 96)
[203] O Pelicano, órgão da maçonaria, número 70, 20 de fevereiro de 1873, p. 2
[204] Treze de Maio, edição 330, de 10 de maio de 1854, p.4.
[205] Jornal do Pará, edição 35, de 14 de fevereiro de 1875, p. 2.
[206] Diário de Belém, edição 326, de 18 de outubro de 1883, p. 1
[207] Almanak Paraense: Administração, Commercio, Indústria e Estatística para o ano de 1883. Pará: Typ de Assis e Lemos, 1883, p. 433

vendia também areia, cal[208], e de uma taberna[209]. Foi sócio de uma fábrica de sabão e velas de sebo[210], e tinha à venda "um terreno com 30 braças de frente e 240 de fundo, com casa, fruteira e pedreira, sito na estrada que vai de Nazaré para a pedreira"[211]. Em 1861, foi publicado um despacho referente aos seus autos de demarcação de terras, informando que havia sido anulado devido às irregularidades no processo de medição. O despacho ordenava que a medição fosse reformada.[212] Após a sua morte, a viúva Cândida Marcellina dos Prazeres Arede" assumiu a olaria, onde também estava a fábrica de cal[213], e alugava um prédio (talvez o mesmo da loja de fazendas) onde funcionava o mercado municipal do Reduto[214].

Não obtivemos informações sobre Estanislau José Monteiro de Andrade, o comprador da propriedade em Caratateua que havia sido posta em arrematação pela Mesa da Santa Casa de Misericórdia. Quanto a José do Ó de Almeida, foi figura pública muito conhecida no período. Militar, foi vereador da câmara municipal de Belém e deputado na assembleia legislativa da província, proprietário das colônias agrícolas Boa Vista, na Ilha das Onças (onde tinha engenho de cana)[215], e da Nossa Senhora do Ó, em Mosqueiro, e editor do jornal "O colono de Nossa Senhora do Ó, dedicado a popularização de técnicas agrícolas e à propaganda desta colônia.[216] Foi também proprietário de uma fábrica de sabão[217], prestava serviços de demarcação de terrenos, produção e cópia de mapas, plantas e planos[218], de fotografia com o uso de daguerreótipo[219], foi membro da diretoria do Teatro Providência[220], e procurador da Irmandade da Imaculada Conceição[221]

A diversidade de atividades econômicas desses indivíduos se assemelha muito ao quadro descrito por Luciana Marinho, ao estudar as elites e as composições de fortunas no Grão-Pará entre 1850 e 1870. Mencionamos o trabalho dela anteriormente ao citar a

[208] Gazeta Official, edição 94, de 30 de abril de 1859, p. 3
[209] Almanak Paraense: Administrativo, Mercantil e Comercial. s/l, 1868, p. 231.
[210] Almanak Paraense: Administrativo, Mercantil e Comercial. s/l, 1873, p. 234.
[211] Gazeta Official, edição 205, de 15 de setembro de 1859, p. 3
[212] Treze de Maio, edição 45, de 3 de julho de 1861, p. 4.
[213] Almanak Paraense: Administração, Commercio, Indústria e Estatística para o ano de 1883. Pará: Typ de Assis e Lemos, 1883, p. 345
[214] Jornal do Pará, edição 211, de 20 de setembro de 1873, p. 1.
[215] Treze de Maio, edição 530, de 18 de agosto de 1855, p.4
[216] NUNES, Francivaldo Alves. "Aldeamentos e colônias agrícolas do Pará, décadas de 1840-1880: Usos da terra e produção rural." XV Encontro Regional de História - ANPUH-Rio. São Gonçalo, FFP/UERJ, 2012, p.1
[217] Treze de Maio, edição 581, de 10 de fevereiro de 1846, p. 4
[218] Treze de Maio, edição 608, de 30 de maio de 1846, p. 6
[219] Treze de Maio, edição 838, de 24 de setembro de 1848, p.6
[220] Treze de Maio, edição 403, de 31 de outubro de 1854, p.8
[221] Treze de Maio, edição 523 de 2 de agosto de 1855, p.4

sua crítica historiográfica ao tema da econômica amazônica e retornamos ao seu trabalho, pois ele apresenta três elementos importantes: a riqueza daquele período estava concentrada principalmente entre as famílias comerciantes do estado; a conciliação de diferentes ramos de atividades, como o comércio e a produção agrícola, ou agricultura e extrativismo, foi uma característica observada entre pessoas de todas as faixas de renda naquele período; havia uma forte atividade agrícola nos arredores da cidade de Belém, incluindo produção de alimentos para a economia local.[222]

Comparando o padrão das propriedades nas imediações Caratateua anunciadas no "Treze de Maio" com as atividades e outros bens de raiz que os quatro posseiros identificados tinham, é presumível que as olarias de Amaro Viégas e João Ribeiro d'Arede fossem também que considerável valor e potencial produtivo. As olarias presentes na ilha, bem como os engenhos e outras produções agrícolas observadas nas atividades do entorno mostram uma adequação dessas propriedades às atividades econômicas e às estratégias de acumulação de riquezas observadas por Luciana Marinho.

Mesmo sendo a descrição de uma propriedade em Caratateua já na década de 1890, citamos aqui um trecho do edital de arrematação da olaria "Redemptor", na época propriedade de Lourenço Lins de Hollanda, comerciante e membro da junta comercial da capital.[223] Nesse trecho podemos observar com mais detalhes a estrutura dessas propriedades e como diversas atividades produtivas poderiam ser desempenhadas em um mesmo espaço.

> Sítio e olaria "Redemptor" com frente no rio Guajará e Furo Maguary ou do Pinheiro, com 800 braças de frente pelo rio Guajará, e 100 de fundo pelo Furo Maguary, a começar ou confinar as terras, por um lado com o sítio Caratateua de Francisco de Paula Pacheco, e por outro lado com o igarapé Curuperé, fazendo frente para o rio Guajará, tendo o mesmo sítio o seguinte: de uma ponte construída até a metade, e de madeiras de lei; de três grandes telheiros onde está a olaria, movida a vapor com uma máquina locomóvel, e um amassador de barro, e boca para fazer tijolos angulares, prateleiras para secar tijolos, um forno grande para cozer os mesmo no centro da Olaria. Tem mais, em um dos telheiros dois quartos ou ranchos, tendo mais, próximo da olaria, uma casa própria para rancho com 5 quartos com janelas para Fora, e uma varanda com cozinha na parte de trás.
> Tem mais ainda fora da olaria, casa grande de vivendas coberta com telhas, com salão grande na frente, e quatro alcovas ou quartos varanda grande e puxada com dois quartos, dispensa e cozinha.
> Tem o sítio sete estradas de seringueiras, com cerca de sete a oitocentos paus, e quase todo plantado de árvores frutíferas, e na maior parte terra firme, avaliado tudo em réis 25:000$000[224]

[222] BATISTA, op. Cit., p. 63 – 104.
[223] É possível que se trate da mesma olaria de Amaro Viégas, pela posição que ela ocupa na ilha, mas não temos elementos suficientes para confirmar essa hipótese.
[224] O Democrata, edição 165, de 18 de setembro de 1891, p. 2.

É importante ponderar que as quatro posses de Caratateua que foram objeto de registro não descartam que outros terrenos menores e com atividades produtivas mais modestas coexistiam no interior da ilha. Ainda assim, não podemos deixar de destacar o potencial produtivo das propriedades que existiam naquele espaço, e a possibilidade de que suas terras fossem objeto de interesse de outros indivíduos.

Segundo Menendes Motta, as redes entre proprietários ainda eram a base de articulação e manutenção de terras. Isso pode ter resultado no desinteresse de uma parcela de proprietários em registrar ou revalidar as terras, uma vez que estariam seguros através de suas redes de negócios. Mas em alguns casos, os membros dessas redes podem ter agido em comum acordo para o registro e proteção de suas posses. Para isso, era fundamental que cada declarante confirmasse e reafirmasse as falas dos vizinhos.[225] A decisão pelo registro dos proprietários de terras em Caratateua não sugere limite comum entre posses, ou uma ação articulada entre eles. A autora aponta ainda que, especialmente para lavradores e posseiros de pequenas propriedades, o registro poderia ser mais significativo, como instrumento para salvaguardar a manutenção de suas posses.[226]

Eliana Ramos Ferreira, estudando os registros de terras paroquiais do Pará, também observou que, entre proprietários de pequenas posses, a adesão à lei e a realização do registro passava por uma avaliação de riscos e vantagens.[227] Pequenos proprietários também confiavam nas redes de solidariedade entre posseiros, e consideravam que o costume e o respaldo provido por testemunhas continuariam a ser mais relevantes juridicamente do que o registro. Esse jogo de escolhas em relação à lei e de disputa entre proprietários de condições diferentes se fez presente em Caratateua.

Francisco de Paula Pacheco foi arrolado como eleitor habilitado do distrito de Mosqueiro pela junta municipal de Belém em 1876. Lavrador, filho de Manoel de Nazareth Pacheco, tinha 30 anos, era casado, e sabia ler e escrever.[228] Em 1877, foi preso com outros dois homens por espancamento.[229] Nesse mesmo ano, deve ter entrado com pedido de registro de terra, pois em 27 de julho era publicado despacho no jornal "O

[225] MOTTA, op cit, p. 171
[226] Idem, p. 175
[227] FERREIRA, Eliana Ramos. "Proprietário por justo título: conflitos e tensões jurídico-burocráticas na implantação da lei de terras no Pará (1854-1860). In: SOUSA, Eveline; SOUSA, Gustavo; AUGUSTO Isabel, (orgs) Dimensões históricas do Brasil e da Amazônia no Oitocentos. Belém, PA: Cabana, 2021. Pp. 42 – 55.
[228] A Constituição, edição 162, de 21 de julho de 1876, p. 6.
[229] O Liberal do Pará, edição230, de 10 de outubro de 1877, p.1.

Liberal", informando que Pacheco ficava "relevado da multa em que incorreu por não ter dado a registro no devido tempo as terras a que se refere"[230]

Em 11 de outubro, João dos Passos Damasceno, engenheiro civil e mecânico, e comissário do município de capital, publicava

> Faço saber que tendo-me Francisco de Paula Pacheco, requerido a medição de uma posse de terras que possui no lugar denominado "Boa Vista" – Baía de Santo Antônio, distrito de N. S. do Ó de Mosqueiro, com cultura efetiva de mandioca, café e moradia habitual, tendo marcado para o dia 5 de novembro vindouro para dar começo a dita medição: pelo que os confrontantes do mesmo lugar Cláudio Antonio, Joana Francisca da Conceição, Pedro Antonio da Silva, Archangela Maria, Raimundo Evaristo, Manoel Maria da Silva, Manoel Ignacio Gouvinho, Benedito Antonio de Souza, Lourenço Hollanda e Antonio José de Souza Magalhães; e todos os mais que se julgarem com direito a requerer qualquer coisa que lhes convenha, e assistir ao mesmo ato são convidados a comparecer no dia e lugar designados pelas 9 horas da manhã em que começará a audiência.[231]

É importante notar que dez posseiros de Caratateua foram listados como possíveis interessados do processo de demarcação de Francisco Pacheco. Em geral dois ou três indivíduos eram listados, para confirmar as fronteiras laterais e dos fundos dos terrenos, já que as frentes ficavam às margens dos rios. O padrão de terras em quadra, do tempo das sesmarias, parece ter sido substituído por traçado e divisões irregulares, resultado de vendas ou partilhas entre herdeiros. A indicação da plantação de mandioca e café sugeriria uma ocupação antiga e estável.

A medição deve ter sofrido contestações ferrenhas, pois não houve qualquer notificação do processo por um ano. Em 25 de novembro de 1878, a secretaria de governo emitiu um despacho para que Francisco de Paula Pacheco declarasse "a quem pertencem as terras a que se refere."[232] Por mais quatro anos não houve a publicação de novo despacho ou aviso sobre uma nova realização de medição.

A partir de 1882, o processo de regularização da posse voltou a tramitar. Em 7 de março o jornal "A Constituição" publicou despacho do governo, direcionado ao diretor de obras públicas, para que ele emitisse parecer quanto a parte técnica do auto de medição.[233] Em 4 de maio, os autos eram devolvidos para o juiz comissário, por requisição do procurador fiscal.[234] Em novembro, era nomeado "procurador fiscal ad hoc o bacharel Clementino José Lisboa, para emitir parecer sobre esses autos, visto ter jurado

[230] O Liberal do Pará, edição 167, 25 de julho de 1877, p. 1
[231] Jornal do Pará, edição de 231, de 11 de outubro de 1877, p. 3.
[232] O Liberal do Pará, edição 277, de 4 de dezembro de 1878, p. 1.
[233] A Constituição, edição 54, de 8 de março de 1882, p. 1.
[234] O Liberal do Pará, edição 98, de 04 de maio de 1882, p.1

suspeição o dr. Procurador fiscal interino da tesouraria de fazenda José Antônio Ernesto Pará-assú."[235]

O ano de 1883 foi de espera pelo parecer do procurador fiscal, sem que essa resposta tenha sido publicada. Ela veio em 1º de fevereiro de 1884, e não foi positiva: "Julgo nulo o presente processo de legitimação por posse porque além de não achar a planta de acordo com e escala, notam-se grandes diferenças entre as distancias escritas no mapa e as da planta e condeno o escrivão e o juiz a perda dos emolumentos."[236], com o adendo: "apresente nova planta de acordo com o que consta dos autos."[237] Após a submissão de requerimento, a justiça considerou que a medição havia sido anulada com base em aviso do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de 16 de agosto de 1882, e não poderia ser condenada retroativamente.[238] Assim

> De ordem do exm, sr. vice-presidente da província faço público, para conhecimento dos interessados, que o mesmo exm. sr. por sentença de ontem aprovou o processo de medição, feito pelo engenheiro João dos Passos Damasceno na qualidade de juiz comissário do município da capital, da posse de terras de Francisco de Paula Pacheco, sita no distrito de Mosqueiro, município já mencionado. Secretaria da presidência do Pará, 25 de julho de 1884.[239]

Em 9 de agosto, a notícia de que a presidência havia aprovado o processo de medição de terras de Francisco de Paula Pacheco[240], e em 13 do mesmo mês, Cândida Marcellina dos Prazeres Arede, viúva de João Ribeiro d'Arede, impetrou um requerimento, por seu procurador dr. Bemvindo G. do Amaral, pedindo vistas dos autos de Francisco de Paula Pacheco.[241] Um ano depois, em setembro de 1885, foi publicado despacho informando

> que provido o recurso interposto por dona Candida Marcelina dos Prazeres Arede, para o fim de anular o devido processo, conforme declarou o aviso de 14 de agosto último, que a este será junto por cópia.
> Devolva-se os autos ao juiz comissário do município, para proceder a nova demarcação em seguimento dele.[242]

A disputa entre Francisco Pacheco e Cândida Arede apresentou muito da questão de escolhas e estratégias que ambas mencionam. Apesar de desconhecermos os

[235] O Liberal do Pará, edição 259, de 22 de novembro de 1882, p. 3.
[236] A Constituição, edição 29, de 4 de fevereiro de 1884, p.2.
[237] Idem, Ibidem.
[238] O Liberal do Pará, edição 181, de 6 de agosto de 1884, p. 1.
[239] O Liberal do Pará, edição 175, de 1º de agosto de 1884, p. 2.
[240] Diário de Notícias, edição 183, de 9 de agosto de 1884, pag. 2
[241] O Liberal do Pará, edição 185, de 13 de agosto de 1884, p. 2.
[242] O Liberal do Pará, edição 210, de 18 de setembro de 1885, p. 1.

argumentos e discursos manifestados nos autos por ambas as partes, alguns aspectos são perceptíveis ou conjecturáveis: Pacheco decidiu pela realização do registro apenas em 1877, mais de 20 anos depois da promulgação da lei de terras. Nesse momento, a situação da ocupação das terras em Caratateua deveria estar muito mais acirrada. O fato de que seu auto de medição de terras nomeava ao todo 10 possíveis interessados, mas não citava João Ribeiro d'Arede ou sua esposa é bastante questionável, e sugere uma tentativa de buscar respaldo pela anuência de vários vizinhos ao invés daqueles que o contestariam de fato.

Como observamos, o primeiro despacho publicado após a divulgação da data de medição pelo juiz comissário, um ano depois daquele evento, foi para que Pacheco se manifestasse afirmando a quem pertenciam as terras. Provavelmente a família Arede ou mais de um interessado já havia pedido vistas e questionado a posse de Francisco Pacheco, o que levou em seguida ao questionamento da qualidade técnica e veracidade das informações presentes na planta de sua medição.

A família Arede também agiu com estratégia, ao aguardar todo o trâmite dentro do serviço de registro de terras até a aprovação da presidência da província, o que se prolongou por 7 anos. Imediatamente após a aprovação, pediu vistas e embargou o processo novamente. Afinal, os Arede também tiveram o seu pedido de registro anulado por erro na medição bem antes de Francisco Pacheco, em 1861. O registro deles também nunca foi regularizado, como veremos daqui a pouco.

Não localizamos outra tentativa de medição de terras por parte de Francisco de Paula Pacheco. Em 1893, um anúncio com o título de "Prevenção", trazia a manifestação do novo proprietário das terras em disputa.

> Constando-me que Francisco de Paula Pacheco pretende vender as em que, com prévia permissão, provisoriamente estabeleceu-se no lugar Caratateua, pertencente a olaria Outeiro, outrora de João Ribeiro de Arêde e sua mulher d. Candia Marcellina dos Prazeres Arêde, previno, para evitar questões futuras, que pessoa alguma faça negócio sobre as ditas terras que atualmente pertencem-me por título legal e posse incontestada como consta no processo organizado na Diretoria de Obras Públicas para registro das ditas terras, e contra o qual não houve recurso.
> Pará 17 de maio de 1893
> Innocencio G M Baena[243]

Mesmo com a venda das terras da família Arede a Innocencio Gaspar Monteiro Baena, Francisco Pacheco não abandonou suas posses, nem deixou de lutar pelos seu

[243] O Democrata, edição 111, de 19 de maio de 1893, p. 2.

direito a parte daquelas terras. Esa luta ganhou outros contornos quando a olaria Outeiro foi vendida por Innocencio Baena ao governo do Estado, em 1894, para se tornar a sede da hospedaria de imigrantes do estado. A partir daí, Pacheco parece ter abandonado a possibilidade de regularização formal, fosse através da Repartição de Obras Públicas, responsável pelo registro e venda de terras públicas, ou pela justiça, como posseiro e ocupante das terras antes de Innocencio Baena ou do Estado.

Pacheco parece ter apelado para um trâmite extraoficial, através do administrador da hospedaria. A notícia de sua permanência no terreno, com roçados e extração de madeira, repercute mal com o diretor da Repartição de Obras Públicas, que leva a questão ao governador, sugerindo a demarcação do terreno e a regularização do título de terra judicialmente, a fim de garantir a segurança da instituição e a garantia de propriedade.[244] A condição de posse irregular do terreno da Olaria permanecia mesmo como propriedade do próprio Estado. Esta, com certeza, não era uma condição exclusiva daquele terreno em Caratateua, mas de outros proprietários, para os quais a demarcação das terras do estado traria problemas. A morosidade administrativa ou mesmo conivência do governo do estado com a situação irregular do terreno assegurava a manutenção das posses de outros interessados.

A ilha de Caratateua, portanto, não se tratava de um espaço natural, subutilizado ou periférico, como a ausência de informações sobre o seu espaço, que apresentamos no capítulo anterior, ajudou a construir. Esta ilha, como outras do entorno da cidade de Belém, foi espaço ocupado e disputado ainda durante o período colonial, tendo seu uso e divisão territorial intensificados ao longo do éculo XIX. As propriedades ali instaladas tinham características produtivas diversificadas, com destaque para a presença de olarias, e inseridas nas dinâmicas da economia regional, quando se iniciava o aumento do valor de mercado e da exportação da borracha.

Em meio a esse processo econômico, a publicação da lei de terras também evidenciou a tensão entre aqueles que ali tinham propriedade. Não acreditamos que os acordos e convívio fossem pacíficos antes da lei, e sim que ela lançou dúvida e, em última instância, pode ter comprometido redes de solidariedade que havia entre ocupantes das terras até ali. Por isso, a decisão de registrar a terra parece ter sido feita quando não havia o risco de desavenças ou como alternativa quando já não havia possibilidade de acordo.

[244] APEP, Poder Executivo, Area: Governo, Fundo: Obras Públicas, Caixa 118, documento 83, data: 23.09.1895

A manutenção da condição irregular de posse, como no caso do terreno comprado pelo estado para a instalação da hospedaria de imigrantes, evidencia que a força política da ação do estado dependia muito dos indivíduos ou dos espaços em que ela operava. Se em Caratateua foi tolerante com a manutenção do status quo, havia muitos outros pontos do termo de Belém e de outras vilas do estado onde a agricultura precisava avançar e especializar, torná-los produtivos.

A lei de terras serviu como um primeiro impulso nesse sentido, com algumas tentativas colonizadoras ainda no Império. Após a Proclamação da República, o discurso da soberania do estado sobre as terras devolutas, e da necessidade de explorá-las, deu uma dimensão muito maior ao projeto colonizador, e uma estrutura onde a hospedaria de imigrantes cumpria um papel fundamental.

Terras devolutas, fronteira agrícola e colonização

Francivaldo Nunes apresenta a lei de terras de 1850 como parte de uma proposta maior de tornar a terra útil e produtiva, através da agricultura e da colonização.[245] Ele começa com os debates promovidos pelos senadores do Império, que manifestaram o objetivo primeiro da legislação: a identificação das terras particulares, o que possibilitaria impedir a continuidade da ocupação irregular de terras públicas, e destinar parte delas para o estímulo da colonização estrangeira. O autor pontua também que, para as províncias do Norte, a fala de alguns senadores indicava que a imigração nesses locais teria a função de ocupar e expandir a agricultura, diferente das demandas de substituição de mão de obra escrava do Sudeste do Brasil. A ideia de uma política voltada, de fato, para conceder ao colono estrangeiro a posse de terra é oposta ao que a historiografia vem discutindo sobre os objetivos da colonização no Sudeste do país, onde a propaganda prometia o acesso, mas os colonos eram na prática destinados a lavoura do café.[246] Esta diferença de objetivos se justifica, como pontuamos, no fato de que esta lavoura já havia reorganizado a economia e o uso da terra em São Paulo e no Rio de Janeiro no último quartel do século XIX.

Isso não significa que os debates do poder legislativo não previam o uso nos colonos como força de trabalho em substituição os escravos, mas não parecia ser o uso

[245] NUNES, Francivaldo Alves. A lei de terras e a política de colonização estrangeira na província do Pará. Tempos Históricos. Volume 16 – 2º Semestre – 2012 – p. 99 - 126

[246] PETRONE, Maria Thereza Schorer. O imigrante e a pequena propriedade. São Paulo: Brasiliense, 1984; GONÇALVES, Paulo Cesar. Mercadores de braços: Riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo. São Paulo: Alameda, 2012.

preferencial ou prioritário. Nunes demonstra essa questão a partir da fala do presidente Domingos José da Cunha Júnior, em 1873, que ciente do fim próximo da escravidão, advertia que mais importante que a substituição da força de trabalho era a expansão das áreas de cultivo no Pará, e o investimento público deveria destinar o colono aos núcleos coloniais.[247]

Por isso, a escolha dos locais onde seriam implementados os núcleos coloniais foi matéria de muita ponderação entre o presidente da província e a assembleia legislativa: topografia, clima, disponibilidade de recursos naturais a serem explorados (madeiras, por exemplo) e proximidade ou acesso aos centros urbanos foram algumas das condições arroladas. Tudo visava a viabilidade da agricultura e boa adaptabilidade dos colonos, por isso fertilidade do solo e salubridade eram aspectos importantes. Em contrapartida, o tipo de colono desejado era aquele que deveria deter conhecimentos sobre o manejo da terra, através de técnicas modernas, pois a partir dele a população local aprenderia e implementaria inovações na agricultura regional.

> A expectativa que se criava em torno dos colonos estrangeiros aumentava, na medida em que estes chegavam ao Pará. Esperava-se que em pouco tempo de trabalho eles pudessem produzir, não apenas para o consumo de suas famílias, mas também para atender o comércio provincial. A expectativa era tanta que Guilherme Francisco Cruz, vice-presidente da província em janeiro de 1874, se arriscava a dizer que somente a presença de estrangeiros, a que ele chama de "colonos produtivos", seria capaz de promover o crescimento da atividade agrícola na região.[248]

Cabe pontuar brevemente que a colonização não era a única alternativa dos governos geral e provincial para o desenvolvimento da agricultura. O ensino e a pesquisa de técnicas agrícolas foram parte do projeto de desenvolvimento da economia no Império, e foram continuados na República. O Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, como outros institutos e sociedades contemporâneos no Brasil e na Europa, visava a difusão de conhecimentos teóricos e práticos, para que o agricultor brasileiro abandonasse as técnicas "rudimentares" e modernizassem suas plantações.[249] Os governos republicanos

[247] NUNES, op. Cit., p. 108
[248] Idem, Ibidem
[249] BEDIAGA, Begonha. Marcado pela própria natureza: o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. – 1860 – 1891. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p. 60

reforçaram a necessidade de promoção de conhecimento prático, com a criação de escolas técnicas para a formação de mão de obra.[250] Nas palavras de Lauro Sodré

> Sem que tenhamos em mira fazer do proletariado uma corporação de acadêmicos ou de sábios, é indispensável ministrar-lhe o ensino geral das ciências, que pondo ao alcance das suas inteligências as leis naturais que regem todas as ordens de fenômenos, dará em resultado não deixa-lo estranho ao que faz a honra, o bem estar e a força da sociedade no meio da qual é chamado a viver.[251]
>
> Falando especialmente do ensino agrícola, disse escritor de nota: "A consequência mais grave talvez da insuficiência da instrução agrícola é uma sorte de desclassificação da população rural. Para reter o agricultor nos campos é necessário leva-lo a tomar interesse pelo que faz, dar-lhe a consideração e o bem estar, é preciso ministrar-lhe opinião melhor do papel que realmente cabe-lhe na sociedade".[252]

A modernização dessa produção não ficaria a cargo apenas do colono europeu, mas ele teria papel preponderante na transformação das práticas da cultura agrícola através de suas próprias lavouras, que deveriam servir como exemplo e estímulo ao agricultor nacional. Além da transformação pelo exemplo, as escolas agrícolas garantiriam que as próximas gerações já adentrassem no mundo do trabalho "civilizadas". Assim, a expectativa era de que não faltariam braços para explorar o solo nacional.[253]

É interessante lembrar que, durante o Império, as terras devolutas estavam sob o controle do governo central. À assembleia legislativa provincial cabia a escolha da região e dos terrenos onde seriam implementados os núcleos coloniais, com planta e descrição, para que o governo imperial providenciasse a sua concessão para a colonização, com a medição e demarcação dos núcleos.[254] Havia, entretanto, outras exigências aos poderes da província: o loteamento dos núcleos em pequenas propriedades, a preferência pela venda de lotes ao invés de concessão gratuita, e a preparação com a limpeza dos mesmos para garantir as condições e instalação e produção dos colonos.[255]

---

[250] SANTOS, José Arimatéa Gouveia dos; ALVES, José Jerônimo de Alencar. "O Curso Regente Agrícola como Introdutor das Ciências e Técnicas Modernas na Amazônia". História da Ciência e Ensino: construindo interfaces. Volume 10, 2014. P. 19 – 38. OLIVERIA, Geise Izaura da Costa; ROCHA, Genyton Odilon Rego da. "Transformando menores orphãos ou abandonados em Feitores do campo, pomicultores, horticultores, Jardinocultores, abegões e profissionais práticos nos diversos ofícios agrícolas: a criação do patronato agrícola no Pará republicano" Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, p. 103-123, out 2011.

[251] PARÁ. Mensagem do governador Lauro Sodré a assembleia legislativa do Estado. 1893, p. 17.

[252] Idem, p. 26)

[253] BHERING, Marcos Jungmann e MAIO, Marcos Chor. "Ciência, Positivismo e agricultura: uma análise do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio na Primeira República." VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 27, no 46: p.689-709, jul/dez 2011

[254] Idem, p. 113.

[255] Veremos no próximo capítulo as falhas de execução.

Outra diferença marcante que aparece no texto de Nunes, quando comparamos as realidades do Norte e do Sudeste, foi o papel da Agência de Colonização do Império na destinação de colonos à província (quando a legislação previa também a atuação de companhias particulares) e a existência no Pará da Comissão de Colonização, responsável pela recepção dos imigrantes, formada por comerciantes, proprietários e autoridades provinciais. O caráter diversificado de indivíduos que compunham essa comissão contrastava com as sociedades colonizadoras paulistas, controladas pelos cafeicultores, que disputavam quais regiões produtoras seriam atendias pelas remessas de colonos.[256] Este é mais um elemento que ratifica condições e objetivos distintos dos projetos colonizadores: não havia disputa pelo colono como mão de obra no Pará. Sua chegada era bem-vinda, mas a arregimentação estava a cargo do estado, sem indícios de que os proprietários fizessem pressão política.

Dentro dessas condições, houve um investimento na implementação de colônias agrícolas durante o Império. Como já mencionamos, José do Ó de Almeida fundou duas colônias agrícolas: a da fazenda Boa Vista, na ilha das Onças, e a de Nossa Senhor a do Ó, em Mosqueiro; além delas, as colônias Araripe, no Apeú e a de Benevides também foram frutos desse movimento.[257] As duas últimas, inclusive, foram abertas na rota da estrada de Ferro Belém – Bragança, o que se alinhava com as orientações atribuídas para a escolha de localização. Contudo, a dependência da Agência Colonizadora para a destinação de imigrantes ao Pará tornou o fluxo de pessoas muito escasso, as condições de recepção e apoio oferecidas pela província desanimaram as poucas turmas de imigrantes recebidos, que também não atendiam às expectativas quanto ao conhecimento técnico.

Ainda assim, a necessidade de um projeto de imigração continuava vigente. Afinal, o Pará continuava com um enorme território por ocupar, e o ideal da agricultura como atividade civilizadora permanecia verdadeiro. Além disso, outras experiências colonizadoras no Brasil e nas Américas, estimulavam o debate local, buscando justificativas e estratégias para que alcançasse os resultados desejados. Como vimos no capítulo anterior, ainda no Império teve início a produção intelectual sobre o território, suas características, riquezas e frentes econômicas de exploração, e essas obras carregavam um discurso forte de responsabilização das pressões e dos grupos políticos

[256] Essa questão também será melhor explorada ao tratarmos da recepção do imigrante no próximo capítulo

de outras regiões do Brasil pelo baixo investimento e dedicação ao projeto de colonização no Norte. Mais uma vez, havia sintonia entre a produção e o discurso político, que apelava ao desequilíbrio das relações de força entre Norte e Sul para conseguir o investimento público do estado no projeto colonizador

> Precisamos ir ao encontro dessa campanha do descrédito movida contra nós mais por ignorância do que por desafeição. Precisamos por uma propaganda incansável e racional desfazer essa fama cruel e essa triste nomeada, provando com dados e com o testemunho insuspeito de sábios e viajantes que nem é entre nós intolerável a temperatura, porque demoramos sobre a linha dos equinócios, nem é geral a insalubridade circunscrita a certas e determinadas zonas.
> E assim lograremos a realização desse aparente impossível, desse desideratum que visamos todos, a introdução de levas de imigrantes condição essencialíssima para o nosso mais largo desenvolvimento, porque se possuímos de sobejo as forças que a natureza, tão pródiga nesta parte do mundo, pôs às nossas mãos, se temos capitais, de braços é que carecemos para fecundá-los, para dirigir a ação das forças físicas, tornando dia a dia mais intensa a produção.[258]

A primeira legislação federal republicana em favor na imigração estrangeira, ainda sob o governo provisório, buscou garantir a manutenção da entrada, definido os critérios dos indivíduos desejáveis à jovem nação, e amparada ainda no positivismo e na eugenia. Por isso, logo no primeiro artigo de seu primeiro capítulo ficava determinado que a entrada de africanos e asiáticos estava proibida. Os artigos 2º e 3º imbuíam representantes consulares e agentes portuários de impedirem o embarque ou desembarque desses indivíduos, bem como de mendigos e indigentes. Aos demais era livre a entrada no Brasil, desde que aptos ao trabalho e que não estivessem sujeitos a ação criminal em seus países de origem. Os trabalhos de Marília Emmi e Marcos Oliveira abordam a legislação implementada pela República a partir da leitura de Giralda Seyfeth, ratificando a crítica a este projeto de imigração pelo seu entendimento de civilização e progresso a partir do direcionamento de uma imigração branca, que corrigisse a miscigenação característica da população brasileira e também pelo fato de que mantinha o desequilíbrio na destinação de imigrantes, preferencialmente para as colônias do Sul em detrimento do Norte.

Para que fossem contemplados com auxílios como passagem, alimentação e acolhida do governo, o perfil desejável ficava bem claro: famílias agricultoras, com indivíduos em idade e condições para o trabalho no campo. Crianças, idoso e inválidos que compusessem esses grupos familiares eram tolerados, desde que estivessem em

[258] (PARA, 1892, p. 23)

menor número. Homens solteiros ou operários e profissionais de atividades urbanas não poderiam ultrapassar a metade do total que chegava a cada embarcação, e o grupo de operários e técnicos não poderiam superar um sexto do total.

Outra condição era que os imigrantes aderissem à ocupação dos núcleos coloniais, ou apresentassem destino certo de trabalho, em burgos e propriedades agrícolas, indústria ou outro vínculo com contratante particular. Se havia muitas exigências quanto ao tipo de imigrante e o controle de entrada e circulação desses indivíduos, o decreto também previa muitos auxílios para colonos e empregadores, desde o custeio da vinda à compra de terras e equipamentos de trabalho, além de prêmios para as propriedades e contratantes por número de colonos instalados.

Nesse primeiro momento, o projeto colonizador continuava não obtendo resultados. O relatório da Repartição de Obras Públicas de 1892, ao tratar do andamento do núcleo Castanhal, descrevia-o como

> O núcleo colonial do Castanhal, diz o referido Delegado, teve há até bem pouco tempo, duzentos e setenta e tanto imigrantes, trabalhando na construção de casas, barracões, derrubadas e deslocamento dos terrenos e outros serviços relativos, conforme foi recomendado pelo Governo federal que determinou que fossem eles empregados de preferência naqueles serviços, pelos quais recebiam uma diária de mil réis.
> Tendo, porém, o Governo mandado suspender os trabalhos, por falta de verba ou crédito necessário e havendo-se desenvolvido a epidemia da febre amarela, foram se retirando da colônia grande número de famílias e indivíduos solteiros, ficando reduzido a setenta o número de colonos.
> Supõe o dito delegado que a causa principal deste estado de coisas para o não desenvolvimento da colônia é o péssimo pessoal imigratório que tem vindo da capital da República e a falta de medidas complementares aos regulamentos expedidos, os quais, confeccionados com notável alacidade (sic), depois da Proclamação da República, deixaram de pé muitas das disposições da antiga legislação sobre terras e colonização.[259]

Além dos programas nacionais de imigração estrangeira, do Império e da República, serem criticados pela quantidade e qualidade dos colonos remetidos ao estado, a administração paraense reclamava também da questão burocrática e da falta de informações dos imigrantes enviados pelo governo federal. Segundo Henrique Santa Rosa, diretor da Repartição de Obras Públicas do Pará em fala transcrita por Palma Muniz, o estado não recebia uma cópia do contrato assinado pelos imigrantes, ficando impedido de fazer qualquer tipo de cobrança aos imigrantes.[260]

[259] CRUZ, Ernesto. As obras públicas do Pará. Vol.1 p. 188
[260] MUNIZ, João de Palma. Immigração e colonização: história e estatística 1616- -1916. Belém: Imprensa Official do Estado do Pará, p. 64 – 65.

Com a mudança para o regime republicano, o trato das terras devolutas passou a ser objeto de direito dos estados.

> Com a promulgação da Constituição Federal da República por nova fase veio passar a questão da propriedade.
> Tendo pelo artigo 64 deste código fundamental passado para os Estados as terras devolutas situadas nos respectivos territórios, reservada para a União somente a porção do território indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais, tratou o Governo do estado de organizar desde logo o serviço, baixando o Decreto nº 410 de 8 de outubro de 1891, o primeiro que, depois de firmado o regime federativo, estabeleceu a norma regulamentar nos Estados para a concessão, legitimação e venda de terras públicas, o que até então fora sempre competência do governo geral.[261]

Apesar da previsão na Constituição de 1891, esse foi um ponto de tensão entre estados e governo federal. O governo de Lauro Sodré, primeiro governador do Pará, foi marcado pela disputa com o executivo federal pelo controle das terras devolutas que existiam no estado. Este tema foi constante em suas mensagens de abertura dos anos legislativos da assembleia estadual, e de seus relatórios anuais.

Denise Mattos Monteiro, ao tratar da questão da terra no Rio Grande do Norte após a proclamação da primeira constituição republicana, analisa o manifesto de Olynto Meira, grande proprietário do estado, contra a regulamentação e aplicação da lei como um interesse de seu grupo de origem, mas também como discurso de oposição ao grupo político que ascendeu ao governo estadual com o novo regime.[262] Nesse sentido, o discurso de Olynto Meira entendia como abuso e violação de direitos de propriedade o processo de demarcação e registro de terras ocupadas por parte dos poderes executivo e legislativo estaduais.

A questão fundiária, além de envolver disputas regionais, também representou um ponto de tensão entre Estados e União e na consolidação do princípio federativo. Assim como Lauro Sodré, outros governadores também reclamavam o cumprimento do artigo 64 da constituição de 1891, que confirmava a soberania das terras devolutas aos estados onde elas existissem. Odah Regina Guimarães Costa apresentou como essa tensão se instalou no Paraná, uma vez que a união concedeu terras naquele estado à Companhia da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, em 1889, que tiveram impacto direto na autonomia e gestão do poder estadual sobre suas terras devolutas.

---

[261] PARÁ. O Estado do Pará em 1899. P. 120

[262] MONTEIRO, Denise Mattos. "Política de terras no Brasil: elite agrária e reações à legislação fundiária na passagem do Império para a República." História econômica & história de empresas V.2 (2002), 53-73

> Os Estados, que substituíram as ex-províncias imperiais, passaram a constituir núcleos de poder decisório sobre as terras devolutas, com competência soberana dentro de seus limites territoriais. De início, vão surgir algumas questões de terras entre a União e os Estados, originadas, inclusive, da necessidade de determinar a fronteira jurídica de cada campo de competência, sem contar, inclusive, com as querelas entre os Estados e as companhias de colonização e/ou particulares[263]

Sob a perspectiva desta disputa, todos os projetos de desenvolvimento para o estado que envolviam a expansão da fronteira agrícola e a modernização da sua produção, a exploração mineral e a abertura de estradas e ferrovias tinham por objetivo a soberania do estado em relação ao controle e uso das terras ditas devolutas. "O nosso empenho cifra-se em obter a posse legal de meios que nos foram assegurados para viver, e que ainda assim mal podem bastar para as necessidades essenciais de muitos Estados baldos dos recursos naturais que possuímos"[264]

Com o entendimento sobre a questão das terras devolutas em favor dos estados, o governo federal cancelou o decreto sobre a imigração e extinguiu a estrutura que cuidava da entrada, acolhimento e distribuição de imigrantes. Palma Muniz relata que

> Com a extinção da Delegacia de Terras e Colonização do Pará pelo governo federal, ficou também suprimida a Hospedaria de Imigrantes, que funcionou no Castello, tendo por isso passado para o Estado todo o serviço que lhe era inerente, tendo cessado toda a interferência federal ou geral em relação ao Grão-Pará[265]

A partir desse momento o governador Lauro Sodré começa uma campanha intensa junto à assembleia legislativa do estado para que esta criasse uma lei estadual de imigração. A viabilização de uma nova estrutura, o investimento na arregimentação de colonos na Europa, a escolha dos pontos do estado para a abertura de núcleos agrícolas e toda o investimento para esse projeto dependia da adesão política da assembleia e do orçamento do estado. Identificamos três temas que compunham o discurso de Lauro Sodré. O mais forte foi a necessidade de explorar os recursos naturais disponíveis

> Estão as riquezas encerradas pelo nosso solo desafiando as atividades e reclamando braços, que venham transformá-las em benefício do homem.
> Apenas em parte vai a indústria extrativa explorando as nossas florestas.
> Grande parte do nosso território jaz abandonado e inculto.
> Virgem está de explorações o subsolo, tesouro de muitíssimas riquezas
> Consigamos nós moralmente subir às eminências do nível das criações da natureza, saibamos proficuamente utilizar as nossas forças, e é certo que

[263] COSTA, Odah Regina Guimarães. "Constituição Federal de 1891. Terras devolutas - Art, 64: Fronteira jurídica do campo de competência entre União e Estados-Membros". Informação Legislativa. Brasília: ano 29, nº 113, jan – mar 1992., p. 387 – 388.
[264] PARÁ. Mensagem do governador Lauro Sodré a assembleia legislativa do Estado. 1892, p. 15
[265] MUNIZ, op. Cit., p. 65.

> podemos prever para o Estado do Pará, em futuro não remoto, uma situação das mais prósperas e das mais felizes. [266]

> Só quando milhares e milhares de pioneiros houverem palmilhado as nossas terras virgens até aqui de trato humano; só quando o mineiro audaz rasgar o subsolo para rasar de lá as preciosidades que jazem desutilizadas e sem valor; só quando a superabundância de braços atirar para a agricultura as grandes sobras dos que vivem da cultura extrativa; só então devemos dormir tranquilos sobre o nosso futuro grande e feliz.[267]

> Tudo estava por fazer nesta terra, onde parece que a grandeza das obras naturais, e a enormidade das massas de águas roladas em rios que parecem mares, a aparência colossal das florestas virgens contrastam com a pequenez da obra humana, acanhada e raquítica".[268]

Os sentidos atribuídos nas falas do governador para a manutenção dos recursos naturais inexplorados eram muito negativos, e pesavam tanto contra a administração pública, como também sobre a população. De forma mais aberta, havia claro a justificativa de que faltava gente, fossem trabalhadores ou agricultores individuais, empresas de mineração ou investidores de diversas áreas, que pudessem executar de fato, com sua própria força de trabalho ou agenciando terceiros, para que aquele estado de natureza intocada fosse transformado. Mas não deixavam de pesar, sobre a população e a administração pública, dúvidas quanto as suas capacidades técnicas, intelectuais, e especificamente para o poder público quanto a sua capacidade administrativa. Não fazer uso da natureza denunciava o estado civilizacional da população, era prova do atraso, da ausência de cultura, de selvageria.

Essa provocação era intensificada pelas falas já mencionadas de como o governo central e o resto do país tratavam o Norte

> Entendo que deveis autorizar a internação de 10.000 imigrantes, armando o governo dos meios necessários para realiza-la, pelo meio mais valioso aos cofres públicos, ou adotando medidas completas que deem como resultado seguro a aquisição daquele ou de maior número de braços. (...)
> É necessário combater um ingrato e injusto prejuízo contra o Pará, alimentado fora do país e dentro dele, onde figuramos como a região de todos os males, como a zona da terra eleita pela morte[269]

Nunca é demais relembrar que a produção escrita sobre o Pará que abordamos no capítulo anterior buscava combater o imaginário sobre a região amazônica como lugar

[266] (PARA, 1891A, p. 12)
[267] (PARA, 1893, p. 23)
[268] (Pará, 1894p. 07)
[269] (PARA, 1892, p. 22)

inóspito, insalubre e incivilizado. Os guias de imigrantes e álbuns de governo dedicavam boa parte do texto a provar, por dados estatísticos, aferições por instrumentos e descrições detalhadas que o clima era ameno, o solo rico, a capital era moderna e a população civilizada. O esforço em convencer os imigrantes por argumentos e provas já vinha sendo feito, era necessário ao estado trazê-los em massa para que provar que a aclimatação do europeu ao clima do Norte era plenamente possível e dar início a exploração das riquezas naturais do estado.

Acontece que a economia do estado acompanhava o auge da arrecadação com a exportação da borracha, e o investimento em outras frentes produtivas sofria críticas quanto a necessidade ou o possível comprometimento do principal produto local. Quanto a isso, argumentava Lauro Sodré que

> Como sabeis a quase totalidade da nossa renda provém do imposto de exportação cobrado sobre a borracha, o que a deixa muito sujeita a flutuações, embora não devamos arrecear do futuro, já porque estamos interessados em precavê-lo, criando e desenvolvendo novas fontes de produção, já porque sendo a goma elástica matéria prima, cujas aplicações industriais dia a dia multiplicam-se, e não encontrando a do vale do Amazonas competência entre os produtos similares, podemos ter confiança na estabilidade da renda que daí provêm, a qual nunca poderá descer além do razoável limite.[270]

> Ninguém ignora que entre nós todos os braços são absorvidos pelas indústrias extrativas, e principalmente pela da borracha, preferida por quantos, buscando a mais larga remuneração do trabalho, são seduzidos pela certeza de lucro imediato, pela facilidade relativa do serviço, e pela esperança de maiores proventos, dado o valor crescente desse gênero de produção do Estado, para cuja exploração rendosa voltaram-se todos os capitais, entre nós de si minguados.
> Braços, só pode dar-nos uma corrente imigratória intensa e abundante seleta e bem dirigida, que povoe as grandes extensões de terras incultas que constituem a quase totalidade da superfície do nosso Estado.[271]

O tom era bastante conciliador, sem questionar a importância da borracha para o orçamento do estado ou que o valor de mercado do produto era um fator inegável para a atração da mão de obra disponível no estado. Por isso, a fala procurava demonstrar o caráter complementar desta política, inclusive na escolha da origem dos colonos, que teriam vocação e aplicação distintas do perfil da mão de obra local. Temos clareza de que isso não impediria a inserção dessa nova frente de trabalhadores no circuito de extração da borracha, mas o importante é destacar aqui a capacidade de Lauro Sodré para viabilizar a criação da lei. Especialmente porque essas falas, pronunciadas no início de cada ano

[270] (PARA, 1893, p. 15)
[271] (PARA, 1894, p.20)

legislativo na assembleia do estado não buscavam apoio e acordo apenas entre os agentes políticos presentes ali naquela casa, mas eram pensadas em sua repercussão junto aos demais grupos, uma vez que circulariam também em publicações do estado e dos jornais,

Observamos que os trabalhos sobre imigração da historiografia local têm dado pouco destaque ou passados despercebidos quanto a suspensão do programa de imigração do governo federal como um ponto de ruptura nas políticas de imigração para o estado. Marília Emmi destaca que a "independência administrativa garantida pelo novo pacto permitiu que o governo estadual desse continuidade à política de colonização com estrangeiros inaugurada no Império."[272] Para Francisco Smith, essa legislação foi "a ferramenta ideal de convencimento, propaganda e vitória dos políticos em favor da migração."[273] Para Marcos Carvalho, a lei nº 223 e complementares deram continuidade e avançaram nas políticas de imigração implementadas desde o Império.[274]

Assim, em 30 de junho de 1894, a assembleia legislativa aprovava a lei que "autoriza o Governador a promover a introdução de estrangeiros que pretendam estabelecer-se no Estado como agricultores ou industriais"[275] Esta lei prometia aos imigrantes "válidos de boa conduta e aptos para o trabalho" uma série de condições e auxílios: indenização das passagens; hospedagem por até dez dias; transporte, agasalho e alimentação até o núcleo colonial; tratamento médico gratuito por dois anos; lote gratuito de terras de 25 hectares, limpo e pronto para a construção de moradia e início da prdução; fornecimento de ferramentas e utensílios indispensáveis; proteção do estado por dois anos, nos núcleos coloniais ou junto aos contratantes; proteção à viúvas e órfãos em caso de falecimento nos dois primeiros anos.[276]

Acreditamos que, apesar do texto da lei conter previsões e objetivos semelhantes a outros anteriores, a criação desta legislação não foi uma ação complementar à política nacional nem parece ter sido um consenso entre os grupos políticos locais, e sim um projeto encampado por Lauro Sodré e seus aliados, em decorrência do debate a nível

[272] EMMI, Marília Ferreira. Italianos na Amazônia (1870 – 1950): pioneirismo econômico e identidade. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, NAEA, Belém, 2008, p. 94.
[273] SMITH JÚNIOR, Francisco Pereira Imigração espanhola na Amazônia: as colônias agrícolas e o desenvolvimento socioeconômico do nordeste paraense (1890-1920). Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, NAEA, Belém, 2012, p. 73
[274] CARVALHO, Marcos Antonio de. Bebendo açaí, comendo bacalhau: perfil e práticas da sociabilidade lusa em Belém entre finais do século XIX e início do século XX. Tese de Doutorado. Porto: Universidade do Porto, 2011
[275] Colleção de leis do estado
[276] Idem

nacional pela soberania dos estados na gestão das terras públicas, como a negociação de um projeto econômico que precisou mediar um acordo junto às elites seringalistas.

A hospedagem a qual a lei se referia foi construída na Olaria do Outeiro. Segundo Palma Muniz, o prédio foi entregue em 19 de agosto de 1895. Os custos de compra e adaptação da propriedade, a compra de uma lancha para o serviço de imigração, mais as despesas anuais entre 1896 e 1898 somaram 576:794$223 (quinhentos e setenta e seis contos setecentos e noventa e quatro mil duzentos e vinte quatro réis).[277]

A instalação e funcionamento desta instituição na ilha de Caratateua introduziu um novo conjunto de práticas naquele espaço, incluindo o trânsito constante de pessoas e produtos e, principalmente, um uso cujos objetivo e demandas não eram determinados pelos indivíduos que ali trabalhavam ou se hospedavam, e sim pelo governo do estado. A hospedaria cumpriria uma função importante no bom andamento do projeto de colonização, na recepção, verificação e destinação das turmas de imigrantes que viriam da Europa. Entretanto, apesar da cultura higienista, não havia um modelo ou conjunto de regras definidos sobre hospedarias a ser seguido no projeto paraense. O próximo capítulo tratará das experiências, pressões e limitações que aconteceram no Brasil e no Pará ao longo do século XIX e que nos permitem compreender um pouco melhor a escolha da Olaria de Outeiro para a instalação da hospedaria.

[277] MUNIZ, op. Cit., 71.

Capítulo 3 - A cidade e a necessidade de recepcionar o imigrante

Definindo a natureza e objetivo das hospedarias ao longo do XIX

As hospedarias de imigrantes surgem no contexto das políticas de imigração do século XIX, como parte de uma estrutura que se refinava nas suas funções de controle sobre os recém-chegados. Tanto o desenvolvimento urbano das cidades brasileiras como o crescente interesse pela mão de obra impunham demandas sanitárias, administrativas e econômicas sobre o destino dos imigrantes. "As hospedarias localizavam-se próximas a regiões portuárias ou mesmo em ilhas; isto facilitava os trabalhos de conferência de documentação, controle médico-sanitário e de alfândega".[278]

Como apontam Reznik e Fernandes, a criação de instituições para recepção de imigrantes foi comum não só ao Brasil mas às Américas como um todo, com diferenças em sua estrutura e objetivos, a depender das políticas nacionais e do fluxo migratório que cada país recebeu.[279] Cabe aqui resgatar e alongar um exercício feito pelos autores, demonstrando as diferenças entre experiências de recepção de imigrantes ao comparar a Ellis Island, maior instituição federal de controle imigratório naquele momento nos Estados Unidos, às instituições equivalentes e contemporâneas no Brasil.

A cidade de Nova York já tinha o principal porto da costa leste dos Estados Unidos quando o fluxo de imigrantes europeus começou a crescer em direção àquele país, na metade do século XIX. Em 1855, um consórcio entre o estado e a cidade de Nova York inauguram o primeiro centro de controle de imigrantes daquele porto, o Castle Garden. Com o aumento vertiginoso do fluxo migratório, a estrutura de Castle Garden rapidamente se mostrou insuficiente para atender a demanda de entrada. Quando o governo federal americano assumiu o controle das políticas e postos de imigração, em 1890, teve início a construção de um novo espaço.

Apesar da grandiosidade de seu prédio histórico e de contar com infraestrutura médico hospitalar, refeitório e alojamento, o complexo de Ellis Island não era propriamente uma hospedaria, e sim um posto federal de checagem de documentação e inspeção sanitária, dispondo também de outros serviços como setor de informação e câmbio (clearinghouse). De acordo com Reznik e Fernandes, 80% das pessoas que por lá

[278] PAIVA, Odair da Cruz & MOURA, Soraya. \hospedaria de Imigrantes de São Paulo. São Paulo: Paz e terra, 2008, p. 14.
[279] REZNIK, Luís & FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. "Hospedarias de Imigrantes nas Américas: a criação da hospedaria da Ilha das Flores". In: História (São Paulo) v.33, n.1, jan./jun. 2014

passaram ficaram na ilha por até 5 horas, tempo suficiente para que as atividades de checagem e inspeção fossem realizadas. Sendo um posto de intenso fluxo de pessoas, tendo alcançado a marca de em um único dia atender a mais de 11.000 imigrantes, era fundamental que o processo todo permitisse a rápida circulação de pessoas e a possibilidade de novas entradas.

Havia, entretanto, aqueles que ficavam retidos por problemas na documentação ou suspeitas de alguma questão médica. Para esses cabia um tempo de permanência maior na ilha até que as pendências fossem sanadas e o indivíduo autorizado a entrar no país, ou recusado e deportado. Segundo Cannato, preconceitos raciais, religiosos e questões políticas estiveram sob atenção do governo americano durante todo o período da grande imigração europeia, mesmo durante o período de construção do aparato governamental na ilha[280], mas o que parece ter sido o grande objeto de vigilância durante o auge do funcionamento da Ellis Island foram os sinais de doenças epidêmicas, ou traços de doenças físicas e mentais que denunciavam indivíduos deficientes ou degenerados, o que comprometia o interesse nacional.

Para esta verificação, considerando o intenso fluxo de pessoas já mencionado, a estrutura do prédio e a circulação dos imigrantes dentro do espaço foi pensada a fim de acelerar o processo de identificação dos indivíduos potencialmente doentes: já na subida da escadaria rumo ao primeiro andar, onde era feita a avaliação médica, os imigrantes eram observados em sua aparência, postura, andar e disposição. Durante esse trajeto poderiam ter suas roupas marcadas a giz com um dos muitos códigos atribuídos a diversas doenças. Isto não significava uma rejeição sumária, e muitos eram aprovados após um período de internação nas alas hospitalares do edifício, mas qualquer estadia nas dependências implicava em custos a pessoas que migravam em sua imensa maioria por necessidade.

As semelhanças entre Ellis Island e as hospedarias brasileiras estavam na necessidade de inspeção sanitária, de verificação de origem e se o imigrante atendia aos requisitos e interesses da nação; além do fato de que em ambos os países os respectivos

[280] O autor narra que o Coronel John Baptist Weber foi encarregado pelo presidente Harrison a participar de uma comissão na Europa responsável por investigar as motivações da imigração europeia aos EUA, se era de fato espontânea ou havia participação dos governos locais o incentivo a esse fluxo; as características e riscos na intensa migração de alguns grupos étnicos específicos, como os judeus de origem russa que migraram na casa de dezenas de milhares; e se era de fato de interesse do governo americano a manutenção e aceite dessas populações que para lá se destinavam.

governos federais assumiram o controle da entrada de imigrantes em 1890.[281] Em contrapartida, a natureza dos movimentos migratórios, da intensidade e características das populações migrantes que cada país recebeu resultaram em políticas e espaços de recepção muito distintos: com um total de 18.018.759 imigrantes espontâneos entre os anos de 1890 e 1928, o posto de Ellis Island exigia o rápido processamento e circulação de pessoas e admitia um percentual de recusa de 2% ao ano. Já o modelo de imigração subvencionada e a infraestrutura brasileira, que foi sendo aprimorado ao longo do século XIX, admitia outro tipo de recepção, com mais vantagens ao imigrante, na tentativa de captar uma parcela dessa intensa diáspora humana.

Nesse sentido estamos muito inspirados pela ideia da fabricação de "territórios de espera", desenvolvida por Maria Isabel Chrysostomo e Laurent Vidal, que entendem a concepção das hospedarias como espaços que vão se refinando em suas medidas de atenção, tanto para proteção do imigrante como das cidades brasileiras, em especial a capital do país, conforme o século XIX avançava.[282] De locais improvisados ou casas alugadas sem a devida adequação, passaram a prédios próprios, construídos ou adaptados e ampliados, que observavam de forma mais atenta os objetivos de recepção, agasalho e aclimatação, termos comuns às legislações que previam este espaço destinado ao imigrante.

O entendimento sobre a natureza desses espaços de acolhimento a partir da análise semântica das palavras empregadas na descrição e nos objetivos em seus estatutos é um exercício interessante feito por Chrysostomo e Vidal, na medida que demonstram as incertezas quanto a natureza e tipo de atenção a ser desprendida com os imigrantes. Assim, no documento da Associação Central de Colonização, criada em 1855 no Rio de Janeiro, os autores se debruçam sobre as variações entre "lugar apropriado", "depósito" e "hospedaria". No tocante ao terceiro termo, segundo o Dicionário da língua portuguesa de 1832, os autores identificam que hospedarias

> remete à "casa em que se recebem, e agasalham hóspedes" (Pinto, 1832, p.73). A palavra vem do francês hostellerie, que aparece no século XIII para se referir a um "acampamento provisório", e mais tarde a uma casa de hóspedes. No fim da Idade Média, hostellerie significa também lugares oficiais e prestigiosos (Montandon, 2004, p.832-833). Quanto ao termo agasalhar, muito presente nas

[281] Mas isso durou pouco tempo no Brasil, tendo o governo federal transferido a responsabilidade sobre as políticas de introdução de imigrantes aos estados em 1896.
[282] CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus; VIDAL, Laurent. Do depósito à hospedaria de imigrantes: gênese de um "território da espera" no caminho da emigração para o Brasil. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro. 21 (1) • Jan-Mar 2014.

> propostas de hospedaria, significa "receber com bom ar, abrigar, cobrir; dar pousada". E "agasalho" significa "acolhimento, hospedagem"[283]

Essa multiplicidade de significados demonstra nossa dificuldade em compreender de forma concreta o tipo de trato que deveria ser dispensado aos imigrantes, mas também, como sugerem os autores, uma imprecisão quanto a condição sociojurídica dos atendidos: seriam eles tratados como mercadoria ou como hóspedes?[284]

No início do século XIX, esse movimento de introdução de imigrantes estava a cargo de companhias particulares, com apoio alternado entre os governos provinciais e imperial, chamado pelos autores de "tempo das companhias". Ao final do século essa alternância entre políticas regionais e nacionais para a introdução de imigrantes persiste, mas fica claro que o dinheiro público dos estados passa a ser o principal financiador da propaganda, da estrutura de captação e distribuição desse fluxo populacional, desde a Europa disputado entre as diversas partes do Brasil. Nesse processo, esses espaços de recepção tiveram seus objetivos e infraestrutura básica definidos:

> Durante o século XIX, "locais de recepção" foram criados por particulares, por vezes com subsídio público, para "agasalhar" os imigrantes. Pequenas hospedarias, privadas ou públicas, enfrentaram os dilemas para estabelecer um conjunto de procedimentos para abrigar os recém-chegados: os cuidados higiênicos, a constituição de um corpo de funcionários e de serviços especializados, a identificação de um local pertinente a estas funções, a atenção com as bagagens, a administração de transportes para o destino, entre outras demandas que afloraram no curso do processo.[285]

Ao estudar os espaços de acolhimento que antecederam a Hospedaria do Brás em São Paulo, Rosa Guadalupe Udaeta nos dá uma boa medida quanto as limitações e dificuldades enfrentadas nesse processo, especialmente porque as questões políticas interferiam muito na execução do projeto. Enquanto a gestão dos imigrantes e estrutura material eram feitas pelas associações paulistas de colonização (controladas pelas principais famílias cafeicultoras), o governo imperial subvencionava os custos e procurava construir um projeto nacional de imigração, com a mediação dos governos provinciais.[286] Mas essa estrutura era falha, o que fica bem claro na quantidade e brevidade de funcionamento dos espaços de acolhimento levantados por Rosa Guadalupe

[283] CHRYSOSTOMO & VIDAL, op. cit., p.8
[284] Idem, ibden
[285] REZNIK & FERNANDES, op. cit., p. 235
[286] UDAETA, Rosa Guadalupe Soares. *Nem Brás, nem Flores: hospedaria de imigrantes da cidade de São Paulo (1875-1886).* São Paulo: FFLCH/USP, 2016.

Udeata. A autora localizou e descreveu seis hospedarias que funcionaram entre 1875 e 1886. Na primeira delas, a Maçan D'Oro, as dificuldades eram várias:

> A primeira, de natureza física, era a da estrutura de madeira da construção das casinhas, que ele tratou por "casebres". Estas propiciavam a falta de higiene e insalubridade, por terem pé direito baixo e terem sido considerados "mal construídos". Outro, de natureza funcional, dizia respeito a capacidade de alojamento, considerada baixa. Conforme Cupertino, "mal comporta 300 indivíduos, teve alojados cerca de 400!!... de uma só vez". Portanto, não comportava a quantidade necessária de imigrantes que chegavam à capital paulista. O terceiro, de natureza administrativa, foi a liberalidade de manter os imigrantes por períodos maiores do que o estipulado pelas regras do Ministério da Agricultura e da Inspetoria Geral de Terras Públicas. Havia relatos de imigrantes que ao invés de ficarem os oito dias de direito, tinham obtido prorrogações, inclusive alguns teriam permanecido oito meses.[287]

Já a segunda instituição, a hospedaria do Areal, ou Depósito de Imigrantes da Luz, apresentou diversos casos de varíola. Além disso, "não contava nem com camas, nem esteiras para acomodação dos imigrantes. Outro inconveniente era a falta de local adequado para as refeições."[288] Esta hospedaria foi então substituída pela da Vargem do Carmo, em 1877, ainda que ela estivesse instalada em uma casa que o agente de colonização Antonio da Silva Prado não considerava adequada.

A necessidade de renovar o contrato de fornecimento de alimentação da hospedaria motivou Antonio da Silva Prado, agora inspetor de terras e colonização, e Rego Rangel, seu agente auxiliar de colonização, a defenderem a mudança da hospedaria para outro estabelecimento. "A casa pretendida para a instalação da nova hospedaria de imigrantes pertencia a D. Lina Pereira de Castro e estava situada a Rua da Luz, nº 59."[289] O projeto sofreu resistência, mas ainda em novembro de 1877 o outro prédio foi alugado.

Como destaca Rosa Udeata, a quarta hospedaria tinha a vantagem de ficar próxima à estação de trem, acelerando o deslocamento dos imigrantes para as propriedade e núcleos colônias do interior. A hospedaria do "Campo da Luz" (intitulada em seu regulamento como "Hospedaria de imigrantes e retirantes cearenses", dado o grande volume de retirantes daquele estado) e a gestão de Antonio da Silva Prado, que mudou os serviços de alimentação e atendimento médico, parecem ter propiciado um intenso fluxo de imigrantes majoritariamente nacionais durante a primeira metade de 1878, e então um decréscimo acelerado, a ponto do agente auxiliar de imigração pedir ao presidente da província de São Paulo a rescisão do contrato de aluguel ainda naquele ano.

[287] UDEATA, op. Cit., p. 81
[288] Idem, p. 84.
[289] Idem, p. 91.

A cidade de São Paulo teria outras duas hospedarias antes da construção do famoso prédio no bairro do Brás: a Hospedaria de Santana recebia os imigrantes destinados ao núcleo colonial de Santana e passou a substituir a do Campo da Luz. Segundo Paiva e Moura, "era constituída de uma casa de dois pavimentos, em construção de taipa, com vários compartimentos e uma pequena cozinha"[290]. A Hospedaria do Bom Retiro, só não mais famosa que a sua sucessora, foi o primeiro grande investimento para recepção de imigrantes da província de São Paulo após os cortes feitos pelo Ministério da Agricultura em 1879, que extinguiu a Inspetoria de Terras e Colonização.[291]

Ainda que as políticas imperiais de imigração tenham sido reorganizadas, a necessidade de o governo provincial assumir o investimento no projeto de imigração parece ter sido a primeira conclusão para que a imigração para o Estado alcance um novo patamar. Os projetos de lei provinciais de 1881, além de autorizarem o empenho de cento e cinquenta contos de réis para a construção de uma nova hospedaria, determinaram também o perfil e as vantagens a serem oferecidas aos imigrantes estrangeiros.[292] Assim, conforme demonstra Udaeta, uma olaria no Bom Retiro foi primeiro alugada e depois comprada para a construção da Hospedaria de Imigrantes, tudo no ano de 1882.

> Conforme o Vice-Presidente Moura e Costa, os terrenos e edifício da Hospedaria do Bom Retiro foram adquiridos em 4 de março de 1882. Para melhorar a recepção dos imigrantes, foi liberado oito contos para reforma e aumento dos prédios. A hospedaria era composta pelo prédio principal da antiga olaria, onde ficavam os dormitórios. Foi construído um anexo para o refeitório, cozinha e despensa. Havia ainda um armazém que servia para guardar as bagagens dos imigrantes.[293]

Uma vez aberta, foi elogiada pela sua infraestrutura, acomodando quinhentos imigrantes por vez com camas e cobertores. O fluxo de imigrantes parecia responder ao esforço, partindo de um total anual de mil novecentos e noventa e quatro no ano de 1882 para seis mil cento e vinte um em 1885.[294] Apesar disso, neste mesmo ano a hospedaria do Bom Retiro começou a sofrer críticas quanto ao seu estado de conservação e capacidade, e Rosa Udeata questiona os motivos.

A escolha da propriedade para sediar a hospedaria foi motivo de disputa entre os que queriam a transferência da hospedaria para o bairro do Brás e os que defendiam a

[290] PAIVA & MOURA, op. Cit, p. 20.
[291] UDEATA, op. Cit., p. 100.
[292] Idem, p. 101 – 102.
[293] Idem, p. 103.
[294] Idem, p. 107.

instalação no convento da Luz, resultando por fim na escolha pelo Bom Retiro. Essa decisão não satisfez nenhum dos grupos de cafeicultores paulistas, e pode, segundo a autora, ter motivado o aumento das críticas exatamente pelo sucesso e desejo dos grupos pelo controle da mão de obra ali concentrada. Em 1886, quando uma nova hospedaria é autorizada, o grupo que defendia a instalação na Luz não compunha a Sociedade Promotora de Imigração, controlado pelos que defendiam a instalação no Brás.

> Talvez, além do comando da hospedaria, uma outra razão mais próxima dos interesses dos cafeicultores, fosse manter os imigrantes afastados da região central e dos acessos às linhas de trem, onde eles próprios poderiam determinar seus destinos. Cabia agora, com a mudança para o Brás, desembarcar em uma estação exclusiva na qual ele e sua bagagem ficariam retidos na hospedaria até poder ser encaminhado para o "oeste da província, para onde em geral se encaminham".[295]

Percebemos até aqui que a organização de uma política de imigração europeia para o Brasil foi bastante irregular e muito disputada entre grupos regionais ao longo do século XIX. O governo imperial não conseguia atender a todo o território, e mesmo onde havia representação da Inspetoria Geral de Terras e Colonização a execução do projeto era desorganizada, ou talvez enfraquecida pelas dinâmicas regionais. Além disso, havia a constante reclamação das províncias pela subvenção imperial dos custos. A instalação e funcionamento das hospedarias demonstrava essa desarticulação, ilustrada pela experiência paulista de constantes fechamentos, reaberturas e conflitos pelas hospedarias. Com base na experiência paulista, a organização e a relação entre os governos imperial e provinciais, a consolidação do projeto imigratório parecia frágil e incerto.

Para Chrysostomo e Vidal, entretanto, alguns eventos e transformações implementadas a partir da década de 1850 participaram diretamente no interesse dos imigrantes pelo Brasil e na necessidade de cuidar dos espaços de recepção deles: na primeira metade do século, os imigrantes eram trazidos essencialmente como mão de obra contratada para fazendas e burgos agrícolas, e com bastante insegurança jurídica em relação aos seus direitos e garantias no território. A adoção de medidas em favor da naturalização de estrangeiros, a promulgação da lei de terras e a autorização de propriedade de terra a estrangeiros estimularam o interesse de europeus pelos contratos brasileiros, aumentando gradualmente o fluxo.[296]

[295] Idem, p. 109.
[296] CHRYSOSTOMO & VIDAL, op. cit., p. 6

Ao mesmo tempo, as epidemias de cólera morbo e febre amarela pressionavam pela retirada dos espaços de acolhimento do centro das cidades, uma vez que os próprios espaços de atendimento aos acometidos por doenças contagiosas estavam sendo levados para lugares afastados, sob o preceito das políticas de isolamento. Amparados em Sidney Chalhoub e Jaime Benchimol, Reznik e Fernandes enfatizam que os ciclos de epidemias levaram aos governos da Rússia, Inglaterra e França a proibirem a imigração de seus nacionais ao Brasil em 1871, 1875 e 1876, respectivamente.[297]

> Uma das principais preocupações da Inspetoria [Geral de Terras e Colonização], imediatamente após sua criação, em 1876, era a proteção dos imigrantes em relação às doenças que assolavam a Corte Imperial. Na cidade do Rio de Janeiro ao longo do século XIX, especialmente na sua segunda metade, irromperam muitas epidemias. A primeira grande epidemia de febre amarela ocorreu entre 1849 e 1850, atingindo mais da metade da população e deixando um saldo de mais de quatro mil mortos.[298]

Enquanto na capital paulista as disputas e interesses da Associação Auxiliadora de Imigração e demais sucessoras interferiam na instalação das hospedarias, na capital do Império a questão das epidemias parece ter sido a principal a ser enfrentada.

> Inicialmente tais espaços eram alugados a particulares, como, por exemplo, a hospedaria do Morro da Saúde. Essas instituições foram concebidas para isolar os imigrantes recém-chegados da cidade febril e, consequentemente, impedir sua morte. A preocupação das autoridades era não deixar que a força de trabalho europeia, sadia e vigorosa, fosse penalizada e enfraquecida pela situação insalubre da cidade.[299]

Com capacidade de receber 400 imigrantes, a hospedaria do Morro da Saúde, criada pelo Ministério da Agricultura em 1867, teria substituído o aluguel de outros espaços, concentrando a recepção e buscando a segurança sanitária dos imigrantes. Após um surto de febre amarela em 1876 e um novo fechamento em 1881, que obrigou o governo a acomodar imigrantes em navios ancorados na Baía da Guanabara ou a enviá-los para São Paulo, o Ministério da Agricultura autorizou a construção de uma nova hospedaria na Ilha das Flores. Apesar dos casos de epidemia, o tempo de funcionamento da hospedaria do Morro da Saúde foi consideravelmente longo, em comparação com a sucessão de hospedarias abertas e encerradas em São Paulo.

[297] REZNIK & FERNANDES, op. cit., 240.
[298] Idem, ibidem.
[299] Idem, ibidem.

Para Chrysostomo e Vidal, foi uma outra hospedaria, anterior a do Morro da Saúde, que determinou a escolha e instalação da Hospedaria da Ilha das Flores. A já citada Associação Central para a Colonização foi fundada em 1855, ano em que a epidemia de cólera morbo atacava não só a capital do Império, mas outras províncias, incluindo o Pará.[300] Dois anos depois, em 1857, quando a ACC recebia sua primeira leva de imigrantes, a cidade estava sendo acometida por uma epidemia de febre amarela, o que demandava a instalação dos imigrantes em lugar seguro e sem risco de contaminação.

Isso levou a Associação ao convento da Ilha de Bom Jesus, onde se instalou o espaço de recepção e acolhimento dos recém-chegados.[301] A experiência deste espaço teria aberto o debate na época sobre a necessidade das hospedarias, e sua estrutura serviu de base para a definição de um modelo de espaço, incluindo infraestrutura, serviços e localização preferencial.

A escolha pela ilha de Bom Jesus como espaço adequado para a hospedaria estava em consonância com o destino dado a outra ilha na Baía da Guanabara: a ilha do Jurujuba. Em 1851, foi erguido ali um lazareto, dois anos depois transformado em hospital marítimo para receber marinheiros, viajantes e imigrantes acometidos de doenças contagiosas.[302] Não por acaso, os autores nos apontam que a instalação das hospedarias passou a seguir o padrão de escolha desses hospitais de isolamento, no chamado "tempo das ilhas".[303]

Apesar das limitações impostas pela arquitetura do prédio original (um convento), Chrysostomo e Vidal destacam que esta hospedaria contava com um corpo de funcionários, "como administradores, médicos, enfermeiros, cozinheiros, serventes, marinheiros, foguistas, comerciantes, capelães etc."[304] As razões para o seu encerramento parecem não ter tido relação com a estrutura e atividade da hospedaria em si, mas como fruto da demora de contratação dos imigrantes ali hospedados. A ACC encerrou suas atividades em 1861, tendo introduzido apenas 2.500 imigrantes, mas deixando como legado um modelo de hospedaria que seria vinte anos depois expandido em suas estruturas e objetivos.

Tanto a hospedaria da Associação Central para a Colonização como a hospedaria do Morro da Saúde, do Ministério da Agricultura, tiveram como objetivo primeiro o

[300] BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará.* Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. 1999.
[301] CHRYSOSTOMO & VIDAL, op cit, p.9
[302] Idem, p. 6 -7.
[303] Idem, p.6.
[304] Idem, p.9

isolamento sanitário dos imigrantes. Com o aumento do fluxo migratório já em fins da década de 1870, era fundamental ampliar o serviço de recepção e controle da entrada de pessoas na capital do Império, o que incluía a necessidade de um novo espaço e prédio não mais adaptados, e sim construídos para os fins de uma hospedaria.

Em 1883, a Ilha das Flores foi comprada pelo governo imperial. Segundo Reznik e Fernandes, a ilha era propriedade do senador José Ignácio Silveira da Mota, e esta não era a primeira vez que o Ministério da Agricultura tinha tido interesse pela ilha. Em 1876, uma comissão do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura esteve ali para avaliar o desenvolvimento da piscicultura e descreveu a ilha em relatório em seu estado de manejo e a diversidade de culturas agrícolas desenvolvidas, além das benfeitorias da propriedade.[305]

Sobre os motivos para a instalação de uma hospedaria na Ilha das Flores, os autores destacam

> A escolha deste local se deveu a dois critérios. Em primeiro lugar, por sua salubridade. Sendo uma ilha, não mantinha contato permanente com os centros administrativos da nação – a cidade do Rio de Janeiro e a província fluminense, a cidade de Niterói – nem com suas constantes epidemias. O relatório da visita dos representantes ministeriais, em 1876, destacava as potencialidades produtivas e sanitárias do lugar. Por outro lado, a ilha situa-se na Baía de Guanabara, no território niteroiense, e poderia ser facilmente acessada por navios de pequeno porte a partir do porto do Rio de Janeiro.[306]

Assim, as duas principais hospedarias em número de imigrantes recebidos foram construídas como resultado de uma longa dinâmica envolvendo interesses locais por mão de obra e um projeto político imperial de ocupação de terras e produção agrícola. Inicialmente, o investimento e gestão era dividido entre o Império e as províncias, sendo gradualmente assumido pelas últimas. Mesmo com a República, parece consenso entre os autores que essas dinâmicas mantiveram uma continuidade, resultando na lei de 1896 que transferiu em definitivo a responsabilidade da política de imigração aos estados.[307]

O controle sobre os corpos imigrantes, fosse para a proteção sanitária ou para o direcionamento da força de trabalho, era o objetivo principal e a escolha do local de instalação de uma hospedaria passou a ser determinante para o sucesso do empreendimento. Era imprescindível que a hospedaria constituísse como um espaço insular, estivesse ela efetivamente em uma ilha ou não. Como explicam Chrysostomo e Vidal

[305] REZNIK & FERNANDES, op. Cit., 242
[306] Idem, p. 242 – 243.
[307] Decisão nº 13, de 23 de janeiro de 1896.

> A primeira característica dessas hospedarias como territórios da espera é sua natureza insular. Se raras são as hospedarias que foram instaladas nas ilhas, a exemplo da famosa hospedaria da ilha das Flores, podemos afirmar que todas funcionaram como ilhas, física e juridicamente distintas do território nacional. Essa insularidade (justificada, inicialmente, por objetivos higiênicos) cria a sensação de um lugar separado, isolado do restante do território nacional: nessa perspectiva, as hospedarias aparecem como um entre-deux disposto no limiar do país.[308]

Temos então um consenso sobre a necessidade das hospedarias como espaços de recepção de imigrantes que precisavam ser distantes, insulares, física ou metaforicamente. A estes espaços cabia uma necessidade de controle sobre os corpos, mas vão se delimitando funções e estruturas que os diferenciam das prisões e hospitais. Os indivíduos que ali se instalam são desejáveis, ou pelo menos necessários aos projetos econômicos, e sua captação foi disputada e muito custosa, não só materialmente, mas também em tempo.

Ao final do século XIX, especialmente depois da República, a manutenção das hospedarias de imigrantes é parte obrigatória dos orçamentos estaduais, e tanto a Hospedaria do Brás como a das Flores tiveram vida útil até os anos 1960, quando foram enfim desativadas. Cabe então observarmos agora como as políticas de incentivo à imigração estrangeira foram estabelecidas no Pará a partir da segunda metade do século XIX, e como a recepção e trato dos imigrantes foram sendo definidos nesse processo até a decisão pela construção de uma hospedaria na ilha de Caratateua pelo governo do estado em 1895.

As políticas e condições da recepção de imigrantes no Pará

É preciso uma anotação inicial: a grande maioria dos trabalhos acadêmicos consultados, que analisaram a temática da imigração estrangeira no Pará, abordaram a questão a partir do fluxo migratório de origem específica e após a Proclamação da República.[309] Por isso, eles tiveram a Hospedaria de Imigrantes do Outeiro como o espaço

[308] CHRYSOSTOMO & VIDAL, op cit, p.12

[309] Destacamos: FONTES, Edilza Joana O. "Preferem-se portugueses(as)": trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará. (1885-1914). Doutorado em História. Campinas: IFCH / UNICAMP, 2002; LACERDA, Franciane Gama. Migrantes cearenses no Pará: Faces da sobrevivência (1889-1916). Doutorado em História Social. São Paulo: FFLCH / USP, 2006; ISHIZU, Tatsuo Imigração e ocupação na fronteira do Tapajós: os japoneses em Monte Alegre - 1926-1962. Dissertação de mestrado. Belém: PPHIST / UFPA, 2007: EMMI, Marília Ferreira. Italianos na Amazônia (1870 – 1950): pioneirismo econômico e identidade. Belém: NAEA, 2008; CARVALHO, Marcos Antonio de. Bebendo açaí, comendo bacalhau: perfil e práticas da sociabilidade lusa em Belém entre finais do século XIX e início do século XX. Tese de Doutorado. Porto: Universidade do Porto, 2011; SMITH JUNIOR, Francisco Pereira. Imigração espanhola na Amazônia: as colônias agrícolas e o desenvolvimento socioeconômico do nordeste paraense (1890 – 1920). Tese de Doutorado. Belém: NAEA / UFPA, 2012.

de recepção e acolhimento de imigrantes definitivo. Acrescenta-se que, em sendo o destino desses grupos imigrantes e a experiência colonizadora no Pará o objetivo principal dos ditos estudos, a recepção, acolhida ou trato inicial dos imigrantes teve espaço reduzido nas análises, o que não significa que não tenham sido relevantes. Ao contrário, trazem indícios e apontam caminhos necessários para o avanço dos estudos da imigração estrangeira no Pará.

Ao estudar as políticas de imigração paraenses para alcançar o fluxo de espanhóis que se destinaram ao estado, Francisco Pereira Smith Júnior indica que as políticas de imigração estrangeira teriam tido início ainda na metade do século XIX.[310] Citando Ernesto Cruz, informa que a resolução nº 226, de 15 de dezembro de 1853, sancionada por Sebastião do Rego Barros criava no tesouro provincial um fundo de vinte contos de réis destinados a promover a imigração. Dentre as ações previstas estava a garantia de passagens, agasalho e alimentação para os imigrantes até a colônia onde seriam alocados, lotes apropriados para a agricultura de vinte e cinco hectares, que deveriam estar parcialmente limpos (permitindo o primeiro plantio), moradia com paredes embarreadas e teto de palha ou zinco, além de utensílios e ração para o primeiro ano de instalação.[311]

Apesar dessa resolução e do interesse manifestado por vários interessados na abertura de núcleos coloniais, a entrada de imigrantes no Pará era lenta e a abertura dos núcleos um processo difícil. Iniciativas como a colônia Nossa Senhora do Ó fracassaram.[312] Nas falas dos presidentes da província, a necessidade de garantir a chegada dessa mão de obra era constante, mas sem uma resposta incisiva, até que a infraestrutura passa a ser observada como um problema a ser resolvido para o sucesso da imigração e da agricultura.

Segundo Francivaldo Nunes, no final da década de 1850 o governo da província começava a definir um projeto para construção de uma estrada de rodagem que ligasse a cidade de Belém a de Bragança, no extremo leste do litoral atlântico do estado. Este empreendimento visava facilitar o trânsito de produtos entre o Pará e o Maranhão, além de incentivo à ocupação e ao desenvolvimento de núcleos coloniais para a produção de alimentos que abastecessem o mercado da capital paraense.[313]

[310] SMITH JUNIOR, op. Cit., P. 61
[311] Idem, p. 62
[312] Idem, p. 66
[313] NUNES, Francivaldo Alves. A semente da colonização: um estudo sobre a Colônia Agrícola Benevides (Pará, 1870 - 1889). Dissertação de Mestrado. Belém: PPHIST/UFPA, 2008. P. 38

A província não avançava em seu projeto de imigração estrangeira e em mensagem dirigida à assembleia legislativa em 15 de agosto de 1858, o então presidente da província Leitão da Cunha "propunha a criação de medidas que facilitassem a atração de colonos estrangeiros para o Pará,"[314] Ao que fica sugerido, essas medidas eram referentes a limpeza e demarcação de terrenos a serem destinados aos imigrantes, pois a tarefa de derrubada da mata seria um fator causador de desinteresse ou abandono dos núcleos coloniais.

Apenas na década de 1870 esse projeto progride, com a demarcação e loteamento da colônia de Benevides. Com a fundação dela, foi instituída também uma Comissão de Colonização, responsável por receber e acolher os imigrantes.[315] Segundo Nunes, até 1875 os imigrantes que chegavam ficavam hospedados na Chácara São José, único lugar disponível para recebê-los enquanto os serviços de limpeza e demarcação dos lotes eram feitos.[316] Esta propriedade ficava na região da estrada de Nazaré e, com o aumento do fluxo de imigrantes outra casa na rua da Indústria foi alugada para o mesmo fim.[317]

Após a construção de um barracão em Benevides, nas proximidades da estrada, esse tempo em Belém parece ter ficado ainda mais diminuto. Uma vez deslocados até a região que iriam ocupar, os imigrantes ficavam acomodados nesse barracão e acabaram sendo inseridos nas atividades de derrubada das matas e limpeza dos terrenos. Nunes relata as reclamações feitas por um grupo de imigrantes franceses em 1881 quanto às dificuldades dos trabalhos que estavam realizando nas chamadas "brigadas".[318]

O autor aponta também que a ocorrência de doenças endêmicas foi um problema constante durante esse período de abertura do núcleo colonial e introdução de imigrantes. Apesar da incidência das "febres de mau caráter", a colônia não contava com estrutura para isolar ou tratar doentes, nem parece ter havido uma política de transferência dos doentes a Belém. Segundo Francivaldo Nunes, a Comissão de Colonização encaminhou ofícios à presidência da província pedindo o envio com urgência de médico, camas e medicamentos para o tratamento dos acometidos.[319]

Quanto a alimentação dos imigrantes (já colonos), Nunes informa que era fornecida sem custos pelo governo da província, diferente de ferramentas e utensílios,

[314] Idem, ibidem
[315] Idem, p. 50.
[316] Idem, p. 56.
[317] Idem, ibidem.
[318] Idem, p. 61.
[319] Idem, p. 62

que eram propriedades da colônia gerenciadas pela Comissão de Colonização, e que o colono deveria repor em caso de dano ou se levasse consigo para o seu lote. O autor destaca o uso coletivo desses materiais e mesmo a preparação e consumo de alimentos enquanto as famílias dividiam o barracão, dada escassez de utensílios para o preparo e consumo das refeições, e o caráter do espaço que os abrigava.[320]

Apesar da efetiva abertura da colônia de Benevides, com a instalação e início de produção de algumas famílias, o baixo número delas e a contínua desistência dos estrangeiros que eram trazidos provocaram críticas e justificativas diversas do governo e da imprensa de oposição. A primeira era quanto às condições de tráfego na estrada entre a colônia e a capital, que comprometia o sucesso dos imigrantes já instalados e desanimava aqueles que poderiam se interessar em ocupar lotes. [321]

Os imigrantes que chegavam ao Pará eram considerados como inaptos ao trabalho agrícola, ou porque não eram lavradores em seus países de origem, ou por desconhecerem as riquezas e o trato correto do solo amazônico. A responsabilidade sobre a escolha desses imigrantes era atribuída tanto ao governo imperial, como gerenciador da entrada de imigrantes, quanto ao governo provincial.

Além disso, havia críticas específicas ao governo da província do Pará e sua Comissão de Colonização na organização e cumprimento das condições garantidas aos imigrantes quando chegavam. Especialmente no que tocava a recepção de imigrantes, Nunes reitera

> Os alojamentos, no caso a Chácara São José nos arredores de Belém e uma casa na Rua da Indústria não passavam de hospedarias improvisadas; sem falar do barracão nas proximidades do núcleo, que em função da quantidade de colonos, não deixava de ser um grande depósito onde os imigrantes viviam amontoados.[322]

Apesar da resolução de 226 de 1853, as condições e favores que deveriam ser garantidas aos imigrantes não foram atendidas, ou executadas de forma improvisada e parcial. As práticas de recepção realizadas não parecem ter sido apontadas como razão pelo insucesso da colônia de Benevides, que teve uma ocupação limitada. A questão da infraestrutura, em especial as condições da estrada entre Belém e Bragança foram tidas, ironicamente, como o problema principal, mas não o único. A estrada de ferro Belém –

[320] Idem, p. 68.
[321] Idem, p. 96 – 99
[322] Idem, p. 98

Bragança, construída sobre a estrada que atendida a colônia só foi executada a partir de 1883.

Smith Júnior indica que um novo movimento em favor da imigração no Pará foi a criação da Sociedade Paraense de Imigração em 1885. Para o presidente de província Alencar Araripe era fundamental a introdução da imigração estrangeira, e seu discurso em muito se sustentou em uma resposta da omissão ou preconceito das políticas do sul do país em relação ao norte. Dentre as iniciativas tomadas no âmbito dessa Sociedade, o próprio presidente seria depois responsável pela abertura de uma colônia agrícola, a do Araripe (também chamada de Apeú), onde um caso curioso e frustrado de colocação de imigrantes aconteceu.

Nelly de Freitas apresenta o caso, um contrato firmado entre a província do Pará e a casa comercial Calheiros & Oliveira para a inserção de trinta famílias açorianas no núcleo de Benevides, ao custo de vinte contos de réis.[323] Neste artigo a autora apresenta os descaminhos na execução desse contrato, desde a vinda de famílias da Madeira ao invés dos Açores, o transporte dos imigrantes à colônia do Araripe e não a de Benevides como havia sido acordado, o que acarretou na recusa dos mesmos em ficar no novo destino dadas as precárias condições em que seriam deixados.

Segundo Nelly de Freitas, o presidente da Sociedade Paraense de Imigração, o Barão do Igarapé Mirim teria primeiro contemporizado as condições em que a colônia se encontrava.

> Entretanto, semanas mais tarde, ele acabaria reconhecendo que, de fato, a colônia de Araripe não estava pronta para receber imigrantes. O Barão ressaltaria mesmo que era "repugnante o lugar", porque as casas "não estavam acabadas e apenas cobertas; o galpão (casa de recebimento de imigrantes), em estado imperfeito; a extensa área designada para o serviço rural [...] em capoeira", sem mencionar a falta de poços de água potável. Lembrando detalhes do dia da chegada em Apeú, ele acrescentaria mesmo que a decisão dos imigrantes de não sair do trem tinha sido motivada pelas mulheres em pânico, mas que, ainda segundo ele, haviam sofrido má influência quando da passagem pela Hospedaria de Belém.[324]

Isso obrigou a empresa a trazê-los de volta à Belém, levando à sua dispersão no território nacional ou o retorno à Madeira.[325]

[323] FREITAS, Nelly de. "Imigração portuguesa no Pará: a aventura esquecida de 1886". In: PÓVOA NETO, SANTOS & PETRUS (Org.) Migrações: rumos, desafios e tendências. Rio de Janeiro: Polobooks, 2016. Pp. 117 - 137

[324] Idem, p. 132.

[325] Mais do que isso, a autora descobre na documentação indícios de que pelo menos uma parte daqueles imigrantes não tinham interesse de permanecer no Pará desde o início, mas queriam aproveitar a oportunidade para irem ao encontro de parentes que tinham em outras províncias do Império. (p.134)

Particularmente quanto a recepção desses imigrantes, nos interessa a menção a uma "Hospedaria de Belém". Nesse mesmo artigo, Freitas descreve que "ao chegarem, todos foram recebidos pela direção da Sociedade de Imigração do Pará e encaminhados para a Hospedaria do Imigrantes da cidade, onde receberam os primeiros cuidados e alimentos por alguns dias".[326] Ao consultar a documentação apontada pela autora, encontramos na fala do presidente da Sociedade Paraense de Imigração ao presidente da província sobre a vinda dos madeirenses, na data de 15 de novembro de 1886, a seguinte informação:

> E, para que não deixassem elas [as famílias madeirenses] de encontrar aqui ao desembarque uma hospedaria, pôs [o governo da província] à disposição da Sociedade de Imigração o edifício de onde acabava de sair o correio, o qual, para satisfazer o fim da hospedagem, foi preparado com o material necessário, e sob proposta da mesma Sociedade foi contratado o fornecimento de alimentos para os que assim eram esperados.[327]

As informações sobre a hospedaria prestadas pelo presidente da Sociedade Paraense de Imigração são muito escassas: apenas que um antigo prédio de correios havia sido convertido em espaço de hospedagem. Nenhum detalhe sobre a diversidade ou quantidade de cômodos, suas funções ou especificidades, se havia divisão na distribuição dos imigrantes dentro deste espaço ou que tipo de bens e objetos atendiam as necessidades de alimentação, higiene e descanso dos hóspedes.

As informações alcançadas por estes trabalhos são indícios suficientes quanto às limitações e ao trato do imigrante estrangeiro no Pará até o fim do Império. A resolução nº 226 de 1853 previa o acolhimento, a alimentação e o transporte dos imigrantes até os núcleos subsidiados pelo governo da província, como parte de um esforço da província do Pará em participar das políticas de incentivo à imigração do Império. Entretanto, todos os espaços de acolhimento citados parecem ter sido organizados de última hora, sem que decretos ou regulamentações específicas sobre o tipo ou local dos espaços fossem determinados.

A existência de um barracão ou galpão nas colônias como espaço de moradia provisória para os colonos indica um esforço para que o tempo na cidade fosse curto, evitando a dispersão ou desistência dos recém-chegados em assumir os lotes agrícolas aos quais estavam destinados, mas também em utilizar os colonos como mão de obra para a

[326] FREITAS, op. Cit, p. 130.
[327] Falla com que o Exm. Snr. Desembargador Joaquim da Costa Barradas abriu a sessão extraordinária da Assembleia legislativa da Província do Pará em 20 de Novembro de 1886. Belém: Typ. Do Diário de Notícias, 1887. Anexo 9, p. 50 – 54.

abertura e demarcação dos lotes além da abertura de estradas e construção das casas, o que demonstra um descompasso muito grande entre o discurso político e a gestão do projeto.

Não conseguimos precisar por quanto tempo esses espaços de acolhimento funcionaram e quando encerraram as atividades. A historiografia consultada que estende as análises para o período republicano adentra na legislação que estabeleceu uma nova dinâmica para o projeto de imigração e a construção da hospedaria do Outeiro, entendendo nessa lacuna uma continuidade entre as políticas imperiais e republicanas. Esse entendimento segue a mesma perspectiva dos estudos sobre os fluxos imigratórios destinados ao sudeste, em especial aos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Como observamos no início do capítulo, as Hospedarias do Brás e das Flores foram construídas ainda durante o Império, e a passagem para o período republicano apenas reafirmou e intensificou as políticas já instituídas.

Contudo, houve uma outra hospedaria de imigrantes em Belém antes de Outeiro. Instituída a partir da legislação federal que regulou a imigração estrangeira em 1890, estava situada no centro da cidade e foi alvo e críticas e muita controvérsia quanto a manutenção de um projeto de imigração estrangeira no Pará. As informações referentes a ela também são poucas, mas acreditamos que analisá-la corrobora tanto no avanço dos estudos sobre imigração no Pará como um todo, como na compreensão das condições que levaram a instalação de uma hospedaria de imigrantes na ilha de Caratateua.

A Hospedaria Provisória

O Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890, parece ter sido um esforço do governo federal republicano provisório em manter a regularidade da entrada de imigrantes no país após a troca de regime. Seus quarenta e três artigos, divididos em oito capítulos, versavam principalmente sobre o tipo de imigrante desejável, os custos que seriam arcados pelo governo federal com o transporte até o Brasil, a quantidade de famílias imigrantes que poderiam ser alocadas segundo a natureza e tamanho das propriedades particulares que assim requeressem, a disponibilidade de favores de estado aos brasileiros que quisessem começar uma colônia agrícola, e as condições e tipos de lotes que os imigrantes poderiam ter acesso por compra.

O decreto não sugeria interferência nos objetivos e dinâmicas de contratação de imigrantes que estavam operando até ali. Não tocava na atuação das sociedades ou associações colonizadoras, não distribuía competências entre governo federal e estados,

e sua questão mais polêmica era a concessão de venda e terras devolutas, que logo se tornaria objeto de disputa política dos governos estaduais.

O decreto estipulava que a entrada espontânea de imigrantes europeus era livre, desde que fossem válidos e aptos ao trabalho. Mas quanto à concessão de passagens pagas pelo governo, 50% delas eram destinadas às famílias de imigrantes para o trabalho agrícola, e os outros 50% poderiam ser concedidas a homens solteiros adultos também destinados ao campo ou a "operários de artes mecânicas ou industriais, artesãos e os indivíduos que se destinarem ao serviço doméstico".

Sobre a recepção e as garantias aos imigrantes, o artigo 25 previa apenas que "os proprietários adiantarão aos imigrantes, que forem localizados, as ferramentas, sementes, etc.; bem assim os meios necessários para a subsistência deles e de suas famílias até o prazo de nove meses, enquanto não tiverem resultado as suas culturas."[328] Esse documento também não contava com nenhum capítulo tratando de questões alfandegárias, sanitárias ou diplomáticas para o controle da entrada de estrangeiros. Frente aos desafios de inspeção e vigilância que já estavam sendo enfrentados em Ellis Island, e a existência de duas hospedarias de referência no Brasil, estas questões não poderiam ser negligenciadas.

O decreto nº 603, de 26 de julho de 1890, reorganizou a Inspetoria Geral de Terras e Colonização, vinculada ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, e apresentava de forma mais detalhada como a estrutura do governo participaria do serviço de imigração

> Art. 1º A Inspetoria Geral de Terras e Colonização tem seu cargo a fiscalização e imediata direção dos serviços relativos à estremação das terras públicas das do domínio particular, a medição, demarcação, divisão, descrição e registro das terras devolutas, a legitimação de posses e a revalidação de concessões e sesmarias; e bem assim, a colonização e a imigração, compreendendo o estabelecimento de imigrantes e em geral todos os serviços desta espécie, dependentes do Governo Federal.

Dividida em quatro seções, competia à 2ª seção da Inspetoria o expediente relativo à imigração, com a produção de estatística de imigrantes e da produção dos núcleos agrícolas, o controle do registro de imigrantes, e a contratação de transporte e colocação de imigrantes e trabalhadores nacionais. Para que a Inspetoria Geral pudesse alcançar as atividades desenvolvidas nos estados, o decreto previa a instalação de delegacias naqueles onde houvesse correntes de imigração ou a demanda pela demarcação de terras.

[328] Idem

Além disso, o artigo 30 previa que "nas localidades para onde se dirigir crescido número de imigrantes serão criadas agências de imigração e colonização, às quais incumbe recebê-los, dirigi-los e localizá-los do melhor modo, observando as instruções que lhes forem expedidas." As delegacias poderiam ser de 1º ou 2ª classe: as de 1ª eram as que recebiam um fluxo anual de 4.000 imigrantes ou mais; as inferiores a isso eram de 2ª classe.

O capítulo IX do decreto é dedicado às hospedarias de imigrantes. Seus quatro artigos dispunham que

> Art. 40. As hospedarias de imigrantes serão subordinadas imediatamente, na Capital Federal e municípios adjacentes, ao inspector geral; nos Estados, aos delegados e agentes de imigração e colonização.
> Art. 41. O pessoal das hospedarias e respectivos vencimentos serão fixados, conforme as conveniências do serviço, pelo Ministro, sobre proposta do inspector geral.
> Art. 42. As hospedarias fundadas nos Estados serão regidas pela legislação respectiva.
> Art. 43. Os empregos de que trata este capítulo são de mera comissão.[329]

A partir deste decreto, ficava definida a atribuição da responsabilidade sobre a imigração ao ministério da Agricultura e Obras Públicas, com a respectiva inspetoria que cuidava da organização do pessoal e distribuição de funções. As hospedarias faziam parte desse organograma, mas o decreto se limitava a estabelecer as chefias imediatas às quais cada uma dessas esferas responderia, a forma de contratação e definição do valor dos vencimentos de seus funcionários, e que as hospedarias estavam subordinadas à legislação dos estados onde fossem instaladas. Nada sobre o regulamento das hospedarias foi proposto.

A atribuição da 2ª seção era essencialmente monitorar imigrantes e produção agrícola, ao invés da promoção ou controle. O governo federal ratificava o perfil e o percentual de distribuição da força de trabalho desejável que adentrava o estado nacional (priorizando o trabalhador rural ao invés do urbano) e se dispunha a auxiliar na organização desse fluxo através do pessoal das delegacias, agências de imigração e hospedarias. O restante ficava (ou continuava) a cargo das legislações e dos poderes executivos estaduais. Talvez por isso, novamente as questões relativas ao controle médico-sanitário foram omitidas ou desconsideradas como matéria a ser regulamentada pelo governo federal.

[329] Idem.

O decreto nº 927, de 5 de julho de 1892, ratificava essa estratégia de ação ao aprovar o regulamento específico para as delegacias da Inspetoria Geral de Terras e Colonização.[330] Em seu artigo 1º, o regulamento definia que as delegacias tinham "a seu cargo a fiscalização e imediata direção de todo serviço concernente ao recebimento, alojamento, expedição e colocação de imigrantes, e o que se refere a concessão de burgos agrícolas".[331] O artigo seguinte determinava que as delegacias estavam encarregadas de todas as questões relacionadas a burgos agrícolas e demarcação de terras. O delegado ficava responsável pela fiscalização e execução de processos e demandas nessas questões, e da prestação de contas das verbas orçamentárias dotadas pelo tesouro federal. As hospedarias de imigrantes estavam subordinadas também aos delegados, ou agentes de imigração quando o estado não tivesse delegacia própria.

Ao observamos os anexos do regulamento, as subdivisões das delegacias haviam sido ampliadas para 1ª, 2ª e 3ª classe, com quantitativo de pessoal diferente em cada caso. O corpo mínimo, o caso das delegacias de 3ª classe, incluíam um delegado, um escriturário, um porteiro-contínuo, um administrador de hospedaria, um médico e um guarda.

Os anexos desse decreto incluíam os modelos de documentos a serem produzidos nas delegacias. Dentre eles, o mapa de trabalhos e despesas trimestrais trazia entre as atividades e despesas a serem reportadas, a construção de galpões para alojamento, ranchos de agasalho provisório ou casas para imigrantes, e o emprego de turmas de imigrantes na abertura de estradas ou caminhos vicinais; já as despesas previam o aluguel de hospedarias e gastos com utensílios para as mesmas, alimentação e condução de imigrantes com suas bagagens, além de socorros médicos que incluíam enfermaria, farmácia, dieta ou funeral.

A sucessão desses três decretos foram circunscrevendo e ratificando a atuação da Inspetoria Geral de Terras e Colonização: uma atuação que não interferia nos projetos ou nas disputas entre estados pela corrente imigratória; que buscava acompanhar e fiscalizar o desenvolvimento decorrente dela; e que participava através da concessão de terras devolutas e do financiamento da estrutura que permitiria a recepção e distribuição dos imigrantes pelo território nacional através da rede de delegacias, agencias de imigração e hospedarias.

[330] Brasil. Colleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brazil. Actos do Governo Executivo de 1892. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.
[331] Idem.

Considerando a inconstância e precariedade dos espaços de recepção e acolhimento que observamos ao longo da segunda metade do século no estado do Pará, a instalação de uma delegacia, uma agência e uma hospedaria financiadas pelo governo federal poderia representar um avanço significativo no fluxo imigratório para o estado e em uma nova frente de abertura de núcleos coloniais.

O tempo entre a publicação dos dois primeiros decretos e o começo da execução dos projetos foi de fato breve. Em 21 de agosto de 1890, dois anos antes da aprovação do regulamento das delegacias da Inspetoria, era nomeado delegado da Inspetoria Geral de Terras e Colonização no Pará, o Capitão de Mar e Guerra José Maria do Nascimento.[332] Em 4 de outubro de 1890, o jornal "Diário de Notícias" publicava uma nota informando que Leopoldo Alfredo Cardoso Pinto era nomeado administrador da hospedaria de imigrantes do estado.[333] Em 19 de outubro, outra nota informava que o ordenado do administrador seria de trezentos mil réis.[334]

É importante notar que, já no início, a instalação da hospedaria e seus custos eram objeto de críticas

> Mais um sorvedouro...
> Em 300$000 mensais foi arbitrada a gratificação que deve perceber o administrador da hospedaria de imigrantes que se destinarem a este Estado
> Já não é pouca manteiga...[335]

O jornal "Diário de Notícias" endossava as críticas ao valor do ordenado do administrador, comentando: "Não temos hospedaria nem imigrantes, entretanto..."[336]

Os mesmos jornais publicaram ao longo do mês de novembro de 1890 um edital da Delegacia de Terras e Colonização do estado informando sobre a disponibilidade de imigrantes para contratação:

> Imigrantes – Locação
> De ordem do cidadão capitão de mar e guerra J. M. do Nascimento, delegado da inspetoria geral de terras e colonização, faz-se público, para conhecimento dos interessados, que, na hospedaria provisória, estabelecida nesta capital à estrada de S. José no prédio n. 67, existe um escritório onde se contrata a locação do serviço de imigrantes.
> Há agricultores, jornaleiros, mecânicos e artistas de diversas profissões.
> Delegacia de terras e colonização, no estado do Pará. Belém, 1º de novembro de 1890. Silva Santos – escriturário. [337]

[332] A República, edição 150 de 22 de agosto de 1890, página 2.
[333] Diário de Notícias, edição 227B, de 4 de outubro de 1890, página 2
[334] Diário de Notícias, edição 240, de 19 de outubro de 1890, página 3
[335] O Democrata, edição 235, 19 de outubro de 1890, página 2
[336] Diário de Notícias, edição 241, de 21 de outubro de 1890, página 3
[337] Este anúncio era seguido de um outro que reproduzimos: Colonização Nacional

As atividades da delegacia parecem ter tido logo começo, ou pelo menos o seu responsável procurou dar uma pronta resposta às críticas, demonstrando a eficiência e necessidade das atividades ali desempenhadas. A publicação do edital publicizava diversas informações como a existência da hospedaria provisória, cujo prédio sediava também o escritório da agência de colonização, e a disponibilidade de uma mão de obra diversificada para contratação.

Segundo o relatório do governo provisório do capitão tenente Duarte Huet, de 1891, a delegacia havia recebido entre 3 de setembro de 1890 e 31 de maio de 1891 um total de 668 imigrantes[338]; 166 ainda estavam aguardando colocação ou deferimento de requisições feitas.[339] Através dos editais publicados nos jornais, observamos que o fornecimento de alimentação da hospedaria foi objeto de um contrato de arrematação.[340] O edital especificava que deveria ser oferecido o "sustento dos imigrantes" e dietas para os enfermos. O mesmo edital previa também a compra de medicamentos.

A disponibilidade dessa mão de obra ociosa em uma área central da cidade e o investimento despendido na imigração foram, contudo, objeto de críticas diversas. A começar pelo comportamento e asseio dos imigrantes. Não custa lembrar que estamos tratando de um momento em que os centros urbanos nacionais estão em franca expansão populacional e de transformação do espaço público, não apenas em seu aspecto estético, mas também atendendo aos novos padrões sanitários que buscavam livrar as cidades das epidemias.

Os hóspedes alojados na estrada de São José devem ter sido objeto de duras notas da redação de "O Democrata", motivando uma resposta por parte do delegado da inspetoria de terras e colonização. Publicada em 21 de novembro de 1890, José Maria

---

Determinando o artigo 42 do capítulo 8 do decreto n. 528 de 28 de junho do corrente ano, que regulariza o serviço da instrução e localização de imigrantes da República dos Estados Unidos do Brasil, que sobre o número total das famílias de imigrantes que forem localizados, poderão ser admitidos 25% de nacionais, contanto que sejam morigerados, laboriosos e aptos para o serviço agrícola, os quais terão direito aos mesmos favores concedidos há aqueles; faço pública essa disposição, do citado decreto, para conhecimento e orientação dos interessados. Delegacia da Inspetoria Geral de Terras e Colonização no Estado do Pará, Belém 1 de Novembro de 1890 – (Assinado) J. M. Nascimento, delegado. O Democrata, edição 248, de 5 de novembro de 1890, página 3

[338] PARÁ. Relatório com que o Capitão Tenente Duarte Huet de Bacellar Pinto Guedes passou a administração do estado do Pará ao Governador Dr. Lauro Sodré. Belém: Imp. da Typ. do Diário Official, 1891. Página 47

[339] Na mesma mensagem constam ainda informações sobre a demarcação de lotes e construção de casas e barracões na colônia de Castanhal. Relatando as informações prestadas pelo delegado Nascimento, a suspensão de verbas do governo federal havia paralisado a remuneração dos imigrantes empregados nas obras, dispersando parte dos imigrantes.

[340] Diário de Notícias, edição 117, de 28 de maio de 1891, página 3

Nascimento rebatia que não poderia ser responsabilizado pelo comportamento dos imigrantes fora da hospedaria. Quanto a questão da higiene, ele respondia que:

> (...) posso assegurar-vos que envido todos os esforços a fim de que eles se apresentem limpos e decentes, para o que fiz estabelecer uma lavanderia dentro da hospedaria, exigindo do proprietário, grande aumento na distribuição da água e fazendo o fornecer sabão 2 vezes por semana, e, bem assim, a mandar ampliar os Walter Closett (sic), tomando-se outras medidas higiênicas. Não me sendo permitido fornecer roupa, de que muitos precisam, por isso que alguns vieram, do Rio na maior penúria, porque tendo consultado, por telegrama, a Inspetoria Geral, declarou me esta que o Governo só dava casa, sustento e trabalho. Eis a verdade.
> Afirmo a Ilustrada Redação, de que tenho empregado a maior atividade no desempenho do espinhoso cargo de que me acho investido, lamentando que as estreitas disposições regulamentares, herança do decaído regime, não permitam maior latitude à ação dos funcionários sim para corresponderem aos intentos generosas e progressistas do atual governo.[341]

A resposta do delegado Nascimento nos é muito útil, especialmente considerando que não alcançamos documentos que informassem sobre a divisão de cômodos do prédio, os recursos materiais disponíveis no seu interior, ou mesmo o regulamento da hospedaria. Novamente, o padrão de casas alugadas e espaços adaptados em função da urgência se mantinha em mais uma hospedaria, embora o título de "hospedaria provisória" sugerisse a intenção de substituição por um espaço "definitivo".

A delegacia demonstrava preocupação em garantir o acesso a água e às práticas de limpeza dentro da hospedaria, tanto para a lavagem das roupas como em espaços apropriados às necessidades fisiológicas. Assim, temos uma indicação de parte da estrutura disponível, das práticas de higiene desejadas, e das limitações de auxílio impostos pela direção geral da Inspetoria de Terras e Colonização na capital federal. Cabe pontuar que, pelas condições de acesso às práticas de uso da água em Belém ao longo do século XIX, estudadas por Conceição Almeida, as comodidades postas à disposição dos imigrantes na hospedaria provisória já excediam em muito a realidade da maior parte da população da cidade.[342]

Segundo a autora, mesmo cercada por águas, Belém era dependente de uma rede de trabalhadores, domésticos e autônomos, que pudessem levar o precioso líquido ao interior das moradias. Poços, bicas e outros pontos de águas boas eram os locais de coleta, e para aqueles que não tinham meios ou empregados que se encarregassem de buscar

[341] O Democrata, edição 260, de 21 de novembro de 1890, página 1
[342] ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza e cultura material no século XIX. Tese de doutorado. São Paulo: PUCSP, 2010

água, o serviço dos agueiros era fundamental. Ter as roupas lavadas na própria moradia era um diferenciador social para os mais afortunados que dispunham de mão de obra e água. A maioria das lavadeiras desenvolviam esses serviços em igarapés e espaços públicos. Por isso, as condições ali presentes na hospedaria eram um conforto disponível para poucos.

Essas explicações, no entanto, não esmoreceram os ataques. A tréplica do jornal, exposta logo abaixo da resposta do delegado, exaltava ainda mais as críticas já feitas às condições dos imigrantes e à política de imigração para o estado. Para a redação de "O Democrata", os imigrantes que chegavam à cidade eram aqueles rejeitados pela Argentina e o sul do país, chamados textualmente de vagabundos. Nesse sentido, a falha não estava nas leis e disposições do regime anterior, mas na falta de controle e de uma ação moralizadora do regime Republicano.

> Os imigrantes que aí estão, comendo e bebendo a nossa custa, deviam ter sido enviados para as colônias do Amapá e outras e lá obrigados a trabalhar na lavoura; deixá-los eternamente a passear pelas ruas desta capital, com incômodo para as famílias, é mais do que um erro, é um crime, de que não é menos culpado o nosso governador, que a tudo isto assiste com a fleuma dos que nada tem que lhes incomode.[343]

Mesmo quando cabia algum elogio à atuação do delegado Nascimento, era seguido de uma crítica à manutenção da hospedaria e aos imigrantes

> Aos seus esforços deve-se já a fundação do núcleo colonial do Castanhal, com alguns imigrantes, e não obstante, o crescido número de outros, que aqui se acham na hospedaria à estrada de S. José, sem préstimo para a lavoura e negação completa para qualquer espécie de trabalho, permanece em absoluta ociosidade alimentado pelo suor do povo, sem proveito algum.[344]

Nos chama atenção nestas falas não apenas a crítica ao governo, os conflitos e posições políticas, mas em especial a reclamação quanto à presença e livre circulação dos imigrantes pela cidade. As demais tipologias documentais que consultamos tratavam o imigrante europeu até aqui como desejado, apesar dos custos, das disputas políticas e do trato por vezes difícil com parte da população que chegava ao estado. Entretanto, os periódicos aqui levantados manifestam dúvidas e uma rejeição declarada à presença desses indivíduos, questionando o caráter dos imigrantes e a efetividade do projeto colonizador.

[343] Idem
[344] Diário de Notícias, edição 293, de 23 de dezembro de 1890, página 2

Recaía sobre os imigrantes o mesmo julgamento imputado às populações pobres e de cor, mesmo em práticas de lazer, fossem festas, jogos, música, ou apenas em ociosidade.[345] A limpeza e o controle do espaço público já estavam na ordem do dia. Os imigrantes, ainda que europeus, ao recusarem os lotes ofertados e o trabalho na lavoura, circulando pela cidade sem destino e atividade certa, estavam aderindo ao mesmo tipo de comportamento desviante ou perigoso que se queria banir do espaço público e do meio urbano de maneira geral.

Especialmente porque, além dos problemas com higiene, pesavam também contra os imigrantes denúncias de brigas e furtos, sendo esse grupo um alvo constante da ação policial.

> Chegaram do Sul vindo no vapor "Pernambuco" quatro imigrantes alemães: Ferne Levi, José Gordem, Jacob Gordem e Esther Gordem, que furtaram ontem pela manhã de Maria Rosa Valle, vendeira de galinhas no mercado a quantia de 300$000 réis.
> Ciente do fato o sr. dr. chefe de polícia tomou informações sobre os gatunos que foram encontrados na hospedaria de S. José onde conseguiu prende-los, sendo-lhes ainda encontrada a quantia de 66$740 réis[346]

Diferente da promessa de trabalhadores "laboriosos e morigerados", a opinião da imprensa sobre os imigrantes era a de que esses indivíduos eram inúteis à economia e à cidade, entre ociosos e perigosos. Enquanto o jornal "O Democrata" questionava a manutenção da hospedaria provisória pelo caráter das políticas de imigração e dos imigrantes, o jornal "A República" questionava a necessidade daquele espaço uma vez que a colônia de Castanhal teria uma infraestrutura pronta para recebê-los.[347]

Nessas circunstâncias, ofendia ainda mais que

> (...) gozam, durante o tempo que querem, os confortos da vida de um Xá da Pérsia, numa boa hospedaria, dentro da capital, onde não há trabalho para lhe dar, e a cada um cabe a diária de 1$500 para pagamento do seu fornecedor de almoço e jantar.
> A vida que tem o imigrante na hospedaria da capital é invejável!
> Fundou-se no Castanhal há 74 quilômetros distante da capital uma colônia, onde o imigrante, além da comida, na razão de 700 réis e nas mesmas condições da que lhe dão na cidade, tem casa para morar e terreno para cultivar, e a colônia não poderá prosperar enquanto a hospedaria da cidade não se fechar. [348]

[345] No tocante à perseguição e criminalização das sociabilidades populares na cidade de Belém, ver: LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. A história social da capoeiragem e do boi-bumbá no Pará republicano (1888 – 1906). Salvador: EDUFBA, 2008; LACERDA, Franciane Gama e SARGES, Maria de Nazaré. De Herodes para Pilatos: violência e poder na Belém da virada do século XIX para o XX. Projeto História, São Paulo, nª 38, jun 2009. Pp. 165 – 182

[346] A República; órgão do Club Republicano, edição 423, de 28 de julho de 1891, página 1

[347] A República; órgão do Club Republicano, edição 329, de 1 de abril de 1891, página 2.

[348] Diário de Notícias, edição 15, de 20 de janeiro de 1891, página 2

Assim como o "A República", a manutenção da hospedaria era questionada pelo jornal "Diário de Notícias", que condenava declaradamente a manutenção de uma hospedaria na cidade. No entendimento destas publicações, a existência desse espaço não se justificava nos objetivos apresentados e discutidos em outros momentos e estados da nação. A questão da aclimatação, da recuperação ou dos incentivos ao recém-chegados não era necessária. Ao contrário, estava servindo como concorrência ou desestímulo ao projeto colonial que se tentada desenvolver

O "Diário de Notícias" se mostrou o mais insistente no ataque aos custos e objetivos da hospedaria, e mesmo manifestando respeito ao capitão de mar e terra José Maria do Nascimento, delegado da inspetoria, passou a atacar de forma mais direta a continuidade daquele espaço de recepção de imigrantes.

> Um erro, porém, ao nosso ver cometeu aquele patriota, e esse é o da continuação da hospedaria na cidade depois da fundação da colônia do Castanhal.
> Enquanto existir a tal hospedaria não poderá progredir (...)
> Consta que quase diariamente estão a retirar-se da colônia do Castanhal os melhores colonos depois de se acharem acomodados com casa, diária e lotes de terrenos para cultivar, a fim de tornarem para hospedaria.
> O digno delegado da Inspetoria de terras e colonização deve prestar toda a sua atenção para isto, do contrário a hospedaria da cidade matará a sua colônia do Castanhal, onde as despesas são menores e mais proveitosas do que na cidade[349]

Não era admissível, na opinião de pelo menos parte da imprensa, que os imigrantes permanecessem ociosos e na cidade quando havia trabalho e condições de recepção em um núcleo colonial já destinado a eles. Além dos aspectos da economia de gastos, a oportunidade do trabalho agrícola jamais seria aceita enquanto a permanência e sobrevivência deles na cidade fosse garantida, com o acesso à rua, às diversões, ao crime.

Essa crítica em larga medida ecoava o discurso empregado pelos políticos e a elite cafeicultora paulista, ao buscar espaços cada vez mais controlados e afastados do centro da cidade para evitar a dispersão dos imigrantes, o possível abandonos do espaço das hospedarias e o comprometimento de um projeto de arregimentação de mão de obra. A diferença é que não encontramos nos trabalhos sobre a experiência imigratória paulista levantados um questionamento dos contemporâneos quanto a necessidade da imigração ou de bem agasalhar os recém-chegados antes de partirem rumo ao interior paulista, como estamos observando aqui. Mas a pressão quanto ao controle sobre os corpos que residiam

[349] Diário de Notícias, edição 9, de 13 de janeiro de 1891, página 1.

nas hospedarias, e para que eles fossem remetidos ao interior com brevidade e empregados na lavoura sem dúvida se encontram.

Essas críticas eram inflamadas com notas que avisavam da partida de imigrantes que estavam na hospedaria em paquetes e outras embarcações nacionais rumo ao sul do país.[350]Além disso, os gastos com a hospedaria aumentavam: em 7 de maio de 1891, o "A República" criticava a abertura de crédito suplementar de 3.441$666 réis para o pagamento de pessoal da delegacia de terras e da hospedaria de imigrantes.[351]

Não encontramos uma preocupação declarada nos jornais com o risco de epidemias na hospedaria provisória, como ocorreu no Morro da Saúde e motivaram a instalação da hospedaria na Ilha das Flores. Nos obituários é possível localizar a notícia de algumas mortes de imigrantes que estavam ali acomodados, no entanto apenas uma nota apresentou de forma mais contundente a questão das doenças que ocorriam ali naquele espaço e dizia que

> O movimento dos doentes desta hospedaria, no mês de março último, foi o seguinte: 9 de febre amarela, 10 de febres intermitentes, 1 de nefrite, um de febre biliosa, 2 de urticária, 4 de reumatismo, 3 de diarreia, 1 de impinges, 3 de bronquite, um de contusão, um de tenia geral, 3 de sífilis, 2 de hemorragia uterina, um de dispepsia, 2 de cólicas intestinais, um de hepatite aguda, 2 de oftalmia purulenta, 2 de vermes intestinais, 8 de prisão de ventre e 2 de hernia. Os doentes foram em número de 60, tendo falecido 2 de febre amarela.[352]

Esse relato é importante, considerando o momento ao qual estamos nos debruçando. O final do século XIX foi o tempo da ascensão da clínica médica, do sanitarismo, da profilaxia e da higiene. Já mencionamos algumas vertentes e vale retomar a prática do isolamento como estratégia para tratamento dos doentes e barreira sanitária para a proliferação de doenças.

A recorrência de surtos como os de febre amarela e varíola, a lembrança da epidemia de cólera e outras doenças já tinham demandado atenção constante da imprensa e do governo provincial ainda nos tempos do Império.[353] Por isso, a Belém da década de 1890 já contava com diversos espaços para o tratamento de doentes: o Hospital da

[350] O Democrata, edição 282, de 18 de dezembro de 1890, página 1; Diário de Notícias, edição 23, de 29 de janeiro de 1891, página 3
[351] A República: órgão do clube republicano, edição 359 de 07 de maio de 1891, página 2
[352] Diário de Notícias, edição 76, de 9 de abril de 1891, página 3
[353] Um bom resumo sobre as doenças e a prática médica no Pará pode ser encontrado em: MIRANDA, Aristóteles Guilliard de. A medicina no Estado do Pará, Brasil: dos primórdios à Faculdade de Medicina. Revista Pan-Amazônica de Saúde vol 1, nº 3. Ananindeua, setembro de 2010. Pp. 11-18. Além deste artigo, ver também: SILVA, Jairo de Jesus Nascimento da. Da Mereba – ayba à Varíola: isolamento, vacina e intolerância popular em Belém do Pará: 1884 – 1904. Dissertação do mestrado. Belém: PPHIST / UFPA, 2009.

Caridade, a Santa Casa de Misericórdia e da Beneficente Portuguesa, além da abertura de hospitais de isolamento específicos para os acometidos por doenças contagiosas, como a hanseníase[354]

A divulgação de um relatório discriminando as doenças e o quantitativo de doentes e mortes na hospedaria provisória não seria realizado de forma desinteressada ou descontextualizada. Ao contrário, era claro que dentre os custos e perigos que a recepção de imigrantes no centro da cidade acarretava, estava o risco da proliferação de doenças e o início de uma outra epidemia. Afinal, a origem da transmissão da febre amarela e do cólera já havia sido assim.[355] Pairavam a desconfiança e o medo.

Particularmente o medo do cólera se fez presente nas páginas do "Correio Paraense". Em 25 de agosto de 1893, esse jornal noticiava a expansão da epidemia de cólera pelos portos da Europa e a informação de que havia casos de imigrantes doentes em uma hospedaria na cidade de Santos.[356] A redação lembrava que já havia reclamado antes para a Inspetoria de Higiene Pública, a intendência municipal e ao governo do estado a necessidade de um espaço para a quarentena e prevenção da proliferação da doença na cidade,

> E foi devido às nossas instâncias que o governo preocupou-se seriamente da fundação de um estabelecimento quarentenário neste Estado.
> Infelizmente tudo depois paralisou em consequência de não acharem os peritos nenhum dos locais indicados em condições de servir para aquele fim."[357]

Mesmo noticiando depois que o caso em São Paulo havia ficado restrito a uma hospedaria, sem que outros eventos fossem reportados[358], o "Correio Paraense" dedicou quase toda a primeira página da edição seguinte ao cólera e o perigo de contaminação através da imigração, apontando o percentual de infectados e mortos em Québec, Montreal, Nova York e na Filadélfia, as linhas de prevenção que deveriam ser tomadas e as diferenças do tratamento que estava sendo desenvolvidas nos Estados Unidos.[359]

---

[354] COSTA, Maria de Nazaré Pereira da. Caridade e saúde pública em tempo de epidemias. Belém 1850 – 1890. Dissertação de Mestrado. Belém: PPHIST / UFPA, 2006; HENRIQUE, Márcio Couto. Escravos no purgatório: o leprosário do Tucunduba (Pará, século XIX). História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012, p.153-177; MIRANDA, Cybelle Salvador et al. Santa Casa de Misericórdia e as políticas higienistas em Belém do Pará no final do século XIX. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.22, n.2, abr.-jun. 2015, p.525-539

[355] MIRANDA, Cybelle Salvador et al. op.cit., p. 532.

[356] Correio Paraense, edição 389, de 25 de agosto de 1893, página 1.

[357] Idem.

[358] Correio Paraense, edição 394, de 31 de agosto de 1893, página 2.

[359] Correio Paraense, edição 395, de 1 de setembro de 1893, página 1.

Logo no início, o jornal reforça a crítica e seu posicionamento de quais deveriam ser as providências que o governo do estado deveria tomar

> Nada tem podido fazer o Governo do Estado quanto à fundação do lazareto de que tanto precisamos, com os competentes aparelhos destinados às desinfecções e **hospedaria confortável para os passageiros e tripulantes das embarcações, durante o tempo da quarentena**.[360]

Com a sequência de publicações, compreendemos que o jornal defendia não apenas a construção de um lazareto para os acometidos pela doença, mas um complexo que se assemelhava a estrutura das hospedarias do Brás e das Flores, com espaços para a desinfecção e acomodação de viajantes em período de quarentena antes que pudessem adentrar ao espaço urbano da cidade. Essa era de fato uma exigência por um novo tipo de hospedaria e um novo espaço que cumprisse com os objetivos de uma barreira sanitária.

Isso nos leva de volta à hospedaria provisória. Como foi possível observar, sua implementação se deu a partir da legislação que regulou a entrada de imigrantes no país após a Proclamação da República, e duas outras que reorganizaram a Inspetoria Geral de Terras e Colonização e criaram as delegacias da inspetoria nos estados, responsáveis pela fiscalização e execução das demarcações de terras, e pela distribuição dos imigrantes que entravam no país pela capital federal (com passagens subvencionadas pelo governo) por todo o território nacional.

Entretanto, a reclamação pela soberania estadual quanto a demarcação e regulamentação da terra foi uma das primeiras grandes questões políticas e objeto de disputa entre a união e as unidades federativas desde o início do regime.[361] Como consequência, em julho de 1891, o Governador Lauro Sodré retirou os poderes do delegado da inspetoria sobre o processo de demarcação e legitimação de terras

> Belém, 5 – de acordo com os arts. 63 e 64 da constituição federal decretei que todo o serviço relativo a terras fique a cargo da repartição de obras públicas, cessando a intervenção do delegado da inspetoria geral de terras e colonização neste Estado, e o recurso para o ministro da agricultura de que trata o art. 52 do decreto de 30 de janeiro de 1854.[362]

Acreditamos que, com este movimento de tirar parte das funções que eram atribuídas ao delegado, a estrutura local foi sendo desmontada e a delegacia extinta. Após o mês de julho de 1891, não foram publicadas outras notas sobre o movimento da

[360] Idem (grifo nosso)
[361] Questão tratada no segundo capítulo da tese
[362] A República, órgão do clube republicano, edição 406, de 7 de julho de 1891, página 1.

hospedaria provisória, nem editoriais com críticas ao seu espaço ou aos imigrantes. Em 19 de agosto de 1891, o administrador da hospedaria, Leopoldo Cardoso Pinto lançou uma nota no Diário de Notícias comunicando que havia pedido demissão de sua função dois dias antes. Na mesma nota, menciona que o escriturário Silva Santos havia feito o mesmo em 22 de abril daquele ano, tendo sido alvo de especulações por parte da imprensa.[363] Não encontramos notícia de que foram substituídos

As edições de 15 de janeiro de 1892 dos jornais "A República" e "Diário de Notícias" divulgaram nota informando que o agora Contra-almirante José Maria do Nascimento se encontrava gravemente doente, hospedado na ilha de Mosqueiro e assistido por três médicos.[364] Em 17 de janeiro, o Diário informava que, no dia anterior, Nascimento havia falecido enquanto regressava de lancha para a capital.[365]

A hospedaria provisória foi mais uma das experiências de espaços de recepção que definiram a natureza das hospedarias de imigrantes no Brasil. Assim como as capitais de São Paulo e da República, a capital do estado do Pará, seus governos, imprensa e população também debateram e questionaram a necessidade, as dificuldades e os limites de um espaço para a recepção de imigrantes. Como apontam diversos autores, e em especial Chrysostomo e Vidal, a conformação de seu caráter insular foi se mostrando imperativo ao longo deste processo.

Se a hospedaria provisória fez parte de um avanço nas condições dessa recepção e na tentativa de uma ação mais contundente para o aumento da entrada de imigrantes no estado, a sua existência em pleno território urbano não era admitida por diversos aspectos, e em especial pelo critério médico-sanitário. Uma vez extinta a parceria entre estado e governo federal, a pressão sobre o governo de Lauro Sodré seria ainda maior. Foi nesse contexto que uma nova legislação estadual para o estímulo à imigração foi promulgada em 1894, e uma nova hospedaria seria criada. Vejamos sob quais orientações e argumentos uma propriedade na Ilha de Caratateua foi escolhida para a instalação da Hospedaria de Imigrantes.

[363] Diário de Notícias, edição 180, de 19 de agosto de 1891, página 3
[364] A República: órgão do clube republicano, edição 555 de 15 de janeiro de 1892, página 2; Diário de Notícias, edição 11, de 15 de janeiro de 1892, página 2
[365] Diário de Notícias, edição 13, de 17 de janeiro de 1892, página 2

A lei de imigração de 1894 e a escolha pela ilha de Caratateua

A lei nº 223, de 30 de junho de 1894, autorizava o governador do estado a "promover a introdução de estrangeiros que pretendam estabelecer-se no estado como agricultores ou industriais".[366] Como observou Francisco Smith Júnior, a legislação de 1853 parece ter servido de base para a lei de 1894, pois ambas previam direitos e vantagens semelhantes aos imigrantes que desejassem se fixar no Pará: indenização de passagens; hospedagem, transporte, alimentação e agasalho até o local de destino. [367]

No que diz respeito à hospedagem, nosso objeto de interesse, cabe destacar os pontos da lei que versavam sobre o assunto. O item b do artigo 2º determinava que ela seria "em lugar conveniente por até dez dias, tempo necessário para tomarem destino".[368] Constava ainda na lei que

> Art. 9º - O Governo é autorizado a fazer aquisição de um edifício **fora do centro da cidade**, para a recepção e hospedagem dos imigrantes
> Art.10º - Sem que sejam discriminados os lotes de um ou mais núcleos coloniais e preparado o edifício da hospedaria, não terá começo a introdução dos imigrantes.[369]

Se o perfil dos imigrantes e as condições gerais oferecidas a eles mantinham bases semelhantes, outros aspectos da lei demonstravam adaptação e resposta às dificuldades enfrentadas pelos projetos de imigração anteriores. Particularmente em relação à hospedaria, as falhas e conflitos enfrentados com a hospedaria provisória estão refletidos no texto da lei que citamos acima.

A começar pelo tempo limite de permanência de dez dias dos imigrantes no espaço. Como observamos, a longa permanência deles na hospedaria provisória foi objeto de reclamação enfática por parte da imprensa, que criticava os custos e transtornos da circulação irrestrita desses sujeitos pela cidade. Ao mesmo tempo em que a lei reconhecia ser este um tempo "necessário", ele deveria ser previsto e finito.

A mencionada crítica à livre circulação dos imigrantes, bem como as preocupações médico-sanitárias e de segurança pública experimentadas no trato desta população enquanto recepcionada na cidade repercutiram no artigo 9º, ao determinar especificamente que o prédio da hospedaria deveria estar "fora do centro da cidade" como grifamos. O caráter isolado e restritivo, ou "insular", deste espaço estava propositalmente dotado ali.

---

[366] PARÁ. Colleção de Leis do Estado de 1891 a 1900. Tomo I. p. 236 - 237
[367] SMITH JUNIOR, op cit., p. 61
[368] PARÁ. Colleção de Leis do Estado de 1891 a 1900. Tomo I. p. 236
[369] Idem, p. 237. (grifo nosso)

A resistência ou desistência de muitos imigrantes em aderirem aos núcleos coloniais de Benevides e Apeú foram motivados, como apresentamos, pela situação precária em que se encontravam estes núcleos e a práticas, tanto do governo provincial como da delegacia de terras e colonização, em empregar os próprios imigrantes nos trabalhos de preparação dos lotes, muitas vezes ainda com mata nativa e sem acomodações mínimas para as famílias. Desta vez, estava previsto em lei que o governo do estado deveria garantir condições mínimas de agasalho e preparo para que os imigrantes, caso contrário a contratação deles (e os custos decorrentes) não poderiam ocorrer.

Apesar de todas as providências que deveriam ser tomadas, a primeira ação do governo foi assinar vários contratos de introdução de imigrantes. Lauro Sodré, ao se referir à lei nº 223 em mensagem proferida na Assembleia Legislativa do estado, informava que

> Pouco tempo depois que a votastes, teve essa lei sua primeira aplicação nos contratos celebrados aos 15 de Agosto e 15 de Setembro do mesmo ano, na Repartição de Obras Públicas, Terras e Colonização com Francisco Cepeda, Emilio A C Martins e o dr Wenceslau Alves Leite de Oliveira Bello e William Brice para a introdução de 35.000 imigrantes de várias nacionalidades europeias e das Antilhas.[370]

Era necessário, todavia, cumprir com o artigo 10º da lei, e a Repartição de Obras Públicas foi obrigada a dar providências a fim de que a estrutura da hospedaria e dos núcleos coloniais estivesse pronta antes da chegada dos imigrantes. A cláusula nona do contrato com Francisco Cepeda, presente no relatório de 1895 do diretor da repartição Henrique Santa Rosa, previa que a primeira turma de imigrantes deveria chegar seis meses depois da assinatura do contrato. Era um tempo muito escasso para atender a lei a contento.

Compreender o processo de escolha da ilha e da construção da hospedaria foi bastante difícil. As publicações oficiais do governo não esclarecem os critérios nem demonstram as etapas, mesmo para fins propagandísticos. Tampouco localizamos em almanaques, guias ou corografias essas informações. A fala de Lauro Sodré para comunicar a abertura da hospedaria e o início das suas atividades foi extremamente sucinta para um projeto que, incluindo a hospedaria, a abertura dos núcleos coloniais, os contratos e demais custos, teve uma dotação orçamentária de quinhentos contos de réis[371]

[370] PARÁ. Mensagem do Governador do estado à Assembleia Legislativa. 1896. P.35
[371] CRUZ, Ernesto. Obras Públicas do Pará. Vol. I. p. 202.

> Em boas condições higiênicas ficou no ano passado preparada a hospedaria de imigrantes do Outeiro, a poucas milhas desta capital, em ponto saudável e aprazível, onde foram já recebidos e agasalhados os imigrantes da 1ª turma trazida, ex-vi do contrato feito com Emilio A C Martins. Ainda estão em andamento novas obras necessárias, feitas as quais ficará aquele estabelecimento no melhor pé desejável para corresponder aos intuitos de sua criação.[372]

A fala do governador se restringiu a afirmar que o lugar escolhido era "saudável e aprazível", sem mencionar quaisquer características do prédio. Pelo contrário, a fala indica que as obras não estavam encerradas e que, mesmo assim, já tinha tido início a recepção de imigrantes no espaço.

As informações constantes no relatório do diretor da repartição, de 1895, davam, com alguma parcimônia, notícia dos encaminhamentos tomados depois da assinatura dos contratos de introdução de imigrantes citados pelo governador. Segundo consta, três frentes de núcleos coloniais foram abertas: a zona do Burgo Marapanim, a região entre os municípios de Bragança e Vizeu, e no Baixo Amazonas, nos municípios de Alenquer e Monte Alegre.[373]

Já em ofício encaminhado à Secretaria de Governo, o diretor externava de forma mais clara as dificuldades enfrentadas naquela tarefa. Solicitava, em 26 de outubro de 1894, a contratação de agrimensores auxiliares e o pagamento das gratificações e diárias àqueles que estavam atuando em comissões de demarcação de terras, devido ao volume de serviço e aos trabalhos de demarcação que estavam sendo realizados em Monte Alegre.[374]

O processo de exame e início das demarcações foi custoso, mas segundo o diretor

> Mais difícil do que a escolha dos locais para os núcleos foi a escolha da sede da hospedaria onde sejam recebidos os imigrantes que aqui devem chegar.
> Felizmente, depois de diversos exames em alguns sítios em condições de servirem para o fim pretendido, foi preferido o lugar Outeiro, a margem do Furo do Maguary, com frente para o rio Guajará (sic), em situação magnífica, com fácil acesso à navegação e terreno completamente seco e bastante elevado. A aquisição do terreno compreendendo uma olaria, serraria, casa de morada, fornos, ranchos, animais de serviço, carros, máquinas, embarcações etc. importou em 50.000$000. Seria conveniente para evita complicações tratar-se quanto antes da demarcação judicial das terras, cujos títulos de domínio anteriores a 1854 garantem a sua plena propriedade em conformidade da lei nº 601 de 1850 e Lei Estadual de 18 de setembro de 1892. [375]

[372] PARÁ. Op.cit., p. 36.
[373] CRUZ, op. Cit. 306.
[374] APEP. Área: Governo. Fundo: Secretaria do Governo. Documentação avulsa. Caixa 87. Pasta ano 1894. Doc. 70
[375] Idem, p. 307

Neste relato encontramos a primeira afirmação de que a escolha do lugar da hospedaria não foi feita à revelia, mas dentro de um leque de opções levantadas. Ele também apresenta os aspectos positivos da propriedade: local as margens do furo do Maguari, em ponto de fácil acesso por navegação, além das diversas benfeitorias adquiridas pela quantia de cinquenta contos de réis. O ponto que exigia atenção era a irregularidade jurídica quanto a demarcação e registro legal das terras, o que na opinião do diretor não deveria ser objeto de contestação ou negação da Justiça.

As mesmas vantagens e condições gerais da propriedade foram apresentados de forma mais demorada e justificada em uma minuta de ofício de 16 de outubro de 1894. Remetida pela Repartição de Obras Públicas à Secretaria do Governo, menos de quatro meses após a lei nº 223, consta o parecer da comissão de avaliação do terreno, com justificativas e algumas ponderações em relação à escolha que o relato do diretor não externalizou. Por isso, vamos transcrever e analisar o texto da minuta aqui em detalhes.

O documento inicia com a afirmação de que, para dar "final solução" à escolha do local da hospedaria, membros da repartição[376] visitaram em 9 de outubro o sítio "Outeiro", situado no furo do Pinheiro e de propriedade de Innocêncio Baena para verificar se as condições atendiam aos objetivos do estado.

> Por isso percorremos todo o terreno desde a margem do referido furo até a margem do rio Guajará, no princípio da Baía de Santo Antônio, para onde correm os fundos das terras, e achamos que o terreno era geralmente plano, sendo elevado, coberto de mata ainda abundante em madeira de lei, de modo a satisfazer por esse lado as exigências da natureza do solo. [377]

O primeiro critério de escolha foi a garantia de higiene do espaço: tendo o terreno plano e elevado, suas características reduziam os riscos de alagamentos, o que era uma preocupação importante frente a todas as dificuldades de limpeza e esgotamento de pântanos, regiões de várzea e terrenos rebaixados, sujeitos aos empoçamentos, enfrentados no espaço urbano da capital.[378] A cobertura de mata reforçava também a inexistência de lixo ou esgoto, que poderiam comprometer a saúde dos que seriam ali hospedados.

[376] O documento, por ser uma minuta, não está assinado nem foi redigido em papel timbrado da repartição. Por isso não podemos determinar os responsáveis pelo exame da Olaria de Outeiro.
[377] APEP. Área: Governo. Fundo: Secretaria do Governo. Documentação avulsa. Caixa 87. Pasta ano 1894. Doc. 12.
[378] Ver novamente a tese de Doutorado de Conceição Almeida

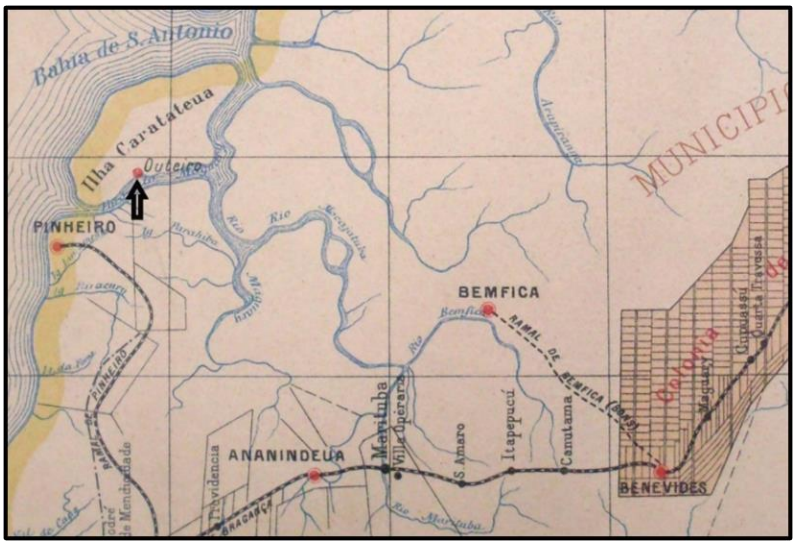
> Uma outra vantagem que se nos mostrou saliente foi justamente essa circunstância da dupla frente do terreno, uma à margem do furo em um ponto acessível a qualquer lancha a vapor permitindo comunicação com esta capital em viagem de menos de hora e meia e para a Estrada de Ferro de Bragança por meio da povoação do Benfica para onde a viagem não excede a três horas; e a outra na margem do Guajará em local extremamente saudável, batido pelos ventos da baia do Marajó, onde igualmente uma ponte que aí se construa dará outra saída de rápido acesso aos vapores que possam transportar os imigrantes.[379]

O segundo critério apresentado foi a acessibilidade ao espaço, com destaque aos possíveis usos das duas saídas fluviais disponíveis na propriedade: a margem mais próxima ao continente, que fazia frente à vila do Pinheiro, viabilizava tanto as demandas administrativas como o envio e recebimento de ofícios e outros documentos, o deslocamento do administrador e demais funcionários, além do fornecimento de gêneros à hospedaria, como permitia que os imigrantes fossem transportados para os núcleos coloniais ao longo da Estrada de Ferro Belém – Bragança sem que tivessem acesso a cidade de Belém, cumprindo a hospedaria assim a função de barreira sanitária. Esta função seria reforçada com a construção de uma ponte na outra saída fluvial, às margens da baia de Santo Antônio, o que permitiria o desembarque dos imigrantes diretamente na hospedaria, sem que passassem pelo porto de Belém antes do deslocamento ao local de recepção.

Na imagem a seguir, vemos a indicação da hospedaria na ilha de Caratateua, pela margem do Furo do Maguari, a costa da ilha banhada pela baía de Santo Antônio, a indicação da povoação de Benfica e a previsão de seu ramal na Estrada de Ferro Belém – Bragança, por onde a comissão sugeria que os imigrantes embarcassem rumo aos núcleos coloniais

[379] APEP. Área: Governo. Fundo: Secretaria do Governo. Documentação avulsa. Caixa 87. Pasta ano 1894. Doc. 12.

Imagem 3: Mapa indicando a localização da Hospedaria de Outeiro e a povoação de Benfica



Fonte: MUNIZ: João de Palma. Carta da Zona da Estrada de Ferro de Bragança e da colonização do estado. 1908. (detalhe)

O documento relata ainda a visita da comissão às benfeitorias existentes na propriedade: uma olaria e uma serraria instaladas sob um grande telheiro onde estavam a máquina de corte de madeira e três fornos para a queima de tijolos, além de uma casa de moradia de "construção antiga". O sítio tinha ainda ranchos e diversas embarcações de transporte.[380]

> Bem que para o funcionamento da hospedaria seja ainda indispensável a construção de novos alojamentos e reparos na casa para a administração e de outras obras secundárias como as da ponte de desembarque, caminhos de comunicação etc, parece-nos comparativamente com os outros locais que nos tem atraído a atenção para estabelecimento da hospedaria que nenhum satisfará melhor que o local examinado. [381]

O último item do ofício fala do valor de compra da propriedade. A comissão informa ter consultado o proprietário durante a visita e que seria de cinquenta contos de réis, incluindo as benfeitorias e bens disponíveis na propriedade, o que foi considerável razoável pela comissão.

Daquilo que foi estipulado sobre a hospedaria na lei nº 223, considerando que ela falava na compra de um edifício e pensando especificamente nos objetivos de uso e condições materiais da construção ali disponível, a casa da propriedade de Innocêncio Baena não atenderia ao que a lei previa. Inclusive essa foi a diferença de narrativa mais

[380] Exploraremos a relação desses itens no próximo capítulo.
[381] APEP. Área: Governo. Fundo: Secretaria do Governo. Documentação avulsa. Caixa 87. Pasta ano 1894. Doc. 12.

marcada entre o relato do diretor da repartição e o parecer dos examinadores: no texto do diretor, as benfeitorias existentes pareciam mais do que suficientes ao funcionamento da hospedaria, enquanto na minuta ficou exposto que a construção de novos alojamentos, dentre outras, seria necessária para atender aos fins determinados. E ainda assim, as outras vantagens da propriedade eram colocadas como suficientes para a escolha daquele local, e justificariam gastos com reformas e outras construções, sem que tenham sido estipulados valores que essas obras acarretariam.

Dez dias depois, em 26 de outubro de 1894, uma outra minuta foi escrita em resposta a uma possível interpelação do vice-governador, levantando a possibilidade de a hospedaria ser instalada na ilha do Jutuba, ou na fazenda de Val de Cans.[382] A comissão informa ter examinado os espaços indicados, verificando sua possibilidade de adaptação à hospedaria.

Apresentamos a seguir uma imagem indicando a localização aproximada dos três terrenos que estavam sendo considerados para a instalação da hospedaria, para que o leitor possa ter uma percepção geográfica da proximidade entre eles, e dos mesmo em relação à Belém.

Imagem 4: Ilhas do Jutuba, de Caratateua e Fazenda Val de Cans – Belém

Fonte: Detalhe da "Carta Geográfica da foz dos grandes rios Amazonas e Tocantins" levantada por José Vellozo Barreto. 1877. (com adições da autora)

[382] Não localizamos o ofício do vice-governador para que fosse possível compreender os motivos ou interesse que determinassem a consulta quanto a ilha do Jutuba e a Fazenda Val de Cans.

O parecer sobre a ilha do Jutuba foi breve, afirmando que ela não se prestava à utilização desejada

> porquanto apesar (sic) de sua constituição de solo arenosa apresentar superfície pouco elevada acima do prévia mar atual de modo a ficar submergida em grande parte na época do inverno; além de que acha-se toda ela ocupada por moradores cuja remoção daria inconvenientes pelo menos quanto a demora.[383]

As características do terreno e as questões de higiene foram colocadas logo como impedimento a essa escolha: com solo arenoso e terrenos alagados durante parte do ano, a topografia da ilha já não era a desejada. Fora isso, a ilha estava ocupada por moradores. Como analisamos no segundo capítulo desta tese, a ilha de Caratateua não era um espaço desocupado, sendo o seu território motivo de intensa disputa nos processos de demarcação de terras. O que a avaliação da comissão nos sugere assim, ao afirmar que "acha-se toda ela ocupada por moradores", é que a densidade populacional da ilha do Jutuba seria maior, ou que seria necessária a compra ou desapropriação de mais de uma posse de terras para atender às necessidades de espaço da hospedaria, o que acarretaria um processo demorado para a desocupação.[384]

A fazenda Val de Cães foi considerada de forma mais demorada no texto. Inicialmente, acusara que a parte do terreno percorrida pela comissão se mostrava bastante elevada, tendo apenas uma faixa de 30 braças na margem do rio Guajará sujeita a ficarem submersas. Boa parte da mata do terreno estava conservada e seria aproveitável. A fazenda fazia limites por um lado com o Igarapé da Fome e por outro com a fazenda Tapanam tendo 287,6 braças, se estendo por quase uma légua de comprimento até os fundos.

> Resta-nos, mostrar-vos as vantagens e desvantagens que apresenta o local comparado com o sítio da Olaria do Outeiro que tratamos no citado ofício. [Apagado] vantagens se apresentam que o fazem recomendar o local visitado: a sua proximidade em situação já servida por uma linha de navegação a do Pinheiro, a circunstância de achar-se o terreno devidamente demarcado, o que não é de suma importância pelo desembaraço que traz sobre questões limítrofes com os [ilegível] confinantes.[385]

Dois pontos positivos foram indicados pela comissão em comparação à Olaria de Outeiro: o fato de que o local da Fazenda Val de Cães era atendido por uma linha de

[383] APEP. Área: Governo. Fundo: Secretaria do Governo. Documentação avulsa. Caixa 87. Pasta ano 1894. Doc. 69.
[384] Segundo o Anuário Estatístico do Município de Belém, a área da ilha de Caratateua é de 31,44 km^2 enquanto a do Jutuba é de 5,04 km^2, seis vezes menor. BELÉM. "Capítulo I: Caracterização do território" Anuário Estatístico do Município de Belém. 2012
[385] APEP. Área: Governo. Fundo: Secretaria do Governo. Documentação avulsa. Caixa 87. Pasta ano 1894. Doc. 69

navegação regular, da Companhia de Navegação do Amazonas; o outro era a condição legal do terreno da propriedade, já demarcado e registrado, enquanto o da Olaria ainda não. Mais uma vez, o parecer da comissão subestimou um aspecto legal, considerando de menor importância a demarcação e o registro das terras de Innocêncio Baena. Já vimos que depois da lei de 1850, houve intensa disputa entre proprietários da ilha quanto aos limites de suas terras. Mesmo apontando vantagens, o parecer tinha o viés de continuar indicando a Olaria do Outeiro como a melhor escolha.

> Por outro lado, este local não se acha tão bem exposto aos ventos da baía do Marajó como o da Olaria do Outeiro na ponta da costa da baía de Santo Antônio, e não oferece como este a vantagem da dupla frente que permita saída dupla e por conseguinte facilidade de isolamento de um dos mesmos pontos de saída.[386]

As questões de acessibilidade, circulação e transporte, e o caráter médico-sanitário foram retomados como pontos fortes na opção da Olaria em relação à fazenda. A circulação de ventos foi enfatizada como um fator benéfico, em acordo com os princípios da higiene vigentes então.[387] Mesmo a questão da dupla saída da propriedade para a baía de Santo Antônio e o Furo do Maguari foi reiterada como um elemento garantidor das condições de isolamento, tanto da hospedaria em relação à cidade como entre o público da própria hospedaria, separando aqueles que chegavam dos que partiam rumo aos núcleos coloniais.

O último item de comparação entre as propriedades foi o preço. Não tendo uma manifestação do proprietário da fazenda Val de Cães sobre possíveis valores, a comissão toma por base o preço de lotes vendidos na fazenda Tapanam, que era vizinha àquela propriedade.

> Se formos tomar por base o preço dos lotes contíguos vendidos há pouco a particulares pelo proprietário da Olaria (sic) Tapanam no valor de 200$000 por braça, a soma que iria atingir o lote indicado seria bastante elevado, assim pois preferimos basear-nos no preço combinado sobre a "Olaria do Outeiro", atendendo a que no terreno de Val de Cans não existe benfeitorias ou pelo contrário ainda há derrubada a fazer-se para qualquer construções.
> Assim comparando julgamos que a aquisição desse lote por quantia superior a vinte contos de réis será em condições menos vantajosas que o da Olaria de Outeiro por cinquenta contos como dissemos em nosso ofício ou por quarenta contos como se obriga o proprietário a ceder ativando os mecanismos da serraria e olaria.[388]

[386] Idem.
[387] Ver RITZMAN, Iracy de Almeida Gallo. Belém: cidade miasmática. Dissertação de mestrado. São Paulo: PUCSP, 1997.
[388] APEP. Área: Governo. Fundo: Secretaria do Governo. Documentação avulsa. Caixa 87. Pasta ano 1894. Doc. 69

A comparação dos custos de cada propriedade surgia como estratégia final em defesa da Olaria de Outeiro como melhor opção para a hospedaria. Ainda que as benfeitorias destas não fossem suficientes para os serviços e volume de pessoas que deveriam ser atendidas, a estrutura existente no sítio Outeiro apresentava uma vantagem em relação à fazenda Val de Cães, que exigiria ainda derrubada de mata e limpeza de parte do terreno antes de qualquer construção. [389]

Apesar de uma clara preferência pela Olaria do Outeiro, o ofício trazia a fala de que "somos do parecer que antes de estabelecida a escolha definitiva de um dos terenos sejam ouvidos a Inspetoria de Saúde do Porto e da Higiene Pública".[390]

Em 02 de novembro de 1894, a Secretaria de Governo encaminha ofício da Repartição de Obras Públicas a Inspetoria da Higiene Pública, com as plantas dos terrenos "recomendando-vos que mandeis examinar os terrenos indicados, informando qual melhor presta a edificação de uma hospedaria de imigrantes".[391] Este documento apresenta uma nota na lateral esquerda informando que os doutores Miranda e Gurjão foram designados para o exame dos terrenos. Na parte superior da página, uma outra nota informa que a resposta foi enviada em 28 de novembro de 1894.

A data precisa da compra da Olaria de Outeiro só foi possível alcançar em notícia da Folha do Norte de 1896, dois anos depois. Ao tratar da compra e custos de alguns prédios públicos do estado, o jornal informava que "a hospedaria de imigrantes custou 50.000$000 e foi vendida em 26 de dezembro de 1894 pelo cidadão Innocêncio Gaspar Monteiro Baena, a quem pertencia"[392]

Em 18 de janeiro de 1895, o diretor de Obras Públicas, escreve ao vice governador solicitando que, já tendo dado início às obras para a construção da hospedaria no lugar de Outeiro, o tesouro "socorra as respectivas despesas."[393] Em 5 de setembro do mesmo ano, o diretor escreveu solicitando que, com a proximidade do início da recepção de imigrantes no estado, era necessário dar providência a compra de móveis e utensílios para a hospedaria, bem como a nomeação de um administrador provisório até a definição do

[389] Tivemos também uma informação extra, a de que o proprietário Innocêncio Baena concordava em reduzir o valor para quarenta contos de réis, mantendo o uso tanto da olaria como da serraria.
[390] Idem
[391] APEP. Área: Governo. Fundo: Secretaria do Governo. Documentação avulsa. Caixa 116. Pasta ano 1894. Doc. 470 (Os mapas dos terrenos não foram localizados)
[392] Folha do Norte, edição 34 de 3 de fevereiro de 1896, página 1
[393] APEP. Área: Governo. Fundo: Secretaria do Governo. Documentação avulsa. Caixa 87. Pasta ano 1894. Doc 4.

regulamento da instituição que definisse os empregados que ali trabalhariam. Para a função provisória de administrador era indicado Joaquim José Ferreira de Mendonça.

Verificamos então que, embora os critérios de escolha da propriedade para a hospedaria não tenham sido publicizados pelos materiais e falas oficiais do governo, ficou demonstrado que a matéria foi objeto de análises dentro da Repartição de Obras Públicas e de questionamentos por parte do vice-governador. Isso sugere que, mesmo havendo uma predileção clara dos examinadores pela Olaria do Outeiro, a sua compra não foi feita de forma arbitrária, enviesada ou sem que os objetivos e funcionalidade da hospedaria fossem considerados.

Observamos também que a contratação imediata de agentes para a introdução de imigrantes no Pará exigiu que as ações da Repartição de Obras Públicas fossem aceleradas, de modo a tentar atender as prerrogativas impostas pelo artigo 10º da lei de imigração de 1894. A lei buscava corrigir erros anteriores na execução do projeto de imigração, especialmente no tocante ao oferecimento de uma estrutura básica ao imigrante, desde sua recepção até a colocação definitiva em alguma colônia do estado.

As características e vantagens apontadas pelos examinadores para a escolha da Olaria do Outeiro escapavam do texto da lei e implicavam em custos adicionais, mas cabe ressaltar que atendiam e conferiam ao novo espaço os princípios de isolamento ou insularidade demarcados nas demais hospedarias contemporâneas e sendo, afinal, instalada em uma ilha, a de Caratateua.

Vejamos a seguir como se deu a operação deste espaço, desde o regulamento ao fechamento em 1901.

Capítulo 4 – O Breve Funcionamento da Hospedaria de Imigrantes

O regulamento da Hospedaria de Imigrantes do Outeiro foi aprovado através do Decreto nº 131 de 10 de outubro de 1895, dois meses depois de entregue o prédio para o começo de suas atividades.[394] Seu primeiro capítulo, sobre a organização da hospedaria, informava que o tempo de permanência dos imigrantes naquele local era de até dez dias, ao fim do qual ele deveria aceitar uma proposta de trabalho particular ou aderir a um dos núcleos coloniais do estado. Dez dias era o prazo máximo, e encontrando oportunidade antes disso, o imigrante deveria retirar-se. Caso o imigrante tivesse vindo a pedido de particular, este arcaria com as despesas do mesmo se não o fosse receber dentro do prazo. A extensão dessa permanência só seria possível em caso de doença, e uma vez saído da hospedaria, o imigrante não podia mais ser readmitido.

O segundo capítulo, previa que além do administrador, os empregados da hospedaria se comporiam de um ajudante de administrador, um amanuense, um médico, um almoxarife, um auxiliar de intérprete e guardas (no plural, e sem atribuição de quantidade). As vagas seriam preenchidas conforme a necessidade, e outros funcionários poderiam ser contratados, caso o número de imigrantes e o acúmulo de trabalho assim exigisse. As nomeações seriam feitas por decreto do governador, segundo a indicação do diretor da Repartição de Obras Públicas. A distribuição de atribuições e competências dos funcionários era a seguinte:

- Administrador: superintender todas as atividades da hospedaria; assistir a chegada, chamada e verificação da documentação dos imigrantes, fazendo lançar em livro informações de destino assinando guias e listas que acompanhavam os imigrantes; providenciar o transporte dos mesmos, bem como das bagagens e demais utensílios; satisfazer os pedidos de imigrantes, recebendo os contratantes; remeter semanalmente boletins com a movimentação diária da hospedaria, os requerimento de compra à repartição e o balanço mensal das despesas; fiscalizar a alimentação dos imigrantes, manter a "ordem e a paz da hospedaria", providenciar a limpeza diária e o sepultamento de imigrantes falecidos; assinar as folhas de pagamento dos empregados, admoestá-los ou suspendê-los por até oito

[394] Diário Official do Estado do Pará, número 1273, de 18 de outubro de 1895, pp.1 – 3

dias dependendo da gravidade da falta cometida; apresentar a cada seis meses uma relação de todas as ocorrências da hospedaria.

- Ajudante: auxiliar o administrador, preparando todo o expediente que ele deveria assinar, cuidando da escrituração dos livros de matrícula, resumo mensal de movimentos de entrada e saída, bagagens, ofícios expedidos, protocolo geral, registro de folha de pessoal, balanços mensais de despesa, nascimentos e de óbitos; organizar mensalmente as folhas de frequência e de pagamento; organizar e cuidar do arquivo da hospedaria; substituir o administrador na ausência deste
- Amanuense: escriturar todo o movimento de entrada e saída de imigrantes e organizar as relações de recepção e internação a serem enviadas para a diretoria; fazer os vales e pedidos de fornecimento e apresentá-los ao administrador; arrolar todos os objetos e utensílios pertencentes à hospedaria; distribuir os imigrantes nos aposentos com auxílio do intérprete; assistir a recepção e transporte de bagagens e volumes dos imigrantes; empregar, quando necessário e o administrador concordasse, os imigrantes no trabalho e limpeza da hospedaria; cuidar do livro de correspondência da hospedaria; substituir o ajudante de administrador quando necessário
- Médico: "Visitar os vapores que transportarem imigrantes para esta Capital, e dar informação circunstanciada ao Administrador do estado sanitário não só do navio, como dos imigrantes que desembarcarem, examinando cuidadosamente se forem observadas as prescrições higiênicas impostas a tais transportes"[395]; administrar a enfermaria e o serviço sanitário da hospedaria; visitar a hospedaria pelo menos duas vezes por semana, receitando enfermos e fiscalizando os tratamentos; fazer os pedidos de drogas, medicamentos, instrumentos e utensílios da enfermaria; requisitar ao administrador a transferência de imigrantes aos hospitais do Estado, quando a gravidade da moléstia exigisse; determinar a dieta da enfermaria; examinar a qualidade da alimentação geral; verificar o estado de saúde dos imigrantes expedidos para qualquer parte do Estado; atender aos chamados extraordinários em caso de urgência; registrar o receituário em livro próprio e lançar em livro de matrícula o nome dos doentes e as moléstias; propor ao administrador a nomeação dos enfermeiros necessários; reclamar por escrito ao

[395] Idem, p. 2.

administrador ou à repartição as medidas necessárias para manter a salubridade da hospedaria; organizar estatística mensal e anual dos serviços sanitários

- Intérprete: receber e expedir os imigrantes, fazendo a chamada e conferindo as listas; organizar as listas que acompanhavam os imigrantes ao destino; fazer a intermediação entre imigrantes e contratantes; auxiliar o amanuense na distribuição dos imigrantes nos aposentos; "fazê-los observar a ordem e a disciplina interna da hospedaria, assistir às refeições, verificar a regularidade destas, ler-lhes por ocasião da primeira que lhes der as disposições do regimento interno", servir de tradutor entre funcionários e imigrantes; relatar ao administrador faltas, infrações de disciplinas ou qualquer queixa dos imigrantes; fazer a chamada diária deles; "assistir e auxiliar desembarque dos imigrantes no porto da Capital, quando isto lhe for determinado pelo Administrador".[396]
- Almoxarife: receber e ter sob sua guarda as bagagens dos imigrantes, verificando os extravios e providenciando a restituição; ter em dia o livro de bagagens, e ter à disposição outro onde os imigrantes pudessem fazer reclamações; escriturar e ter em dia o livro de entrada e saída de gêneros e materiais da hospedaria; realizar trimestralmente, e sempre que exigido pelo administrador, o inventário e balanço de gêneros e materiais da hospedaria, e o arrolamento e designação dos volumes de bagagens
- Guardas: cumprir com ordens para disciplina e limpeza da hospedaria, receber e guardar as bagagens, zelar pelos objetos e utensílios da hospedaria, abrir e fechar as portas e dar o sinal de recolhida; "fazer o serviço externo e de expediente"[397]

Esse capítulo informava ainda que o regimento interno e a polícia da hospedaria seriam regulados pelo administrador, com a aprovação da Repartição de Obras Públicas. Os cargos da hospedaria eram todos comissionados e poderiam ser extintos caso o serviço da hospedaria fosse interrompido, com a exceção do administrador. As licenças, penas e vantagens dos funcionários seriam as mesmas dos demais da repartição.

O capítulo três, das disposições gerais, determinava que a compra de alimentos seria contratada com firma vencedora de concorrência pública. Se esse serviço fosse considerado inconveniente, poderia haver a contratação de serviço de ração por imigrante,

[396] Idem, ibidem
[397] Idem, ibidem

com a distinção entre rações de adultos e crianças. A hospedaria admitiria a entrada de pessoas estranhas, desde que entre às seis da manhã e às seis da tarde, e era vedada qualquer transação entre empregados e imigrantes.

É interessante fazer alguns comentários sobre essas atribuições, e como elas projetavam algumas condutas e relacionamentos: as atividades previstas para o administrador, por exemplo, praticamente o eximiam de contato direto com os imigrantes. Sua presença tinha um caráter de supervisão, enquanto os demais funcionários mantinham o trato com os hospedados ali, exercendo um papel de controle e de representação direta da repartição naquele espaço. O controle da produção documental e da informação estava delegado ao ajudante de administrador. Ele cuidava da escrita e organização dos livros de registro da administração, baseado nos inventários, balanços, relações e listas produzidas pelos demais funcionários, da redação de ofícios a serem remetidos à direção da repartição, além de responder pelo arquivo da instituição. Infelizmente não localizamos nenhum destes livros.

O amanuense produzia boa parte dos documentos que seriam matéria de lançamento nos livros de registro, mas também estava encarregado de tarefas que excediam a função de escriturário: dos três funcionários responsáveis pela burocracia, o amanuense era quem lidava diretamente com os recém-chegados, participando da distribuição deles no alojamento, supervisionando o trato das bagagens e, quando necessário, agenciando alguns dos imigrantes para a realização de trabalhos na ou para a hospedaria. Veremos que esta necessidade de fato existiu.

Ao médico estava atribuído o trato dos doentes e a fiscalização sanitária de todo o percurso dos imigrantes, desde a chegada no porto de Belém, ainda no navio, até a saída, quando fossem transportados em direção aos núcleos coloniais. A previsão de fiscalização dos navios era estranha, uma vez que o governo do estado tinha o serviço sanitário portuário. Interessante pontuar também que a hospedaria contava apenas com uma enfermaria, e qualquer necessidade de atendimento mais especializado exigiria a remoção dos doentes para hospitais do estado.

Considerando todas as atividades de organização, orientação, supervisão e administração da enfermaria, das condições sanitárias, além da prática médica que previa atendimentos urgentes e extraordinários, nos parece pouco provável que o médico da hospedaria executasse tudo a contento com duas visitas semanais, mesmo com a possibilidade de contratação de enfermeiros. Nenhum dos relatos alcançados foi produzido pelo médico que assumiu a função no momento de abertura das atividades, e

suspeitamos que ele tenha ficado por pouco tempo na função. Quem mais assinou requisições de pedidos e deu parecer sobre a condição dos doentes da hospedaria foi, na verdade, um farmacêutico o que corrobora a suspeita de que a instituição operou, na maior parte do tempo, sem um médico.

A descrição das competências do intérprete talvez seja a mais interessante de ser observada, pois como estavam em contato direto e contínuo com os imigrantes essa interação foi enviesada para a necessidade de orientar, vigiar e controlar o público da hospedaria. Acompanhando toda a rotina dos imigrantes, desde a chegada, a acomodação, alimentação diária e negociação junto aos contratantes, o intérprete serviria como uma espécie de "olheiro", capaz de denunciar falas e comportamentos desviantes, como dar voz a demandas ou fazer a defesa da conduta dos imigrantes. Infelizmente, como aponta Moisés da Silva, os intérpretes não aparecem descriminados nas previsões orçamentárias de pagamento de pessoal ou nas folhas de pagamento da hospedaria, e tudo indica que esse cargo nunca tenha sido ocupado.[398]

O almoxarife teria suas atividades quase integralmente dedicadas ao controle de bagagens. Havia a função compartilhada com o amanuense de manter o controle dos gêneros e utensílios da instituição, mas as bagagens foram tema quase exclusivo de suas atribuições. A preocupação, no entanto, estava restrita a salvaguarda material dos bens dos imigrantes, não sendo mencionadas ou previstas ações de vistoria, desinfecção ou descarte de objetos que pudessem representar perigo sanitário ou epidemiológico à hospedaria. A fiscalização sanitária estava muito concentrada sobre as pessoas, mas ignorava os bens que elas traziam consigo.

Por fim, a descrição das funções dos guardas foi a mais sucinta, cuidando do controle de circulação de pessoas e da segurança material da hospedaria, incluindo também os bens dos imigrantes. Cumprir com a execução da limpeza não parece ter sido uma atividade cumprida por eles, como veremos a seguir. A previsão final, de realizar serviço externo e de expediente foi a mais evasiva, não ficando claro se tratava-se da vigilância na área externa da hospedaria ou fora dela, em outros pontos da ilha, ou mesmo se em diligências mais distantes.

A entrada de pessoas externas na hospedaria não é de todo estranha, já que era naquele espaço que os contratantes fariam proposta de trabalho aos imigrantes. Entretanto, surpreende que o regulamento não impusesse limites de circulação ou

[398] SILVA, op. Cit., p. 42.

restrição a não ser no que diz respeito ao horário, uma vez que este espaço deveria cumprir a função de barreira entre os imigrantes e o mundo exterior: primeiramente uma barreira sanitária, mas também social, contra possíveis relações e acordo que os imigrantes pudessem estabelecer que infringissem as condições de trabalho e instalação no estado. O impedimento de transação entre funcionários e imigrantes perpassava essa tentativa de controle também. Todas as previsões do regulamento foram postas à prova pelo cotidiano.

A começar pelo quadro de funcionários da hospedaria. Logo no dia da publicação do regulamento no Diário Oficial do Estado, o diretor da repartição comunicava ao governador a indicação de Joaquim José Ferreira de Mendonça para o cargo de administrador da hospedaria, do Dr. José Cyriaco Gurjão para o de médico, e Carlos Alberto Muller para amanuense, posições que todos já exerciam provisoriamente.[399] Contudo, a hospedaria entrava em funcionamento sem que o serviço da cozinha tivesse sido incluso no regulamento, e mesmo a limpeza, atribuída aos guardas, não estava bem explicitada provavelmente porque limpeza e cozinha estavam entre os trabalhos para os quais o amanuense poderia contratar os próprios imigrantes para realizar.

Esta possibilidade de contratação seria viável com a hospedaria em pleno funcionamento, mas não em sua fase inicial de atividade, quando muito da estrutura e rotina ainda não estavam consolidados. Por isso, em 02 de março de 1896, o diretor da Repartição de Obras Públicas comunicava ao governador que, por solicitação do administrador da hospedaria de imigrantes, havia autorizado a contratação de uma turma de serventes (segundo ele, a menor possível) para auxiliar no serviço de limpeza dos terrenos e nos trabalhos internos da instituição.[400]

Não conseguimos acompanhar como se deu a composição da turma de serventes, mas em novembro de 1896, o diretor da repartição aprovava o aumento dos vencimentos do cozinheiro Manoel Galdino das Neves para 150$000 por bons serviços prestados.[401] Exatos três anos depois, em 1899, quando a hospedaria se encontrava no auge de sua atividade, a equipe de cozinha e limpeza era composta por dois cozinheiros e dez serventes.[402] Um em especial ascendeu na hierarquia da Repartição de Obras Públicas: em 20 de julho de 1896, a diretoria informava que o servente Clemente Toscano de Vasconcellos passava a ser fiscal dos guardas da hospedaria. Em algum momento que

[399] APEP, Area: Governo, Fundo: Obras Públicas, Caixa 118, Doc. 89, data: 18.10.1895
[400] APEP, Area: Governo, Fundo: Obras Públicas, Caixa 118, Pasta 1896, Doc. 13, de 02.03.1896
[401][401] APEP, Area: Obras públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas, Caixa 36, Doc. Sem numeração, de 26.11.1896
[402] APEP, Area: Obras públicas, Fundo: Inspetoria de Obras Públicas, Caixa 18, Doc. 150, de 26.11.1899

não identificado na documentação, Clemente foi promovido a amanuense da hospedaria, e em 02 de agosto de 1898 era remanejado, para almoxarife da Primeira Seção, indo atuar diretamente na repartição.[403]

Apesar de encontrarmos poucos relatos de atrito entre o administrador e os demais funcionários da hospedaria, a disciplina parece ter sido objeto de atenção constante do administrador. Ainda em 1895, antes da chegada da primeira turma de imigrantes vindos da Europa, a circulação dos funcionários deveria ser mais livre, o que gerou atritos com os moradores de Caratateua. Pelo menos é o que sugere a manifestação do diretor da repartição

> Em resposta ao vosso ofício nº 15 de 20 do corrente, declara-vos esta Diretoria que os vossos conselhos aos trabalhadores dessa hospedaria devem se limitar a continuação da moradia em suas barracas, porquanto a realização das ameaças do proprietário da Olaria Redemptor só pode ter lugar por meios legais[404]

Uma vez que o caso se tratava de ameaças feitas pelo proprietário da Olaria Redemptor e a fala do diretor ordenou que os funcionários mantivessem moradia nas suas barracas, acreditamos que o pessoal da hospedaria, além de circular pela ilha, poderia ter permanecido por tempo demasiado nos terrenos da olaria, comprometendo as atividades ali desenvolvidas. Outra alternativa era que, por questões de conforto, os trabalhadores estariam buscando abrigo em outros lugares, ou mesmo ter havido caso de relacionamento e coabitação de trabalhador da hospedaria com residente da olaria. Qualquer que fosse o motivo, a circulação desses indivíduos fora dos terrenos da hospedaria começava a interferir nas rotinas das demais propriedades.

Não encontramos documento que confirmasse se havia ou como funcionava a escala de trabalho dos funcionários da hospedaria. Moisés da Silva cogitou em seu trabalho que esses contratos fossem eventuais, dada oscilação de fluxo de imigrantes na hospedaria.[405] Discutiremos o fluxo de imigrantes ao final deste item, entretanto discordamos quanto ao caráter eventual dos contratos. No caso envolvendo a olaria Redemptor, fica claro que havia espaço dedicado ao descanso dos trabalhadores. Tudo indica que o contrato envolvia a permanência dos empregados na hospedaria (à exceção do médico, como já vimos), com a concessão de licenças temporárias, dependendo da existência ou não de imigrantes hospedados.

---

[403] APEP, Area: Governo, Fundo: Obras Públicas, Caixa 127, Doc.154, de 02.08.1898

[404] APEP, Area: Obras públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas, Caixa 41, Doc. Sem número, de 22.11.1895.

[405] SILVA, op. Cit., p. 42

Essa possibilidade de saída temporária dos funcionários foi declarada como um problema pelo administrador em 12 de janeiro de 1898

> De acordo com o que foi convosco resolvido, tenho permitido que os empregados desta Repartição estejam em suas casas, quando não existam aqui imigrantes e suas presenças não se tornem precisas ao serviço.
> Porém como algumas vezes haja abuso por parte de empregados licenciados, faltando-nos dias [ilegível] para se apresentarem, peço-vos que determineis se devo continuar a dar-lhes licença ou negá-los, e no caso afirmativo, em que condições
> Aguardo vossa acertada deliberação para meu ulterior procedimento
> Saúde e fraternidade
> O Administrador
> Joaquim José Ferreira de Mendonça[406]

Os atrasos e faltas não se restringiam aos serventes. No mesmo dia 12 de janeiro, o administrador também dava queixa do amanuense José Antonio Pereira da Rocha, que havia saído com a última turma de imigrantes como responsável do embarque e deveria ter voltado até o dia 11, o que não ocorreu.[407] Quatro dias depois, em comunicação interna da hospedaria, o administrador dava a conhecer aos funcionários a declaração do diretor da repartição de "que não podem os empregados da Hospedaria a vosso cargo ausentarem-se da mesma, sem que não seja por motivo de serviço público"[408] O comprometimento dos serviços parece ter continuado, pois no mês seguinte uma outra comunicação interna foi expedida pelo administrador, dessa vez quanto a pontualidade no início das atividades

> O Administrador da Hospedaria de Imigrantes do Outeiro designa o guarda da mesma Tito Alves Branco para diariamente proceder, às 6 horas da manhã, a chamada dos cozinheiros e serventes, anotando a falta dos que a ela não se apresentarem, devendo pelo [snr?] almoxarife serem entregues em seguida os gêneros de alimentação necessários
> Deseja essa administração que a ordem acima seja integralmente cumprida, ficando quem deixar de fazê-lo sujeito a devida pena
> Joaquim José Ferreira de Mendonça
> (no verso)
> Ciente. Comuniquei aos cozinheiros e serventes desta Hospedaria.
> Outeiro, 11 de fevereiro de 1898
> Tito Alves Branco

[406] APEP, Area: Obras públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas, Caixa 36, Pasta 04, Doc. 14, de 12.01.1898
[407] APEP, Area: Obras públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas, Caixa 36, Pasta 04, Doc. Sem número, de 12.01.1898
[408] APEP, Area: Obras públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas, Caixa 36, Pasta 04, Doc. Sem número, de 16.01.1898

Se a ociosidade dos trabalhadores e a possibilidade de economia dos custos de alimentação motivavam a administração a conceder licenças de alguns dias, a demora no retorno às atividades comprometia o seu funcionamento. As dificuldades na imposição da disciplina entre os funcionários da hospedaria pareciam advir das especificidades do trabalho: o longo tempo de permanência e isolamento em um espaço insular, uma rotina de pico de atividade durante a estadia dos imigrantes, intercalada por dias de morosidade e espera. É preciso considerar que os serventes passavam muito mais tempo em isolamento do que os imigrantes, e que esses indivíduos provavelmente foram contratados no continente, não na ilha. Com o aumento da frequência de chegada dos navios e do número de imigrantes admitidos por vez, as relações de hierarquia e trabalho no interior da hospedaria iam se acirrando.

O curioso é que o guarda escolhido para ficar responsável pela chamada e controle de frequência dos serventes, um ano depois entraria em conflito com o administrador da hospedaria, o que acarretou em três dias de suspensão do guarda

> Portaria
> O Administrador da Hospedaria de Imigrantes do Outeiro, [ilegível] das atribuições que lhe confere o Regulamento, resolve suspender por três dias do exercício do seu cargo o guarda do mesmo estabelecimento Tito Alves Branco por ter permitido a saída de imigrantes nacionais para serviços estranhos aqueles determinados e por ter faltado ao respeito devido a esta administração quando lhe foi observado o seu modo de proceder
> Hospedaria de Imigrantes do Outeiro, 12 de outubro de 1898[409]

Além da infração de urbanidade e desrespeito à hierarquia de trabalho, chama atenção na infração cometida pelo guarda Tito Alves o descumprimento da proibição de relações de transação entre empregados e imigrantes, prevista no regulamento da hospedaria. Neste caso, o próprio servidor do estado estava agenciando o serviço de imigrantes com terceiros, comprometendo a natureza e objetivo da hospedaria por dentro. Ao mesmo tempo, elas comprovavam que a tentativa de conformar a hospedaria como um espaço insular era impossível, afinal nenhuma ilha é uma ilha. O contato entre funcionários e imigrantes produziam trocas que, mesmo não intencionadas, desviavam do objetivo principal da instituição: o controle sobre a circulação e destino do imigrante.

O caso mais interessante e simbólico do esforço e das fragilidades na manutenção da hospedaria como um espaço de isolamento, de "insularidade", foi apresentado por ofício pelo amanuense da hospedaria: comunicava a entrada sem autorização de José

[409] APEP, Area: Obras públicas, Fundo: Inspetoria de Terras e Colonização, Caixa 18, Doc. 68, de 16.10.1899 (anexo)

Leite, funcionário da padaria da vila do Pinheiro. Como a hospedaria se encontrava em estado de isolamento por ordem da inspeção sanitária, o dito José Leite foi obrigado a entregar a sua canoa ao feitor da hospedaria, e deveria ali ficar retido. Todavia, durante o almoço, o feitor deu por falta do infrator, que havia fugido de volta à ilha do Pinheiro. O feitor tentou alcançá-lo em outra canoa, mas sem sucesso.[410]

Acreditamos que durante o seu funcionamento, muitas outras práticas irregulares de menor gravidade, ou falhas nas atividades e de conduta dos empregados foram toleradas pelo administrador, sendo resolvidas sem que fossem reportadas à direção da repartição. Este parece ter sido um recurso acionado quando a mediação e capacidade de controle do administrador sob seus encarregados fracassavam.

A própria conduta e idoneidade de Joaquim José Ferreira de Mendonça também foi colocada em xeque. Após a sua substituição do cargo de administrador pelo engenheiro Eugenio Rangel, em dezembro de 1899, o novo encarregado fez um longo parecer sobre a emissão de bilhetes e vales falsos com pedidos de carne verde, que não correspondiam ao que estava registrado nas dietas médicas, e com a quantidade de imigrantes alojados na hospedaria. O texto é um tanto confuso, mas a questão parecia resvalar sobre o farmacêutico, o amanuense e o antigo administrador, que seria tolerante com pedidos irregulares feitos pelos outros dois envolvidos.[411]

Havia também disputas hierárquicas entre chefias de órgãos diferentes da repartição. Nesse sentido, nenhum outro funcionário confrontou tanto o lugar de poder do administrador da hospedaria quanto o mestre da lancha Lauro Sodré, Domingos Antônio de Souza. Apesar desta embarcação prestar serviço para a hospedaria, ela não estava subordinada nem era de uso exclusivo de seus funcionários e hóspedes, sendo veículo de intensa utilização do serviço da repartição. Talvez por isso, o mestre da lancha, percebendo a importância e demanda pela embarcação sob sua responsabilidade, não se acanhava interferir no atendimento do transporte da hospedaria.[412]

Entretanto, ele também estava sujeito a tensões e problemas com sua própria equipe de funcionários. Em ofício de 1899, comunicava à inspetoria que quase todo o pessoal da lancha havia pedido demissão "à vista os minguados vencimentos" que

[410] APEP, Area: Obras públicas, Fundo: Inspetoria de Terras e Colonização, Caixa 18, Doc. Sem número, de 16.04.1899

[411] APEP, Area: Obras públicas, Fundo: Inspetoria de Terras e Colonização, Caixa 18, Doc. 279, de 15.08.1900

[412] APEP, Area: Obras públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas, Caixa 36, Pasta 02, Docs 108 e 109, de novembro de 1897

recebiam, o que impedia o bom desempenho do serviço. Informava ainda que o cozinheiro não havia recebido o mês de julho pois o seu cargo havia sido extinto, e pedia providências.[413] Em 05 de julho, escrevia novamente ao inspetor informando que o Tesouro alegou não haver dinheiro para o pagamento do pessoal da lancha, solicitando assim providências.[414] Em 21 de setembro, o mestre da lancha reclamava que o cozinheiro ainda não tinha recebido os vencimentos do mês anterior e o andava desmoralizando, dizendo que o mestre não queria pagá-lo. Informava ainda que precisou contratar um marinheiro para ajudar no serviço da lancha, no que esperava ser atendido.[415]

Os atrasos de pagamento, e a escassez de recursos para reparos, compras ou restituição de gastos feitos pelos funcionários em favor do estado também comprometiam o desempenho, a credibilidade e a disciplina do trabalho. O administrador Joaquim Mendonça por duas vezes pediu abono ou gratificação do estado por gastos feitos na hospedaria. Na primeira petição ao diretor da repartição, em 1896, o administrador da solicitava a adição de uma gratificação ao seu ordenado, tendo em vista ser a "hospedaria constantemente visitada por grande número de pessoas, obrigando-me isto a gastos extraordinários para obsequiá-los". O diretor sugeriu a gratificação diária de 5.000 réis, o que o governador autorizou.[416]

A segunda solicitação foi motivada pela necessidade de a hospedaria recepcionar imigrantes de primeira classe, que haviam chegado no vapor Cearense e desembarcado em meio a uma tempestade. Após informar que havia instalado os passageiros em local diferenciado (provavelmente a casa da administração) e prestado todo atendimento necessário, e por isso pedia que o governador lhe concedesse um abono, já que os passageiros não tiveram nenhum gasto na hospedaria.[417].

As relações estabelecidas pelo pessoal da hospedaria eram diversas e em diferentes níveis: havia o trato com moradores e trabalhadores do entorno, bem como com os imigrantes hospedados, que extrapolavam as regras e objetivos da hospedaria; as relações entre empregados públicos, onde as divisões de tarefas e hierarquias eram marcadas por acordos e tolerâncias, mas em alguns momentos por tensões e

[413] APEP, Area: Obras Públicas, Fundo: Inspetoria de Terras e Colonização, Caixa 20, Doc. Sem número, sem data
[414] APEP, Area: Obras Públicas, Fundo: Inspetoria de Terras e Colonização, Caixa 20, Doc. Sem número, de 05.07.1899
[415] APEP, Area: Obras Públicas, Fundo: Inspetoria de Terras e Colonização, Caixa 20, Doc. Sem número, de 21.09.1899
[416] APEP, Area: Governo, Fundo: Obras Públicas, Caixa 118, Doc. 83, data: 15.07.1896
[417] APEP, Area: Governo, Fundo: Obras Públicas, Caixa 118, Doc. 49, data: 28.04.1899.

insubordinações; e a relação dos empregados com o aparelho do Estado, através da correspondência com os superiores e as solicitações direcionadas ao governador, onde a representatividade política dos cargos possibilitavam barganhas e vantagens pessoais.

Como vimos no capítulo anterior, uma vez publicada a lei de imigração do estado, a assinatura dos contratos para a vinda de 35 mil imigrantes antecedeu a escolha e preparação da hospedaria para recepcioná-los, o que contraria a instrução da própria lei. A escolha e compra da Olaria do Outeiro foi mediada por alguns critérios sanitários e estratégicos quanto ao confinamento e transporte dos imigrantes, mas não havia tempo para considerações ou a comparação com outras propriedades e localidades. A adaptação da propriedade, com a expansão da área construída, exigiu socorros urgentes e custou mais de 146 mil réis, como também já comentamos.

Ainda que as publicações da época destacassem bastante o valor total da obra como prova da grandiosidade do projeto e de empenho do governo do estado no projeto colonizador, essas falas nada informavam sobre o prédio, sua estrutura e materialidade. A propriedade original, conforme o anexo da avaliação para compra que citamos anteriormente, era composta de uma casa grande, ranchos, um grande telheiro onde funcionava a olaria e a serraria. Neste espaço havia três fornos, dois tanques, máquinas, transmissões e bancadas de serrar tábuas e ripas, dois aparelhos para fazer louça de barro, um para abrir dentes de serra, e dois serrotes grandes, além de prateleiras e rampas. Para o transporte, a propriedade contava com diferentes embarcações: um barco grande, dois batelões, dois reboques, um bote com vela e toldo, e uma montaria. Para o serviço interno da propriedade, havia ainda uma carroça, um carro para conduzir toras, um carro de mão para aterro, um boi, um cavalo, dois burros e um guincho.[418]

Todos os bens, máquinas e instrumentos descritos foram adquiridos junto com o terreno, pelo valor de cinquenta contos de réis, como vimos no capítulo anterior. Na avaliação destes bens, os enviados do governo consideraram que o valor real total da propriedade superava cem contos de réis, o que tornava a compra extremamente vantajosa. Toda a estrutura poderia ser utilizada pela hospedaria para a sua manutenção, ou arrendada a terceiros em caso de ociosidade. A grande quantidade de embarcações seria um elemento positivo a mais, podendo servir para a circulação de trabalhadores e

[418] APEP. Área: Governo. Fundo: Secretaria do Governo. Documentação avulsa. Caixa 87. Pasta ano 1894. Doc 12, de 16.10.194

imigrantes, especialmente no curto trajeto entre a hospedaria e a vila do Pinheiro, separadas apenas pelo furo do Maguari.

A única descrição que conhecemos sobre a divisão interna do prédio da hospedaria depois de pronto está presente em um guia aos espanhóis que imigravam para o estado, que também descreve o que seria o tratamento dado aos imigrantes, e transcrevemos a seguir:

> La Hospedaria, compuesta de un cuerpo central y dos chalets laterales, tiene salones-dormitorios de hombres y de mujeres, divididos; extenso comedor, despensa y cocina espaciosas; suelos de cemento; cuatro letrinas inglesas en un compartimiento para mujeres, y seis en otro, para hombres; cuarto de baños, agua encañada, con dos buenos depósitos y ocho llaves de distribuición en diversos puntos; la loza en uso es toda de buena calidad; las camas son bien preparadas, teniendo muy buenos cobertores; la bateria de cocina, esteras, muebles y otras comodidades precisas, se halla todo en condiciones de ofrecer comodo hospedaje hasta a 500 emigrantes
> (...)
> La cocina es clara y espaciosa... en el amplo comedor, separados convenientemente los emigrantes, según su sexo, al rededor de larguisimas mesas, les fué servido el almuerzo, abundante y bien condimentado, que consistía en los siguientes platôs: sopa, bacalao guisado, tasajo preparado al estilo del país, arroz, carne fresca com patatas, café y pan.
> Los dormitorios estan en un vastísimo y elegangte edificio, y a decir la verdade, quedamos prendados por la limpeza que en todo ellos hemos observado.[419]

Como material de propaganda, temos certeza de que a descrição apresentada pelo guia favorece as características e tratamentos dispensados aos imigrantes na hospedaria, ainda assim ela nos fornece dados relevantes sobre a composição e regras de uso do espaço destinado ao imigrante: a divisão por sexos era observada na hospedaria de imigrantes do Brás, em São Paulo, e provavelmente em todas as outras que existiram no Brasil. A disponibilidade de camas, água encanada e latrinas garantiam condições de higiene desejadas para a época, e já incorporadas à arquitetura do prédio. O relato também nos indica a capacidade de recepção e acomodação de pessoas naquela instituição: 500 pessoas, número que não foi estabelecido em nenhum dos ofícios que consultamos.

Dormitórios, refeitórios e cozinha eram o coração da hospedaria, espaços que guardavam as atividades essenciais ao imigrante: alimentação e descanso. Buscando alcançar mais detalhes sobre a materialidade desses cômodos, consultamos o inventário da hospedaria feito em 31 de dezembro de 1900, algumas semanas antes do seu fechamento[420]. O documento apresenta aquilo que a hospedaria era ao final das atividades, o que significa que a disponibilidade de alguns móveis, utensílios e alimentos

[419] Informatión a los españoles que desean emigrar al estado del Pará. S.l, s.d, P, 38 – 40.
[420] APEP, Area: Obras públicas, Fundo: Inspetoria de Terras e Colonização, Caixa 18, Doc. 32, de 28.01.1901

não estiveram necessariamente disponíveis nos seus seis anos de funcionamento, mas servem de parâmetro, inclusive porque o documento apontava o estado de conservação dos itens e vários foram descritos como em mau estado

A composição de móveis e objetos seria a seguinte:

Tabela 01: Inventário material da hospedaria em 31 de dezembro de 1900

Alojamento dos imigrantes[421]		
Item	**Quantidades**	
	Bom estado	**Mau estado**
Camas de madeira	**238**	
Camas de ferro	**336**	
Refeitório		
Itens	**Quantidades**	
	Bom estado	**Mau estado**
Mesas com cavaletes		**17**
Bancos		**21**
Pratos travessas de ferro esmaltado	**53**	
Pratos rasos	**40**	**33**
Bules		**05**
Terrinas	**[apagado]**	
Colheres para sopa		**20**
Colheres para arroz		**16**
Garfos		**50**
Relógio	**01**	
Bancos de praça	**30**	**15**
Cozinha		
Itens	**Quantidades**	
	Bom estado	**Mau estado**
Fogão de ferro	**02**	

[421] O inventário contava com a descrição de outros três itens dos alojamentos, mas as informações estão apagadas devido a ação do tempo e dano de água.

Mesinha para café	**01**	
Frigideira		**02**
Chapa de ferro para fogão		**01**
Terçado	**01**	
Chaleiras de folhas		**06**
Panelões	**10**	**13**

Almoxarifado		
Item	**Quantidades**	
	Bom estado	**Mau estado**
Pão torrado, quilo	**166**	
Farinha seca, litro	**366**	
Toucinho, quilo	**40**	
Azeite doce, litro	**[apagado ou vazio]**	
Vinagre, litro	**45**	
Feijão, quilo	**30**	
Café, quilo	**60**	
Pimenta moída, quilo	**03**	
Farinha de trigo, quilo	**25**	
Bacalhau, quilo	**06**	
Alho, maço	**10**	
Banha, quilo	**20**	
Milho, quilo	**123**	
Alfafa, quilo	**180**	
Sabão, quilo	**180**	
Balança de balcão com pesos	**01**	
Dita romana com pesos	**01**	
Cestas para pão	**04**	
Garrafões vazios	**04**	
Xicaras e pires de ferro esmaltado	**40**	
Pires de ferro esmaltado		**200**
Pratos de fero esmaltado		**69**
Conchas de ferro esmaltado	**15**	**02**

Globos de vidro para [ilegível]	**08**	
Talheres		**39**
Garfos usados		**108**
Panela de 5 galões		**01**
Colheres de ferro		**05**

A hospedaria parece ter conseguido atingir condições mínimas de conforto para o que deveria ser uma breve estadia dos imigrantes. O uso de camas contrastava bastante com as condições de recepção nas primeiras hospedarias, ainda na metade do século XIX, e com aquilo que ainda deveria ser experimentado nos barracões dos núcleos coloniais. Em abril de 1896, o diretor da repartição encaminhava ao governador as propostas feitas para o fornecimento de tarimbas, cobertores de lã, redes de fio e esteiras de tábuas destinadas aos imigrantes, e acreditamos que o destino da compra era a hospedaria, pois ela tinha acabado de entrar em funcionamento, depois de uma corrida contra o tempo para terminar o prédio antes da chegada das primeiras turmas, em fevereiro daquele ano.[422]

Apresentamos também os itens do almoxarifado que eram utilizados na cozinha e no refeitório, uma vez que apenas os itens descritos nas duas categorias não compreendiam toda a materialidade disponível para uso e consumo. Ainda assim, a soma total de pratos (142), garfos (158), conjunto de xícaras e pires (40), colheres (25) ou conjunto de talheres (39) estava muito aquém de servir simultaneamente turmas de imigrantes de mais de cem pessoas, sendo interessante notar que não havia a disponibilização de facas, com certeza para evitar episódios de violência.

Era natural que houvessem desgastes ou perdas desses utensílios, dado o uso contínuo. A documentação da hospedaria demonstra que ao longo do tempo algumas tentativas de reposição eram feitas, mas o tempo de atendimento nem sempre era oportuno. Em 12 de janeiro de 1898, o administrador acusava o recebimento de xícaras, solicitação feita em 28 de abril de 1896. Informava ainda que havia pedido 22 dúzias e recebeu 30 dúzias, questionando se deveria ficar com todo material recebido.[423] Em 07 de janeiro de 1901, o administrador encaminhou uma lista de objetos de cozinha recebidos no almoxarifado da hospedaria no dia anterior, quase todos em mau estado.[424] Conforme

[422] APEP, Area: Governo, Fundo: Obras Públicas, Caixa 118, Doc. 42, data: 30.04.1896
[423] APEP, Area: Obras públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas, Caixa 36, Pasta 04, Doc. 15, de 12.01.1898
[424] APEP, Area: Obras públicas, Fundo: Inspetoria de Terras e Colonização, Caixa 18, Doc. 07, de 07.01.1901

as necessidades materiais da hospedaria iam aumentando, fosse na reposição de materiais ou no incremento, a resposta da Inspetoria era mais demorada, mais escassa.

Os aparatos e infraestrutura projetada também foram se mostrando insuficientes ou em deterioração, conforme a hospedaria ia recebendo turmas maiores de imigrantes, sem a devida manutenção. Em 1899, o administrador solicitou a instalação de um segundo fogão de ferro, pois apenas um não acomodava a demanda e os cozinheiros estavam apelando para o uso de trempes, o que era considerando anti-higiênico.[425] Em 1898, o fornecimento de água encanada começou a apresentar problemas, e em 1899, mesmo com duas bombas instaladas, uma quebrou, a outra estava "desconcertada" e o poço onde a água era captada estava seco.[426] Em dezembro de 1900, administrador repassava à Inspetoria de Terras e Colonização o pedido de orçamento feito ao pedreiro Serafim Rodrigues Vieira, morador da vila do Pinheiro, para os reparos de: caiação, conserto do telhado do chalé e da casa da administração. O pedreiro recusou a proposta de orçamento por empreitada, estipulando o serviço por diária, ao valor de 8.000 réis por dia de trabalho.[427]

O trato dos bens que vieram com a compra também foi de muito descuido e depredação. Ofício mais antigo entre a diretoria da Repartição de Obras Públicas e o administrator da hospedaria tratava na autorização de pagamento de recompensa aos moradores de Mosqueiro que haviam localizado e devolvido um batelão da hospedaria.[428] Os ofícios do administrador sempre se referiam a um batelão, sugerindo que o outro não estava mais em propriedade da hospedaria, e o que lá havia foi colocado à venda já em 1896.[429] No ano seguinte, a diretoria autorizou que esta mesma embarcação fosse utilizada para o transporte de imigrantes à capital[430], mas a possibilidade de venda ainda não estava descartada. Em 10 de maio de 1899, o administrador lembrava a existência de um batelão abandonado na hospedaria, que havia sido posto em leilão duas vezes, sem ter

[425] APEP, Area: Obras públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas, Caixa 36, Pasta 01, Doc. 61, de 29.05.1899
[426] APEP, Area: Obras públicas, Fundo: Inspetoria de Terras e Colonização, Caixa 18, Doc. 151, de 27.11.1899
[427] APEP, Area: Obras públicas, Fundo: Inspetoria de Terras e Colonização, Caixa 18, Doc. 351, de 29.12.1900
[428] APEP, Area: Obras públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas, Caixa 36, Pasta 01, Doc. Sem número, de 28.11.1895
[429] APEP, Area: Obras públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas, Caixa 36, Pasta 02, Doc. Sem número, de 11.08.1896
[430] APEP, Area: Obras públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas, Caixa 36, Pasta 03, Doc. Sem número, de 27.10.1897

sido arrematado. Aguardava ordens e informava o interesse de compra de um José Bastos, pelo valor de 500.000.[431]

O bote da hospedaria foi objeto de notícia apenas duas vezes: quando foi emprestado ao mestre da lancha Lauro Sodré, parra facilitar o desembarque de uma turma de imigrantes na capital à noite, pois o trapiche da Companhia do Amazonas estava fechado[432]; e dois anos depois administrador informava que o bote da hospedaria não estava em condições de navegação, solicitando reparo com urgência.[433] Em 1899, o escaler que fazia o serviço entre a hospedaria e a vila do Pinheiro estava bastante estragado, e era requisitada a compra de uma outra montaria para substituí-lo.[434] Em 1901, na eminência do fechamento da hospedaria, o administrador informava que a carroça estava sem uso há muito tempo por estar avariada, e que o conserto seria quase o custo de uma nova. Por isso, pedia a substituição da antiga por uma nova com arreios.[435]

A primeira proposta de arrendamento do material e do espaço da antiga serraria, que estava "guardado e sem uso", foi feita ainda em 1896, mas não foi adiante. Já em 1898, o diretor da repartição escreve ao governador sobre a oportunidade de adjudicação da serraria a motor e do amassador de barros existentes na hospedaria do Outeiro, apresentando as ofertas de 10.700.000 réis pela serraria e 200.000 réis pelo amassador.[436]

A estrutura e a composição material dos espaços destinados aos imigrantes, para os quais o investimento do estado foi vultoso, alcançaram em algum momento as condições desejáveis de conforto e segurança àqueles que ali estavam sob a proteção do estado. Contudo, o tão desejado fluxo de imigrantes demandava constante manutenção e reposição material, o que foi se mostrando oneroso e de lenta resposta. Ademais, a gestão da administração da hospedaria se mostrou negligente, dispendiosa e omissa no trato de espaços e objetos que escapavam ao uso diário ou imediato. A resposta da direção geral da repartição e da inspetoria foi equivalente.

O fornecimento de alimentos também passou por um processo semelhante de restrições. Inicialmente, a hospedaria tinha uma tabela de referência, com as quantidades

[431] APEP, Area: Obras públicas, Fundo: Inspetoria de Terras e Colonização, Caixa 18, Doc. 57, de 10.05.1899
[432] APEP, Area: Obras públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas, Caixa 36, Pasta 04, Doc. 20, de 26.01.1898
[433] APEP, Area: Obras públicas, Fundo: Inspetoria de Terras e Colonização, Caixa 18, Doc. 273, de 09.07.1900
[434] APEP, Area: Obras públicas, Fundo: Inspetoria de Terras e Colonização, Caixa 18, Doc. 151, de 27.11.1899
[435] APEP, Area: Obras públicas, Fundo: Inspetoria de Terras e Colonização, Caixa 18, Doc. 10, de 09,01,1901
[436] APEP. Área: Governo. Fundo: Secretaria do Governo. Caixa 127. Doc. 172, de 18.04.1998

das porções de cada item alimentar em gramas, por imigrante, considerando o tempo médio de oito dias de estadia

Tabela 02: "Gêneros que devem ser fornecidos na Hospedaria por imigrantes, durante a estadia no estabelecimento – Tempo médio 8 dias"[437]

Alimento	Número de vezes por semana	Porção (gramas)	Quantidade total (em gramas)
Carne seca	3 vezes	171	1368
Bacalhau	2 vezes	100	800
Carme verde	2 vezes	100	800
Feijão	[apagado]	200	1600
Arroz	6 vezes	285	2280
Açúcar	6 vezes	228	1824
Batatas	6 vezes	114	912
Cebolas	6 vezes	30	240
Toucinho	5 vezes	21	168
Azeite doce	4 vezes	Em branco	Em branco
Vinagre	6 vezes	Em branco	Em branco
Massa de tomate	6 vezes	20	1608
Alho	6 vezes	2	16
Banha	5 vezes	12	968
Sal	6 vezes	Em branco	Em branco
Cevadinha	1 vez	85	680
Massa	1 vez	85	680
Café	5 vezes	57	456

Os valores são os mesmos registrados no documento original, por isso a quantidade total de cada alimento para o tempo de oito dias apresenta erro. Não temos como assegurar que esse foi um erro honesto ou proposital, mas há de se considerar

[437] APEP, Area: Obras públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas, Caixa 36, Pasta 03, Doc. Sem número, de 13.07.1897

também que as cobranças de prestações de contas e comprovação dos gastos eram uma constante. Erros, desvios e maus usos dos recursos orçamentários eram objeto de vigilância por parte das repartições.

Desconsiderando a coluna dos valores totais, é interessante observar quais eram os gêneros fornecidos aos imigrantes (que confirmam o relato descrito no guia dos imigrantes espanhóis), bem como a rotina alimentar e a porção média atribuída a cada indivíduo. Não houve distinção de quantidades entre homens e mulheres ou crianças e adultos, talvez por ser um valor geral de referência, e seria impossível prever antecipadamente o percentual de imigrantes por sexo e idade.

Para demonstrar a variação de consumo de alimentos na hospedaria ao longo de um mês, montamos uma tabela a partir do balanço enviado referente ao mês de março de 1898, evidenciando as diferenças no consumo antes, durante e após a saída de uma turma de imigrantes da hospedaria

Tabela 03: Gêneros consumidos na hospedaria de imigrantes ao longo do mês de março de 1898

Gêneros	**Unidade**	**01 a 10 de março**	**11 a 17 de março**	**18 a 31 de março**
Carne Seca	Quilo	32	175	60
Bacalhau	Quilo	19	106	78
Açúcar	Quilo	20	134	51
Arroz	Quilo	24	176	63
Feijão	Quilo	12	74	53
Café	Quilo	15	45	30
Batata	Quilo	13	81	32,5
Cebola	Quilo	3,5	21	8
Alho	Maço	1	10	7
Sal	Litro	0	25	32
Vinagre	Litro	3	30	10
Azeite Doce	Litro	0	16	16
Banha	Libra	3	16,5	10
Massa de tomate	Quilo	2	11	3,5
Pimenta	Quilo	0	0	0
Cominho	Quilo	0	0	0
Toucinho	Quilo	2,5	14	6
Cevadinha	Quilo	1	12	0

Massa para sopa	Quilo	1	6	0
Sabão	Quilo	90	90	30
Querosene	Galão	5	40	25

Os itens relacionados tiveram alguma variação, sendo a mais notável a suspensão do consumo de carne fresca. Aqui apresentamos apenas as quantidades de itens consumidos, mas as tabelas originais demonstram os itens que existiam no almoxarifado, os pedidos, os consumidos, e o restante para o próximo ciclo. Outra consideração que deve ser feita é que os pedidos eram realizados no ciclo anterior a chegada dos imigrantes. Durante a estadia deles os balanços não apresentam solicitação de gêneros, e os funcionários da hospedaria limpavam e consumiam o remanescente nos dois ciclos seguintes. Assim, os ciclos de balanço imediatamente posteriores tendiam a apresentar um consumo um pouco maior do que os que antecediam a chegada das turmas. Eles podem indicar também a manutenção de algum imigrante no interior da hospedaria por motivo de doença.

Diferente dos atrasos ou não atendimento dos pedidos de reforma e aquisição de utensílios, os problemas relativos à alimentação mais comuns eram com os fornecedores: produtos de má qualidade, problemas no transporte e atraso eram questões onde a direção geral da repartição era chamada a agir, mas na função de contratante. O que não significa que ela não tenha falado com zelo e presteza também: em janeiro de 1898, o administrador avisava que a hospedaria continuava sem contrato para fornecimento de pão, sugerindo que o contrato fosse feito com o fornecedor anterior[438] Em agosto do mesmo ano, o administrador encaminhava os recibos dos gêneros recebidos da firma Lobato Pereira, bem como os itens não recebidos: arroz, batata e sabão. Relatava também que o açúcar recebido era de má qualidade e que apenas parte das caçarolas recebidas seriam úteis à hospedaria.[439] Um ofício interno do almoxarife João Antonio das Neves ao administrador, lembrava que 6 barris de vinagre foram entregues ao ajudante do comissário de imigração para serem substituídos, sem que tenham sido até ali restituídos, e pedindo que fossem cobrados.[440]

[438] APEP, Area: Obras públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas, Caixa 36, Pasta 04, Doc. 17, de 17.01.1898
[439] APEP, Area: Obras públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas, Caixa 36, Pasta 04, Doc. Sem número, de 17.08.1898
[440] APEP, Area: Obras públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas, Caixa 36, Pasta 04, Doc. Sem número, de 27.10.1899

Uma circular da seção de imigração informava que os próximos pedidos de gênero deveriam especificar a quanto tempo se destinam.[441] Em contrapartida, o administrador informava ainda que os gêneros solicitados para a alimentação de 700 imigrantes por 4 dias não haviam chegado integralmente: farinha, arroz e feijão foram entregues uma parte, ficando o restante no trapiche da Companhia do Amazonas; açúcar, carne seca, toucinho e banha não foram entregues pelo fornecedor no trapiche.[442]

Os balanços mensais incluíam, além dos gêneros alimentícios, produtos de outras naturezas, que nos são igualmente importantes para compreender as rotinas e necessidades da hospedaria. Neste sentido, o fornecimento de sabão era fundamental para a limpeza e boa conservação sanitária do espaço, enquanto a querosene era combustível para a iluminação do espaço e também destinada ao transporte na lancha Lauro Sodré. Entre as notas e recibos de pedidos junto aos fornecedores da hospedaria, referentes aos meses de novembro e dezembro de 1899, foram muitos e volumosos os pedidos de sabão, querosene e vinagre destinados tanto à instituição, como para a lancha e ao núcleo colonial do Outeiro.[443] Chama bastante atenção os pedidos de vinagre que, utilizado como desinfetante, giravam entre 30 e 150 litros. Pelas previsões do regulamento e as descrições levantadas sobre a estrutura do prédio, não havia espaço, equipamento nem funcionários dedicados à desinfecção de utensílios, roupas ou bagagens na hospedaria. O tratamento do espaço para a manutenção da higiene estava restrito às práticas tradicionais e técnicas simples de limpeza.

Da mesma forma que as acomodações e a alimentação, o serviço de transporte entre a hospedaria, o porto de Belém e os núcleos coloniais para onde os imigrantes se destinavam não suportou a demanda. Em parte, esses transtornos foram causados por causa da ideia de fazer com que a hospedaria de imigrantes tivesse dois pontos de acesso, um pela Baía de Santo Antônio e outro pelo furo do Maguari, como defendido pela comissão que optou pela olaria Outeiro para sediar a hospedaria, mas nunca foi concretizada. O parecer sugeria a construção de um trapiche na baía de Santo Antônio, onde os navios vindos da Europa ancorariam, e que serviria como porto de entrada; e o trapiche do furo do Maguari, já existente, serviria como porto de saída da hospedaria

[441] APEP, Area: Obras públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas, Caixa 36, Pasta 04, Doc. Sem número, de 12.04.1899

[442] APEP, Area: Obras públicas, Fundo: Inspetoria de Terras e Colonização, Caixa 18, Doc. 330, de 17.12.1900

[443] APEP, Área: Obras Públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas, Caixa 32 (lista de materiais) - trata-se de notas e recibos das empresas contratadas, provavelmente anexos de outros documentos que acabaram se perdendo e foram reunidos em uma mesma caixa.

rumo ao ramal da Estrada de Ferro Belém – Bragança, em Benfica, ou a outras colônias por via fluvial. Como esse plano não vingou, os recém-chegados continuavam desembarcando no porto de Belém, onde eram reembarcados na lancha Lauro Sodré com destino à hospedaria. No momento de saída, era novamente através dela que se deslocariam.

Em geral, os pedidos de viagens feitos pela hospedaria eram para grupos pequenos, com a distribuição de cada turma de imigrantes em núcleos diversos, mas houve também momentos de demanda extrema, buscando-se alternativas para atender a toda a demanda de uma só vez. Como em 17 de dezembro de 1900, quando o administrador informava que a lancha não poderia transportar todos os imigrantes que saíam para a colônia Anita Garibaldi por comportar apenas 180 pessoas. Sugeriu que a lancha fizesse a viagem levando um batelão a reboque, e que a mesma estratégia fosse adotada para que a lancha ainda pudesse fazer uma segunda viagem naquele mesmo dia, transportando de 225 imigrantes que seguiam para Alenquer.[444]

Como o serviço da hospedaria não era o único realizado pela lancha, atrasos, panes, e outros problemas foram muito frequentes. Em 06 de dezembro de 1897, o administrador avisava que o atraso na saída da turma de imigrantes para o núcleo colonial de Jambuassú se devia aos cancelamentos da lancha Lauro Sodré.[445] Na mesma oportunidade, reclamava a falta de cadeiras na hospedaria, uma vez que parte delas foi destinada à lancha Lauro Sodré, solicitando o envio de pelo menos doze para reposição.

A frequência de uso era tamanha que, em agosto de 1899, o mestre da lancha solicitava que, não havendo imigrantes, concedesse 3 dias de liberação para que pudesse ser feita a limpeza da lancha, incluindo o porão e as máquinas.[446] No ano seguinte, comunicava que a mesma se encontrava encalhada na rampa da Sacramenta, precisando de limpeza no casco, quando viu avarias no leme, o que demandava reparos. Denunciou que ainda assim, um senhor Mariano, que precisava da lancha, sugeriu que amarrasse dois ferros para que a viagem pudesse acontecer, mas o mestre se recusou sair naquelas condições.[447]

[444] APEP, Area: Obras públicas, Fundo: Inspetoria de Terras e Colonização, Caixa 18, Doc. Sem número, de 17.12.1900
[445] APEP, Area: Obras públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas, Caixa 36, Pasta 03, Doc. Sem número, de 06.12.1897
[446] APEP, Area: Obras Públicas, Fundo: Inspetoria de Terras e Colonização, Caixa 20, Doc. Sem número, de 22.08.1899
[447] APEP, Area: Obras Públicas, Fundo: Inspetoria de Terras e Colonização, Caixa 20, Doc. Sem número, de 25.04.1900

O longo tempo de espera para que a lancha pudesse ser posta de volta à ativa obrigava o governo a fazer gastos extraordinários e muito pesados para a manutenção dos serviços de imigração. A solução adotada era o transporte por uma das lanchas da Companhia de Navegação do Amazonas, sendo diversas as cobranças de pagamento localizadas, como o valor de 5:610$000 réis pelos serviços utilizados do vapor Tucunaré no ano anterior "no serviço da imigração entre esta capital e a hospedaria de Outeiro, Pinheiro e diverso em substituição da lancha 'Lauro Sodré.'"[448] No mês seguinte, um outro oficio da Companhia solicitava pagamento de 990.000 réis pelos serviços dos vapores Tucunaré e Gaivota no último mês de junho, à serviço da Hospedaria de Outeiro.[449] Em agosto, uma nova cobrança de pagamento de 270.000 provenientes de 9 viagens feitas ela lancha Tucunaré à hospedaria de Outeiro nos meses de julho e agosto[450], e em setembro, o valor de 570.000 era por uma viagem feita pela lancha Tucunaré, levando imigrantes da hospedaria de Outeiro ao Acará.[451]

Havia, portanto, um fluxo constante de imigrantes entrando e saindo da hospedaria, rumo ao interior do estado, ou à cidade, ou mesmo de passagem para chegar a outros pontos do Brasil. Além da sobrecarga dos serviços de transporte e do desgaste material da hospedaria, os ofícios do administrador notificando as entradas confirmam. Especialmente nos anos de 1899 e 1900, quando a hospedaria parece ter funcionado para além de sua capacidade máxima

Vejamos uma demonstração, a partir dos números enviados segundo o mês de entrada e o contratante responsável pela turma no ano de 1899

[448] APEP, Area: Obras Públicas, Fundo: Inspetoria de Terras e Colonização, Caixa 20, Doc. Sem número, de 15.06.1900
[449] APEP, Area: Obras Públicas, Fundo: Inspetoria de Terras e Colonização, Caixa 20, Doc. Sem número, de 04.07.1900
[450] APEP, Area: Obras Públicas, Fundo: Inspetoria de Terras e Colonização, Caixa 20, Doc. Sem número, de 25.08.1900
[451] APEP, Area: Obras Públicas, Fundo: Inspetoria de Terras e Colonização, Caixa 20, Doc. Sem número, de 25.09.1900

Tabela 4: Entrada de imigrantes na Hospedaria do Outeiro, no 1º semestre de 1899

Mês	Emílio AC Martins	Francisco Cepeda
Fevereiro	73	211
Março	171	226
Abril	355	211
Maio	175	58
Junho	95	87

Esta tabela é apenas uma referência para que possamos pensar no volume de entradas por mês e nas possibilidades de recepção, a partir de um certo período em que encontramos dados sequenciais que pudessem demonstrar a nossa argumentação. Considerando que o número máximo de imigrantes que a hospedaria acomodava eram 500 por vez, e que as turmas dos dois contratantes geralmente chegavam no mesmo período do mês, quando não no mesmo vapor, esse seria um padrão adequado de recepção e controle epidemiológico para a segurança daquele espaço, à exceção do mês de abril, quando o total de entradas superou a marca dos 500 migrantes.

Afinal, a vinda de imigrantes doentes, por desnutrição ou doença contagiosa, foi motivo de reclamação constante

> Como sabeis entraram em 21 do correte nesta Hospedaria 171 imigrantes do contrato do senhor Emilio A C Martins.
> Sinto ter de dizer-vos que o estado sanitário da turma não era satisfatório, pois o senhor farmacêutico Bernardo Paes verificou acharem-se quase todos os imigrantes sofrendo de gastro-hepatite os adultos e gastro-interite as crianças, informando ele que tais moléstias eram devidas ao mal tratamento recebido durante a viagem, quer na alimentação, quer na higiene.[452]

Nutrir especialmente as crianças era objeto de preocupação com medidas e alimentação específica. Em 1897, assim como houve uma atribuição de quantidade de alimento por imigrante, a administração estipulava: "às crianças de peito dá-se leite condensado duas vezes por dia. Em cada semana, fornece-se sopa de feijão em 4 dias, nos 3 restantes é esta de outros artigos"[453] Essa política foi, contudo, vítima dos cortes de gastos e limites orçamentários da hospedaria. Em 18 de dezembro de 1900, o

[452] APEP, Area: Obras públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas, Caixa 36, Pasta 03, Doc. Sem número, de 30.08.1897
[453] APEP, Area: Obras públicas, Fundo: Repartição de Obras Públicas, Caixa 36, Pasta 03, Doc. Sem número, de 13.07.1897

administrador encaminhou uma lista de gêneros pedida pelo médico Carlos Pereira : leite, farinha láctea e farinha de trigo para a alimentação dos menores imigrantes que estavam chegando em "estado de miséria orgânica". Entretanto, o documento apresenta riscos e adições feitos a giz na relação, indicando que não foi enviada farinha láctea e as quantidades de trigo e leite foram menores.[454]

Os casos relacionados à desnutrição eram os mais comuns, mas eventualmente medidas de isolamento eram tomadas pela presença de pessoas infectadas com varíola ou sarampo. Em 1899, o Inspetor sanitário escreveu ao diretor de obras públicas informando a necessidade de enviar um médico para avaliar as pessoas que estavam em isolamento na hospedaria. Pedindo assim que a lancha Lauro Sodré fizesse esse serviço de levá-lo e trazê-lo de volta a capital, marcando a Inspetoria de Terras hora e lugar.[455]

Todo esse impacto na estrutura e funcionamento da hospedaria de Outeiro foi resultado de um crescente fluxo de entradas, menores do que o estado desejava, mas muito superiores ao que ele conseguia atender. Os estudos sobre imigração citados nos capítulos anteriores invariavelmente precisam abordar os resultados desse projeto, o número de indivíduos alcançados e qual seria a representatividade ou potencial de transformação que os núcleos coloniais alcançaram ou deveriam ter alcançado. [456] Se tomados apenas pelos números disponíveis, a resposta mais simples é a de que o projeto colonizador fracassou, pois o Pará não teria captado nem um quinto dos cem mil imigrantes desejados por Lauro Sodré. Ao apresentar o recenseamento dos núcleos colônias em 1901, com o término do projeto, o total de imigrantes que Palma Muniz encontrou foi de 16.456.[457]

Mas se considerarmos que este número não refletia o total de entradas, apenas o de imigrantes estabelecidos no estado, e a sobrecarga enfrentada pela Repartição de Obras Públicas, depois a Inspetoria de Terras e Colonização, e em especial a hospedaria como espaço onde todo esse fluxo de pessoas passou, fica mais fácil entender as tentativas de ajuste e redirecionamento que o projeto sofreu com a mudança de governo para Paes de Carvalho em 1897, e a decisão pelo encerramento da imigração subvencionada em 1901, com Augusto Montenegro. A campanha de Lauro Sodré em defesa da colonização demandou investimentos altíssimos, com a expectativa de volume de resultados em pouco

[454] APEP, Area: Obras públicas, Fundo: Inspetoria de Terras e Colonização, Caixa 18, Doc. 332, de 18.12.1900
[455] APEP, Area: Obras Públicas, Fundo: Inspetoria de Terras e Colonização, Caixa 20, Doc. 82, de 19.04.1899
[456] A própria obtenção dos números é difícil. Como Moiseis Silva mencionou, as listagens de entradas de imigrantes por vapor remanescentes estão em péssimo estado de conservação, e um estudo quantitativo dessas fontes demandam tempo e objetivos que escapam a este trabalho.
[457] MUNIZ, Immigraçao e colonização, op. Cit., p. 95

tempo, o que não era possível. Os custos não diminuiriam a curto prazo, ao contrário, estavam se elevando, pois não bastava pagar o contratante. Havia toda uma rede de serviços e investimentos, para além da hospedaria: a abertura de vias de comunicação, toda parte de limpeza, demarcação e manutenção assistida por dois anos dos núcleos coloniais era apenas alguns deles.

Por isso é perceptível como as ações vão sendo abandonadas, as condições do serviço vão decaindo até que finalmente a hospedaria foi fechada. No dia 9 de fevereiro de 1901, o governo Augusto Montenegro nomeia um novo administrador, Checks Nina, apenas para encerrá-la. Em 21 daquele mês ele comunicava que, seguindo as ordens do governador, dispensou o pessoal da hospedaria, mantendo dois guardas, Antonio Teixeira de Lima e Manuel Galdino das Neves (que foi cozinheiro da hospedaria), conforme ordenado. Entretanto, observando a necessidade de manutenção e conservação de animais e canoas, casas e demais bens da hospedaria, admitiu também dois serventes, para o que pedia aprovação.[458]

Quatro meses depois, os guardas da hospedaria receberam um papel não timbrado, endereçado ao guarda da hospedaria, recomendado que este ordenasse aos colonos do núcleo modelo limpassem a parte da estrada que ficava em frente aos seus lotes. No verso deste documento havia um aviso de que o senhor Inocencio Baena iria ocupar a casa da administração da hospedaria.[459]

[458] APEP, Area: Obras públicas, Fundo: Inspetoria de Terras e Colonização, Caixa 18, Doc. 02, de 21.02.1901
[459] APEP, Area: Obras públicas, Fundo: Inspetoria de Terras e Colonização, Caixa 18, Doc. 136, de 21.06.1901

Considerações finais

Procuramos neste trabalho dar visibilidade a um espaço da cidade negligenciado como objeto da História e também dotado de história. Esse apagamento tem continuado, em larga medida, por nos atermos ao espaço central da cidade, à predominância do urbano e o desejo de modernidade como as experiências definitivas. Entretanto, cidades são compostas por espacialidades distintas, e admitem o rural, o litorâneo e o sertão em muitos casos. Particularmente quando tratamos do século XIX, a sedução da cultura belepoquiana atrapalhou a inserção desses outros espaços na escrita sobre o território, e interferem até hoje, como parte de nossa cultura escrita. Procuro no primeiro capítulo evidenciar que os naturalistas e intelectuais não falariam de Caratateua pois não fazia parte do percurso dos primeiros, nem do interesse e projeto político dos segundos, comprometidos com o progresso e o avanço da cultura agrícola no estado

O segundo capítulo complementou as análises do segundo e ao mesmo tempo revelou uma Caratateua desconhecida, plenamente inserida nas dinâmicas produtivas do Pará colonial e do Império, e por isso mesmo, foi se tornando gradativa, um objeto de disputa entre proprietários, conforme a ocupação foi se intensificando enquanto os governos da província e do império tentavam cercear o acesso às terras devolutas. Era necessário dar a elas um uso ostensivo, organizado e moderno, e por isso as ocupações espontâneas não teriam mais lugar. Era a partir de uma nova frente colonizadora que a província e depois o estado quiseram garantir esse sucesso

Por isso, a escolha e a definição de um espaço para acolher e organizar essa força produtiva imigrante seria fundamental. Se a ilha de Caratateua não foi um espaço de fronteira ser ocupado, foi aquele que participou acolhendo os colonos, A instalação e o funcionamento da hospedaria introduziram assim novas dinâmicas naqueles espaço, ainda em plena interação com as demanda e experiências da cidade de Belém.

Fontes

Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)
1. Poder Executivo
1.1 Área: Obras Públicas

Fundo: Repartição de Obras Públicas, Terra e Colonização

Abaixo Assinado: 1892 a 1898 (Caixa 01)
Circulares: 1894, 1897, 1899 (Caixa 3)
Imigração - Hospedaria: 1896, 1897 1898 (caixa 31)
Lista de material: 1898 (caixa 32)
Minutas de ofício: 1898, 1899 (Caixa 33)
Ofícios: Administração da Hospedaria de Outeiro - 1895, 1896, 1897, 1898 (Caixa 36)
Ofícios: Diretor da Repartição de Obras Públicas, Terra e Colonização - 1893, 1894, 1898, 1899 (caixa 41)
Prestação de contas: 1893, 1894, 1896, 1897, 1898, 1899 (caixa 44)

Fundo: Inspetoria de Terras e Colonização
Abaixo Assinado: 1899, 1900 (Caixa 01)
Circulares: 1899 (Caixa 03)
Folhas de pagamento (Caixa 06)
Imigração: Listagem de imigrantes nacionais - 1899, 1900 (Caixa 07)
Imigração Listagem de imigrantes nacionais (Hospedaria do Outeiro): 1899, 1900, 1901 - (Caixa 08)
Mapas estatísticos (Caixa 14)
Ofícios: Administradores da Hospedaria de Outeiro - 1899, 1900, 1901(Caixa 18)
Ofícios: Seção de imigração e colonização - 1899, 1900, 1901 (Caixa 22)
Requerimentos: 1899 (caixa 23). 1900 (caixa 24 e 25), 1901 (caixa 26)

Fundo: Diretoria de Trabalhos públicos
Circulares: 1890, 1893, 1900, 1901
Ofícios: 1899, 1900 (obras públicas)
Ofícios: 1900, 1901 (Diretoria de trabalhos públicos)
Ofícios: 1900, 1901 (Colonização – colônia modelo)
Ofícios: 1901 (4ª seção)
Ofícios: 1901 (Hospedaria do Outeiro)
Ofícios: 1901 (Administradores do Núcleo Colonial)
Requerimentos: 1899, 1900, 1901

Fundo: Secretaria de Obras Públicas, Terra e Viação
Circulares: 1903, 1904, 1907 (Caixa 02)
Folha de pagamento: 1902, 1903, 1905, 1917 (caixa 03)
Minutas de Ofício: 1904, 1905 (caixa 04) e 1917, 1918 (caixa 05)
Ofícios: Diversos - 1901 a 1905, 1907 (Caixa 09)
Ofícios: Administradores dos núcleos coloniais - 1901, 1903, 1905 (caixa 12)

Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin – USP

BATES, Henry Walter. O naturalista no rio Amazonas. Vol.1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944, p. 247

D'ORBIGNY, Alcide. Voyage dans les deux Amériques. Paris: Furnes et C. Éditeurs, 1854.

EDWARDS, William. A Voyage up the river Amazon. New York: D. Appleton & Company, 1847.

Biblioteca do Senado Federal

AGASSIZ, Elizabeth. Viagem ao Brasil 1865 – 1866. Brasília: Senado federal, Conselho Editorial, 2000

KIDDER, Daniel. Reminiscências de viagens e permanências no Brasil: províncias do Norte. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008. p. 213 – 214

SPIX & MARTIUS, Viagem ao Brasil. Vol. II Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017. p. 87 – 88.

WALLACE, Alfred Russel. Viagens pelo Amazonas e Rio Negro. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

Biblioteca Nacional
Hemeroteca Digital

A República, edição 150 de 22 de agosto de 1890, página 2.

A República; edição 329, de 1 de abril de 1891, página 2

A República: edição 359 de 07 de maio de 1891, página 2

A República, edição 406, de 7 de julho de 1891, página 1.

A República, edição 423, de 28 de julho de 1891, página 1

A República: edição 555 de 15 de janeiro de 1892, página 2;

Correio Paraense, edição 389, de 25 de agosto de 1893, página 1.

Correio Paraense, edição 394, de 31 de agosto de 1893, página 2.

Correio Paraense, edição 395, de 1 de setembro de 1893, página 1.

Diário de Notícias, edição 227B, de 4 de outubro de 1890, página 2

Diário de Notícias, edição 240, de 19 de outubro de 1890, página 3

Diário de Notícias, edição 241, de 21 de outubro de 1890, página 3

Diário de Notícias, edição 293, de 23 de dezembro de 1890, página 2

Diário de Notícias, edição 9, de 13 de janeiro de 1891, página 1.

Diário de Notícias, edição 15, de 20 de janeiro de 1891, página 2

Diário de Notícias, edição 23, de 29 de janeiro de 1891, página 3

Diário de Notícias, edição 76, de 9 de abril de 1891, página 3

Diário de Notícias, edição 117, de 28 de maio de 1891, página 3

Diário de Notícias, edição 180, de 19 de agosto de 1891, página 3

Diário de Notícias, edição 11, de 15 de janeiro de 1892, página 2

Diário de Notícias, edição 13, de 17 de janeiro de 1892, página 2

Folha do Norte, edição 34 de 3 de fevereiro de 1896, página 1

O Democrata, edição 235, 19 de outubro de 1890, página 2

O Democrata, edição 260, de 21 de novembro de 1890, página 1

O Democrata, edição 282, de 18 de dezembro de 1890, página 1;

Biblioteca Pública Arthur Vianna (CENTUR)

Setor de Obras Raras

AMAZONIA: Escritório de Imigração de España y las islas Baleares y Canarias as Estado del Pará en la Republica del Brasil. Galicia: J. Barreas, 18[?]

BARÃO DO MARAJÓ. A Amazônia: as províncias do Pará e do Amazonas e o governo central. Lisboa : Typographia Minerva, 1883

BARÃO DO MARAJÓ. As regiões amazônicas: estudos chorográficos dos estados do Gram Pará e Amazonas. Lisboa: Imprensa de Libano da Silva. 1895

BRAGA, Theodoro José da Silva. Noções de Chorographia do Estado do Pará. Belém: Empreza Graphica Amazônia, 1919.

CACCAVONI, Arthur. Album descriptivo amazonico. Genova: F. Armanino, 1898.v.2

CUNHA, Raymundo Cyriaco Alves da. Pequena chorographia da Província do Pará. Belém: s.n, 1887.

MUNIZ, João de Palma. Immigração e colonização: historia e estatística 1616 - 1916. Belém: Impressa Official do Estado do Pará. 1916.

MUNIZ, João de Palma. Legislação de terras: dados estatísticos. Pará: Officinas gráphicas do Instituto Lauro Sodré, 1924.

PARÁ. A Administração do estado durante o seu primeiro período constitucional. Pará: Typ. e Encadernação de P. Barbosa, 1897.

PARÁ. Álbum do Pará em 1899 [s.l/ s.n] [1899]

PARÁ. O Pará em 1900: quarto centenário do descobrimento do Brazil. Pará: Imprensa de A. A. Silva, 1900.

PARÁ. Álbum do Estado do Pará (1901 – 1908). Paris: Chaponet, 1908.

PARÁ, Coleção das leis estaduais do Pará. Belém: Imprensa Oficial, 1922 (8 volumes)

Center for Research Libraries
<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/par%C3%A1>

Mensagem do governador – 1891 a 1820

O acervo online possui 40 pronunciamentos feitos pelos governadores do estado do Pará à Assembleia Legislativa na abertura de cada ano de trabalho, entre os anos de 1891 e 1920.

Bibliografia

ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza e cultura material no século XIX. Tese de doutorado. São Paulo: PUCSP, 2010

ARAGÓN, Luis E. (Org.) Migração Internacional na Pan Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 2009.

AUGUSTO, Isabel Teresa Creão. Entre o ter e o querer: domicílios e vida material em Santa Maria de Belém do Grão-Pará (1808 – 1830). Dissertação de mestrado. Campinas: IFCH - Unicamp, 2007. P. 45

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. Ensaio corográfico sobre a província do Pará. Brasília: Senado Federal, 2004.

BAENA, Manoel. Informações sobre as comarcas da província do Pará. Belém, PA : Typ. de F. da Costa Júnior, 1885.

BARRIGA, Letícia Pereira. Entre leis e baionetas: Independência e Cabanagem no Médio Amazonas (1808-1840). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2014.

BATISTA, Luciana Marinho. Muito Além dos Seringais: Elites, Fortunas e Hierarquias no Grão-Pará. (c.1850 – c.1870). Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IFCS / UFRJ, 2004.

BEDIAGA, Begonha. Marcado pela própria natureza: o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. – 1860 – 1891. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p. 60

BELTRÃO, Jane Felipe. Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. 1999

BENJAMIN, André Cursino. Índice ou Repertório Geral das leis da Assembleia Legislativa Provincial do Gram-Pará (1838 – 1853). Pará: Typographia Commercial de Antônio Jozé Rabello Guimarães, 1854. P. 8

BHERING, Marcos Jungmann e MAIO, Marcos Chor. "Ciência, Positivismo e agricultura: uma análise do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio na Primeira República." VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 27, no 46: p.689-709, jul/dez 2011

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CAMPOS, Ipojucan Dias. Para além da tradição : casamentos, famílias e relações conjugais em Belém nas décadas iniciais do século XX (1916/1940). Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

_____ A construção da ordem: a elite política imperial / Teatro das sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

CARVALHO, Marcos Antonio de. Bebendo açaí, comendo bacalhau: perfil e práticas da sociabilidade lusa em Belém entre finais do século XIX e início do século XX. Tese de Doutorado. Porto: Universidade do Porto, 2011

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: as artes de fazer. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle-Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640 – 1706). Belém: Ed. Açaí / Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (UFPA) / Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. São Paulo: Bertrand Brasil / Lisboa: DIFEL, 1990.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880). Tese de Doutorado em História. Niterói: PPGH/UFF, 2010

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus; VIDAL, Laurent. Do depósito à hospedaria de imigrantes: gênese de um "território da espera" no caminho da emigração para o Brasil. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro. 21 (1) • Jan-Mar 2014.

COELHO, Alan Watrin. A ciência do governar: positivismo, evolucionismo e natureza em Lauro Sodré. Dissertação de mestrado. Belém: DEHIS/UFPA, 2006.

COELHO, Geraldo Mártires. No coração do povo: o monumento à República em Belém (1891 – 1897) Belém: Paka-Tatu, 2002.

Colleção das leis da província do Gram-Pará. Tomo XXX – parte 1. Belém: Typographia Aurora Paraense, 1868. P. 25 – 26

COSTA, Emília Viotti da. "Urbanização no Brasil do século XIX". In: Da Monarquia a Republica: momentos decisivos. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999. P. 233 –270.

_____ Da monarquia à república: momentos decisivos. São Paulo: Editora da Unesp, 1999.

COSTA, Maria de Nazaré Pereira da. Caridade e saúde pública em tempo de epidemias. Belém 1850 – 1890. Dissertação de Mestrado. Belém: PPHIST / UFPA, 2006

COSTA, Odah Regina Guimarães. "Constituição Federal de 1891. Terras devolutas - Art, 64: Fronteira jurídica do campo de competência entre União e Estados-Membros". Informação Legislativa. Brasília: ano 29, nº 113, jan – mar 1992., p. 387 – 388.

CRUZ, Ernesto. História de Belém. Vol. 1. Coleção Amazônica. Série José veríssimo. Belém: UFPA, 1973

_____ As obras públicas do Pará. Vol.1 p. 188

CUNHA, Marly Solange Carvalho da. "Matutos" ou astutos ? Oligarquia e coronelismo no Pará Republicano (1897-1909) Belém: PPHIST/UFPA, 2006

DEPETRIS, Carolina. "La construción verbal de una geografia: diarios de expedición a la Pampa y Patagônia argentinas (1743 – 1826). In: La escritura de los viajes: del diario cartográfico a la literatura. Mérida: Universidad Nacional Autónoma de México, 2007

DIAS, Edneia Mascarenhas. A Ilusão do Fausto (1890 – 1920). Manaus: Valer, 1999.

DOLHNIKOF, Miriam. "O lugar das elites regionais". REVISTA USP, São Paulo, n.58, p. 116-133, junho/agosto 2003.

DOMINGUES, Angela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, vol. VIII (suplemento), 2001. Pp. 823-838

EMMI, Marília Ferreira. Italianos na Amazônia (1870 – 1950): pioneirismo econômico e identidade. Belém: NAEA, 2008

_____ Italianos na Amazônia (1870 – 1950): pioneirismo econômico e identidade. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, NAEA, Belém, 2008, p. 94.

FARIAS, Willian Gaia. O alvorecer da República no Pará (1886-1897). Belém: Editora Açaí, 2008.

FABRIS, Annateresa. Fotografia: usos e funções no século XIX. São Paulo: Edusp, 2008

FEITOSA, Orange Matos. "Uma história de pouco caso: a economia da borracha na produção histórica nacional". Anais da IV Conferência Internacional de História Econômica e VI Encontro de Pós-graduação em História Econômica. São Paulo: ABPHE, FEA/USP, FFLCH/USP, 2012, 24p.

FERREIRA, Eliana Ramos. "Proprietário por justo título: conflitos e tensões jurídico-burocráticas na implantação da lei de terras no Pará (1854-1860). In: SOUSA, Eveline;

SOUSA, Gustavo; AUGUSTO Isabel, (orgs) Dimensões históricas do Brasil e da Amazônia no Oitocentos. Belém, PA: Cabana, 2021. Pp. 42 – 55.

FONSECA, Vilma L. da. "José Lezama Lima e a busca da identidade insular: uma reflexão sobre a fronteira imaginária." Diálogos Revista Electrónica de História. Universidad de Costa Rica.V.2, nº2, Enero del 2001 – Abril de 2001

FONSECA, Cláudia Damasceno. Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas. SciELO - Editora UFMG. Edição do Kindle.

FONTES, Edilza Joana O. "Preferem-se portugueses(as)": trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará. (1885-1914). Doutorado em História. Campinas: IFCH / UNICAMP, 2002

FOUCAULT, Michel. A Ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

_____. Vigiar e punir: o nascimento da prisão. Petrópolis: Editora Vozes, 2005;

FREITAS, Nelly de. "Imigração portuguesa no Pará: a aventura esquecida de 1886". In: PÓVOA NETO, SANTOS & PETRUS (Org.) Migrações: rumos, desafios e tendências. Rio de Janeiro: Polobooks, 2016. Pp. 117 – 137

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Lembrar, escrever, esquecer. São Paulo, Editora 34, 2006.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. "Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional" Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Vol.1, nº1, 1988. Pp. 5 – 27.

GOUVÊA, Maria de Fátima da Silva. O Império das Províncias: Rio de janeiro, 1822 – 1889. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

HEIZER, Alda & VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (Orgs.) Ciência, civilização e república nos trópicos. Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj, 2010.

HENRIQUE, Márcio Couto. Escravos no purgatório: o leprosário do Tucunduba (Pará, século XIX). História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012, p.153-177;

HOBSBAWM, Eric. A Era dos Impérios. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007.

ISHIZU, Tatsuo. Imigração e ocupação na fronteira do Tapajós: os japoneses em Monte Alegre (1926 – 1962) Dissertação de mestrado. Belém: DEHIS/UFPA, 2007.

KOSSOY, Boris. Fotografia e História. São Paulo: Ateliê, 2001.

KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). História, Ciências, Saúde - Manguinhos, vol. 11 (suplemento 1) p. 109 – 129, 2004.

LACERDA, Franciane Gama. Em busca dos campos perdidos: uma história de trem e cidade. São Paulo, 1997.

_____. Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889 – 1916). Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2006.

LACERDA, Franciane Gama e SARGES, Maria de Nazaré. De Herodes para Pilatos: violência e poder na Belém da virada do século XIX para o XX. Projeto História, São Paulo, nª 38, jun 2009. Pp. 165 – 182

LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. A história social da capoeiragem e do boi-bumbá no Pará republicano (1888 – 1906). Salvador: EDUFBA, 2008

LIMA, Ana Renata do Rosário de. Revoltas camponesas no Vale do Acará-Grão-Pará (1822-1840). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém, 2002.

LUBAR, Steven & KINGERY, W. David. History from things: essays on material culture. EUA: Smithsonian, 1993.

MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. Daquilo que se come: uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850-1900). Dissertação de mestrado. Belém: PPHIST UFPA, 2009

MEDEIROS, Ana Maria de Souza. Aspectos Geográficos da ilha de Caratateua. Belém : Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará, 1971.

MELO, Wilverson Rodrigo Silva de. Tempos de revoltas no Brasil Oitocentista: Ressignificação da cabanagem no Baixo Tapajós (1831-1840) Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2015

MIRANDA, Aristóteles Guilliard de. A medicina no Estado do Pará, Brasil: dos primórdios à Faculdade de Medicina. Revista Pan-Amazônica de Saúde vol 1, nº 3. Ananindeua, setembro de 2010. Pp. 11-18.

MIRANDA, Cybelle Salvador et al. Santa Casa de Misericórdia e as políticas higienistas em Belém do Pará no final do século XIX. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.22, n.2, abr.-jun. 2015, p.525-539

MONTEIRO, Denise Mattos. "Política de terras no Brasil: elite agrária e reações à legislação fundiária na passagem do Império para a República." História econômica & história de empresas V.2 (2002), 53-73

MOTTA, Márcia Maria Menendes. Nas fronteiras do poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de leitura / Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998

MOURA, Daniella de Almeida. A República paraense em festa (1890 – 1911) Dissertação de mestrado. Belém: DEHIS/UFPA, 2008.

MUNIZ, João de Palma. Patrimônio dos Conselhos Municipais do Estado do Pará. Paris: Aillaud, 1904. P. 94.

_____ "Limites municipais do estado do Pará." Annaes da Bibliotheca e Archivo Público do Pará. Tomo VIII. Pará: Typ. e Encadernação do Instituto Lauro Sodré, 1913, p. 253

_____ Índice Geral dos Registros de Terras. Belém: Imprensa Official do Estado do Pará, 1909, p. 90

_____ Immigração e colonização: história e estatística 1616- -1916. Belém: Imprensa Official do Estado do Pará, p. 64 – 65.

MURARI, Luciana. Natureza e cultura no Brasil (1870 – 1922). São Paulo: Alameda, 2009.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: Editora da UNB, 2004.

NEVES, Auricléa Oliveira das. A Amazônia na visão dos viajantes dos séculos XVI e XVII: percurso e discurso. Manaus: Editora Valer, 2011.

NUNES, Francivaldo Alves. A semente da colonização: um estudo sobre a colônia agrícola de Benevides (1870-1889). Dissertação de mestrado. Belém: DEHIS/UFPA, 2008.

_____ "Aldeamentos e colônias agrícolas do Pará, décadas de 1840-1880: Usos da terra e produção rural." XV Encontro Regional de História - ANPUH-Rio. São Gonçalo, FFP/UERJ, 2012, p.1

_____ A lei de terras e a política de colonização estrangeira na província do Pará. Tempos Históricos. Volume 16 – 2º Semestre – 2012 – p. 99 - 126

OLIVEIRA, Kelly Eleutério Machado. No laboratório da nação: poder camarário e vereança nos anos iniciais da formação do Estado Nacional Brasileiro em fins do primeiro Reinado e nas Regências, Mariana, 1828-1836. Dissertação (Mestrado) Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2013

PAIVA, Odair da Cruz & MOURA, Soraia. Hospedaria de imigrantes de São Paulo. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

PANTOJA, Leticia Souto. "Au jour le jour": cotidiano, moradia e trabalho em Belém (1890-1910). Dissertação de mestrado. São Paulo: PUCSP, 2005.

PERROT, Michelle (Org.) História da vida privada: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. O imigrante e a pequena propriedade. São Paulo: Brasiliense, 1984; GONÇALVES, Paulo Cesar. Mercadores de braços: Riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo. São Paulo: Alameda, 2012.

POTIGUAR JUNIOR, Petrônio Lauro Teixeira. "Os Movimentos Sociais em Comunidades Pesqueiras na Amazônia: um estudo na Ilha de Caratateua, Belém, PA". XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto, novembro de 2002.

PRADO JUNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRATT, Mary Louise. Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação. Bauru: EDUSC, 1999.

PROJETO HISTÓRIA. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC-SP. SP: 1993. vol.10 (Cultura e Cidade).

RAMA, Ángel. A cidade das letras. São Paulo: Boitempo, 2015.

RAMINELLI, Ronald. Ciência e colonização - Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. Revista Tempo, n.6, p.157-182, 1998

RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil: 1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. A Amazônia e a cobiça internacional. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1982.

_____ A política de Portugal no vale amazônico. Belém, 1940. p. 32

REZNIK, Luís & FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. "Hospedarias de Imigrantes nas Américas: a criação da hospedaria da Ilha das Flores". In: História (São Paulo) v.33, n.1, jan./jun. 2014

REZENDE, Tadeu Valdir Freitas de. A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras. Doutorado em História Econômica. São Paulo: FFLCH / USP, 2006.

ROCHA, Genyton Odilon Rego da. "Transformando menores orphãos ou abandonados em Feitores do campo, pomicultores, horticultores, Jardinocultores, abegões e profissionais práticos nos diversos ofícios agrícolas: a criação do patronato agrícola no Pará republicano" Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, p. 103-123, out 2011.

ROSSI, Paolo. O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias. São Paulo: Unesp, 2010

RITZMANN, Iracy de Almeida Gallo. Belém : cidade miasmática - 1878/1900. São Paulo: PUCSP, 1997.

SILVA, Marco Antônio Both da. Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não s condenar "uma quinta parte da atual população agrícola". In: Revista Brasileira de História. Vol. 35, nº 70 São Paulo, 2015. 21p.

SANTOS, José Arimatéa Gouveia dos; ALVES, José Jerônimo de Alencar. "O Curso Regente Agrícola como Introdutor das Ciências e Técnicas Modernas na Amazônia". História da Ciência e Ensino: construindo interfaces. Volume 10, 2014. P. 19 – 38

SANTOS: Fabiano Vilaça dos. "Política e administração na Amazônia colonial: regimentos e instruções para o governo das capitanias do Pará e do Maranhão (séculos XVII e XVIII)" Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 11, n. 2, ago. - dez., 2018. Pp. 42 - 69

SANTOS, Roberto. História Econômica da Amazônia (1800-1920). São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. "Lazareto da Ilha Grande: isolamento, aprisionamento e vigilância nas áreas de saúde e política (1884-1942)." História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.14, n.4, p.1173-1196, out.-dez. 2007.

SARGES, Maria de Nazaré. Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870 – 1912). Belém: Paka-Tatu, 2000.

SCHAMA, Simon. Landscape and memory. New York: Vintage Books,1995

SCHELERETH, Thomas J. Cultural History and Material Culture: everyday life, landscapes, museums. Michigan: UIM Research Press, 1990.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes São Paulo: Cosac Naify, 2010

SILVA, Fabrício Herberth Teixeira da. Nas tramas da "escassez": o comércio e a política de abastecimento de carnes verdes em Belém (1897 – 1909) São Paulo: PUCSP, 2011.

SILVA, Jairo de Jesus Nascimento da. Da Mereba – ayba à Varíola: isolamento, vacina e intolerância popular em Belém do Pará: 1884 – 1904. Dissertação do mestrado. Belém: PPHIST / UFPA, 2009.

SILVA, Karla Maria da. O poder municipal e as práticas mercantilistas no mundo colonial: um estudo sobre a Câmara Municipal de São Paulo – 1780-1822. Tese de Doutorado. Assis: Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, 2011;

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. "Um grande inventário da natureza: políticas da coroa em relação ao Brasil na segunda metade do século XVIII." In: GESTEIRA, CAROLINO E MARINHO (Orgs.) Formas do Império: ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX. São Paulo: Paz e Terra, 2014. Pp. 47 – 70.

SILVA, Maria de Jesus Benjamin da. Carataeua: A ilha e o subúrbio de Belém. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 1995.

SMITH JÚNIOR, Francisco Pereira Imigração espanhola na Amazônia: as colônias agrícolas e o desenvolvimento socioeconômico do nordeste paraense (1890-1920). Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, NAEA, Belém, 2012, p. 73

SIQUEIRA, Maria Isabel. "Representações da natureza: os discursos legislativos e as crônicas da América Portuguesa." In: GESTEIRA, CAROLINO E MARINHO (Orgs.) Formas do Império: ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX. São Paulo: Paz e Terra, 2014. Pp. 375 – 392.

SOARES, Karol Gillet. As formas de morar na Belém da Belle-Époque (1870-1910). Dissertação de mestrado. Belém: DEHIS/UFPA, 2008.

SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVEA, Maria de Fátima S. (Orgs) Culturas Políticas: ensaios de histórica cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

SOLLER, Maria Angélica e MATOS, Maria Izilda (Orgs.) A cidade em debate. São Paulo: Editora Olho D'água, 2000.

SOUZA, Williams Andrade de. O Império das (nas?) Municipalidades: as elites e o governo das cidades no Brasil oitocentista (Recife, 1829 – 1849) Tese de Doutorado. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-graduação em História, 2019.

SMITH JUNIOR, Francisco Pereira. Imigração espanhola na Amazônia: as colônias agrícolas e o desenvolvimento socioeconômico do nordeste paraense (1890 – 1920). Tese de Doutorado. Belém: NAEA / UFPA, 2012

SÜSSEKIND, Flora. O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TAVARES. Maria Goretti da Costa. "A formação territorial do espaço paraense: dos fortes aos municípios." *Revista ACTA Geográfica*, ANO II, n°3, jan./jun. de 2008. p.59-83

UDAETA, Rosa Guadalupe Soares. Nem Brás, nem Flores: hospedaria de imigrantes da cidade de São Paulo (1875-1886). São Paulo: FFLCH/USP, 2016

WEINSTEIN, Bárbara. A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850 – 1920). São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1993.

WILLIAMS, Raymond. O campo e a cidade na história e na literatura. São Paulo: Companhia de bolso, 2011.